

2015

RELATÓRIO ANUAL

Construindo Parcerias Sustentáveis





03 | **SECÇÃO A**
MENSAGENS

07 | **SECÇÃO B**
CIMPOR ENTRE AS 10 MAIORES E AS 5 MAIS RENTÁVEIS

16 | **SECÇÃO C**
FOCO NA EXCELÊNCIA

41 | **SECÇÃO D**
PERFORMANCE E RESULTADOS FINANCEIROS EM 2015

53 | **SECÇÃO E**
PERSPETIVAS

57 | **SECÇÃO F**
EVENTOS SUBSEQUENTES

59 | **SECÇÃO G**
AÇÃO CIMPOR

61 | **SECÇÃO H**
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

63 | **SECÇÃO I**
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE



SECÇÃO A MENSAGENS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Proença de Carvalho

“A CIMPOR MANTEVE A SUA ESTRATÉGIA DE LIDERANÇA NACIONAL OU REGIONAL NOS MERCADOS EM QUE ESTÁ PRESENTE”

Caros Acionistas,

Ao longo de 2015 assistimos a um ciclo de retração da economia mundial face às expectativas iniciais do ano, que levaram quer o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, a reverem em baixa as suas previsões.

A economia do mundo, o comércio global e algumas das principais bolsas financeiras, com especial destaque para as asiáticas, sofreram neste complexo ano de 2015 quebras assinaláveis.

Faço esta introdução nesta mensagem que retrata as contas da Cimpor no ano de 2015 apenas e só para sublinhar, como nos dizia o filósofo Ortega y Gasset., “Eu sou eu e a minha circunstância”. Isto é, as companhias, mesmo as mais internacionalizadas e com o risco mais diversificado por um *portfólio* presente em mercados distintos como é o caso da Cimpor, uma empresa InterCement, são elas próprias e as suas circunstâncias.

A Cimpor manteve a sua estratégia de liderança nacional ou regional nos mercados em que está presente, complementando essa presença com o desenvolvimento de uma competência de *trading* que permite testar novos mercados e compensar quebras de consumo e procura em mercados onde detém operações. Aqui é sem dúvida de assinalar, o contínuo esforço de exportação a partir de Portugal, na sequência da quebra de consumo observada no mercado interno, que permitiu não só manutenção em funcionamento da capacidade instalada como o contributo para o posicionamento da Cimpor entre as maiores *traders* internacionais de cimento.

Neste clima de incerteza nos mercados financeiros internacionais e de abrandamento de economias até há bem pouco tempo pujantes, como é o caso do Brasil, o principal mercado da Cimpor, dão no meu entender força e sentido ao perfil de “indústria pesada” da Cimpor: resiliente, de médio prazo, visando a criação sustentada de valor acrescentado, para profissionais, fornecedores e demais parceiros mas, naturalmente permeável às oscilações contextuais no seu percurso.

Ora é neste contexto que, acredito, devem ser lidos os resultados apresentados porque mais do que o desafio do momento, que estou certo será superado, importa focar no (s) objetivo (s) do futuro.

Deixo, por isso, uma palavra de reconhecimento à equipa de gestão que não fugiu a tomar decisões difíceis mas necessárias, como foi por exemplo a suspensão temporária de algumas unidades no Brasil, a venda de posições minoritárias como aconteceu no Paraguai ou a reestruturação que levou a que alguns profissionais deixassem a companhia em algumas das geografias onde estamos presentes. Embora o *EBITDA* tenha recuado neste ano de 2015 para os 525,7 milhões de euros (-18,6% face a 2014), o volume de negócios tenha sido reajustado para os 2,5 mil milhões de euros (-4,3% face a 2014) e as vendas de cimento tenham ficado nos 28 milhões de toneladas (-6,1% face a 2014), a margem de *EBITDA* manteve-se como uma referência no mercado cimenteiro internacional o que revela bem a capacidade de resposta colocada em prática ao longo deste desafiante ano de 2015.

A Cimpor permanece como uma das 10 maiores cimenteiras do mundo com uma atuação internacional e apesar do enquadramento macroeconómico mantém intacta a ambição de estar entre as cinco mais rentáveis.

A terminar permitam-me uma palavra sobre Alhandra, onde neste ano de 2015 a fábrica local completou 125 anos de existência sendo a mais antiga fábrica de cimento de Portugal. Tratando-se de uma das maiores e mais relevantes de Portugal, é a prova viva de que com trabalho e estratégia os resultados são alcançados e, após uma fase menos produtiva dada a quebra no mercado interno, o fabrico de cimento para exportação foi um caminho bem-sucedido. Parcerias como esta, que mantemos com a vila de Alhandra, estão no ADN da nossa companhia e são de assinalar.

Daniel Proença de Carvalho

Presidente do Conselho de Administração



Mensagem do CEO

Ricardo Lima

“É REVELADOR, PORÉM, QUE A MARGEM EBITDA DA CIMPOR MANTENHA-SE UMA REFERÊNCIA NO MERCADO CIMENTEIRO INTERNACIONAL.”

Caro Acionista,

Este foi, sem dúvida, um ano bastante desafiador para a Cimpor, particularmente pela situação macroeconómica do Brasil, responsável por cerca de 35% do volume de produção. O cenário mostrou-se ainda mais complexo porque, aliado à retração económica no maior mercado de atuação, o ano apresentou um câmbio desfavorável nos países onde estamos presentes.

No entanto, a estratégia de diversificação geográfica e flexibilidade para reagir continuamente aos cenários adversos permitiram-nos mitigar significativamente os impactos negativos no nosso resultado financeiro, mas acima de tudo desafiaram-nos a levar mais longe os nossos padrões de eficiência operacional.

O *EBITDA* foi de 525,7 milhões de euros (percentual 18,6% menor do que no ano anterior); Volume de Negócios de 2,5 mil milhões de euros e vendas de 28 milhões de toneladas de cimento e clínquer, números que indicam quedas de, respetivamente, 4,3% e 6,1%, em relação a 2014. É revelador, porém, que a margem *EBITDA* da Cimpor mantenha-se uma referência no mercado cimenteiro internacional e, que apesar dos constrangimentos observados a empresa feche o ano com geração de caixa positiva.

Esses resultados mostram uma grande disciplina e organização financeira, possível graças à eficácia com que trabalhamos nas nossas operações e à proatividade, com que adequamos a empresa para enfrentar os desafios presentes e nos preparamos para abraçar as nossas ambições futuras.

Respondendo aos desafios presentes, ao longo do ano, tomamos

medidas que se mostraram acertadas para trabalharmos com maior eficácia, sempre de acordo com as características e potencialidades de cada local e sem abrir mão de fortalecer a nossa posição em cada um dos mercados. Essa continuará sendo a nossa estratégia para o curto prazo. Entre as ações, investimos fortemente na redução dos custos e em melhorias operacionais, aumentando a nossa produtividade e evoluindo a nossa performance. Também valorizamos o investimento em pesquisa e desenvolvimento feito em parceria com universidades, institutos e *startups*, e focamos de maneira muito incisiva nos programas de aprimoramento e capacitação contínua. O compartilhar efetivo das boas práticas tem contribuído para a melhoria dos indicadores de produção. Como resultado de todas as condutas implementadas, nos dois últimos anos obtivemos um ganho geral de produtividade na casa dos 20% na relação toneladas produzidas por horas trabalhadas.

Preparando-nos para abraçar as nossas ambições futuras, para além da salvaguarda imediata da geração de caixa, focamo-nos na nossa estratégia adotando medidas que nos tornam mais ágeis e fortalecem o nosso balanço. Entre estas, para além da suspensão de produção em unidades subutilizadas, procedemos à alienação e promessa de compra e venda¹ de participações minoritárias no Paraguai, e, no Brasil, alienámos pedreiras e definimos um plano de versatilidade e agilização na nossa utilização do canal de betão como meio de distribuição de cimento.

¹ Operação descrita nas notas 4, 46 e 49 das notas às Demonstrações Financeiras de 2015

Estas medidas, acompanhadas de uma procura contínua pelo aperfeiçoamento do nosso perfil de dívida, acabaram por refletir-se numa estabilidade dos Resultados Financeiros, bem como numa redução da dívida líquida da companhia em 366 milhões de euros.

Por geografia, cumpre-me chamar-vos a atenção dos seguintes pontos:

No **Brasil**, concentramos esforços em adequar os nossos custos à realidade económica, com queda expressiva de mercado e de volume. Tomámos medidas austeras, como a suspensão temporária das moagens de Jacareí e Suape, e do forno de João Pessoa, para racionalizar ativos e reduzir custos, preparando-nos para enfrentar o ano de 2016 caso persista a retração de consumo. A agilidade na tomada de decisões foi fundamental e, mesmo com a contração de produção total, a reordenação levou algumas unidades a estabelecer

Mensagem do CEO – Ricardo Lima (continuação)

novos recordes mensais de produção, claro indicador do correto gerenciamento em tempos de crise. No entanto, do ponto de vista macroeconómico, confiamos que essa conjuntura não perdurará e o país voltará a crescer a médio prazo.

A **Argentina**, por sua vez, apresentou o mercado bastante aquecido, o que nos deu a oportunidade de trabalhar com a capacidade total das fábricas para responder à procura, apoiados em uma marca tradicional e reconhecida pela qualidade, como a Loma Negra, que detém quase metade de participação no mercado. Registamos recorde de Fluxo de Caixa e alcançamos um *market share* acima de nossa marca histórica.

Essa operação também apoiou a entrada em funcionamento em 2015 da fábrica integrada do **Paraguai**. Os resultados obtidos neste primeiro ano completo a operar uma fábrica integrada foram animadores, com redução de custos graças à produção própria de clínquer e ao lançamento de novos produtos, mais adequados ao mercado local. A fábrica também já efetua o coprocessamento de resíduos.

A nossa atividade no **Egito**, destacou-se mais uma vez pelos seus indicadores de performance industrial, permanecendo uma referência entre as melhores práticas da companhia. Também aqui, o processo de coprocessamento de resíduos urbanos é um caso de sucesso de parceria entre a indústria e a sociedade. Se, por um lado, o coprocessamento é fundamental para manter a operação rentável por conta de mudanças na política local de combustíveis sólidos, para o país representa 35.000 toneladas a menos de resíduos que seriam direcionados a aterros. Além de ampliar a implementação do uso de resíduos como alternativa energética, estamos a investir num moinho de carvão que entrará em operação no final de 2016, a fim de diversificar as fontes energéticas e alavancar nossos negócios.

Ainda em coprocessamento, obtivemos resultados muito positivos com a queima de resíduos sólidos na fábrica de Alhandra, em **Portugal**. Esta foi a primeira unidade da empresa a superar a taxa mensal de 50% de coprocessamento. E esta dinâmica positiva vem em um momento particularmente importante para o país, que se encontra em franca recuperação, após um período de declínio

económico. Com agilidade e foco no cliente, pudemos responder à retomada do mercado interno, impulsionando as vendas de cimento em torno de 10%. O país deixa-nos otimistas pois dá sinais de que essa alavancagem deve continuar nos próximos anos.

Cabo Verde, tradicional mercado da Cimpor em África, apresentou um declínio de vendas em função de queda de investimentos no programa local de construção de habitações de interesse social. Esperamos, contudo, uma rápida retoma e a manutenção dos patamares históricos de vendas no país.

Na **África do Sul**, aprofundámos a nossa estratégia de abordagem ao mercado estabelecendo parcerias de longo prazo com novos clientes – ampliando a nossa atuação para novas regiões e desenvolvendo novos produtos -, o que permitiu manter a participação de mercado, mesmo com a entrada de novos *players*. Atendemos, dessa maneira, o que estava planeado em termos de resultado para esse país.

Em **Moçambique**, problemas estruturais ainda são um desafio para a nossa atuação. Em 2015, enfrentamos dificuldades com o abastecimento de energia elétrica e, como consequência, tivemos o forno parado. No entanto, conseguimos atender o mercado via *trading*, mantendo a nossa participação em 59%.

Paralelamente, prosseguimos com o projeto Mutirão, no qual profissionais de várias geografias da InterCement nas áreas industriais, comerciais e de logística sistematizam um plano de ação para melhorar o desempenho local. No âmbito deste projeto aprofundámos a sua vertente “Gente”, em especial no ângulo de capacitação e formação de profissionais locais, que cremos ser uma alavanca essencial para trazer a performance das nossas operações em Moçambique para os mais elevados padrões da companhia. O mesmo projeto, aplicado no **Paraguai**, permitiu a formação de equipas compostas 100% por mão-de-obra local e bastante motivadas, que hoje já seguem os melhores padrões de eficiência. Essa experiência atesta que o caminho para a excelência no país africano passa por partilhar informações e talentos internos.

Outro ponto importantíssimo na nossa estratégia é a forte atuação em **Trading**. Em 2015, cerca de 10% das nossas vendas foram feitas

por este canal. Ultrapassamos a casa das 4 milhões de toneladas, um resultado muito positivo, levando-se em conta que tradicionais países importadores foram afetados pela crise de preços do mercado do petróleo. Então, para manter patamares satisfatórios, as equipas atuaram no sentido de procurar alternativas geográficas e aprimorar todo o processo – com produtos, preços e prazos altamente competitivos.

Continuamos a acreditar que a principal potência dos negócios está nas parcerias sustentáveis e frutíferas que firmamos com os nossos *stakeholders*. A proximidade com os nossos clientes, fornecedores e comunidades é o que nos fará alcançar as metas estabelecidas na Visão 2023, alinhada com as diretrizes do Pacto Global das Nações Unidas, do qual somos signatários e com o qual estamos comprometidos em desenvolver ações relacionadas às quatro áreas de seus princípios: direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

É importante, ainda, evidenciar o nosso trabalho evolutivo em Segurança. Em 2015 direcionamos esforços para que todos os líderes fossem treinados e assumissem o papel de agentes da mudança nessa área. O lema “faremos de forma segura ou não faremos”, o ponto máximo do programa corporativo global de Segurança, é a realidade que deve ser vivida em nossas operações. O tema é tratado dentro do nosso projeto Cultura, disseminado em 2015 em todos os países.

A construção de uma cultura comum em uma empresa de atuação geográfica tão diversa como a nossa não é tarefa fácil, porém tem-se mostrado possível, e esses atributos considerados fundamentais para nosso crescimento foram mapeados no Atitudes InterCement. O resultado pode ser percebido na nossa Pesquisa de Clima 2015 que, mesmo em uma situação macroeconómica desfavorável, apresentou resultados muito superiores à média das geografias onde operamos, obtendo um índice de 62% favorável em questões relacionadas a desenvolvimento de carreira, liderança, carga de trabalho, segurança, entre outros aspetos.

Reforço que, com este Relatório, a Cimpor espera transmitir de forma clara e transparente a sua estratégia, valores, objetivos e resultados. Boa leitura.

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima
Presidente da Comissão Executiva da Cimpor

SECÇÃO B

**CIMPOR ENTRE AS 10 MAIORES
E AS 5 MAIS RENTÁVEIS**



I. CIMPOR, UM PLAYER INTERNACIONAL

A Cimpor é uma das dez maiores cimenteiras de perfil internacional do setor, com 40 unidades produtivas em oito países e capacidade instalada de 47 milhões de toneladas. Além do cimento, a empresa atua na produção de betão e agregados. No total, a empresa tem 8.451 profissionais. É líder nos mercados de Portugal, Argentina, Moçambique e Cabo Verde, vice-líder no Brasil e no Paraguai e tem posição relevante na África do Sul e no Egito.

Cimpor: Visão geral

Ampla presença geográfica:



40
UNIDADES DE PRODUÇÃO DE CIMENTO

23
INTEGRADAS

17
MOAGENS

28
MILHÕES DE TONELADAS DE CIMENTO VENDIDAS EM 2015

3
CONTINENTES

8
PAÍSES

(África do Sul, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Egito, Moçambique, Paraguai e Portugal)

8.451
COLABORADORES

II. PRINCÍPIOS ESSENCIAIS

Direcionadores

O conjunto direcionador Visão, Missão, *tagline* "Construindo Parcerias Sustentáveis" e mapa estratégico direcionam a atuação e o futuro da companhia, seguindo todas as tomadas de decisão voltadas a atender o que foi estabelecido no planejamento estratégico 2013-2023.

Visão 2023

Diferenciar-se junto aos clientes pelo nível de parceria e serviços, estando sempre entre as dez maiores e as cinco mais sólidas e rentáveis empresas internacionais do setor.

Missão

Crescer e desenvolver-se em conjunto com clientes, profissionais, fornecedores, acionistas e comunidades, direcionados por inovação, sustentabilidade e excelência operacional.

Valores

Respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente – Agir sempre de forma correta e justa em relação aos seus acionistas, profissionais, clientes, fornecedores, governos, às comunidades e à sociedade em geral. Atuar com responsabilidade em relação ao meio ambiente.

Atuação responsável – Atender ao estabelecido na legislação dos países e regiões onde atua; corresponder aos valores aqui definidos; agir de forma íntegra e de acordo com as normas universais de boa convivência humana, sem discriminação de raça, sexo, credo, religião, cargo, função ou outra.

Transparência – Fornecer informações claras e abrangentes sobre atividades, realizações, políticas e desempenho, de forma sistemática e acessível.

Foco no resultado – Procurar maximizar sempre o desempenho como forma de garantir a sua continuidade, os seus investimentos, o retorno aos acionistas e as condições adequadas aos profissionais.

Qualidade e inovação – Garantir aos clientes a melhor qualidade possível na execução de serviços ou no fornecimento de produtos e investir continuamente no aperfeiçoamento das suas atividades e dos seus profissionais.

TAGLINE: “Construindo Parcerias Sustentáveis”

O slogan “Construindo Parcerias Sustentáveis” anunciado juntamente com a Visão 2023 e Missão, em 2013, é um indicador de que todos os projetos, programas e ações da empresa devem levar em consideração a máxima “construir parcerias sustentáveis”. A evolução interna desse conceito, apoiado também no Projeto Cultura, deu origem ao Projeto Parcerias, cujo objetivo é a diferenciação da companhia entre seus diferentes públicos de relacionamento.

MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico da Cimpor é apresentado em ponto próprio deste relatório, nesta secção (III. Estratégia de Negócio).

Compromissos

A Cimpor está alinhada a iniciativas que promovem uma atuação empresarial pautada pela sustentabilidade. A companhia apoia e estabelece cada um desses compromissos firmados.

- Pacto Global da Organização das Nações Unidas (UN *Global Compact*);
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP);
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC);
- *Pledge for Access to Safe Water, Sanitation and Hygiene at the workplace (WASH)*;
- *Caring for Climate* (ação alinhada ao UN *Global Compact*);
- *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* por meio da iniciativa setorial;
- *Cement Sustainability Initiative (CSI)*;
- *Cement Low Carbon Technology Partnership initiative (LCTPI)*;
- *The Paris Pledge for Action*;

- Carta aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas do Instituto Ethos;
- Programa Na Mão Certa da *Childhood* Brasil.

Certificações

ISO 9001 – Qualidade de Gestão

Unidades certificadas: Durban, Newcastle e Simuma (África do Sul), Barker, Catamarca, L’Amalí, Lomaser, Olavarría, Ramallo, Recycomb, San Juan, Sierras Bayas e Zapala (Argentina), Apiaí, Bodoquena, Brumado, Cajati, Campo Formoso, Candiota, Cezarina, Cubatão, Jacareí, João Pessoa, Ijaci, Nova Santa Rita, Pedro Leopoldo, Santana do Paraíso, São Miguel dos Campos e Suape (Brasil), AMCC e ACCC (Egito), Matola 1 (Moçambique), Alhandra, Loulé e Souselas (Portugal)

ISO 14001 – Gestão Ambiental

Unidades certificadas: Durban, Newcastle e Simuma (África do Sul), L’Amalí, Lomaser, Olavarría, Ramallo, Recycomb, San Juan e Zapala (Argentina), Apiaí, Bodoquena, Brumado, Cajati, Campo Formoso, Candiota, Cezarina, Cubatão, Jacareí, João Pessoa, Ijaci, Nova Santa Rita, Pedro Leopoldo, Santana do Paraíso, São Miguel dos Campos e Suape (Brasil), AMCC e ACCC (Egito), Alhandra, Loulé e Souselas (Portugal)

OHSAS 18001 – Saúde e Segurança Ocupacional

Unidades certificadas: Durban (África do Sul), Catamarca, L’Amalí, Lomaser, Ramallo e Recycomb (Argentina), Apiaí, Bodoquena, Brumado, Cajati, Campo Formoso, Candiota, Cezarina, Cubatão, Jacareí, João Pessoa, Ijaci, Nova Santa Rita, Pedro Leopoldo, Santana do Paraíso, São Miguel dos Campos e Suape (Brasil), AMCC e ACCC (Egito), Alhandra, Loulé e Souselas (Portugal)



III. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

Rumo ao objetivo maior definido na Visão 2023: Diferenciar-se junto dos clientes pelo nível de colaboração e de serviços, estando sempre entre as dez maiores e as cinco mais sólidas e rentáveis empresas internacionais do setor.” A Cimpor adota uma estratégia de abordagem de negócio que por via da sua intensa dinâmica de curto prazo, antecipa as perspetivas a que se propõe a longo prazo.

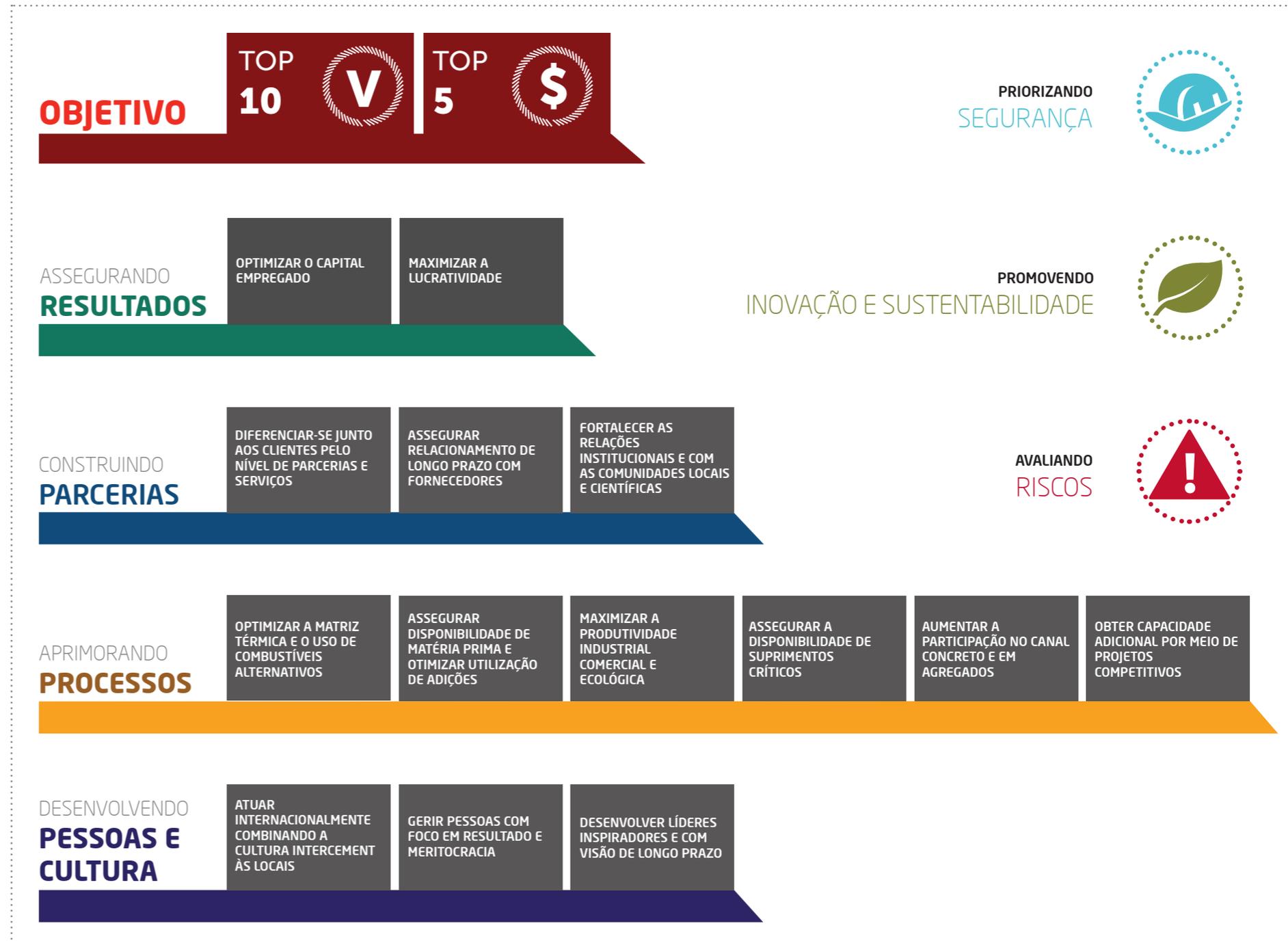
Na senda de internacionalização e crescimento que vem desenvolvendo a companhia promove a curto prazo a consolidação da sua posição nos mercados onde opera, desenvolvendo agilmente a sua eficiência de forma transversal, enquanto promove a solidez do seu balanço por via do presente processo de desalavancagem.

Deste modo, e adotando uma clara postura de parceria com os seus *stakeholders*, firma as bases para a sua expansão em mercados em desenvolvimento - assumindo-se como agente dinamizador das economias locais e progredindo em sintonia com as mesmas -, construindo assim um portfólio de ativos equilibrado e preparado para a efetiva criação de valor.

A estratégia da Cimpor encontra-se sistematizada no Mapa Estratégico que, envolvendo diferentes instâncias da empresa, orienta e define metas que permeiam toda a companhia rumo à referida Visão 2023.

O mapa estratégico encontra-se dividido em quatro dimensões, que são pilares sobre os quais as metas são estabelecidas: Resultados, Parcerias, Processos, Pessoas e Cultura. De forma transversal, foram estabelecidos três aspetos, que são os valores essenciais da Cimpor. Tudo deve ser feito respeitando sempre esses três itens fundamentais: Riscos, Inovação e Sustentabilidade, e Segurança.

Cada dimensão tem objetivos estratégicos que derivam de um Plano de Ação 2014-2023 e possuem indicadores e metas que permitem acompanhar como a estratégia está sendo efetivamente implementada. Responsáveis, definidos entre membros da gestão de topo, são encarregados de gerir o cumprimento das metas de cada dimensão – assegurando o seu cumprimento no curto prazo e a tomada de ações para o seu cumprimento no médio e longo prazo.



IV. PRESENÇA INTERNACIONAL

Legenda

- Tamanho do mercado (M. ton)
- Crescimento (GAGR 2003-2014)
- Posição da Cimpor



Trading



Vendas de mais de **4 milhões de toneladas**, saindo principalmente de Portugal para atender **28 países** na África e nas Américas. **5ª maior operação de trader de cimento do mundo.**

V. PERFORMANCE FINANCEIRA - 2015

Cimpor responde a adversidade contextual, com programa de aumento de eficiência e fortalecimento de balanço.

Os Resultados da Cimpor em 2015, refletem o abrandamento generalizado das economias em desenvolvimento e em especial o impacto da adversidade político-económica observada no Brasil. Ao qual a companhia responde com o lançamento de um conjunto de iniciativas de aumento de eficiência e de fortalecimento de balanço, preparando-se para alavancar na esperada inversão de ciclo económico perspectivado para 2017.

Assim, não obstante as contrariedades externas com que se deparou em 2015, a Cimpor lançou bases de aumento de eficiência operacional que lhe permitiram, desde já, sustentar o *EBITDA* ao nível dos €525,7 milhões, gerar um fluxo de caixa de 160 milhões de euros e reduzir a sua Dívida Líquida em 366 milhões de euros face a 2014, aperfeiçoando continuamente o seu perfil e entrando em 2016 fortalecida para abraçar os desafios que antecipa.

Em 2015 a diversificação geográfica e nomeadamente os destacados contributos da Argentina, Paraguai e Portugal, permitiram mitigar a performance operacional no Brasil e em África, aqui marcado pelos ajustes já esperados no Egito – depois dos benefícios pelo posicionamento destacado em condições atípicas de mercado em 2014.

O Volume de Negócios ascendeu a 2,5 mil milhões de euros, beneficiado por um aumento do preço médio do cimento de 6,2%, ficaria ainda assim 4,3% aquém de 2014, refletindo um abrandamento do volume de expedição de cimento e clínquer de 6,1% a par do efeito cambial desfavorável.

A Margem *EBITDA* cifrou-se em 21,1%, mantendo-se como uma das referências na indústria.

O *EBITDA* ascendeu a 525,7 milhões de euros. O resultado da conjugação simultânea e atípica de um conjunto de desafios económicos e de situações pontuais de mercado, a que se somam os efeitos não recorrentes da reestruturação corporativa em cerca de 17 milhões de euros e da recompra de um crédito (8 milhões de euros), levaram a uma contração de 18,6% deste indicador.

- **Argentina** - Apresentou o maior *EBITDA* de sempre. Dinâmica de mercado e vantagens competitivas estratégicas de líder de mercado geram o maior contributo para *EBITDA* consolidado da companhia. Aumento de eficiência e reestruturação corporativa;
- **Brasil** - Incerteza político-económico traduziu-se numa contração da procura aliada a um aumento de capacidade no mercado. Cimpor ajusta a abordagem comercial a necessidades de mercado, adequa estrutura produtiva de cimento, reestrutura negócio de betão e aliena outros ativos não

estratégicos preparando-se para desafios de 2016. Depreciação do real e reestruturação corporativa prejudicam contributo de 2015;

- **Paraguai** – Ano completo de operação com fábrica integral permite destacar-se pela eficiência, apresentando maior margem *EBITDA* da companhia;
- **Portugal e Cabo Verde** – Evolução positiva do mercado interno em Portugal permite apresentar melhoria substancial de resultados. Em Cabo Verde apesar da contração do mercado, eficiências operacionais permitem uma evolução positiva do *EBITDA*;
- **Egito** - Volume de vendas sofre ajuste esperado, contração de preço médio no 1º semestre por intensificação da concorrência. Início de projeto de otimização da matriz energética;
- **Moçambique** – Reafirmada da posição de liderança, contraria queda de mercado e permite crescimento mitigando condicionalismos locais e incrementos de custos indexados ao dólar;
- **África do Sul** – Exploração de novas regiões e clientes, compensa vendas atípicas de clínquer em 2014.

Neutralidade do efeito cambial na dívida das holdings, insuficiente para conter impacto deste efeito ao nível da dívida nas operações deteriorando os Resultados Financeiros em 9,4%. Evolução favorável de impostos refletindo resultados alcançados.

Evolução desfavorável do Resultado Líquido atribuível a detentores de capital que passa de 27 milhões de euros em 2014, para um prejuízo de 71 milhões de euros em 2015.

Libertação de 160 milhões de euros de caixa (FCF), reflete sucesso de programa de fundo de maneo, medidas para sustentação de *EBITDA* de melhoria de eficiência, disciplina de investimento e alienação de ativos não estratégicos no Paraguai e no Brasil.

Redução de 366 milhões de euros na Dívida Financeira Líquida (-11%) e melhoria do seu perfil, contrasta com redução do Ativo (-15%) especialmente por conta de efeitos cambiais na valorização das operações.

Principais Indicadores

	jan - dez		
	2015	2014	Var. %
Vendas cimento e clínquer (milhares ton)	28.136,9	29.979,3	-6,1
Volume de Negócios (milhões de Euros)	2.492,7	2.603,7	-4,3
<i>EBITDA</i> (milhões de Euros)	525,7	645,6	-18,6
Margem <i>EBITDA</i>	21,1%	24,8%	-3,7 p.p.
Resultado Líquido (milhões de Euros) ⁽¹⁾	(71,2)	27,2	s.s.

⁽¹⁾ Atribuível a Detentores de Capital)

VI. FINANCIAMENTO

Num contexto marcado pela adversidade e falta de visibilidade quanto às perspetivas de evolução dos mercados de capitais, em 2015, a companhia prosseguiu as linhas mestras da Política de Financiamento desenhada em 2014, ou seja uma *Redução de Alavancagem Financeira e de Dívida*, a par da continuidade de *Ajuste do seu Perfil de Financiamento*, suportando a sua evolução da sua atividade corrente e, simultaneamente, o fortalecimento do balanço para que corresponda às suas ambições de desenvolvimento futuro.

Redução de Alavancagem e Dívida

Como resultado da implementação desta política, é já patente a redução alcançada da Dívida Líquida de 3.439 milhões de euros em 2014 para 3.073 milhões de euros em 2015 –, ou seja menos 366 milhões de euros (-10,6%) face ao ano anterior. Ainda assim, a performance do *EBITDA* acabaria por impedir o seu reflexo imediato na Redução de Alavancagem Financeira, nomeadamente na aferição do rácio *Net Debt / Adjusted EBITDA*.

No âmbito das responsabilidades da Cimpor perante os seus credores, cumpre contudo aqui referir que o indicador de endividamento (*Dívida Financeira Líquida/EBITDA*) sendo medido ao nível da InterCement Participações, S.A. – seu acionista controlador, atendeu aos *covenants* contratualmente estabelecidos.

A redução do nível de endividamento, decorre diretamente da libertação de caixa proporcionada por um conjunto de iniciativas, de entre as quais são destacar: o programa de aumento de eficiência na gestão de fundo de manuseio - evidenciada na redução no ciclo de conversão de caixa patente na libertação de 11 milhões de euros face ao empate de 41 milhões de euros em igual período do ano anterior; a disciplina de investimento - aferindo em contínuo a duplicidade das variáveis prioridade / velocidade de retorno; e a alienação oportunística de ativos não estratégicos – nomeadamente de participações minoritárias e ativos no Paraguai e no Brasil.

Em termos de *EBITDA*, é de fazer referência à introdução de medidas de aumento de eficiência e produtividade operacional que embora, por força do enquadramento económico de 2015, não sejam ainda patentes na evolução deste indicador, acabariam por justificar a sua sustentação ao nível apresentado.

Ajuste do Perfil de Financiamento

Ao longo de 2015, a continuidade dada ao processo de aperfeiçoamento do Perfil de Endividamento, intensificou o seu foco nas seguintes frentes:

I. Prossecução da política de cobertura cambial de compromissos financeiros num horizonte temporal

de 2 anos²;

- II. Contenção da exposição cambial ao nível da holding, na senda dos processos de cobertura de dívida iniciados em 2014;
- III. Ajuste da captação de *funding* na moeda de geração de receita de cada geografia, uma ferramenta natural de cobertura cambial operacional para a companhia – patente já nas novas opções de refinanciamento tomadas na Argentina e Moçambique;
- IV. Captura das melhores oportunidades de financiamento para a companhia - como se observou na tomada de financiamento em Portugal tirando partido das condições então favoráveis de liquidez desse mercado.

² Excepto para empréstimos com as suas acionistas

As iniciativas desenvolvidas neste âmbito, entre as quais se destacam os processos de refinanciamento em 2015, acabariam por se traduzir numa melhoria do perfil de endividamento observável: na redução do custo médio de endividamento, sustendo o seu prazo médio acima de 5 anos; e, na manutenção de um elevado nível de liquidez (730 milhões de euros).

Neste contexto, deve salientar-se mesmo que, para além dos empréstimos contraídos junto da sua acionista controladora, o nível de liquidez da Cimpor apresentado a 31 de dezembro de 2015 revelava-se suficiente para cobrir os compromissos financeiros dos próximos 3 anos e que não existiam necessidades de refinanciamentos materiais até 2019.

O sucesso dos processos de refinanciamento acima referidos, nomeadamente o alongamento de prazo e redução de custos face à dívida refinanciada, veio mais uma vez mostrar a solidez da reputação da companhia perante o setor bancário, em especial tendo em conta o ambiente vivido nos mercados financeiros.

A Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. não tem presentemente qualquer notação de *rating*. Sob a sua esfera, é contudo mantida a notação de *rating* para a InterCement Brasil, S.A. (presentemente “BB-; *outlook* negativo”) que, em conjunto com a InterCement Participações, S.A. (presentemente “BB-; *outlook* negativo” e “BB; *outlook* negativo”, pela S&P e Fitch respetivamente), apresenta-se como garantidora da emissão de Senior Unsecured Notes Due 2024 pela Cimpor Financial Operations BV. Cabe aqui salientar que o critério da Standard & Poor’s prevê o condicionamento do *rating* das subsidiárias pela sua acionista controladora, neste caso a InterCement Participações, S.A..

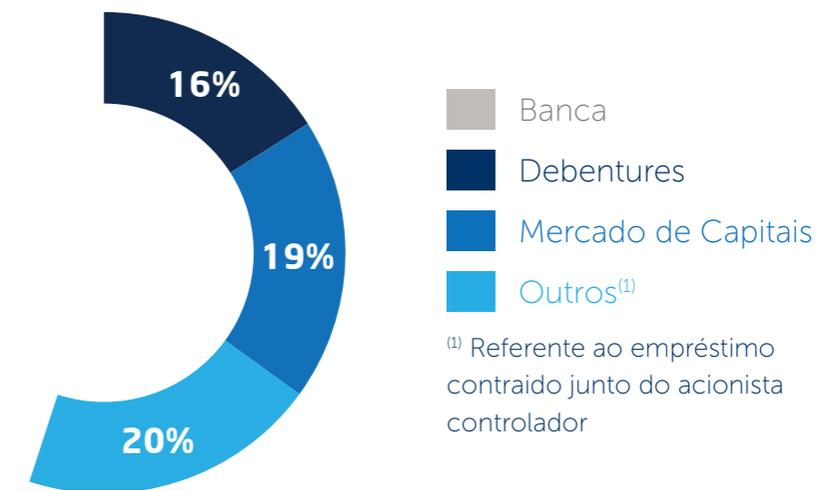


Maturidades

(Milhões de euros)



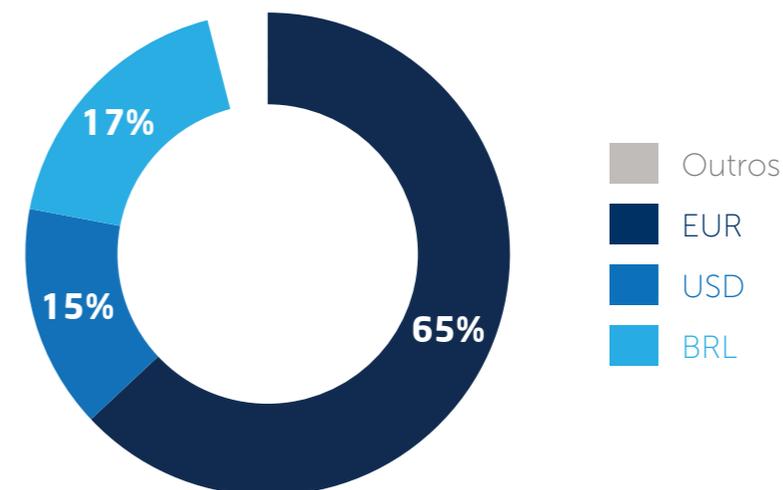
Perfil de Dívida



- Banca
- Debentures
- Mercado de Capitais
- Outros⁽¹⁾

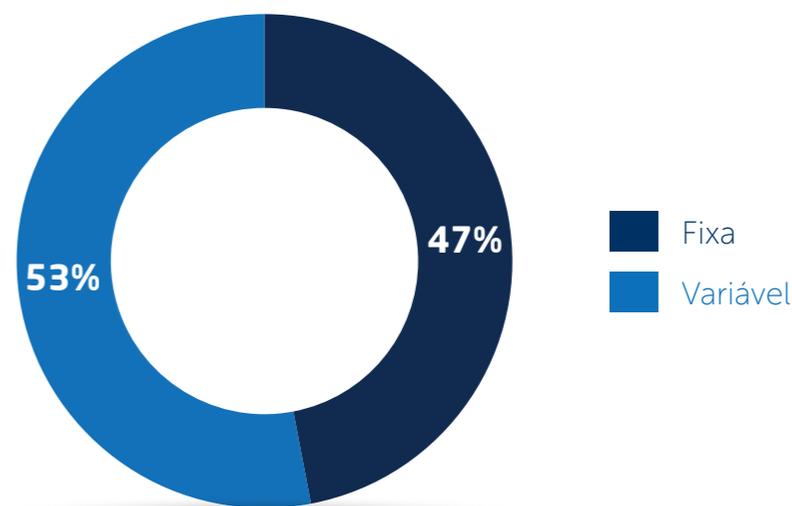
⁽¹⁾ Referente ao empréstimo contraído junto do acionista controlador

Perfil de Dívida



- Outros
- EUR
- USD
- BRL

Perfil de Dívida



- Fixa
- Variável

VII. RISCOS CONTROLADOS

A Cimpor tem de gerir riscos e manter sistemas de controlo confiáveis pois são fundamentais para a manutenção do negócio em patamares saudáveis no longo prazo. O tema é, inclusive, uma atitude transversal a todas as ações da companhia, devendo permear todas as dimensões e objetivos do Mapa Estratégico.

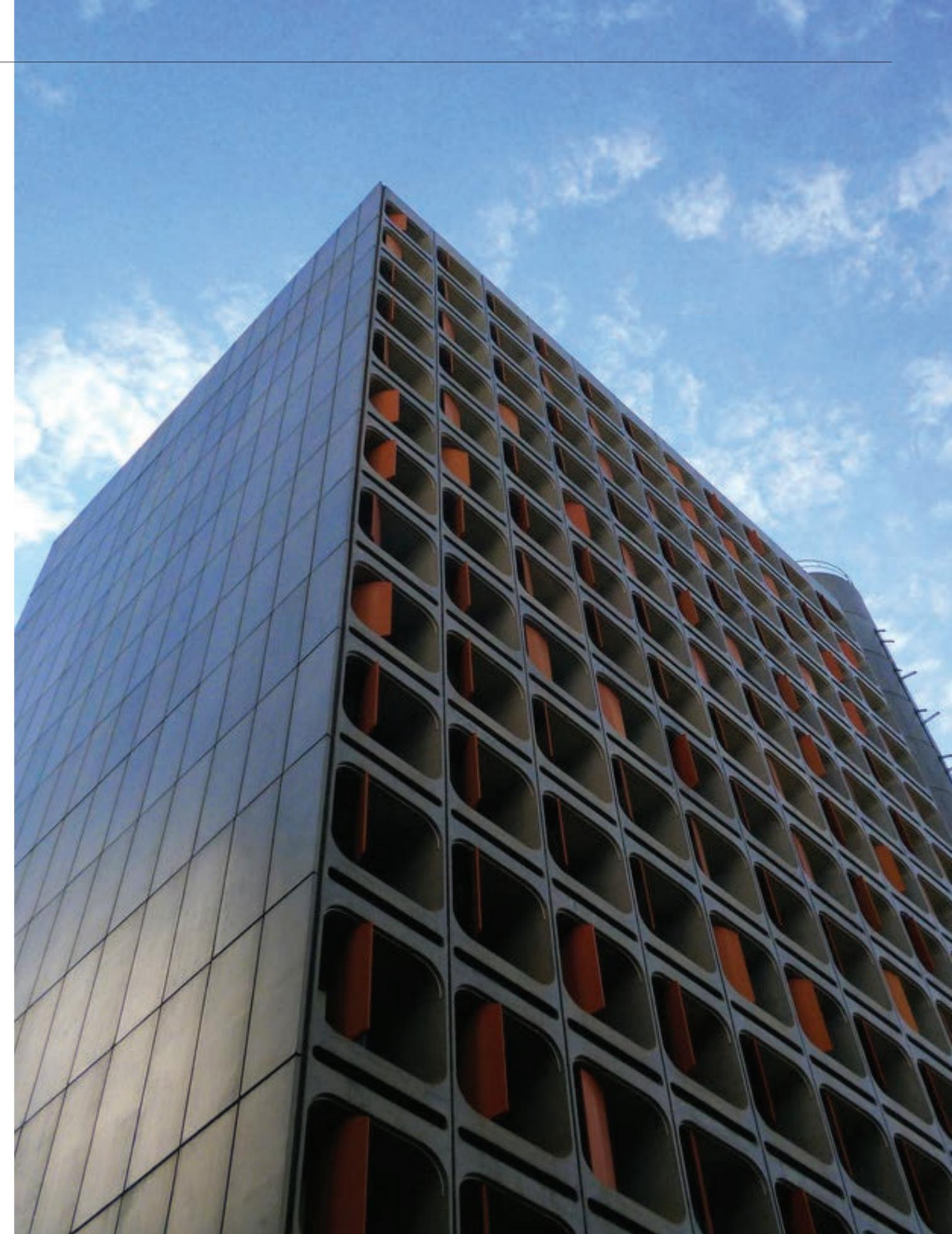
Dessa forma, a empresa supera adversidades associadas à complexidade da operação, da atividade empresarial e da diversidade cultural. Em 2014, concluiu-se e foram amplamente divulgadas em todas as operações as políticas Corporativas de Gestão de Riscos e de Gestão de Crises. Como novidade, esse realinhamento da matriz de riscos, a partir da reavaliação dos fatores de riscos mais relevantes em todas as operações, levou à classificação dessas situações em dois grandes grupos, de negócios e de operação.

Em 2015, um ano particularmente difícil do ponto de vista macroeconómico, estas ferramentas mostraram-se muito úteis no auxílio contínuo à identificação, parametrização, avaliação e, finalmente, a propostas de ações contingenciais ou de mitigação dos fatores que eventualmente pudessem impactar adversamente no resultado do negócio. No capítulo "Zelar pela Disciplina Financeira" são apontadas algumas das ações concretas que exemplificam a postura da Cimpor perante situações de riscos, mesmo que esses sejam claramente impostos e/ou contaminados por cenários externos degradados.

Como informação importante, os riscos de negócios são avaliados pela Cimpor pelo impacto em cinco aspetos-chaves que podem afetar os resultados: redução do *EBITDA*, participação de mercado, endividamento, reputação e imagem, e continuidade das operações. Já os riscos de operação envolvem controlos para assegurar que as atividades não sejam prejudicadas por falhas de equipamentos ou processos.

Para cada risco há um plano de ação e responsáveis por adotar medidas de acompanhamento e ações mitigatórias, o que inclui a participação de um membro da Comissão Executiva ou gestão de topo e diretores das unidades de negócios. O processo prevê, ainda, o desenvolvimento de uma metodologia que defina tolerância e limite ao risco, como uma defesa dos negócios. A gestão dos riscos é coordenada pela área de Gestão de Riscos e Auditoria e conta com uma estrutura em cada unidade de negócio representada pelos responsáveis do processo de auditoria interna. Essa estrutura está fortemente centrada no compromisso de todos e na excelência da gestão – e sua robustez e agilidade de ação foram colocadas à prova em 2015, como citado, em função do ambiente externo.

É importante ressaltar que a política Cimpor de cobertura de riscos com instrumentos financeiros é apenas adotada para o cumprimento das obrigações financeiras num horizonte de 24 meses. Já a política de cobertura financeira do restante das atividades da companhia é suportada pela diversidade geográfica do seu *portfólio* de ativos.





SECÇÃO C

FOCO NA EXCELÊNCIA

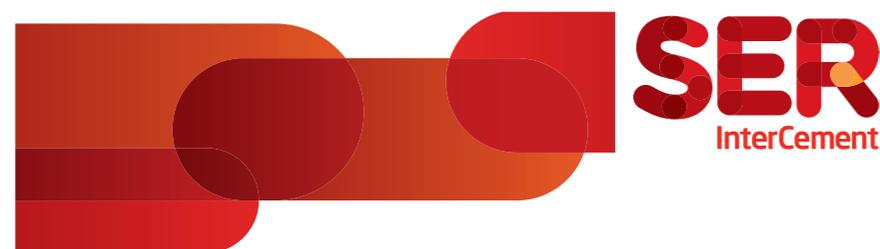
A Cimpor segue constantemente a excelência em todos os aspetos do negócio, principalmente para alcançar os mais altos patamares nas atividades internas. Dessa forma, a empresa ganha densidade para mitigar com mais agilidade cenários externos desfavoráveis – e fica mais bem estruturada para rapidamente atender retomadas económicas.

Foi neste espírito que em 2015, deu particular destaque a quatro iniciativas com impacto imediato e transversal a toda a companhia.

- Adoção das Atitudes InterCement, lançadas pela InterCement;
- A ampliação dos compromissos com a Agenda da Sustentabilidade;
- O aprofundamento do conceito de Compliance e;
- *A nova Pesquisa de Clima.*

As iniciativas acima, reforçam a aposta da companhia nas 4 frentes de ação determinantes na persecução dos seus objetivos estratégicos, que abaixo se apresentam:

- I. Construir Parcerias Sustentáveis;
- II. Procurar a Liderança Tecnológica;
- III. Perseguir Excelência Operacional;
- IV. Zelar pela Disciplina Financeira.



10 ATITUDES INTERCEMENT

-  ➤ **CONSTRUA PARCERIAS SUSTENTÁVEIS**
-  ➤ **CONSIDERE SEMPRE O CLIENTE**
-  ➤ **COMPROMETA-SE COM OS RESULTADOS**
-  ➤ **LIDERE PELO EXEMPLO**
-  ➤ **FORTALEÇA A EQUIPA**
-  ➤ **TENHA UMA POSTURA INOVADORA**
-  ➤ **OPTIMIZE PROCESSOS**
-  ➤ **PENSE SEGURO**
-  ➤ **EXERÇA INFLUÊNCIA POSITIVA**
-  ➤ **DESAFIE-SE PERMANENTEMENTE**

I. CONSTRUIR PARCERIAS SUSTENTÁVEIS

A Cimpor acredita que manter parcerias sustentáveis com todos os seus *stakeholders* é essencial para o futuro dos negócios. Por isso adotou como *tagline* “Construindo Parcerias Sustentáveis”, para que a totalidade dos seus profissionais e todos os públicos com os quais se relaciona tenham sempre a consciência de que tudo deve ser feito pensando não só na própria empresa, mas também nos interesses dos parceiros, já que o sucesso destes também tem influência no resultado da companhia.

Essa premissa é tão forte que faz parte do conjunto direcionador estratégico para o atendimento integral à Visão 2023, e ser destaque no Mapa Estratégico. Com esse entendimento, a Cimpor desenvolve programas e ações que são efetuados com esses parceiros (clientes, fornecedores e comunidades). Crescer e levar junto dos seus parceiros é o objetivo da Cimpor, e essa é a visão principal de grandes projetos como o Parcerias, no âmbito de clientes, fornecedores e comunidades, e a criação do Instituto InterCement.

Internamente, esse compromisso da Cimpor, uma empresa InterCement, traduz-se no Atitudes InterCement. Lançado em 2015 no âmbito do projeto de Cultura Organizacional, ele foi estruturado a partir de uma profunda reflexão sobre os valores, políticas internas e condutas desejáveis. Também neste ano a Cimpor organizou a sexta edição da Pesquisa de Clima, dentro de uma política de acompanhamento e desenvolvimento contínuo do ambiente interno.



Atitudes InterCement

Lançado pela InterCement, no início de 2015...

Lançado pela InterCement, no início de 2015, a Cimpor, uma empresa InterCement, desde logo adotou o Atitudes InterCement, um conjunto de dez comportamentos que devem estar implícitos no dia-a-dia de um profissional da companhia, qualquer que seja o seu nível hierárquico, área ou país. A empresa acredita que é essencial adotar uma cultura única, o “forma de ser e fazer” da companhia, em todas as geografias em que está presente, para, dessa forma, ser possível o cumprimento das metas, ações e objetivos estabelecidos para atingir integralmente a Visão 2023. Os comportamentos listados não são novidade. O Atitudes chega para sistematizar o que já era o diferencial humano da companhia e, certamente, um dos fatores responsáveis pelo sucesso dos negócios até então.

Ao longo do ano, as Atitudes foram divulgadas em todas as operações por meio de formações, apresentações e comunicações internas – sempre reforçando que tais atitudes, vivenciadas no dia-a-dia, devem representar e diferenciar os profissionais Cimpor. O desejo da empresa é que também sejam conhecidas pelos seus *stakeholders* externos. Assim, este processo deve ser ampliado no decorrer do ano de 2016, já que a Cimpor procura por parceiros alinhados, dentro do conceito de “Construir parcerias sustentáveis”.

Conheça resumidamente cada uma das Atitudes InterCement.

1. CONSTRUA PARCERIAS SUSTENTÁVEIS

Atitude que se tornou *slogan* da companhia, posto que a Cimpor acredita que uma parceria sustentável é essencial para o futuro dos negócios. Isso significa que a cooperação deve estar imbuída de respeito, alinhamento de expectativas, transparência e convergência de objetivos.

2. CONSIDERE SEMPRE O CLIENTE

Alcançar a satisfação dos clientes é papel de todos os profissionais da Cimpor, independentemente de função ou área, já que o objetivo maior da empresa é atender com excelência.

3. COMPROMETA-SE COM OS RESULTADOS

Procurar fazer o melhor na sua atividade, pensando na continuidade da operação no longo prazo, valorizando o trabalho em equipa e o sentimento de unidade, é o que se espera de cada profissional Cimpor a fim de que, como equipa, a companhia alcance

os resultados e objetivos estabelecidos por meio de metas e ações do planeamento estratégico.

4. LIDERE PELO EXEMPLO

Ser exemplo de conduta vai muito além do “dizer como fazer”, significa atuar da forma mais adequada. A companhia quer reforçar essa postura, pois entende que é capaz de assegurar a integração das diferentes equipas em torno de objetivos comuns.

5. FORTALEÇA A EQUIPA

Atuar em equipa é essencial, visto que o resultado dessa disposição de somar esforços resulta numa operação muito mais forte, consistente e sempre pronta para enfrentar novos desafios. A companhia entende que o verdadeiro trabalho em equipa é quando todos os participantes têm consciência do objetivo final da tarefa e dos tempos requeridos para cada ação, e somam a isso o seu esforço, dedicação e conhecimento.

6. TENHA UMA POSTURA INOVADORA

A companhia compreende que cada profissional é plenamente capaz de promover a inovação no seu dia-a-dia, por meio de ideias e conhecimentos desenvolvidos na sua própria rotina e ambiente de trabalho.

7. OPTIMIZE PROCESSOS

Qualquer que seja o processo, só faz sentido se simplificar a rotina e trazer melhores resultados. Dessa maneira, fica evidente que, para otimizar um processo, é necessário conhecê-lo, avaliá-lo e, a partir daí, utilizar as melhores ferramentas disponíveis para que a empresa atue com simplicidade, rapidez e eficiência.

8. PENSE SEGURO

Segurança é um valor da Cimpor, e isso está evidente por ser um dos três temas que permeiam todas as ações do Mapa Estratégico. Este é um compromisso natural que os profissionais devem

ter e vivenciar seguindo pontos já bastante comunicados na empresa, como cumprir as Regras de Ouro, relatar e corrigir condições de atos inseguros, entender os riscos, perigos e controles necessários para cada atividade.

9. EXERÇA INFLUÊNCIA POSITIVA

As principais características necessárias para alcançar essa atitude são diálogo, transparência, respeito, confiança e capacidade de inspirar e motivar. São aspetos também presentes nas outras Atitudes InterCement, no entanto, a singularidade de “Exerça Influência Positiva” está na capacidade de interagir de modo a reconhecer, elogiar e comemorar resultados superiores; dar feedbacks recorrentes, construtivos e estruturados; e apresentar, de maneira incisiva, uma visão optimista e inspiradora quanto ao futuro.

10. DESAFIE-SE PERMANENTEMENTE

A Cimpor tem, ao longo da sua história, criado um ambiente propício para que todos os profissionais possam superar desafios técnicos, operacionais e de comercialização, porque trazem em si oportunidades para cada profissional e também para o negócio. Isso acontece por meio do incentivo à aprendizagem, às possibilidades de partilhar boas práticas, à participação em debates e avaliações e ao trabalho em equipa.

10

ATITUDES INTERCEMENT

Esse é meu compromisso



Instituto InterCement

Tem como missão o desenvolvimento nas comunidades...

O ano de 2015 já pode ser considerado histórico no que diz respeito à atuação da Cimpor nas comunidades onde tem as suas operações. 2015 foi o ano da criação do Instituto InterCement, que passa a administrar o investimento social privado da InterCement e suas participadas, onde se inclui a Cimpor. O instituto dará seguimento aos projetos realizados até então pelo Instituto Camargo Corrêa, porém agora de maneira mais próxima, com maior foco e mais efetividade graças à imediação dos beneficiários.

A efetividade dos projetos é garantida por um cuidado planejamento. Todas as iniciativas são pautadas por diagnósticos feitos para entendimento das realidades existentes, e o desenvolvimento prático é de responsabilidade de um "parceiro operador", com experiência e conhecimento prévios. Esses parceiros podem ser outros institutos, fundações ou empresas que já atuam na área específica do projeto.

A criação do Instituto é mais uma evidência de que a atuação social da empresa é totalmente alinhada ao negócio e faz parte do objetivo da companhia de estabelecer sólidas parcerias e de longo prazo com as comunidades. O Instituto InterCement coloca-se como articulador dos parceiros operadores, dos Cívicos (Comitês de Incentivo ao Voluntariado e Interação com a Comunidade), formados por cinco ou seis profissionais e funciona como uma extensão dos braços do Instituto em cada unidade da Cimpor, e dos CDCs (Comitês de Desenvolvimento Comunitário), grupo que reúne representantes da comunidade e do poder público local.

Ainda na questão da responsabilidade social corporativa, a empresa tem um longo histórico na Argentina, a partir de ações coordenadas pela Fundação Loma Negra, criada em 2006. A Fundação Loma Negra está totalmente alinhada às diretrizes gerais do investimento social privado da Cimpor e atua em parceria constante com o Instituto InterCement, compartilhando valores, metas e objetivos.

Na governança do Instituto e na elaboração de estratégias está o Comitê Corporativo de Responsabilidade Social, formado por acionistas e membros da Comissão Executiva. A partir de 2016, cada unidade passa também a ter um Comitê de Responsabilidade Social local, composto por representantes da comissão executiva de cada país. Esta governança trará os temas e projetos para mais perto da direção, com o propósito de intensificar ainda mais a estratégia de responsabilidade social aos negócios.

O Instituto InterCement acredita que:

- Parcerias e redes de colaboração constituem importantes mecanismos para o desenvolvimento social;
- O investimento social privado é mais eficaz quando alinhado a políticas públicas;
- Programas sociais devem ter modernidade e constante inovação; e



- O trabalho voluntário deve ser um instrumento para o exercício da cidadania e uma oportunidade de crescimento e realização pessoal.

Atuação e público atendido

O Instituto InterCement desenvolve os seus projetos e ações em três campos de atuação e para três perfis. Conheça:

Campos de atuação

- **Desenvolvimento comunitário:** Em parceria com a sociedade civil e o poder público, o Instituto InterCement desenvolve ações que visam gerar oportunidade de desenvolvimento mais equânimes.
- **Negócios inclusivos:** Apoio ao dinamismo da economia local por meio do fortalecimento de pequenos negócios envolvendo-os, sempre que possível, como fornecedores ou clientes.
- **Contribuição com o ambiente do negócio:** Apoio à empresa por meio da sua rede de relacionamento no diálogo com os *stakeholders*, construção de metodologias e ferramentas.

Público atendido

Primeira infância – de 0 a 6 anos – trabalha na defesa dos direitos da primeira infância

Educação básica – de 6 a 13 anos – visa contribuir para a melhoria da educação na escola pública no ensino fundamental e básico

Juventude – de 14 a 29 anos – tem como meta incentivar o empreendedorismo e a geração de trabalho e retorno financeiro

Os GAIVs e o voluntariado

O Instituto também estimula ações individuais dos profissionais da Cimpor e apoia o voluntariado nas próprias ações do Instituto como também em outras entidades. Os Grupos de Ação Ideal Voluntário (GAIVs) são estruturados de forma espontânea por profissionais que desejam atuar voluntariamente em causas que lhe despertem interesse. Além da destinação de recursos para um impulso inicial, há incentivos para que sua mobilização seja contínua, planeada e em grupo.

O Ideal Voluntário, portanto, é um programa transversal que atua nos projetos internos e externos ao

Instituto InterCement.

Projetos

O Instituto InterCement tem uma série de projetos em curso. Destacam-se o Dia do Bem-Fazer (em todas as geografias), Semana do Bêbê (Brasil), Projeto Construindo o Futuro (Moçambique) e Future Builders (Egito).

Dia do Bem-Fazer

O Dia do Bem-Fazer 2015, realizado em todas as geografias onde a Cimpor está presente, reuniu um contingente de mais de 10 mil voluntários beneficiando cerca de 85 mil pessoas em oito países. Trata-se da maior ação voluntária da empresa. Profissionais da Cimpor e de empresas parceiras, os seus familiares e amigos, além de membros das comunidades, dedicaram tempo e esforço para concretizar um significativo número de benfeitorias em entidades beneficentes, escolas, creches, postos de saúde e praças. Como exemplo das ações está a completa edificação (desde a etapa de terraplenagem, passando pelo paisagismo e inclusão de mobiliário e *playground*, até à instalação de iluminação) de duas praças públicas, uma na África do Sul outra no Brasil.



Semana do Bebê

Com o apoio do Instituto InterCement, todas as unidades da InterCement Brasil conduziram, nos seus municípios, a realização da Semana do Bebê em 2015. A ação segue a sistematização proposta pela UNIFEC Brasil (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para um trabalho iniciado na cidade de Canela (Rio Grande do Sul), em 2000, idealizado por um médico psiquiatra que propôs trabalhar de forma coletiva as questões da Primeira Infância.

Em 2015, os municípios foram envolvidos em uma agenda intensa e variada de atividades que trabalhou o assunto, visando disseminar informações práticas sobre os cuidados com as futuras mães e os seus bebês e o fortalecimento de vínculos familiares. O foco não foi apenas consciencializar gestantes e pais das necessidades durante a infância, mas também envolver educadores, profissionais da saúde e da assistência social visando promover um atendimento integral para esta faixa etária. São oficinas, palestras, roda de conversas, atividades culturais e desportivas. De tão relevante, a Semana do Bebê foi transformada em política pública em seis dos municípios participantes (Apiiaí-SP, Bodoquena-MS, Brumado-BA, Itaoca-SP, Nova Santa Rita-RS e São Miguel dos Campos-AL).

Future Builders

O desemprego entre os jovens é um problema global. No Egito, porém, é particularmente alarmante entre as mulheres jovens (entre 15 e 29 anos) com uma taxa de desemprego de 32,3% contra 13,3% entre os homens jovens. Para contribuir com a melhoria deste quadro, foi desenvolvido o programa *Future Builders* que visa capacitar 200 jovens de Borg el-Arab (onde a empresa tem a sua unidade de produção), procurando dotá-los de competências e habilidades necessárias para fazer face à procura do mercado de trabalho ou para encontrar soluções empreendedoras com retorno financeiro.

Iniciado em maio de 2015, com a fase de planeamento e, sucessivamente, entrevistas e contatos com representantes de partes interessadas, coleta de informações, formatação de relatório de oportunidades, produção de manuais de formação e realização de seminários para a capacitação de três ONGs locais. O primeiro grupo, composto por 50 jovens, começou a formação em novembro. O *Future Builders* tem como premissa garantir a diversidade do género e o atendimento aos mais vulneráveis.

Construindo o Futuro

Trata-se do primeiro projeto no país alinhado ao programa estruturante Futuro Ideal, focado em fortalecer o empreendedorismo e a geração de trabalho e de retorno financeiro entre jovens. O Construindo o Futuro, lançado em meados de 2015, que reúne 42 pequenos produtores de artefactos de cimento do município de Matola, por meio da melhoria em gestão, qualidade e diversificação dos produtos, acesso a canais de financiamento e constituição de cooperativas para a aquisição de matérias-primas e comercialização dos produtos.



2015





PROJETO PARCERIAS

Projeto Parcerias

O projeto Parcerias teve início no Brasil e, em 2015, foi expandido para Argentina e Portugal...

O projeto Parcerias teve início no Brasil e, em 2015, foi expandido para Argentina e Portugal, onde aconteceram workshops para apresentar o programa, e chegará aos outros países em 2016. O principal objetivo do Parcerias é posicionar a Cimpor como uma parceira diferenciada junto a seus diferentes stakeholders externos: clientes, fornecedores e comunidades do entorno das operações. Dentro do Parcerias têm sido desenvolvidas ações e programas específicos para cada um deles.

O Projeto foi estruturado após reuniões com esses públicos de relacionamento da companhia para que a Cimpor pudesse identificar as prioridades e sistematizar ações de interesse tanto da empresa quanto dos parceiros. Dessa maneira, o projeto divide-se em ações de acordo com os seus públicos.

Parcerias Clientes

O Parcerias Clientes tem como objetivo aproximar ainda mais a InterCement Brasil desse público, pois a Companhia acredita que além de melhorar o relacionamento com esse público e garantir vantagens comerciais, é possível ainda contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade dos negócios dos seus clientes.

Após ouvir os seus clientes quanto às suas necessidades e exigências em termos de produtos e serviços, a companhia estruturou sete grandes projetos, ainda em teste, em torno dos seguintes temas:

- **Precificação** – a fim de fornecer sempre o posicionamento adequado ao cliente, de maneira ágil, respondendo à volatilidade do mercado e à necessidade de flexibilidade do cliente nos seus pagamentos.
- **Distribuição e relacionamento** – com o objetivo de pulverizar a distribuição, aumentar a proximidade com os clientes, diferenciar o relacionamento com o distribuidor e desenvolver ambiente para ampliação do *mix* de produtos.
- **Carregamento e entrega** – desenvolvimento de projetos em logística para melhorar o carregamento nas unidades, oferecer soluções para a operação logística do cliente, estreitar as trocas de informação, prover garantia e assertividade na entrega de suas cargas.

Parcerias Fornecedores

No caso de fornecedores, no Brasil existem dois exemplos significativos de como o Parcerias pode atuar para gerar mais resultados para ambas as partes, reforçando uma cultura ganha – ganha. São eles, o Programa *Partner* e o Inteligência Cruzada.

Lançada em 2015 no Brasil, esta ação foi voltada para 50 dos maiores fornecedores da companhia e tem como objetivo reconhecer e incentivar a produtividade e a inovação dos fornecedores, além de fomentar as suas práticas de sustentabilidade, segurança e responsabilidade social. Assim, a Cimpor passou a acompanhar a evolução dos seus fornecedores por meio de avaliações periódicas, porque acredita que o trabalho em conjunto e a proatividade para alavancar resultados impactam de forma positiva a produtividade e a segurança para os parceiros. A companhia deseja ainda continuar no empenho de difundir junto aos seus fornecedores o conceito de atuação no âmbito do investimento social privado.

Dos 50 fornecedores, três foram premiados nas categorias Fretes, Serviços e Insumos, e mais três como Destaques de SSMA, Inovação e Projeto Social.

Graças a este bom resultado, em 2016 o programa será expandido para 80 fornecedores no Brasil, e também começará a ser desenhado nas operações de Portugal e Argentina, e apresentado nos *workshops* sobre o Parcerias nas demais localidades.

Parcerias Comunidades

Também as comunidades foram chamadas para participar dessa iniciativa. A estruturação do Portas Abertas faz parte desse esforço, tanto que mesmo nas localidades onde o Parcerias efetivamente ainda não chegou, este programa já foi consolidado.

Com o objetivo de passar, de maneira alinhada, informações sobre missão e valores da companhia, esclarecer eventuais dúvidas e ser um catalisador importante de sentimentos da comunidade sobre a atuação da empresa, foi criada uma estrutura para fazer face à procura de pedidos de visita às unidades operacionais.





A SUA OPINIÃO
CONSTRÓI
Pesquisa de Clima Organizacional

Gente e Pesquisa de Clima

Gente e Cultura é uma das dimensões do Mapa Estratégico da Cimpor, que se desdobra em três objetivos a serem realizados para que a empresa alcance a Visão 2023...

Gente e Cultura é uma das dimensões do Mapa Estratégico da Cimpor, que se desdobra em três objetivos a serem realizados para que a empresa alcance a Visão 2023. O tema tem tamanho peso, porque a companhia acredita que o seu sucesso está diretamente vinculado à qualidade dos seus profissionais e ao seu desenvolvimento individual.

Dada a relevância do tema, a Cimpor desenvolve, com os seus profissionais, um conjunto de ações no âmbito de Gestão de Pessoas. Essas ações ocorrem com objetivo de 10 diretrizes preestabelecidas:

1. Segurança constante e ativa

Segurança é valor fundamental e responsabilidade de todos

2. Gestor no centro e RH como *business partner*

Os gestores são os principais responsáveis pela gestão de pessoas e todas as questões inerentes, bem como pelo desenvolvimento de um ambiente de trabalho de alto desempenho. As equipas de RH dão suporte aos gestores.

3. Agentes de mudança

No âmbito das Atitudes InterCement, os gestores são responsáveis por ser exemplo a ser seguido e em fortalecer a sua equipa, além de incentivar e promover um ambiente de inovação.

4. Qualidade de vida

A Cimpor estimula o equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal. Por isso, apoia os seus profissionais em atividades e programas de voluntariado, oferece planos de flexibilidade no trabalho e incentiva atividades físicas e alimentação saudável.

5. Diversidade

A companhia procura inserir, no seu quadro de profissionais, pessoas de diferentes culturas, géneros e nacionalidades, sempre dando prioridade à mão de obra local. A Cimpor acredita que diferentes culturas, nacionalidades, géneros e capacidades são necessários e mesmo fundamentais para um estilo de gestão em linha com o escopo global das suas operações e com a sua responsabilidade e compromisso social.

6. Sustentabilidade laboral

A Cimpor dá preferência na contratação de pessoas da comunidade local a fim de contribuir na melhoria dos níveis de emprego, no desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, na qualidade de vida nas regiões em que está presente.

7. Gestão de talento com foco em resultados e meritocracia

A companhia garante o alinhamento e o desdobramento de metas de negócio realistas, coletivas e individuais. Os profissionais recebem *feedback* regular de seu desempenho por meio do acompanhamento formal de metas e por uma avaliação 360° anual. Todos os profissionais têm a oportunidade de procurar novas posições e candidatar-se a trabalhar nas unidades de outros países.

8. Integração e desenvolvimento de pessoas

A empresa procura profissionais que assumam as Atitudes InterCement e aposta em formação para desenvolver as habilidades técnicas requeridas. As capacitações podem ser formais ou por meio de *mentoring* e *coaching*. Cada profissional possui seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), atualizado após avaliação anual e contém medidas e ações concretas para seu plano de carreira.

9. Remuneração competitiva e equitativa

A companhia oferece remuneração competitiva nos mercados de atuação e equitativa entre as funções. A Cimpor trabalha com o conceito de remuneração total, que inclui, além da remuneração fixa, a remuneração variável, benefícios e demais fatores não financeiros.

10. Legislação e relações trabalhistas

A Cimpor respeita todas as disposições legais e convencionais vigentes nos países onde atua e defende a liberdade de associação dos seus profissionais e o reconhecimento do direito à negociação coletiva.

Pesquisa de clima

Em 2015, a Cimpor realizou a sua sexta pesquisa de clima. Os resultados foram bastante positivos e apontam um crescimento positivo no grau de satisfação dos profissionais. Mesmo numa situação

macroeconómica desfavorável, a pesquisa, que teve a adesão de 89% dos profissionais da companhia, apontou um índice 62% favorável em questões relacionadas a desenvolvimento de carreira, liderança, carga de trabalho, segurança, entre outros aspectos. O resultado aponta um crescimento de 4 pontos percentuais em relação à pesquisa de 2013.

A partir da pesquisa, foram realizados *focus groups* em todos os países de atuação da Cimpor, com o fim de identificar as causas associadas aos resultados com menor favorabilidade e estruturar planos de ação de melhoria em conjunto com os profissionais.

O próximo ciclo de pesquisas está previsto para 2017.

Números dos focus groups

Operação	Reuniões de <i>focus groups</i>	Número de participantes
Argentina/Paraguai	50	480
África do Sul	12	118
Brasil	45	420
Egito	13	120
Moçambique	12	80
Portugal/Cabo Verde	7	150
Total Cimpor	139	1.368



Pesquisa de clima 2015: sua opinião constrói!

II. PROCURAR A LIDERANÇA TECNOLÓGICA

A Cimpor almeja ser uma das empresas líderes no mundo em inovação e em métodos que garantam maior produtividade com baixo impacto ambiental. Por isso, a procura permanente por novas matérias-primas, processos e técnicas e a parceria com universidades e institutos que promovam pesquisa em inovação.

Esse desejo e direcionamento tem origem no conceito de "ecologia industrial", termo que intitula estudos e/ou ações que consideram, em conjunto, a atividade industrial e o meio ambiente. Além da evolução de inúmeros indicadores, destaque para o aprofundamento da Agenda da Sustentabilidade.

AGENDA DA SUSTENTABILIDADE

A Cimpor tem demonstrado a sua preocupação com as alterações climáticas desde o seu início, em especial devido à natureza da sua operação, já que a indústria do cimento é a responsável por cerca de 5% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Em 2006, a empresa ratificou a "Carta da Sustentabilidade", na qual descrevia sua visão integrada dos temas económicos, sociais e ambientais. Em 2009, foi criada a "Agenda Climática", um conjunto de nove compromissos de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Depois disso, no ano de 2013, no âmbito da Visão 2023, foi delineado o Mapa Estratégico, no qual a Sustentabilidade passou a ser um tema transversal, por tal, deve ser pensado em todas as dimensões e objetivos traçados.

A partir disso, a companhia reconheceu que era tempo para rediscutir os pontos-chaves de Sustentabilidade e reorganizá-los de maneira sistematizada em linha com a Visão 2023. Foi então realizada uma análise de materialidade socio ambiental da Cimpor com os seus *stakeholders* externos e internos e estabelecidos os temas da Agenda de Sustentabilidade 2023: **Mudanças Climáticas, Ecologia Industrial, Desenvolvimento Comunitário, Transparência e Ética e Saúde e Segurança.**

Para cada um dos temas estão sendo estabelecidas iniciativas para que as operações da companhia e toda sua cadeia de valor sejam mais eficientes e sustentáveis – e que, assim, sejam alcançados os dois principais indicadores relacionados com a produção limpa.

Como forma de ampliar o seu compromisso e alinhá-lo às diretrizes globais, a Cimpor correlacionou os seus temas estratégicos da Agenda da Sustentabilidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pelas Nações Unidas, por entender que o enquadramento geral deste conjunto de

princípios constitui uma oportunidade para fortalecer iniciativas internas e externas. Dessa visão ampliada surge um Plano Estratégico de Sustentabilidade, contemplando 16 temas alinhados aos ODS, indicando a posição atual da empresa e sua expectativa para o futuro.

Mudanças climáticas

Emissões de CO₂

A produção de cimento necessita de uma utilização intensiva de matérias-primas e de energia térmica e elétrica, que se traduz em emissões para a atmosfera sendo, entre todas, as de dióxido de carbono (CO₂) a mais importante.

Como parte da sua Política de Alterações Climáticas & Energia, a Cimpor monitoriza a sua pegada de carbono desde 1990, para determinar o nível de exposição, avalia oportunidades de redução dessa pegada por meio de projetos específicos, define objetivos de redução e contribui para o processo de desenvolvimento de políticas ao participar regularmente em fóruns nacionais e internacionais. O cálculo das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEEs) segue o protocolo de *WBCSD/WRI Cement CO₂ & Energy Protocol 3.04* desenvolvidos pela *CSI*, segundo o modelo do GHG Protocol, e são auditadas e certificadas, desde 2005, por uma entidade externa independente, e é elaborado em todos os países onde a empresa opera.

As emissões específicas líquidas diretas têm tido evolução positiva, situando-se em 2015 próximo de 570 kgCO₂ / t produto cimentício. Esse valor coloca a Cimpor em lugar de destaque entre as empresas membro da *CSI*, e resulta de um conjunto de estratégias de curto, médio e longo prazo. As emissões indiretas encontram-se relacionadas com a energia elétrica que a companhia consome e são, também, objeto de políticas de redução por via da racionalização do consumo de energia elétrica das instalações.

As restantes emissões, provocadas essencialmente pela atividade de transporte dos produtos, representam uma percentagem relativamente reduzida quando comparada com o valor total das nossas emissões de CO₂. A sua redução passa por uma otimização do transporte rodoviário e por uma maior utilização, quando possível, do transporte ferroviário ou marítimo, em substituição ao rodoviário.

2013 vs desafio 2023

- ➔ Emissão de CO₂ por tonelada de cimentício 565 kg CO₂/ton cimentício - 450 kgCO₂/ ton cimentício (2023)
- ➔ Substituição de combustíveis fósseis por fontes alternativas 15% - 40%



ESTRATÉGIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA CIMPOR

ESTRATÉGIAS DE CURTO PRAZO

- Fator clínquer/cimento (e.g., cimentos compostos com adições que substituam uma parte do clínquer no cimento).
- Taxa de substituição térmica (e.g., combustíveis alternativos fósseis e biomassa).
- Fator de emissão do combustível (e.g., combustíveis com fatores de emissão mais reduzidos).
- Consumo térmico específico dos fornos (e.g., redução do consumo energético dos fornos).
- Consumo elétrico específico (e.g., Campanha "Consumo Consciente" visando à eficiência energética).

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

- Modernização de linhas e construção de novas linhas de produção de clínquer (e.g., consumo térmico específico).
- Taxa de substituição de matérias-primas (e.g., uso de matérias-primas alternativas descarboxatadas).
- Recuperação do calor residual dos gases quentes de processo para produção de energia elétrica (e.g., consumo elétrico específico).

ESTRATÉGIAS DE LONGO PRAZO

- Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em diversos tópicos relacionados com a redução da intensidade carbónica de processos e produtos.

A atual estratégia de longo prazo da empresa, traduzida na Visão 2023 e no Mapa Estratégico, contempla a preocupação com a variável carbono e estabelece soluções técnicas eficazes, suscetíveis de aplicar a uma maior escala na nossa indústria, assim como compromissos destinados a:

- Aumentar, nos fornos de cimento, a substituição de combustíveis fósseis convencionais por fontes alternativas de energia, de 15% em 2013 (0% em 1990) para cerca de 40% em 2023;
- Aumentar a taxa de substituição de clínquer por aditivos no processo de produção de cimento,

de 28% em 2013 (14% em 1990) para mais de 40% em 2023, inovando na produção de cimentos de baixo carbono e abrindo o caminho para o desenvolvimento de novas técnicas que permitam contribuir para a redução do consumo de recursos naturais e, dessa forma, diminuir as emissões de CO₂;

- Investir entre 2013 e 2023 cerca de US\$ 80 milhões num portfólio de projetos de P&D orientados, em larga medida, para uma economia de baixo carbono;
- Reduzir as emissões líquidas específicas de CO₂ por tonelada de cimento até 40% em 2023 relativamente a 1990 (728-450 kgCO₂/tcmt).

OUTRAS EMISSÕES

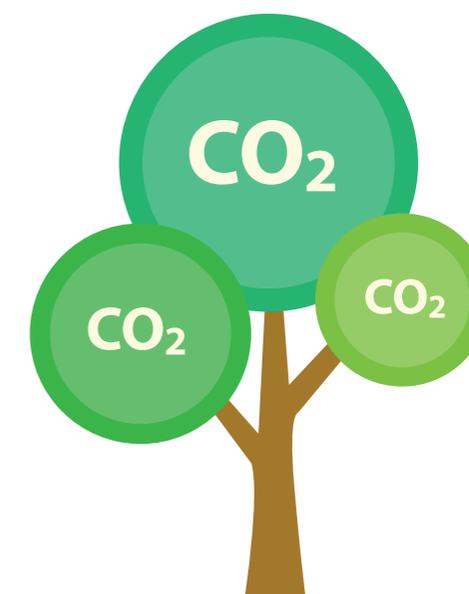
Entre 2007 e 2015, as emissões de poeiras dos fornos foram reduzidas de 243 para cerca de 150 g/t-clínquer, tendo já sido alcançado o objetivo fixado para 2015. Para atingir esse desempenho, a empresa tem investido na instalação e manutenção de filtros de mangas e melhorias nos eletrofiltros existentes dos fornos. Hoje, cerca de 60% dos fornos dispõem de filtros de mangas/filtros híbridos, considerada a melhor tecnologia disponível.

Já as emissões específicas de óxidos de azoto (NO_x), resultantes dos processos de combustão dos fornos, foram reduzidas de 1.924, em 2007, para próximo de 1600 g/t-clínquer, em 2015. Para o efeito, contribuiu um conjunto de medidas primárias como o arrefecimento da chama dos queimadores principais e de medidas secundárias, como a instalação de sistemas de redução não-catalítica (SNCR) e a otimização dos parâmetros de funcionamento de alguns dos fornos.

Com o investimento em instalações para tratamento de efluentes gasosos pela injeção de cal hidráulica/hidróxido de cálcio, a redução das emissões de dióxido de enxofre (SO₂) proveniente das matérias-primas naturais utilizadas na produção de clínquer registrou uma evolução de 375, em 2007, para cerca de 320 g/t-clínquer, em 2015.

METAS PARA REDUÇÃO NA EMISSÃO DE GÁS DE EFEITO ESTUFA

A Cimpor está alinhada com os princípios da *Charter da Cement Sustainability Initiative (CSI)* e com o Instituto *Ethos* e, nesse âmbito, definiu metas robustas para a redução de CO₂, apresentadas a seguir.



Agenda da Sustentabilidade

Tema	Visão	Compromisso
 <p>Mudanças climáticas</p>	<p>Ser reconhecida como empresa que lidera pelo exemplo, inclui na sua estratégia e diferencia-se numa economia de baixo carbono</p>	<ul style="list-style-type: none"> Situar-se no 1º quartil das empresas do CSI global e regionalmente – em termos de emissão de CO₂ Considerar a variável carbono e a análise de ciclo de vida como critérios de avaliação de novos projetos de investimento, assim como a eficiência energética, a disponibilidade de adições, os combustíveis alternativos e outras fontes alternativas e renováveis de energia.
 <p>Ecologia industrial</p>	<p>Oferecer um serviço ambiental para indústrias e cidades, reduzindo os seus passivos ambientais e otimizando a forma como usamos os nossos próprios recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Identificar parcerias com empresas de diferentes setores com a finalidade de utilizar como matérias-primas e combustíveis, resíduos ou subprodutos de outras indústrias que, de outra forma, seriam descartados sem valor económico e, em muitos casos, com prejuízos ambientais importantes.
 <p>Desenvolvimento comunitário</p>	<p>Ser reconhecida como parceira que inspira, apoia e lidera as comunidades na superação de seus desafios</p>	<p>Ser agente de desenvolvimento local criando empregos diretos e indiretos e desenvolvendo competências profissionais na comunidade local.</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar perspectivas de desenvolvimento autónomo das comunidades, por meio da organização e participação. Potencializar a geração de capital social para a empresa e para a sociedade.
 <p>Transparência e Ética</p>	<p>Fazer as coisas corretamente, com o mais alto nível de ética e de aderência às leis, regulamentos e políticas pertinentes ao nosso negócio não é o melhor exemplo, é o único exemplo que podemos dar</p>	<ul style="list-style-type: none"> Zelar pela conformidade dos nossos processos e operações, em acordo com as leis e regulamentações locais, bem como em relação às políticas, normas, manuais e procedimentos internos Estabelecer um Código de Conduta para profissionais e parceiros e normas corporativas Anticorrupção e Antitrust. Manter um sistema de compliance, com mapeamento de riscos, prevenção, capacitação e canais de comunicação.
 <p>Saúde e Segurança</p>	<p>Fazer de forma segura, ou não fazer</p>	<ul style="list-style-type: none"> Adotar postura preventiva, com elevada maturidade da cultura de segurança refletida em atitudes proactivas e nível de relacionamento interdependente entre as hierarquias. Primar pela partilha de competências e conhecimentos com os terceiros que colaboram nas nossas operações. Ser agente de mudança na cultura SSMA nos locais onde atua, influenciando empresas e a própria sociedade a pensar e agir de forma segura.

Coprocessamento

A procura por uma produção mais limpa é permanente na Cimpor, e, até então, o aspeto mais evidente e com maior retorno do ponto de vista ambiental é o compromisso da empresa com o coprocessamento, tecnologia da qual a Cimpor é uma das líderes globais. O coprocessamento permite a substituição de combustíveis fósseis e matérias-primas por resíduos, como lixo urbano e pneus descartados, nos fornos da indústria de cimento, sem gerar impacto ambiental relevante.

A curto prazo, os benefícios ambientais são mais evidentes, já que a indústria usa como fonte alternativa de energia resíduos que seriam descartados em aterros ou simplesmente não teriam um destino correto. Assim, quem ganha primeiro é a sociedade, evitando esses descartes. Além disso, outro importante benefício ambiental é a redução das emissões de gases de efeito estufa e a menor utilização de recursos naturais não renováveis, como os combustíveis fósseis. Na África do Sul, a empresa foi a primeira fabricante de cimento no país a utilizar pneus na substituição do carvão.

Em longo prazo, a substituição da fonte energética trará também competitividade para a empresa. Uma vez que o fornecimento de resíduos de forma contínua e sistemática implica redução nos custos de produção. O coprocessamento traz vantagens ainda na logística reversa de outras indústrias, dando destino correto aos produtos em fim de vida.

Nesse sentido, a empresa investe em todo o processo que permite alcançar a excelência no coprocessamento em termos de ganhos ambientais e energéticos. Isso significa realizar ações relacionadas com o armazenamento, seleção, homogeneização e utilização dos resíduos para que o material a ser queimado esteja em condições adequadas, não cause danos ao ambiente e nem à saúde da comunidade nas regiões das operações da companhia.

Atualmente, todos os países com operações da Cimpor realizam atividade de coprocessamento. Em 2015, a taxa de coprocessamento alcançou a média de 20% mensal em todas as operações, chegando a superar 50% na unidade de Alhandra, Portugal, um recorde de coprocessamento. Isto porque, neste país, alguns setores produtivos, como o de automóveis, pneus, vidros e plásticos, entre outros, precisam prestar contas da sua taxa de reciclagem no âmbito da logística reversa. Desta forma, através de parceria com a Cimpor, que recebe esses materiais e os usa no coprocessamento, a indústria portuguesa tem conseguido prestar contas quanto aos seus resíduos.



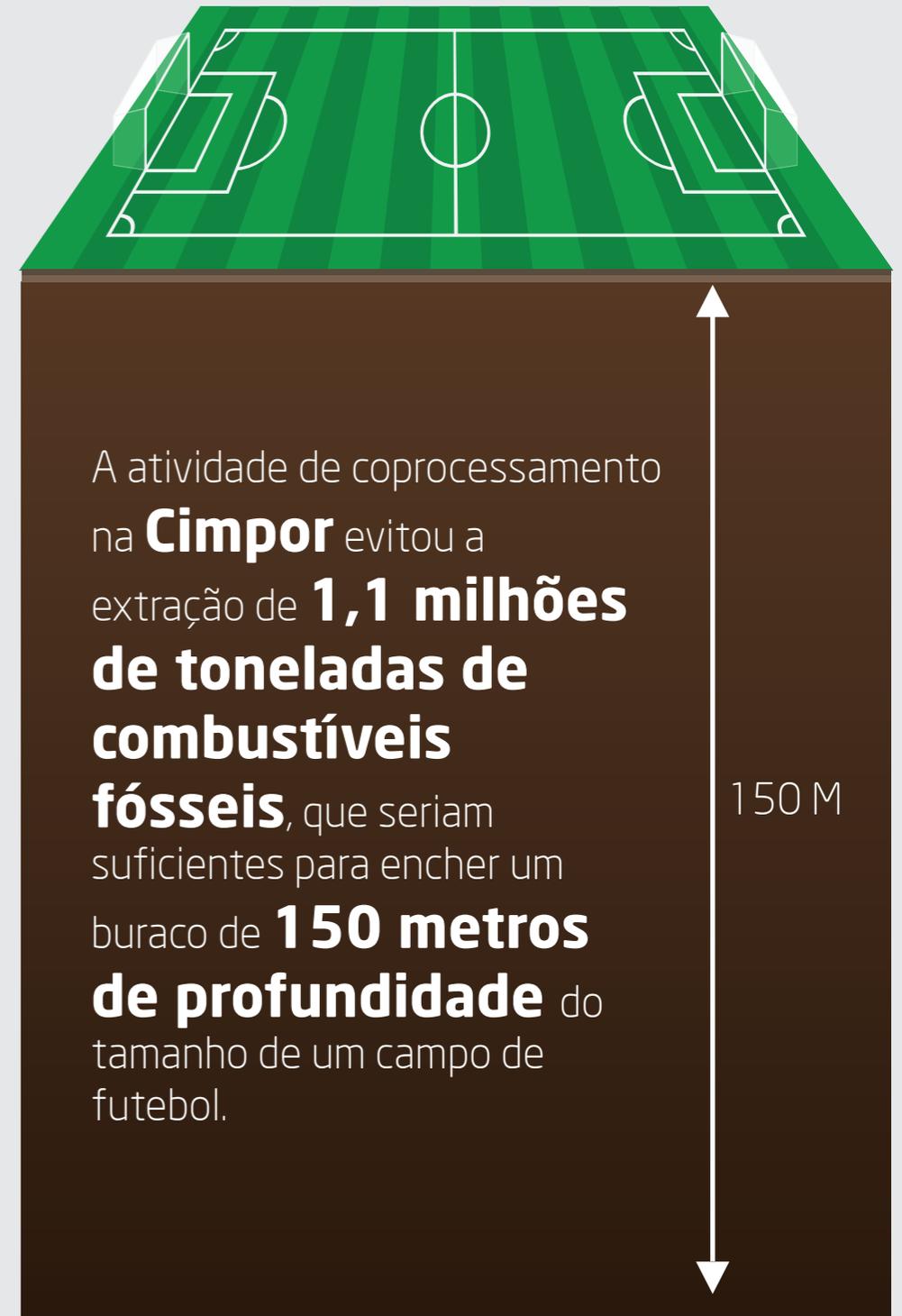
Um pneu leva até **600 anos** para se decompor,



e pelo Coprocessamento gera **27 GJ/ton** de energia térmica.



A Cimpor já coprocessou **142 milhões de pneus** que, alinhados dariam **2 voltas e meia no planeta.**



DESTAQUES DE COPROCESSAMENTO EM 2015

Resultado do coprocessamento cresceu em 34% comparado ao ano anterior – graças ao aumento do preço de combustíveis e maior quantidade de resíduos substitutos de matéria-prima

Em euros por tonelada, evoluiu 38,6% em relação a 2014

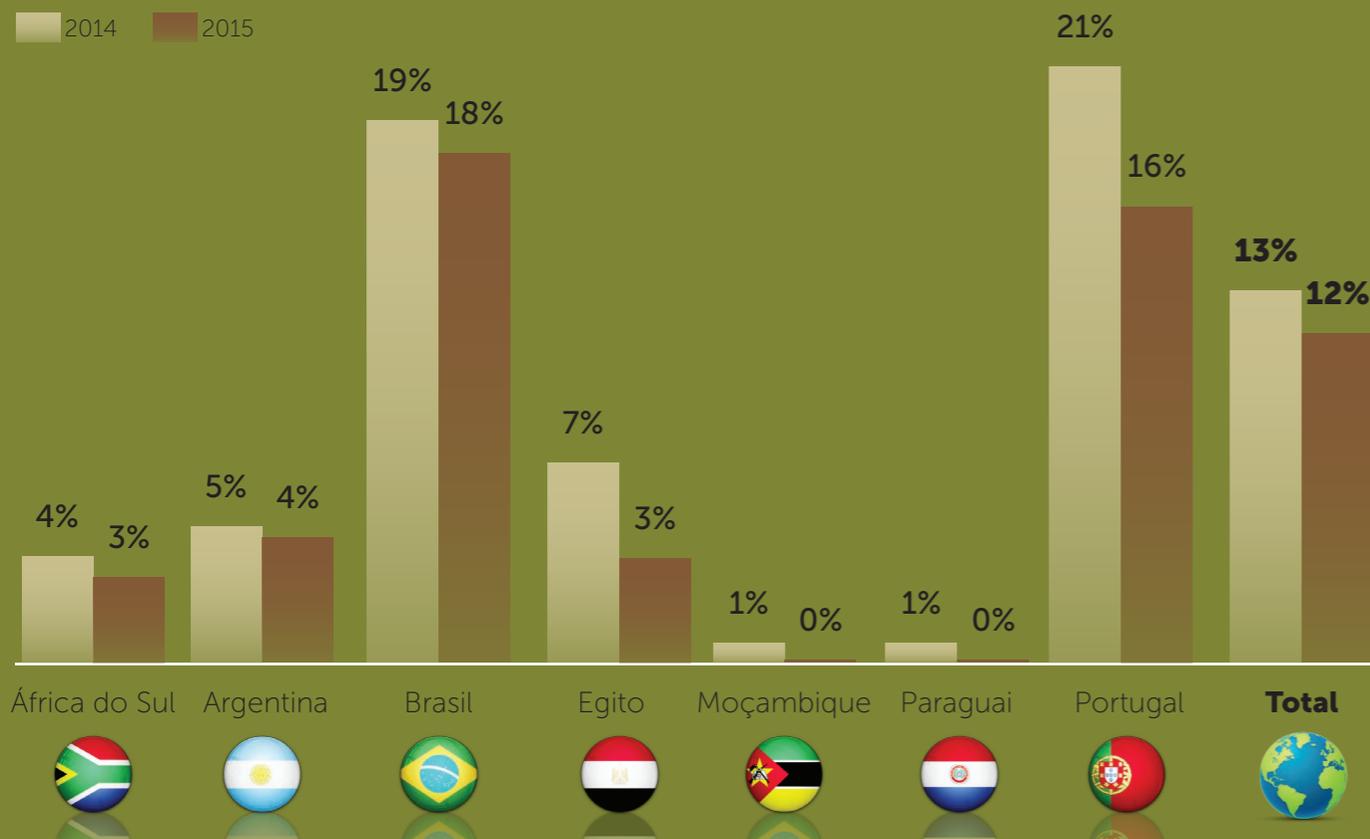
Taxa de coprocessamento anual evoluiu de 11,5% (em 2014) para 13,2% (em 2015)

A atividade substituiu 295 kton (12% a mais do que em 2014) de combustíveis fósseis e 162 kton de matéria-prima (evolução de 37%)

No total, foram coprocessados 723 kton de resíduos contra 653 kton em 2014 (evolução de 11%)

Os investimentos em coprocessamento superaram os 34 milhões

Percentual de coprocessamento



Adições

Além da substituição de fontes de energia fóssil, a Cimpor também procura reduzir o uso de matérias-primas naturais no seu processo, identificando fontes alternativas que diminuam as extrações, reduzindo a exploração de recursos naturais ainda virgens. Essas matérias-primas podem ser usadas no processo de fabricação do clínquer, mas também como substituição ao próprio clínquer, ao gesso natural e às pozolanas naturais. Os benefícios ambientais são evidentes e também podem representar economia na aquisição das matérias-primas tradicionais.

Reabilitação de pedreiras

A Cimpor tem plena consciência da sua responsabilidade com o meio ambiente e com o impacto causado pelas suas operações nas comunidades em que está localizada. Por isso, desenvolve uma série de ações mitigatórias para não interferir no bem-estar dos moradores próximos às suas áreas de atividade. Por esse motivo, as pedreiras da empresa, locais de atividade de alto impacto, estão 100% alinhadas às melhores práticas globais de sustentabilidade.

Para as comunidades, as questões de grande impacto nas pedreiras são o ruído e as poeiras difusas ou "poeiras fugitivas", geradas durante a movimentação de carga e descarga e transporte. Para atenuar esse problema, é adotado, nas unidades de produção, um plano de ação corporativo que, entre outras ações, contempla a cobertura dos camiões, melhoria do despoeiramento e de pontos de transferência de materiais, além da eliminação, sempre que possível, de armazenamento a céu aberto.

No desmonte de rochas das pedreiras, a Cimpor adota um sistema de explosão que atenuam os níveis de vibrações e de ruído resultantes da exploração. Todas as unidades têm um mapa de ruído, o que permite avaliar continuamente a eficácia das medidas implementadas e a escolha de possíveis novas soluções para minimizar a poluição sonora.

A reabilitação de pedreiras, quando deixam de ser exploradas, torna-se peça fundamental para a conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas. Para alcançar esse objetivo ao fim de uma exploração, a Cimpor adota ações de mitigação ao longo de toda a vida útil da pedreira.

Nesse contexto, a empresa tem implementado planos de ação destinados à reabilitação das pedreiras e à melhoria da biodiversidade daquelas localizadas em zonas sensíveis, ou seja, aquelas que se encontram situadas num raio inferior a 500 metros relativamente a habitats ou espécies animais e vegetais protegidos.

Em 2015, a Cimpor desenvolveu uma nova ferramenta destinada a facilitar o desenvolvimento de

Planos de Gestão da Biodiversidade (PGB) por parte das fábricas, assim como um guia destinado a apoiar as unidades na contratação de serviços especializados para adequação das pedreiras aos requisitos da nova diretriz.

Atualmente, todas as pedreiras da Cimpor da Atividade Cimento encontram-se mapeadas e são monitorizadas por meio de Sistemas de Informação Geográfica (GIS) em que são assinaladas as zonas sensíveis.

Por zonas sensíveis entendem-se as “áreas protegidas legalmente” (parques naturais, zonas de preservação, zonas húmidas, espécies em extinção, rotas de migração, Natura 2002, património natural, zonas selvagens, florestas, manguezais, segundo legislação local, nacional ou internacional), os “hotspots internacionais de biodiversidade” e as “áreas-chave de biodiversidade” (incluindo, entre outros, aspetos particulares de biodiversidade relacionados à existência de zonas de cavernas de calcário). Ao contrário da primeira, as duas últimas são áreas não sujeitas a proteção legal, mas reconhecidas por características importantes da biodiversidade por organizações governamentais e não-governamentais. Essas áreas incluem *habitats* prioritários para a conservação, tais como Áreas Importantes para as Aves e Biodiversidade (IBA), locais reconhecidos pela Aliança pela Extinção Zero (AZE), e outros (de acordo com avaliações técnicas locais).

Em 2015, foi elaborado um “Roadmap Pedreiras 2016-2025” destinado a adequar a essa diretriz interna, de acordo com um calendário predefinido, todas as pedreiras da Cimpor. O material foi desenvolvido de acordo com uma análise de risco e de forma a assegurar que até 2025 todas as pedreiras terão planos de reabilitação e, conforme cada caso, planos de gestão da biodiversidade suficientemente robustos, desenvolvidos com o envolvimento dos *stakeholders* locais.

Foram criados ainda, em diversas unidades fabris, projetos de sensibilização dos profissionais e das comunidades locais destinados a realçar a importância da preservação da biodiversidade, desenvolvidos com a parceria de universidades e ONG locais.

A empresa fechou o ano de 2015 com 71% das pedreiras de cimento com planos formatados de reabilitação ambiental. Dessas, 33% estão em áreas de elevado valor de biodiversidade e, dentro desse objetivo, 50% dispõem de planos de gestão de biodiversidade implementados.

Gestão da Água

A indústria cimenteira não é particularmente intensiva no uso de água, embora esta constitua um recurso fundamental para o desenvolvimento da atividade. A Cimpor promove internamente uma cultura generalizada de uso racional da água e defende normas rigorosas de utilização desse recurso. Essas normas passam pela medição do consumo e das perdas, tratamento, reciclagem e reutilização da água, aproveitamento de águas pluviais e pela sensibilização constante para um consumo mais racional.

Hoje, a monitorização cuidadosa do consumo, por meio de medições diretas ou de estimativas acertadas, ajuda a identificar as melhores oportunidades para a sua redução.

A Cimpor, adota, desde 2011, a ferramenta “Global Water Tool” desenvolvida pelo *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* com o objetivo de identificar, de forma sistemática, as operações que se situam em zonas de stress hídrico, de escassez e de escassez extrema de água. Esses princípios estão presentes no programa Atitude Azul, gestão da água na empresa.

Tratando-se de unidades localizadas em zonas de escassez extrema de água, foram escolhidas, na Atividade Cimento, as fábricas de Catamarca, na Argentina, e Campo Formoso (BA), no Brasil, como instalações-piloto para o desenvolvimento de iniciativas mais ambiciosas no que diz respeito à gestão sustentável da água e identificação de boas práticas, como o tratamento e reciclagem de água e o aproveitamento de águas pluviais, para posterior replicação dos projetos em outras unidades. O envolvimento das comunidades locais será um aspecto importante do projeto.

Cerca de 30% dos 7 milhões de metros cúbicos de água total captada, em 2015, pela Cimpor, foram retirados de 11 unidades operacionais, de um total de 38, situadas em ambientes de previsível *stress* hídrico, escassez ou escassez extrema no ano de 2025.

Na Cimpor, mais de 70% das unidades de cimento estão equipadas com sistemas de reciclagem de água. Destes, 30% reciclam um volume superior a 50%. Cerca de 50% das unidades têm sistemas de tratamento de água residuais na própria unidade de produção, contribuindo para um menor impacto ambiental nas descargas de água. Considerando-se apenas as fábricas integradas, esse valor cresce para quase 70%.

Em 2015, foram utilizados, em média, 0,300 metro cúbico de água para produzir uma tonelada de clínquer, abaixo do fixado há sete anos para 2015 (0,310 m³/t de clínquer).

Pesquisa e Desenvolvimento

Além do conhecimento técnico do setor, adquirido ao longo dos anos pela sua participação e acompanhamento no desenvolvimento de normas e trabalhos e também pela prática nas suas operações, a Cimpor investe fortemente em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que levem a melhorias operacionais e contribuam para mitigar as questões ambientais.

A companhia faz isso em parceria com universidades e institutos renomados e reconhecidos pelas suas pesquisas voltadas para a inovação.

Biofixação de CO₂ por microalgas – Parceria entre a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e Cimpor. O objetivo é desenvolver um mecanismo que

absorva o CO₂ produzido na indústria cimenteira, evitando que ele seja libertado para o meio ambiente. Em dois anos, já gerou três depósitos de patentes. O resultado produzido pós-fotossíntese é a reprodução das algas, o que pode ser considerado um tipo de resíduo, que necessita de destinação correta. Para isso, por meio de outro convênio firmado com a Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo) e a UFC (Universidade Federal do Ceará), a Cimpor financia pesquisas para aproveitamento dessa biomassa como suplemento alimentar animal e humano.

Betão ecoeficiente - Em parceria com a Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), a Cimpor investe numa forma de betão com baixo consumo de cimento, significativa redução do impacto ambiental e menor pegada de CO₂. Em 2015, o produto entrou em teste.

Uso de escória de aciaria para produzir cimento - A escória de aciaria é um resíduo da siderurgia que começou a ser analisado em 2015 por meio de uma parceria entre a Cimpor, o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Brasil) e a siderúrgica ArcelorMittal (Brasil), para ser utilizado em substituição do clínquer em larga escala na produção de cimento. O projeto recebeu também fomento não reembolsável da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), que vai custear 53% do programa. Já rendeu um depósito de patente.

Clínquer de baixo carbono - Iniciativa resultante de uma parceria com o Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade de Lisboa, Portugal, já trouxe como resultado o depósito de duas patentes. É uma inovação, que, introduzida no processo, permitirá uma redução de até 25% das emissões de CO₂ resultantes da produção de clínquer.

Utilização de biomassas como combustível para fornos - Em parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o projeto tem, desde 2013, mapeado os geradores de resíduos de biomassa no entorno das unidades da Cimpor para avaliar sua utilização.

Desenvolvimento de tecnologia para a produção de cimento a partir de resíduos de construção e demolição - O projeto, em parceria com o IPT, com fomento de 50% do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - Brasil), tem como objetivo desenvolver um ligante com baixa emissão de CO₂, utilizando agregados e cimento resultantes de resíduos de construção e demolição. Uma primeira formulação já está sendo testada em pavimentação e foi feito um pedido de depósito de patente.

Projeto para captura e armazenamento de carbono - A Cimpor participa como parceira juntamente com diversas cimenteiras associadas à Associação Europeia de Pesquisa em Cimento (European Cement Research Academy – Ecra). O projeto procura formas de capturar o carbono emitido pelos fornos de cimento e está numa fase piloto.

PROJETOS PREMIADOS

Betão Ecoeficiente - A tese “Conceito para a formulação de betões com baixo consumo de ligantes, controlo reológico, empacotamento e dispersão de partículas”, do engenheiro civil Bruno Damineli, desenvolvida na Escola Politécnica, ganhou a 4ª edição do Prémio Tese Destaque da USP (Universidade de São Paulo), no âmbito do programa Betão Ecoeficiente, com apoio da Cimpor.

Biofixação de gás carbónico - A Algae Biotecnologia (Brasil), parceira da Cimpor e responsável pelo desenvolvimento da unidade de produção piloto, recebeu o Prémio Empreendetec 2015 – categoria empresa, pela sua atuação na pesquisa e desenvolvimento de soluções ambientais baseadas no cultivo de microalgas, com aplicações principalmente na biofixação de gás carbónico, nutrição animal, saúde humana e tratamento de efluentes. O prémio homenageia os destaques em inovação tecnológica nas categorias empresa e profissional conferida pela ESALQtec – Incubadora Tecnológica, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), Brasil.

CULTURA DE INOVAÇÃO

CLICKLAB

A Cimpor tem criado ferramentas e oportunidades para promover internamente a cultura de inovação entre os seus profissionais. A companhia quer reforçar a importância que ideias sobre os mais variados temas e processos de todas as áreas e níveis hierárquicos podem ser transformadas em negócios de grande valor, em especial quando fomentadas em equipa e de maneira global.

A ferramenta mais expressiva é o *ClickLab*. Depois de três projetos no Brasil, o **ClickLab** foi lançado globalmente em 2014. Em linhas gerais, trata-se de um portal no qual os profissionais de todas as unidades em todos os países podem postar comentários e contribuir com sugestões e projetos sobre um tema predeterminado. Todas as postagens são traduzidas para todos os idiomas das localidades onde a Cimpor está presente. Toda a colaboração – seja uma ideia ou comentário – vale pontos para o profissional, que pode depois trocá-los por prémios.

Desde então, graças às propostas apresentadas, a companhia já conseguiu comprovar um ganho de cerca de 2 milhões de euros. Atualmente, 12 projetos estão em implementação no mundo todo (1 da África do Sul, 6 da Argentina, 3 do Brasil, 1 de Moçambique e 1 do Paraguai).

Destaque - Números do Click Lab

2014 TEMA (PRODUÇÃO 100%)



2015 TEMA (IMPLEMENTA + AÇÃO)



Neogera

Desde 2014, a Neogera é o braço da Cimpor para dinamização de pequenos negócios. Em 2015, esta empresa dinamizou duas *startups* (monitorização de obras e redução de desperdício de materiais), ambas alinhadas com o mote da companhia de "Construir Parcerias Sustentáveis", nestes casos, com clientes e/ou especificadores, reforçando o diferencial competitivo da Cimpor, com essas propostas de geração de valor compartilhado. Por enquanto, estes negócios estão a ser desenvolvidos unicamente no Brasil.

A *Stant* criou um sistema *online* de monitorização completa da obra, permitindo o acompanhamento e controlo da obra de qualquer lugar e a qualquer hora. A ferramenta, com diversos módulos, como inspeção de atividades e relatórios automatizados, reduz substancialmente o uso de documentos físicos, e não precisa de servidor, pois a informação é armazenada na *cloud*. Em 2015, o aplicativo foi implementado em 80 obras. 12 grandes empresas de materiais de construção, suportam esta *star-up*, sendo que a Cimpor é uma das principais patrocinadoras.

A ConstruSave, por sua vez, desenvolveu um sistema para controlo de desperdício de material de obra. No Brasil, o desperdício pode levar a um aumento de 20% no valor da obra. Por ano, perde-se 100 milhões de toneladas de material no país, segundo a Abrecon (Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição). A ferramenta fornece parâmetros e informações para a tomada de decisão quanto ao cálculo sobre o consumo ideal de materiais. Em 2015, quatro grandes construtoras aderiram a projetos-pilotos da ConstruSave.

Box: Inovação com embalagens de menor dimensão no Brasil

O foco no cliente levou a empresa a investir em pesquisa e desenvolvimento de novas embalagens no Brasil. Detectou-se no mercado uma procura por embalagens menores, principalmente para atender clientes comprometidos com práticas mais sustentáveis, além de evitar desperdício económico.

Antes de introduzir o produto (embalagens de 5 e 10 quilos), a empresa teve que fazer diversos ajustes internos para adaptar a produção às novas embalagens, reavaliar logística, política de preços e marketing. As vendas, ainda em fase piloto, foram realizadas, a partir de junho de 2015, em lojas de materiais de construção na cidade de São Paulo. Pelos atributos de diferenciação do produto, o valor agregado permitiu gerar uma Margem de Contribuição média maior do que a do cimento de 50kg no Brasil, em R\$/t.

III. PERSEGUIR EXCELÊNCIA OPERACIONAL

A Cimpor persegue a melhoria contínua dos seus indicadores de produtividade, tema particularmente importante neste tipo de indústria. A excelência operacional é um claro indicador que a empresa trilha um caminho seguro para a manutenção do negócio a longo prazo. Para isso, a companhia usa diversas ferramentas para medir, acompanhar e ampliar a produtividade operacional e de gestão.

No âmbito do tema excelência operacional, a empresa tem inúmeros exemplos de ferramentas com o atributo fundamental de garantir os mesmos parâmetros de avaliação em todos os países onde mantém operações industriais. Dessa maneira, torna-se possível partilhar informações, visualizar as melhores práticas internas e replicar planos de ação. Serão apresentadas, a seguir, as principais plataformas indicativas de produtividade da Cimpor. Além disso, destaque para o aperfeiçoamento das ferramentas de controlo e de riscos de negócio e operacionais, apresentados no item *Compliance*, e para a Segurança, tema primordial para a empresa e que deve ser considerada em todas as suas decisões estratégicas

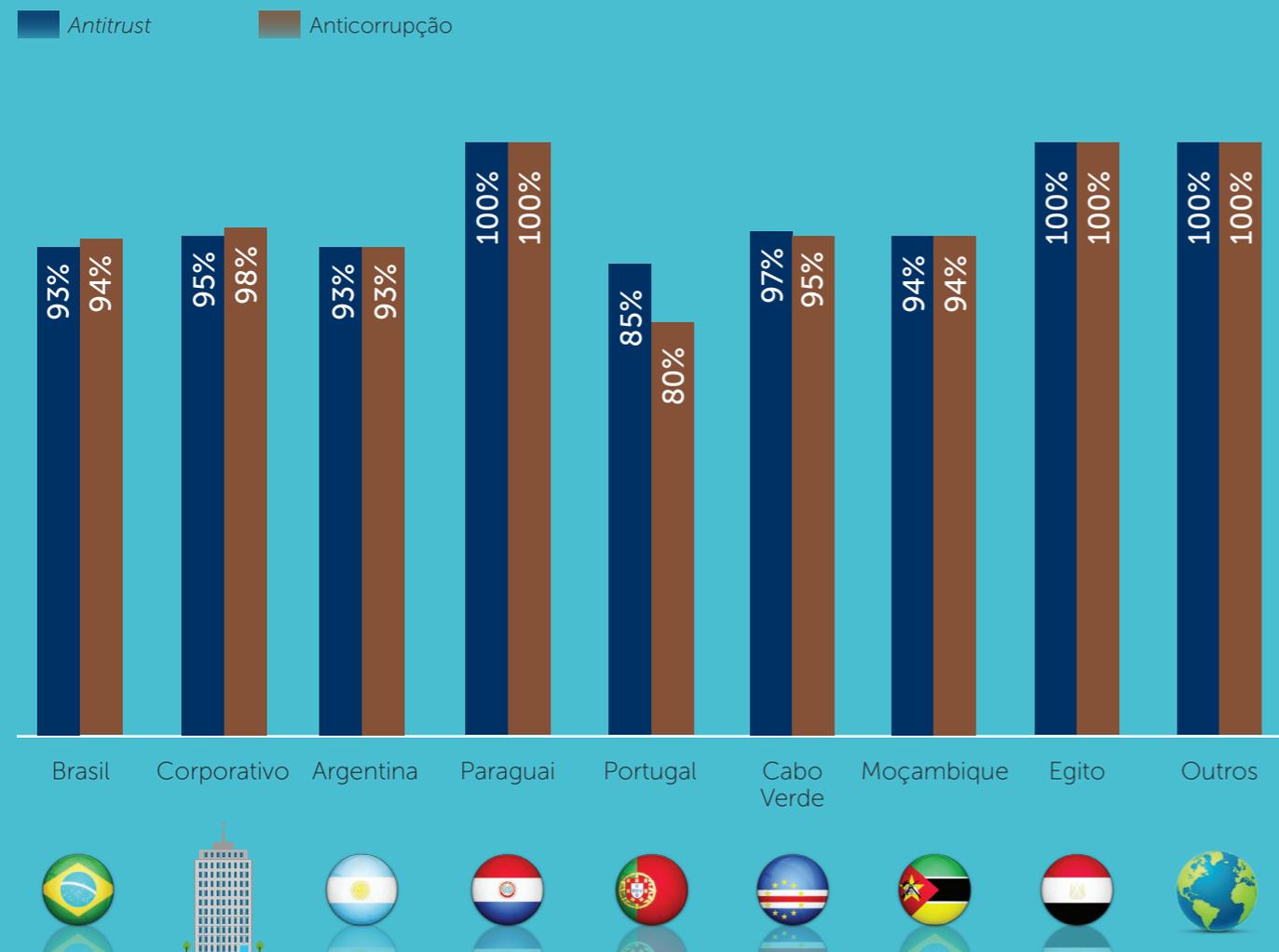
Compliance

A Cimpor atua de forma ética e transparente, atendendo às leis e normas de cada país em que atua, bem como regulamentos internos e rege-se pelas melhores práticas de mercado. Para atender integralmente essas premissas, a empresa procura continuamente ampliar os controlos e evitar prejuízos operacionais e de imagem. Em 2014, por exemplo, realizou um mapeamento bastante minucioso dos seus riscos de negócio e operacionais e, em 2015, assumiu um compromisso vigoroso de *compliance*, a fim de garantir que todas as normas e políticas estão a ser cumpridas. Essa preocupação estende-se também à garantia de que todos os executivos ajam segundo padrões éticos rigorosos seja na companhia, junto do poder

público, como também a todos os *stakeholders*.

Para garantir que esse monitoramento seja feito de forma bastante efetiva, estão sendo avaliadas todas as normas e políticas da empresa. Ao final da revisão de cada uma delas, todos os profissionais, administrativos e operacionais, são treinados sobre o assunto e assinam um termo de responsabilidade por meio do qual atestam conhecer o comportamento que se espera deles e estar conscientes quanto às possíveis consequências em caso de não cumprimento. Cada tema tem um executivo responsável – um *compliance owner* – que prepara o material, treina todas as pessoas e se torna ponto focal em cada unidade a respeito do tema. Esse responsável leva os resultados e as questões à Comissão de Ética e *Compliance* que, por sua vez, os reporta à Comissão Executiva. Em 2015, os temas trabalhados foram anticorrupção e *antitrust*.

Formações por país.



A Linha Ética também passou por mudanças em 2015 e passou a ser coordenada, em cada país, por empresas independentes que recebem e dão encaminhamento às denúncias ou dúvidas relacionadas ao Código de Conduta. A linha é aberta para todos os públicos. As queixas, consultas ou sugestões podem ser feitas anonimamente e a companhia compromete-se a tratar 100% delas com a ajuda de uma auditoria externa, quando necessário.

A partir de 2016, um indicador de remuneração variável global de fatores de risco e compliance será implementado para todos os executivos.

Temas para o processo de Compliance 2016

Governança Societária

Foco: Desenvolver e iniciar a implementação do Processo de *Compliance* para a Governança Societária em todas as geografias de forma a identificar o cenário atual, padronizar o processo e iniciar o monitoramento.

Direito de Mineração

Foco: Desenvolver e iniciar a implementação do Processo de *Compliance* para o Direito de Mineração, definindo e treinando *Compliance Owner* e Agentes de *Compliance* em cada Unidade de Negócio.

Suprimentos e Logística

Foco: Implementar o processo de monitoramento na área de Suprimentos e Logística Brasil, de forma a assegurar que as atividades estão sendo executadas de acordo com Políticas, Normas e Procedimentos.

Viagens e Estadias

Foco: Implementar processo de monitoramento em todas as Unidades de Negócio de forma a verificar se as despesas de viagens estão de acordo com a Norma Corporativa de Viagem.

Segurança

Segurança

O tema Segurança é considerado estratégico na Cimpor e, dada a sua relevância, permeia todas as dimensões do Mapa de Estratégia, bem como todos os planos de ação destinados ao atendimento a essas dimensões. Em 2015, foi reestruturada a governança em SSMA (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), de modo a ampliar resultados e tornar mais efetivo a partilha de conceitos e informações, o acompanhamento de ações e avaliação de resultados. No ano, a CSI lançou o Manual de Gestão da Saúde e que deverá também pautar as medidas a serem implementadas nas operações da companhia.

A Governança em SSMA é baseada em uma estrutura de Comitês, formada pelos Comitês Técnico, do qual participam a estrutura corporativa e os referentes de SSMA dos vários países, e Estratégico, em que, além dos referentes, participam também os Diretores-Gerais das Unidades de Negócio e o presidente da empresa. A função do Comité Estratégico é avaliar continuamente e de forma crítica o Sistema de Gestão em SSMA e temas pertinentes, propor soluções, partilhar boas práticas e, munido dessas informações, estabelecer as estratégias para a empresa.

No âmbito das unidades de produção, existe ainda os Comitês Tático, formado por profissionais de nível gerencial da unidade, e Operacional, em que cada área trata de temas inerentes, como inspeções, acidentes/incidentes, monitoramentos e desvios, e propõe soluções para as situações de riscos de SSMA.

Em 2015, as reuniões dos Comitês Técnicos passaram a ser mensais e os encontros do Comité Estratégico ocorrem a cada dois meses, com a finalidade de tornar a discussão e as resoluções a respeito de SSMA mais dinâmicas.

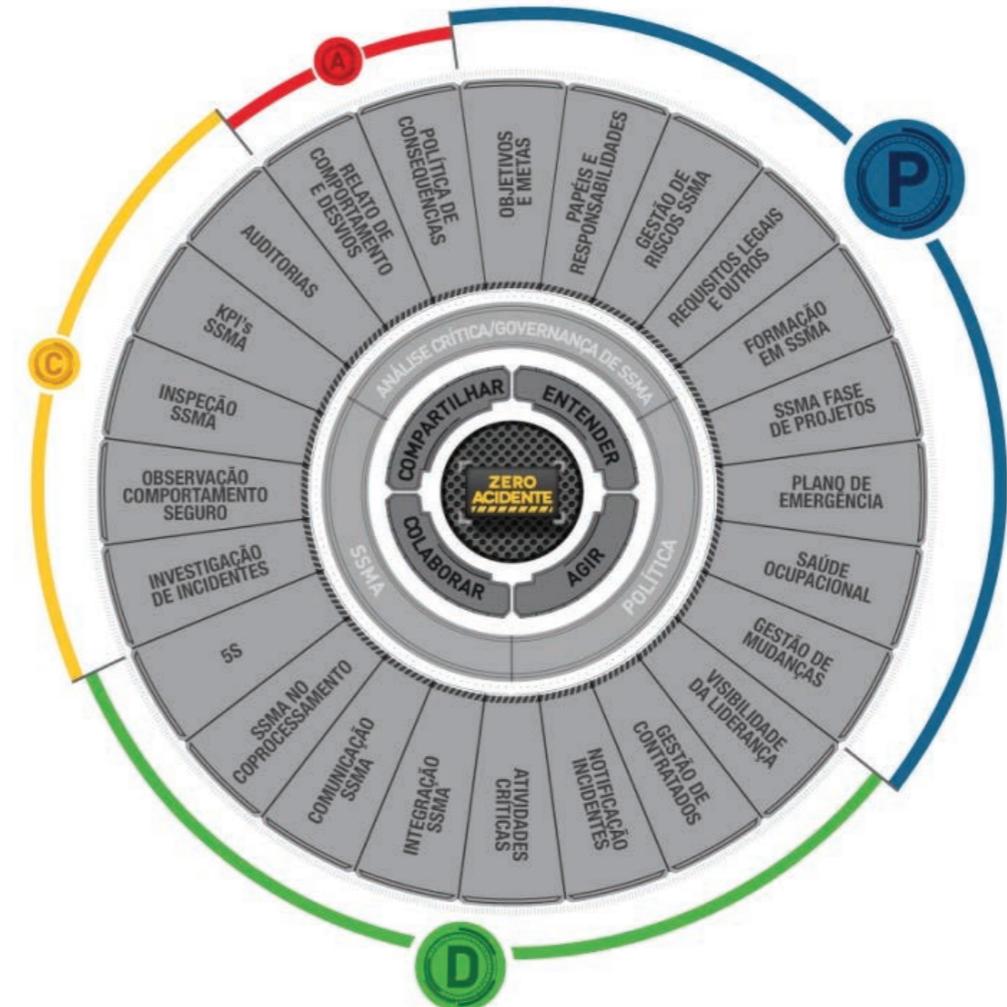
O lema bastante difundido na companhia, “faremos de forma segura ou não faremos”, assegura ao profissional o direito de recusar-se a executar qualquer tarefa identificada como de situação de risco fora do controlo – sem sanção para o profissional.



Sistema de Gestão de SSMA

O sistema de gestão de saúde, segurança e meio ambiente é composto por 24 processos complementares, a partir dos quais é feito o acompanhamento da implementação do tema em todas as unidades de produção da empresa. Este sistema está alinhado com as normas OHSAS 18001 e ISO 14001 e outras metodologias contemporâneas de gestão de SSMA e disponibiliza diretrizes, normas e procedimentos corporativos, que são replicados em todos os países onde a Cimpor está presente, mesmo que não seja uma exigência legal local. Dessa forma, aplicam-se as melhores práticas na gestão do tema em cada um dos países onde a Cimpor atua.

Em 2015, na linha de desenvolvimento das Atitudes InterCement, a empresa deu um maior foco a quatro desses 24 processos: visibilidade da liderança, gestão de risco, observação de comportamento seguro e gestão de contratados. O trabalho nessas quatro frentes foi a essência do projeto de segurança comportamental. Em 2016, a estes quatro temas irão-se juntar ainda a formação em SSMA e processos críticos.



Segurança comportamental

O projeto **Segurança comportamental**, consolidado em 2015, tem como principal objetivo chamar as lideranças da Cimpor a assumir o seu papel de agente nas questões relativas a segurança e meio ambiente, incentivando as suas equipas a adotarem um comportamento seguro. Este processo dá-se pela identificação e remoção das barreiras ao comportamento seguro, dos pontos fortes e oportunidades de melhorias no sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, bem como no compromisso contínuo da liderança, da comunicação, da influência positiva sobre os comportamentos e a mudança de atitude.

No ano, foram implantados projetos-piloto em todas as unidades da Cimpor, e a liderança recebeu 12 horas de capacitação. Na formação, os líderes aprenderam como se devem unir às suas equipas para identificar os problemas de forma proactiva. Com os pontos identificados, as lideranças passam a receber suporte dos Comitês Técnico e Estratégico para promover as mudanças necessárias a fim de tornar as atividades mais seguras.

Business Intelligence

A Cimpor utiliza uma ferramenta de *Business Intelligence* (BI), denominada internamente *Interintelligence*, que abrange todas as informações gerenciais da empresa. Esta ferramenta reúne diversas plataformas que monitorizam o desempenho operacional da companhia em diversas áreas, tais como vendas, performance industrial dos fornos e moinhos e emissões de partículas, consumo de energia e de água. Ferramenta em constante evolução, em dezembro de 2015 teve a inclusão de um novo módulo, o de gestão de despesas, fluxo de caixa e fundo de maneiio.

Monitorização dos indicadores de performance

Assim como a ferramenta de Business Intelligence é aplicada na área gerencial, o setor técnico tem o *Book* de Indicadores, ferramenta que permite um comparativo da performance entre todas as 40 fábricas de cimento da Cimpor. Entram na análise indicadores de produtividade, de mão-de-obra, do forno, do moinho, do consumo de energia, entre outros, num total de mais de 100 indicadores. Dessa maneira, é possível identificar *benchmarkings* internos que podem ser levados para outras unidades.

IMS (InterCement Management System)

O IMS é o conjunto de ferramentas do sistema de gestão da Cimpor que permite o acompanhamento de todos os planos de ação de melhorias e o compartilhamento de melhores práticas para aumento da produtividade. O objetivo é ajudar todas as unidades de negócios a aprimorar os seus resultados

de forma estratégica, tática e operacional. Duas das ferramentas dentro do IMS são o Gerenciamento Matricial e o PDCA (do inglês Plan, Do, Check, Act – ou planejar, fazer, verificar e agir).

Em 2015, foram trabalhados 244 PDCA's, 58% deles relacionados à dimensão "Aprimorando Processos" e 22% a "Assegurando Resultados".

Destes 244 PDCA's, 170 foram desenvolvidos no Brasil, 39 na Argentina, 20 em Portugal, 10 na África do Sul, 4 em Moçambique e 1 no Paraguai.

Implementação de *Lean Office*

Em 2015, a Cimpor iniciou a implantação da filosofia *Lean Office* nas áreas administrativas. O projeto piloto aconteceu na unidade Brasil. A ação está dentro do sistema global de gestão InterCement Management System (IMS), e tem como principal objetivo otimizar os processos administrativos para, desta forma, identificar e eliminar desperdícios, gargalos e duplicidade de trabalhos, agregando valor às entregas finais de cada processo.

Em 2015, foram colocados em prática, como ação piloto dois processos: Requisição de Compras ao Pagamento da Fatura e Faturação do Betão. Esses processos envolveram, inicialmente, as equipas de Sistema de Gestão Brasil, Suprimentos, Betão, Financeiro, Comercial, TI e Jurídico.

No primeiro processo, o trabalho teve como objetivos o aumento de compras via contrato, a eliminação das fugas de contrato e pretendia replicar a aprendizagem, reduzindo o *lead time*. Já no Betão, as metas foram redução dos erros de faturação, das prorrogações e de perdas financeiras. Com isso, reduziu-se de 84 para 63 atividades o processo relacionado com a Requisição de Compras ao Pagamento da Fatura e de 109 para 54 passos as etapas para Faturação do Betão, gerando produtividade, eliminando desperdício e otimizando processos.

Após essa primeira etapa, a partir de 2016, acontecerá a implementação para as demais áreas da companhia, expandindo a filosofia *Lean Office* para toda a empresa.

O *Lean Office* tem origem no TPS – Toyota Production System, desenvolvido a partir da década de 1950 no Japão. Implantada inicialmente na linha de produção, a filosofia procura incessantemente aumentar a eficácia e o grau de flexibilidade de qualquer processo, reduzindo todo o tipo de desperdício.



IV. ZELAR PELA DISCIPLINA FINANCEIRA

O ano de 2015 foi um ano desafiador para a Cimpor, especialmente por conta do cenário macroeconómico nos países onde a empresa atua. Dois fatores foram os principais impactantes nessa perspetiva. O primeiro deles foi a desaceleração económica no Brasil, país responsável por cerca de 37% do volume de produção da companhia. Além disso, foi um ano de câmbio desfavorável na grande maioria dos países onde a empresa está presente.

A estratégia em operar em diversas geografias possibilita minimizar os impactos negativos apresentados por algumas operações. E a estrutura bastante coordenada de governança permite ainda que o planeamento e as estratégias sejam reavaliados constantemente. A agilidade para ajustes de rumo da empresa e, posteriormente, o forte compromisso assumido pelas equipas com os novos posicionamentos são uma grande vantagem e, em 2015, materializou-se em resultados adequados, apesar de todos os dilemas externos.

Os ajustes emergenciais, provocados pela mudança de cenário e aprofundamento de situações desfavoráveis, tiveram como foco zelar para manter padrões satisfatórios de produtividade e rentabilidade, garantindo assim a manutenção do negócio no longo prazo. O compromisso com a disciplina financeira e com o fortalecimento da estrutura de capital levaram a ações diversas, como reestruturação de pessoal e realinhamento do parque produtivo de cimento no Brasil, venda de participação minoritária no Paraguai, novo foco estratégico para o canal betão, ações que mitigaram o ambiente externo desfavorável e, também, prepararam a empresa para, em um cenário positivo, uma retoma mais rápida e efetiva.

Destaque, ainda, para a nova estrutura de Governança, fruto do realinhamento perante os desafios da companhia.

Governo da Sociedade

Desenvolvendo as melhores práticas em termos de Governo da Sociedade, a Cimpor responde em grande medida às recomendações do Código de Governo das Sociedades adotado. Encontrando-se patente no seu Relatório de Governo da Sociedade, parte integrante do presente Relatório e Contas, os méritos das políticas e procedimentos adotados pela companhia.

Baseada num modelo de *governance* robusto e ativo, a Cimpor é capaz de potenciar e suportar o desenvolvimento dos últimos anos e fazer cumprir a sua Missão, a Visão e os Valores. Procura manter as melhores práticas que convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando o seu acesso a capital e contribuindo para a sua longevidade.

Reestruturação funções corporativas e operações no Brasil

Planejar, estruturar e colocar em prática ações para a concretização de definições estratégicas é uma máxima fortemente presente no histórico da empresa, como também atuar com rapidez e flexibilidade para ajustar expectativas a partir de novas realidades macroeconómicas.

A desaceleração da procura em 2015 levou a uma completa reestruturação corporativa, com a redução do quadro de 8.768 para 8.451 profissionais. Em especial nas operações no Brasil, país que apresentou um cenário externo desfavorável mais contundente, foram efetuados ajustes mais profundos nas áreas administrativas e operacionais.

Também no que se refere às operações locais, procedeu-se a uma racionalização de toda a estrutura de produção. O país conta com 16 unidades produtivas, e a queda do mercado da construção civil como um todo, e particularmente as vendas de cimento (na casa dos 10%), exigiu um maior foco comercial – nomeadamente na adaptação de produtos e preços abordagem ao contexto do mercado – um redesenho das atividades produtivas, incluindo a paralisação parcial ou total de algumas linhas e unidades (Jacareí, Suape e João Pessoa). A decisão se mostrou adequada, pois com isso foi possível maximizar a produção, levando, inclusive, a recordes de produção em algumas unidades.

Além dos ajustes no mapa de produção do cimento, um novo perfil de negócio foi estabelecido para a área de betão, conforme abaixo se descreve. Essas duas ações combinadas contribuíram para um resultado operacional e financeiro satisfatório, no âmbito de um cenário muito desfavorável. Esse rápido alinhamento foi fundamental para reduzir potenciais perdas financeiras que poderiam comprometer a consolidação de parâmetros saudáveis para a operação, mesmo em uma situação externa desafiadora.

Novo perfil de negócios de betão no Brasil

A Cimpor tem uma posição muito consistente no negócio de betão, justificada por este ser um dos principais canais de comercialização do cimento. Em países europeus, por exemplo, a venda de cimento via os serviços de betão chegam ao patamar de 50%.

Nos países onde a Cimpor atua, esse patamar é bem menor, mas há uma tendência de crescimento. Ao longo dos anos a empresa conquistou grande experiência sobre o tema, e a empresa vem continuamente alavancando sua participação no betão.

Este processo indicou que havia a necessidade de uma nova estratégia para o betão no Brasil, em um contexto de priorização de portfólio e transferência de controlo de fábricas com baixa rentabilidade – a partir de acordos operacionais com parceiros - e mantendo o intento estratégico da companhia, a Cimpor desenhou e lançou um modelo inovador de parceria no segmento, procurando uma maior participação neste canal através do arrendando das operações com baixa rentabilidade e/ou fora do desenho estratégico do negócio.

Global Procurement

Em 2015, a empresa estabeleceu os principais orientadores da Política de Compras Corporativas, definindo missão, saúde e segurança, ética, código de conduta, performance, boas práticas, matriz de responsabilidades e gestão de riscos. Esse reordenamento estabelece modelos centralizados e/ou híbridos, patamares de valores e níveis de autorização.

O grupo de trabalho formatou o Manual de Compras em quatro segmentos: princípios orientadores (incluindo saúde e segurança, ética e código de conduta, performance e boas práticas), organização (incluindo responsabilidades e separação entre *sourcing* e *procurement*), recursos (como a avaliação e reconhecimento de fornecedores) e gestão do risco (insumos críticos, matriz e plano estratégico).

Com este conjunto de ações, a meta é potencializar resultados no curto prazo alavancando as compras com orientação corporativa, (superiores a 300 milhões de euros), e que incluem consumos energéticos (petcoque, carvão, gás natural, eletricidade, etc.), materiais e insumos para produção (refratários, corpos moentes, papel para sacos, adjuvantes, etc.). Neste sentido, em 2015, foi possível alcançar uma economia de 15,6% sobre essas categorias.

Melhoria no perfil do fundo de manei

Em 2015, a companhia promoveu uma gestão bastante austera do seu fundo de manei operacional, por meio de uma série de medidas e negociações desenvolvidas de acordo com a necessidade, características e possibilidades em cada uma de suas geografias. Esse processo de aumento de eficiência na gestão do fundo de manei operacional foi acelerado em 2014 a fim de otimizar e acelerar a geração de caixa da companhia, além de mitigar os impactos que a desaceleração económica e a depreciação do câmbio poderiam ter nos negócios.

Um dos resultados obtidos do programa de gestão do fundo de manei operacional foi a redução de 118 milhões de euros e redução em 14 dias de Volume de Negócios em relação a 2014, o que posicionou a empresa entre as mais bem colocadas no *benchmark* mundial. Isso foi possível a partir de renegociação de contratos de melhores prazos com os principais fornecedores e clientes, ações de otimização de estoque, entre outras.

Aperfeiçoamento do perfil de dívida

Até 2014, os financiamentos bancários aportados para as unidades em todas as geografias ficavam tendencialmente concentrados na holding. A partir de 2015, passou-se a procurar, sempre que possível,

financiamentos em moeda local nos países onde a Cimpor opera. E a primeira operação de grande porte já ocorreu: foi feito um empréstimo a longo prazo em moeda local, em Moçambique. A partir dessa iniciativa, os demais aportes deverão seguir dessa forma, colocando o financiamento nas geografias em que o caixa é gerado, para garantir um perfil de dívida alinhada às estratégias, investimento e expectativas de resultado de longo prazo.

Fortalecer a estrutura de capital

Além da mudança na gestão dos financiamentos bancários, a Cimpor adotou, em 2015, uma série de novas políticas para fortalecer a estrutura de capital da companhia e mantê-la financeiramente robusta ao longo dos próximos anos. Algumas dessas medidas tiveram início em 2015, porém as experiências bem-sucedidas devem continuar ao longo dos próximos anos a fim de fortalecer a estrutura de capital e aumentar a rentabilidade da empresa.

Entre as ações já concluídas, estão: a venda de participação minoritária da operação do Paraguai, o contrato de promessa de compra e venda de outros ativos³; o realinhamento do parque produtivo de cimento e o novo foco estratégico para o canal betão no Brasil- com as inerentes alienações; e a venda de ativos não estratégicos como pedreiras no Brasil.

³ Operação descrita nas notas 4, 46 e 49 das notas às Demonstrações Financeiras de 2015

Participação de minoritários locais

Como estratégia de desenvolvimento local, a Cimpor avaliou que a venda de ações a sócios minoritários da mesma geografia pode ser benéfica para o negócio. A ação reforça o conceito de parcerias sustentáveis e será tomada caso a caso, de acordo com os objetivos de longo prazo da companhia, porém com a condição prioritária de que a Cimpor continuará a ser o acionista controlador da operação. A primeira negociação no âmbito dessa estratégia resultou na venda por 32 milhões de euros, de 16% do capital da Yguazú Cimentos (Paraguai) para a Concretmix, sócia local, que passa a deter 49% desta subsidiária, enquanto a Cimpor permanece no controlo, com 51%. Complementarmente, conforme procedeu ainda à celebração de um contrato de promessa de compra e venda de uma participação minoritária de outros ativos não estratégicos⁴.

⁴ Operação descrita nas notas 4, 46 e 49 das notas às Demonstrações Financeiras de 2015

Programa de monetização de ativos não estratégicos

A companhia fechou o ano de 2015 com a venda das pedreiras de Guarulhos e de Barueri, em São Paulo, pelo valor de 20 milhões de euros. Esta ação foi complementada com a alienação das centrais de betão no enquadramento estratégico acima apresentado.

A estratégia de vender ativos que não são estratégicos teve início em 2013. Dessa maneira, a Cimpor consegue concentrar esforços em seu desenvolvimento e *core business*.

Investimentos

O momento exigiu a extensão de cronogramas de investimentos (compressão de investimentos), porém avaliando em detalhe se essa extensão de prazo não comprometerá a possível retoma e a posição futura da empresa. No total, os investimentos chegaram a 177 milhões de euros.

Os pontos relevantes para os resultados não sofreram alteração, e o investimento foi mantido. Alguns dos principais investimentos de 2015 são apresentados a seguir.

Construção de moinho de carvão no Egito

As obras tiveram início em junho de 2015 e a previsão é de que o novo moinho seja inaugurado no segundo semestre de 2016, com um investimento total de 47 milhões de euros. A iniciativa trará benefícios operacionais e financeiros à Cimpor, já que a companhia reduzirá gastos com combustíveis, acarretando, automaticamente, maior produtividade. Além disso, há vantagens ambientais, posto que o uso do carvão permite uma produção com menor emissão de gases de efeito estufa quando comparado ao Mazot, utilizado até então na operação.

Novos filtros na unidade da Matola – Moçambique

Com investimento total de 7,5 milhões de euros, foi inaugurada, em agosto, o novo sistema de filtros de manga na unidade da Matola, em Moçambique. Dessa forma, a unidade alinhou-se às diretrizes de sustentabilidade corporativa da Cimpor.

Setor de paletização no Paraguai

Para ampliar a excelência no atendimento, foram investidos 2,2 milhões de euros na unidade Paraguai para a implementação de uma área de cimento paletizado com cerca de 1.250 metros quadrados.



SECÇÃO D

PERFORMANCE E RESULTADOS FINANCEIROS EM 2015



Performance Operacional

Diversificação geográfica atenua impacto económico do Brasil, que se ajusta e prepara para desafios a curto prazo.

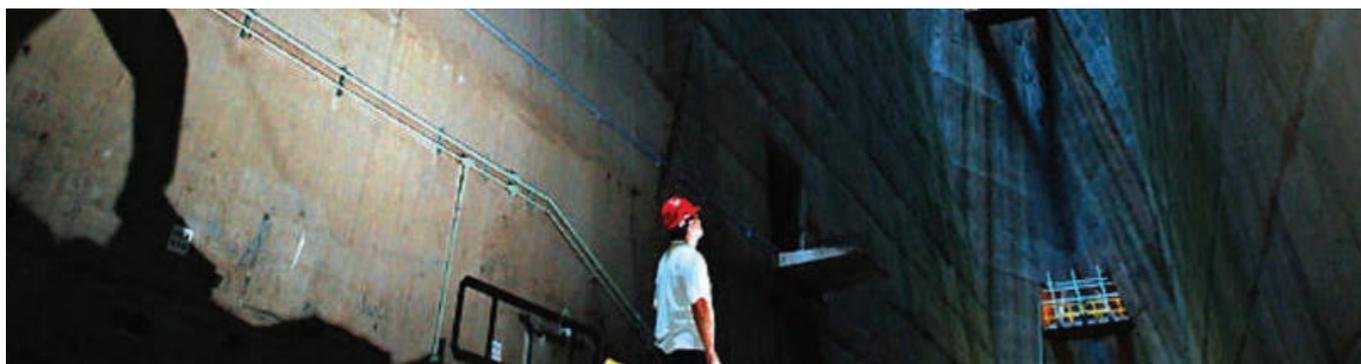
Resultados operacionais da Cimpor, vêem-se suportados pela performance na Argentina, Paraguai e Portugal que vieram mitigar o abrandamento da economia Brasileira e o ajuste no Egito, onde a somar-se ao já esperado ajuste de nível de atividade, assistiu-se a um aumento da competitividade.

O volume de negócios num ambiente de maior competitividade generalizado, apesar de beneficiar do aumento de 6,4% do preço médio do cimento (em moeda local) registou um decréscimo de 4% face ao ano anterior, para 2,5 mil milhões de euros. Esta performance reflete a contração observada no volume de vendas consolidado de cimento e clínquer (-6,1%), principalmente influenciado pelos volumes do Brasil e do Egito.

Em 2015 a margem EBITDA da Cimpor foi de 21,1%, destacando-se novamente como uma referência na indústria. Contudo, a depreciação das moedas de operação da Cimpor face ao dólar, impactou negativamente os custos com importação de matérias-primas – especialmente recursos energéticos – impossibilitando uma redução de custos em linha com a evolução das vendas.

Em termos absolutos o EBITDA alcançado, de 525,7 milhões de euros (-18,6% face a 2014), apresenta-se condicionado pela conjugação atípica de um conjunto de desafios, a que a companhia respondeu através da introdução de medidas de ajustamento de índole estratégica nas áreas corporativa e operacional. Esta abordagem da companhia teve particular incidência no Brasil, adequando as operações à presente realidade económica e conferindo-lhes a robustez necessária para abraçar os desafios antecipados para 2016.

Numa análise por geografia, verificou-se que apesar dos resultados anuais estarem condicionados pela adversidade observada no Brasil e Egito, as restantes geografias apresentaram em conjunto um crescimento do EBITDA perto dos 32%, destacando se a performance na Argentina, Paraguai e Portugal.



Vendas

Resultados históricos na Argentina e recuperação do mercado em Portugal, mitigam abrandamento do Brasil e reajustamentos no Egito.

Vendas de Cimento e Clínquer - Desagregação Por UN

(Milhares de toneladas)

	jan - dez		
	2015	2014	Var. %
Brasil	10.545	12.601	-16,3
Argentina	6.572	6.178	6,4
Paraguai	398	422	-5,7
Portugal	4.427	4.371	1,3
Cabo Verde	167	182	-8,2
Egito	3.384	3.761	-10,0
Moçambique	1.585	1.512	4,9
África do Sul	1.438	1.502	-4,3
Sub-Total	28.516	30.530	-6,6
Eliminações Intra-Grupo	-380	-551	-31,1
Total Consolidado	28.137	29.979	-6,1

A performance histórica na Argentina associada à recuperação do mercado interno de Portugal e excelente performance em Moçambique no último trimestre do ano, mitigaram parcialmente os abrandamentos observados no Brasil, Egito e exportações a partir de Portugal. O volume de vendas acumulado de cimento e clínquer em 2015 totalizou 28,1 milhões de toneladas, registando uma contração de 6,1% face a 2014.

O efeito da contração da procura no Brasil acentuou-se no 2º semestre em função do agravamento da situação político-económica que acompanhada pela entrada de novas capacidades, principalmente nas regiões Nordeste e Sul, contribuiu para a redução de volume no ano, registando-se um abrandamento de 16,3% em relação a 2014.

Na Argentina, a Cimpor atingiu novo ano recorde com volume de vendas histórico em 2015, onde o crescimento da procura aliado aos esforços operacionais na conquista de clientes, traduziu-se num

crescimento de quota de mercado na sequência do aumento de 6,4% do volume expedido face a 2014.

No Paraguai a valorização da moeda local face à dos países limítrofes, mais acentuada no último trimestre, incentivou as importações de cimento e acabou por condicionar a performance da companhia naquele país.

Em Portugal, na sequência do desempenho verificado no final de 2014, em 2015 o mercado interno consolida a tendência de crescimento a um ritmo de 10%. Contudo, face à contração económica de países que vêm sendo destino das exportações, assistiu-se a uma redução dos volumes exportados o que determinaria a contenção da subida do volume de vendas de Portugal.

Em Cabo Verde, verificou-se um abrandamento de consumo desde o início do 2º trimestre, provocado essencialmente pelo abrandamento de projectos de construção financiados pelo Estado.

No Egito, tal como esperado assistiu-se a um ajuste no volume de vendas, depois de em 2014 a companhia ter antecipado as falhas de abastecimento de combustíveis preparando-se para atender a procura indo além da sua quota de mercado natural. Já em 2015, a pressão concorrencial para conquista de quota de mercado, na sequência dos recentes investimentos por parte de alguns concorrentes, acabou por influenciar a performance das vendas.

Em Moçambique, mesmo com a pressão das importações, a Cimpor registou uma evolução do volume de vendas superior à do mercado local, superando os condicionalismos político-económicos e atrasos na execução das obras públicas.

Na África do Sul, assistiu-se a um aumento do volume de vendas de cimento na ordem dos 5%, resultado de uma estratégia comercial assente na exploração de novos clientes e regiões.



Volume de Negócios

Aumento do preço médio do cimento mitiga parcialmente contração do volume de vendas.

Volume de Negócios - Desagregação Por UN

(Milhões de Euros)

	jan - dez		
	2015	2014	Var. %
Brasil	814,2	1.168,4	-30,3
Argentina	763,7	545,4	40,0
Paraguai	53,1	55,9	-5,1
Portugal	291,9	274,3	6,4
Cabo Verde	26,1	27,0	-3,4
Egito	217,2	246,9	-12,0
Moçambique	161,4	148,9	8,4
África do Sul	130,7	126,1	3,7
Trading / Shipping	301,9	305,5	-1,2
Outras	45,7	48,6	-6,0
Sub-Total	2.805,9	2.947,0	-4,8
Eliminações Intra-Grupo	-313,2	-343,3	-8,8
Total Consolidado	2.492,7	2.603,7	-4,3

Em termos acumulados o Volume de Negócios ascendeu a 2.493 milhões de euros, com uma contração de 4,3% quando comparado com o ano anterior. Excluindo o impacto cambial, este indicador apresentaria uma evolução de +0,4% face a 2014.

A evolução do preço de venda médio acumulado (+6,4%) mitigou parcialmente a evolução desfavorável do Volume de Vendas. Genericamente registou-se uma tendência de evolução favorável dos preços, exceto no Brasil, no Egito, onde no fim do ano já se assistia a uma recuperação, e no Paraguai, por influência da pressão importadora dos países limítrofes.

O crescimento pronunciado observado na Argentina, deve-se antes de mais à evolução favorável da procura que foi combinada com ajustes de preços, visando a incorporação do efeito da inflação nos

custos. De igual forma Moçambique, Portugal e África do Sul – por aumento da proporção de cimento no *mix* de produtos - apresentaram uma performance positiva, permitindo assim compensar parcialmente decréscimos noutras regiões.

EBITDA

Margem Cimpdor de 21,1% mantém-se uma das referências na Indústria.

EBITDA

(Milhões de Euros)

	jan - dez		
	2015	2014	Var. %
Brasil	173,8	322,2	-46,1
Argentina e Paraguai	200,9	128,0	56,9
Portugal e Cabo Verde	31,2	32,8	-4,9
África	110,2	148,4	-25,8
Trading / Shipping e Outros	9,5	14,1	s.s.
Total Consolidado	525,7	645,6	-18,6
Margem EBITDA	21,1%	24,8%	-3,7 p.p.

Em 2015 a margem *EBITDA* da Cimpdor permaneceu como uma referência na indústria ao atingir 21,1% num período em que a generalidade do setor sofre contrações.

Este foi um ano que requereu, de forma simultânea, a resposta a um conjunto de desafios de instabilidade político-económica, ajustes previstos do nível de atividade e adaptação a novas condicionantes pontuais de mercado. Neste contexto a Cimpdor introduziu um pacote de medidas que, contribuindo para a sustentação do seu *EBITDA* em 2015, ao nível de 525,7 milhões de euros - contraindo 18,6% face a 2014 -, apenas revelarão de forma sustentada o seu efeito a partir de 2016.

Entre estas medidas contam-se: (i) a suspensão de atividade de unidades de produção subutilizadas; (ii) a intensificação dos programas de aumento de eficiência operacional - de estímulo de produtividade, redução de custos, ajuste de abordagem ao mercado local e apresentação de novos produtos e serviços-; (iii) a expansão da atividade do coprocessamento a todas as geografias; (iv) a reestruturação das áreas corporativas e de suporte ao negócio; e (v) a alienação de ativos não estratégicos.

Não obstante a geração de *EBITDA* ficou aquém de 2014, influenciada (i) pelo efeito da contração do nível de atividade, com a inerente da redução da diluição de custos fixos; (ii) pela dificuldade de traduzir no aumento de preços a pressão inflacionista num contexto de maior agressividade concorrencial em países como o Brasil, Paraguai e Egito; (iii) pelo impacto da depreciação cambial da maioria das geografias onde opera, refletido na sua tradução para euros mas principalmente no agravamento dos custos das matérias-primas referenciadas em dólar – em especial no Brasil, na Argentina e em Moçambique; e (iv) pelos efeitos não recorrentes da reestruturação corporativa (17 milhões de euros) e da recompra de crédito (Portugal) (8 milhões de euros).

De entre a performance das diferentes geografias, destaca-se o aumento do *EBITDA* na Argentina, onde a dinâmica de mercado associada a uma eficiência operacional permitiu satisfazer a crescente procura num período pré-eleitoral de expansão. No mesmo sentido, a performance do Paraguai e de Portugal distinguem-se. No primeiro caso, pelo primeiro ano completo de atuação com uma unidade de produção integral, o que permitiu ganhar eficiências operacionais significativas, e no segundo pelas oportunidades decorrentes da dinâmica positiva no mercado interno - invertendo o ciclo negativo que se vinha observando desde 2001.

Com evolução contrária, é de referir o *EBITDA* das operações no Brasil, que reflete o efeito da crise político-económica e por outro lado o aumento de concorrência com a entrada de nova capacidade no mercado. Neste contexto a companhia prosseguiu um conjunto de iniciativas de natureza operacional e estrutural, que lhe permitiram aumentar o seu foco estratégico e robustez de performance por forma a abraçar os desafios de curto prazo que antecipa.

O Egito como previsto, apresentou uma correção do *EBITDA*. Tal decorre do nível atípico de *EBITDA* atingido em 2014 - em condições privilegiadas da companhia para abastecimento do mercado -, mas também da descida generalizada dos preços em 2015.

Por último, em Moçambique não obstante o aumento do volume de negócios observado, assistiu-se a uma contração do *EBITDA* por via do impacto da depreciação da moeda local face ao dólar na sua estrutura de custos, nomeadamente pela relevância do valor das matérias-primas importadas.

Amortizações e Provisões

Aumento por imparidades e investimentos de 2014

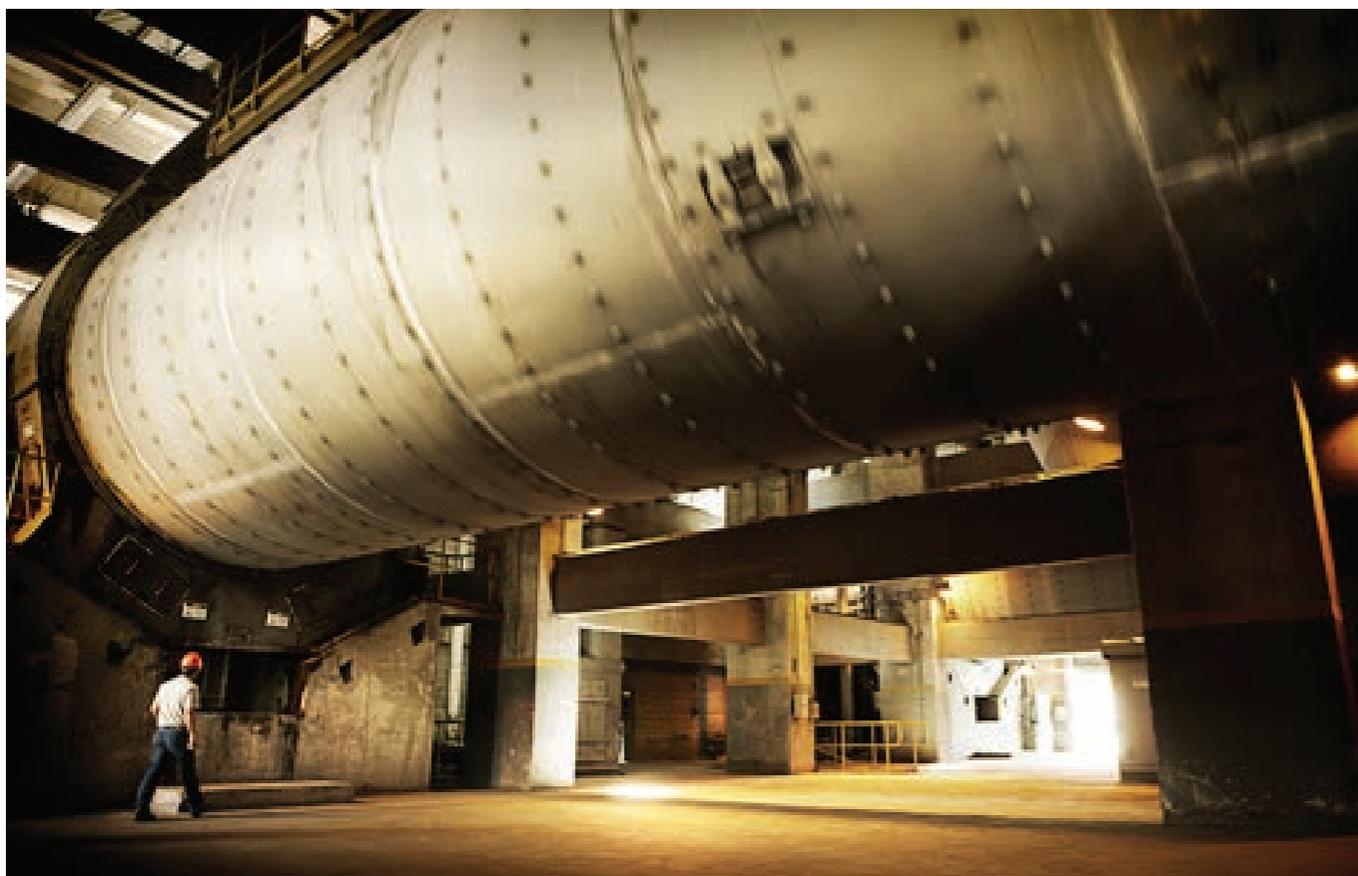
As amortizações e provisões totalizaram 212 milhões de euros em 2015, o que compara com os 197 milhões de euros registados em 2014, tendo sido influenciadas por um aumento via imparidades em ativos fixos no valor de 12 milhões de euros - nomeadamente em ativos da atividade de *Trading/Shipping* e outros diversos de Portugal -, em paralelo com o impacto dos investimentos levados a cabo ao longo de 2014 – principalmente no Paraguai.

Resultados Financeiros e Impostos

Resultados financeiros refletem exposição ao USD de dívida nas Unidades de Negócio. Impostos acompanham evolução de resultados.

Resultados Financeiros permanecem negativos em 406 milhões de euros, deteriorando 9,3% face a 2014. Ao longo de 2015 a política de cobertura de risco cambial implementada nas holdings apresentou resultados favoráveis, nomeadamente ao nível da cobertura da exposição Euro/USD. Contudo, em termos comparativos com 2014, o benefício da estabilidade alcançada face às perdas então observadas, acabou por ser anulado pelo impacto da depreciação, contra o USD, da dívida emitida e dos empréstimos intercompany, realizados no nível das operações.

Os impostos sobre os lucros apresentaram um contributo positivo de 12 milhões de euros, invertendo a tendência face aos 48 milhões de euros negativos observados em 2014. Tal decorre da tendência observada nos resultados antes de impostos, enquanto, em termos consolidados, e como em anos anteriores, continuam sem beneficiar do registo dos impostos diferidos correspondentes aos resultados negativos das sociedades holdings e financeiras detentoras de dívida.



Resultados Líquidos

Abrandamento de *EBITDA* a par das penalizações em Resultados Financeiros, induzem queda de Resultados Líquidos.

Demonstração de Resultados

(Milhões de Euros)

	jan - dez		
	2015	2014	Var. %
Volume de Negócios	2.492,7	2.603,7	-4,3
Cash Costs Operacionais Liq.	1.967,0	1.958,1	0,5
Cash Flow Operacional (EBITDA)	525,7	645,6	-18,6
Amortizações e Provisões	212,4	196,9	7,9
Resultados Operacionais (EBIT)	313,3	448,8	-30,2
Resultados Financeiros	-406,1	-371,4	9,3
Resultados Antes de Impostos	-92,8	77,3	s.s.
Impostos sobre o Rendimento	-12,4	47,8	s.s.
Resultado Líquido	-80,4	29,6	s.s.
Atribuível a:			
Detentores de Capital	-71,2	27,2	s.s.
Interesses não Controlados	-9,1	2,4	s.s.

Em 2015, o efeito combinado de contração do *EBITDA* e da penalização nos Resultados Financeiros no Resultado Líquido, afetou negativamente os Resultados Líquidos, atribuíveis a detentores de capital, registando um prejuízo de 71 milhões de euros.

Balanço

Dívida Líquida reduz 366 milhões de euros. Total do ativo atinge 5,6 mil milhões de euros.

Síntese do Balanço Consolidado

(Milhões de Euros)

	31 dez 2015	31 dez 2014	Var. %
Ativo			
Ativos não Correntes	4.180	5.049	-17,2
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	730	724	0,9
Outros Ativos Correntes	685	778	-12,0
Total do Ativo	5.595	6.551	-14,6
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	268	928	-71,2
Interesses sem Controlo	41	50	-17,9
Total Capital Próprio	309	978	-68,5
Passivo			
Empréstimos e Locações Financeiras	4.060	4.285	-5,3
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	137	145	-5,1
Outros Passivos	1.089	1.144	-4,9
Total Passivo	5.286	5.574	-5,2
Total Passivo e Capital Próprio	5.595	6.553	-14,6

O total do Ativo da Cimpor a 31 de dezembro de 2015 atingiu 5.595 milhões de euros, uma redução de 14,6% face a 2014. Impacto influenciado pela depreciação das moedas dos países em desenvolvimento onde a Cimpor opera.

A redução do Capital Próprio em 2015 resulta principalmente da já mencionada depreciação cambial face ao euro, nomeadamente na conversão para euros de ativos denominados em outras moedas, no Brasil, Argentina e África do Sul.

A Dívida Líquida a 31 de dezembro de 2015 apresenta uma redução de 10,6% comparada com igual período de 2014, para 3.073 milhões de euros, uma tendência notória de setembro de 2015 para o final do ano com uma redução de 6,6% deste indicador. Esta evolução reflete a criteriosa seleção de investimentos, o estrito controlo de fundo de maneiio conseguido através da implementação nos últimos

12 meses de um plano para o efeito e por último as recentes alienações de ativos. Entre estas últimas destacam-se: a venda de uma participação minoritária na Yguazú Cimentos (Paraguai) e o contrato de compra e venda de uma participação minoritária no Brasil⁵, a par de outros ativos não estratégicos como duas pedreiras e 13 unidades de betão no Brasil.

Estrategicamente a companhia continuará a dar seguimento a um conjunto de iniciativas para fortalecer a sua estrutura de capital, preparando-se da melhor forma para abraçar futuras oportunidades de desenvolvimento. Entre estas iniciativas contam-se: a reestruturação interna e otimização dos processos produtivos, procurando uma melhor eficiência da sua estrutura de custos; a precisão e disciplina na gestão de fundo de maneiio e CAPEX e a alienação de ativos não estratégicos.

⁵ Operação descrita nas notas 4, 46 e 49 das notas às Demonstrações Financeiras de 2015

Cash Flow

Eficiência de fundo de maneiio, disciplina de CAPEX e venda de ativos permitem melhorar geração de Caixa

(Milhões de Euros)

	2014	2015				
	Final Ano	1T	2T	3T	4T	Final Ano
EBITDA	646	123	156	116	130	526
Fundo de Maneio	-41	-122	21	46	66	11
Outros	-15	1	-3	-1	-29	-32
Atividades Operacionais	590	2	173	162	167	504
Juros Pagos	-240	-73	-24	-104	-49	-250
Impostos Pagos	-42	-1	-27	-4	-15	-47
Fluxo de Caixa antes de investimentos	308	-71	122	54	103	208
CAPEX	-199	-48	-28	-33	0	-109
Vendas de Ativos / Outros	5	8	2	2	50	61
Fluxo de Caixa para a empresa	113	-111	96	23	153	160
Novos empréstimos e debentures	1.773	112	36	59	30	237
Pagamento de empréstimos e debentures	-1.886	-38	-141	-137	-95	-411
Dividendos	-2	0	0	0	0	0
Outras Atividades de Financiamento	-24	37	11	4	87	139
Alterações em caixa e equivalentes de caixa	-24	0	2	-51	175	126
Diferenças de câmbio	29	24	-26	-49	-12	-63
Caixa e equivalentes de caixa, final do período	645	669	645	545	707	707

A combinação de uma maior eficiência na gestão de fundo de maneiio, maior disciplina de CAPEX e venda de ativos tornaram possível, face a 2014, aumentar em 47 milhões de euros a geração de Fluxo de Caixa para a Empresa que se cifrou em 160 milhões de euros, apesar da queda observada na geração de *EBITDA*.

A implementação do programa de aumento de eficiência da gestão do fundo de maneiio foi evidente na redução do capital investido (52 milhões de euros), especialmente no Brasil, Portugal e Egito, onde, várias iniciativas foram implementadas para reduzir o ciclo de conversão de caixa.

Maior austeridade no CAPEX, dando prioridade a grandes investimentos e de retorno rápido, justifica uma contenção de saída de caixa, em 90 milhões de euros em 2015, comparando com 2014.

A rubrica de Outros, ao nível das Atividades Operacionais, apresenta uma contração, refletindo os custos de reestruturação, da recompra de crédito (Portugal) e ainda outros efeitos não recorrentes registados no *EBITDA*.

Os valores recebidos por via da venda de pedreiras e centrais de betão no Brasil, tal como venda da participação minoritária na Yguazú Cimentos (Paraguai), encontram-se registados na rubrica Vendas de ativos / Outros.

Já em Outras Atividades de Investimento é de assinalar o efeito do recebimento, em dezembro, de 56 milhões de euros, provenientes da celebração de um contrato de promessa de compra e venda⁶ de uma participação minoritária (Brasil).

⁶ Operação descrita nas notas 4, 46 e 49 das notas às Demonstrações Financeiras de 2015



Desempenho por operações

A diversificação geográfica é uma vantagem competitiva, porém exige acompanhamento contínuo dos cenários de cada país e região e flexibilidade na tomada de decisões. Cada país apresenta seus desafios, e a Cimpor atua para potencializar as oportunidades e minimizar ao máximo os eventuais riscos.



UNIDADE DE NEGÓCIO BRASIL



No Brasil, a instabilidade político-económica num ano pós-eleições com muitas incertezas, acabou por se refletir numa contração da economia estimada em mais de 3,8%, bem como na depreciação do real face ao dólar (em 29,0%) e euro (em 14,9%).

Este contexto determinou uma redução no nível de investimento, e por conseguinte da procura de cimento (-10%), o que conjugado com o recente aumento de concorrência pela entrada de novas capacidades de produção nos mercados do Nordeste e Sul, zonas de particular atividade desta companhia, determinou um abrandamento dos volumes de vendas da Cimpor (-16,3%).

Ajustando-se à presente conjuntura e preparando-se para abraçar os desafios de curto prazo e potencial de desenvolvimento que o mercado brasileiro apresenta estruturalmente, a Cimpor implementou um conjunto medidas que passam por:

- Implementação de um programa de aumento de produtividade, ajuste de alocação de recursos humanos e outros e redução de custos de produção – incluindo a inovação por aditivos;
- Prossecução de implementação de coprocessamento, otimizando a sua matriz energética;
- Nova abordagem aos mercados, intensificando estratégia de comercialização e introduzindo produtos e serviços inovadores;
- Estreitamento de relação com fornecedores, fortalecendo relações de parceria;
- Adequação da estrutura produtiva de cimento, com suspensão atividade de unidades subutilizadas e com menor rentabilidade, em face das condições de mercado – nomeadamente as moagens de Jacarei e Suape, bem como o forno da fábrica integrada de João Pessoa -, assegurando a distribuição de cimento por outras unidades de forma mais eficiente;
- Alienação e aluguer de centrais de betão de forma condicionada, ou seja garantindo contratos de fidelização de abastecimento de cimento pela Cimpor, por forma a ser alavancado o canal de distribuição de cimento por esta via;
- Alienação de ativos não estratégicos, como as Pedreiras de Guarulhos e Barueri no final de 2015 pelo valor de 20 milhões de euros.

Embora ainda não refletindo o seu real alcance em 2015, as medidas acima preparam já um contributo para a sustentação do *EBITDA*, esperando-se que o seu efetivo impacto ocorra em 2016.



A dinâmica de crescimento de vendas e o aumento de eficiência das operações nestas duas geografias, traduziram-se num incremento da margem *EBITDA* de 3,3 p.p. para 24,6% realçando a efetiva redução de custos com a produção integral no Paraguai que apresentou a nível



individual a melhor margem da companhia.

Em 2015 unidade de negócio Argentina e Paraguai revelou como o maior contributo para o *EBITDA* consolidado com 201 milhões de euros, representando cerca de 38% do *EBITDA* total da companhia, um impressionante crescimento de 18p.p..



O período pré-eleitoral na Argentina dinamizou a economia em 2015, contribuindo para um aumento do investimento e do consumo de cimento. Neste ano o sector da construção consolidou-se como um dos pilares da economia, estimulado tanto pelo investimento público em infraestruturas como pelo desenvolvimento do residencial.

2015 foi de novo um ano recorde de vendas de cimento da Cimpor na Argentina. Com um crescimento do volume de vendas 6,4% face a 2014, superou mesmo 2013 já de si registando um outro recorde histórico de vendas.

De igual modo, estrategicamente orientada para o cliente e satisfação da dinâmica da procura local, a Cimpor vem reafirmando a sua posição de líder entre os *players* locais, revendo-se no crescimento contínuo e sustentado da sua quota de mercado.

Tal fica a dever-se à eficiência operacional de produção e distribuição, que em conjunto com a política comercial adotada, proporcionou um crescimento da margem de *EBITDA* face a 2014, não obstante a pressão

cambial nos custos – por força da desvalorização cambial do peso argentino face ao dólar, mais acentuada no período pós-eleições, já no final do ano.

Assim, crescimento do *EBITDA* em 2015 face a 2014 de mais de 50% refletindo os méritos da operação local e a assertividade da sua estratégia.

O contínuo crescimento e melhoria de performance operacional na atividade na Argentina, conferem a esta geografia um papel de destaque no portfólio da Cimpor, contribuindo largamente para a crescente representatividade da unidade de negócio Argentina e Paraguai na geração de *EBITDA* da companhia.



O Paraguai, em 2015 continuou a beneficiar de um ciclo económico positivo. Apesar da contaminação da sua economia pela incerteza nos países limítrofes, foi dos países com maior crescimento económico na América Latina, estimulando o investimento estrangeiro.

O crescimento da procura de cimento manteve-se consistente em 2015. Contudo, o abrandamento económico e a depreciação da moeda dos seus países vizinhos, em especial no 4º trimestre, estimulou um importante fluxo de importações de excedentes de cimento a preços mais baixos, com reflexo nas vendas dos produtores locais e uma deterioração dos preços médios neste mercado.

Em 2015, a Cimpor contou pela primeira vez com um ano completo



de produção integrada de cimento no Paraguai, que aliada a uma estabilidade operacional confirmou os méritos da aposta da Cimpor em investir na fábrica integral de cimento local. Esta estratégia permitiu quase duplicar o *EBITDA* e a margem *EBITDA*, sendo já *benchmark* do grupo.

Em termos de investimentos é de referir o novo setor de paletização inaugurado nesta unidade em 2015.



A boa performance de Portugal foi o driver essencial para o crescimento dos resultados operacionais da Unidade de Negócio. Fomentada pela recuperação do mercado interno português esta área de negócio em 2015 aumentou o seu *EBITDA* excluindo não recorrentes em cerca de 20%, com uma melhora da margem em 1,4pp face a 2014.



A economia Portuguesa confirma a tendência de crescimento do ano anterior, funcionando como incentivo ao aumento do consumo de cimento, estimado em cerca de 10% face 2014.

O volume de vendas da Cimpor acompanhou a boa dinâmica do mercado interno, enquanto a atividade exportadora recuou por efeito

da retração económica de alguns países destino no Norte de Africa afetados economicamente pela queda do preço do petróleo. Ainda assim, o aumento de vendas internas de 10% permitiu a que o volume de vendas consolidadas de Portugal superassem em 1,3% os valores observados em 2014.

O aumento do peso das vendas internas face às exportações, viria a ter um efeito positivo na evolução do Volume de Negócios que superou 2014 em 6,4%, funcionando como alicerce na geração de *EBITDA* do ano.

De destacar o efeito não recorrente derivado da perda de 8,4 milhões de euros, relacionado com o processo jurídico em curso referente à recompra de um crédito.



Em Cabo Verde, o ano de 2015 ficou marcado por uma desaceleração do consumo de cimento, essencialmente devido ao abrandamento de projetos de construção financiados pelo Estado, mitigado contudo pelo desenvolvimento de investimentos no sector do turismo.

Deve-se realçar o trabalho da equipa de gestão, que apesar da redução de volumes vendidos e de volume de negócios, por via da contenção de custos conseguiu gerar mais *EBITDA* que em 2014.



OPERAÇÕES EM ÁFRICA

As operações no continente Africano, apresentam em termos consolidados um resultado operacional inferior a 2014, o que se deve, essencialmente, ao ajuste que se antecipava no Egito e ao impacto da depreciação do metical face ao dólar. Como resultado, em 2015 o contributo conjunto das operações Cimpor em África para o Grupo foi de 21% quando em 2014 tinha sido de 23%, sendo que para 2016 se espera que o seu contributo volte a ganhar peso nos resultados consolidados.



UNIDADE DE NEGÓCIO EGITO



Em 2015 o PIB no Egito deverá ter crescido cerca de 4%, com o mercado do cimento a acompanhar esta tendência, atingindo-se no ano um consumo nacional superior a 53 milhões de toneladas.

A Cimpor no Egito tal como previsto, registou uma correção do nível de vendas depois destas terem apresentado um nível extraordinário em 2014 (mais 18% em termos de vendas e mais 37% em volume de negócios que em 2013) - período em que a Cimpor, antecipando a escassez de combustíveis providenciou uma gestão de *stocks* de combustíveis e matérias-primas que lhe permitiu, ao contrário de alguns dos seus concorrentes, abastecer regularmente a procura no mercado.

Já em 2015 assistiu-se a um aumento de competitividade, por força da necessidade de rentabilização de diversos investimentos por parte da concorrência, provocando uma descida generalizada dos preços do cimento, que aliado a um incremento de custos energéticos em cerca de 15%, acabou por penalizar a geração de *EBITDA*.

Em face da presente política energética no Egito, que compreende a eliminação de subsídios públicos ao consumo de energia, a Cimpor prossegue um programa de otimização da sua matriz energética que, para além dos investimentos em coprocessamento, prevê já em 2016 a entrada em funcionamento de um novo moinho de carvão, um investimento da ordem dos 47 milhões de euros, com um impacto significativo na rentabilidade da operação.



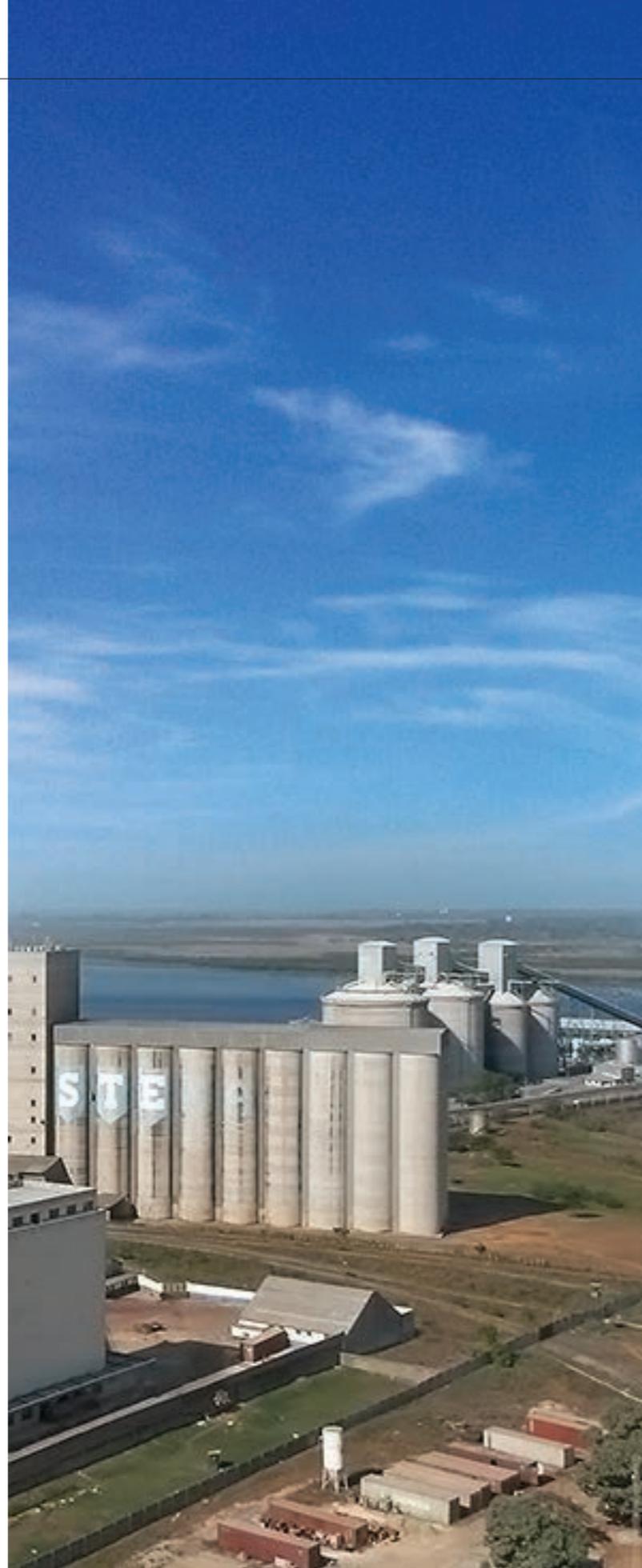
UNIDADE DE NEGÓCIO MOÇAMBIQUE



Estima-se que a economia Moçambicana tenha crescido cerca de 7% em 2015, influenciando positivamente a indústria da construção.

O mercado de cimento, apesar de limitado por alguns atrasos na execução das obras públicas, acompanhou esta tendência, sendo que se prevê que tenha tido uma evolução positiva face a 2014 de cerca de 3,3%. Por outro lado, a pressão das importações diminuiu, também consequência da desvalorização do metical face ao dólar que acabou por inflacionar o preço do cimento importado.

Novamente a Cimpor reafirmou liderança com uma quota de mercado de cerca de 60%. Efetivamente, após um 1º trimestre menos favorável em termos de volume de vendas, e um 2º e 3º trimestres com crescimentos tímidos, no último trimestre do ano apresentou uma taxa de crescimento a dois dígitos face ao período homólogo, um crescimento idêntico ao que vinha apresentando em 2014 e dando perspectivas de um ano de 2016 de forte crescimento.



Dada a desvalorização da moeda local face ao dólar, a estratégia comercial implementada desde o início do ano acabou por se revelar determinante para atingir o volume de negócios em moeda local com um crescimento de 15,6%.

Em termos de custos observou-se, por um lado, o impacto de alguns constrangimentos operacionais no 1º trimestre e as perturbações no abastecimento de energia no 3º e 4º trimestres, e por outro, o efeito da depreciação do metical face ao dólar nos custos locais. Este último efeito teve um maior impacto em 2015, dada a necessidade de importar matéria-prima para fazer face aos constrangimentos acima, e por forma a responder à crescente procura observada ao longo do ano.

Não obstante, assistiu-se a um aumento do *EBITDA* em moeda local face a 2014 - no entanto consumido pela variação cambial - beneficiando já dos efeitos das medidas de gestão, emanadas dos projetos "Mutirão" e "Mutirão Gente", com vista à melhoria da eficiência das operações e otimização de recursos locais.

No que toca aos investimentos realizados em Moçambique em 2015, há que referir o novo sistema de filtros de manga na unidade da Matola, em Moçambique, enquadrado pela política de alinhamento desta unidade às diretrizes de sustentabilidade corporativa da Cimpor.

Ciente do imenso potencial desta geografia, a Cimpor anunciou em junho, o início do processo de construção de uma nova fábrica integrada de produção de cimento em Nacala.



UNIDADE DE NEGÓCIO ÁFRICA DO SUL



Na África do Sul, potenciado por evolução do PIB em igual ritmo de anos anteriores (1,4%), estima-se que o mercado de cimento seguiu a mesma tendência, resultando num crescimento ligeiramente acima dos 1% face a 2014.

Apesar de as vendas de cimento e clínquer na África do Sul em 2015 situarem-se 4,3% abaixo das vendas em 2014, a performance isolada das vendas de cimento superou em 5,9% os valores de 2014. Tal deve-se ao facto de em 2014 a companhia ter registado um volume total de vendas de clínquer atípico por força das vendas pontuais realizadas.

É de assinalar a tendência contrária da evolução do *EBITDA* e do Volume de Negócios, este último com um crescimento na ordem dos 4% face a 2014, refletindo não só o crescimento das vendas de cimento no *mix* total como também a abordagem comercial ao mercado a par das medidas de aumento de eficiência introduzidas no último semestre do ano.





**SECÇÃO E
PERSPETIVAS**

Abordagem Cimpor - Perspetivas Futuras

Foco em eficiência, disciplina e agilidade, consolidam bases de próspero desenvolvimento

O ano de 2015 foi de desafios, porém diversas medidas tomadas em governança, gestão das suas operações e fortalecimento do balanço, permitiram à Cimpor preparar-se para enfrentar 2016 com segurança e com expectativa de crescimento.

A cada vez maior integração do seu *portfólio* internacional a par das medidas e ações de 2015 reportadas ao longo deste relatório, deixam patente na Cimpor a flexibilidade necessária para realizar ajustes finos e rápidos em suas operações e na sua gestão, para atendimento integral da sua Visão 2023: estar entre as dez maiores empresas internacionais de cimento e entre as cinco mais rentáveis.

Do ponto de vista macroeconómico, em 2016 a performance dos BRICS deverá influenciar o panorama económico internacional. A crescente possibilidade da desaceleração da economia chinesa, e seus efeitos nas economias mundiais aliado ao cenário de redução do PIB do Brasil e da Rússia poderá trazer implicações nas restantes economias mundiais. Por outro lado o lento, mas consistente, crescimento das maiores economias mundiais poderá trazer um benéfico equilíbrio ao comércio internacional.

2015 foi um ano de fusões de gigantes na indústria cimenteira, pelo que 2016 deverá ser um ano de consolidação e fortalecimento de posições adquiridas, ou defesa do espaço já conquistado no passado.

A Cimpor prosseguirá uma estratégia de reforço das suas posições nos mercados em que atua, com especial foco na América do Sul, por forma a melhor se posicionar para o potencial de recuperação económica da região e seu impacto no consumo de cimento.

O foco no desenvolvimento das suas operações estratégicas, a aproximação aos mercados e seus clientes, a par do aumento de produtividade, ocupação de capacidade e eficiência operacional serão a tônica constante nos próximos anos – as oportunidades no campo dos aditivos e a expansão dos processos de coprocessamento, serão desenvolvidas de forma transversal a toda a companhia.

Em termos financeiros, a Cimpor prossegue com as iniciativas de fortalecimento do balanço, nomeadamente:

- O plano de eficiência de fundo de maneio, tendo em 2015 reduzido 118 milhões de euros e 14 dias de Volume de Negócios face a 2014;
- A afinação do perfil da sua dívida;
- A disciplina de investimentos (orçamentados em cerca de 110 milhões de euros para 2016) que, para além dos investimentos de manutenção de cerca de 65 milhões de euros por ano para os próximos 3 anos, privilegia em 2016 a conclusão do moinho de carvão no Egito e os projetos de

coprocessamento e aditivos;

- A identificação de ativos não estratégicos a alienar.

Ou seja um conjunto de iniciativas com impacto na geração de *Free Cash Flow* imediato e futuro, traduzido numa redução de dívida que a par do estímulo de geração de *EBITDA* no curto prazo (sendo que em 2016 deverá estar ao nível do ano anterior), permitam a redução do nível de alavancagem da companhia.

Desta forma a Cimpor prepara-se para voltar a abraçar novas oportunidades de desenvolvimento, isoladamente ou fazendo juz ao seu mote “Construindo parcerias sustentáveis” ou conjuntamente com novos parceiros.



2016 prevê-se que seja um ano de importantes desafios para a economia Brasileira, com os últimos perspetivas a apontarem para um abrandamento do PIB de 3,5% e um cenário de estagnação em 2017⁷. Ainda sob o espetro da instabilidade política, o Brasil depara-se com a necessidade de reestabelecer a confiança dos agentes económicos, promovendo a contenção da inflação e a redução do défice orçamental, por forma a aliviar a contração fiscal e monetária.

O sector residencial, pela sua escala e défice de habitações, continuará a ser o principal motor do consumo de cimento no Brasil, sendo que apesar de afetado pelo presente contexto económico, beneficiará de intervenções públicas como sejam o arranque da 3ª fase do programa “minha casa, minha vida”. Por seu turno, a urgência de infraestruturas no Brasil vem promovendo uma política governamental de entrega de concessões e privatização de projetos, por forma a assegurar a acelerar a sua construção.

Assim, se por um lado se admite que em 2016 se observe ainda um constrangimento da procura de cimento traduzido numa queda de entre 7 e 10%, por outro estima-se que os sinais de uma maior definição e estabilização política expectáveis para 2016 permitam, já em 2017, contar com o crescimento da procura de cimento até então reprimida.

No Brasil, a Cimpor continuará a implementar um conjunto de medidas de ajuste ao presente contexto do mercado local, enquanto, paralelamente, prosseguirá com introdução de medidas de aumento de eficiência das suas operações - aperfeiçoando a sua estrutura de custos. Serão assim criadas as condições para, em 2016, conter abaixo de 5% a quebra do *EBITDA*⁸ que decorre do abrandamento da atividade, e vir a alavancar o seu crescimento na retoma do mercado perspetivada para os anos seguintes.

⁷ Dados IMF World Economic Outlook (WEO) January 2016 Update

⁸ Em moeda local

Entre estas medidas destacam-se:

- I. A adequação de preços e produtos, visando uma maior aderência à procura;
- II. A alienação de centrais de betão, mantendo contratos de fornecimento de cimento pela Cimpor e como tal salvaguardando os seus canais de distribuição hoje no terreno;
- III. A suspensão de atividade de unidades subutilizadas em momentos de menor intensidade de mercado, monitorizando constantemente a sua rentabilidade e sentido estratégico;
- IV. Investimentos diversos de aumento de produtividade e eficiência energética, de entre os quais se destacam os alocados ao desenvolvimento da atividade de coprocessamento.



Ultrapassado o ajuste cambial que vinha sendo previsto (depreciação do peso de 28% em 2015), a Argentina entra em 2016, num clima de otimismo e confiança nas suas novas diretrizes económicas que serão refletidos no nível de atividade a partir de 2017. Uma política de maior liberalização económica e abertura ao exterior, a perspectiva de resolução das questões com os credores internacionais, a solicitação de intervenção do FMI e a panóplia de medidas visando o reequilíbrio das contas públicas, têm vindo a instigar um aumento de confiança dos agentes económicos nacionais e internacionais, e bem assim da captação do investimento nacional e estrangeiro para o desenvolvimento da economia Argentina no curto prazo.

Se por um lado o sector residencial continuará a apresentar uma boa dinâmica, cabe aqui referir o plano de infraestrutura previsto pelo governo de 25 mil milhões de USD em quatro anos e projetos de geração de energia e exploração de petróleo e gás, a concluir até 2024, que se encontra orçado em cerca de 300 mil milhões de USD.

Neste contexto a Cimpor, no papel de líder de mercado, reafirma o seu compromisso de assegurar o abastecimento da procura de cimento assumindo-se como um agente dinamizador da economia local e retomando a análise dos projetos de aumento de capacidade que tem em carteira.

Após um ciclo de mais de 10 anos de crescimento, o consumo de cimento na Argentina atingiu um patamar sustentável, tendo registado picos recorde de vendas em 2015. Assim, apesar da estabilidade prevista no volume de vendas e da dinâmica comercial impressa, a depreciação da moeda local impedirá o crescimento das vendas, quando consolidadas em Euros. Sujeita ao mesmo efeito, a geração de *EBITDA*, poderá ainda ser impactada pelo momento presente de ajuste na economia local, i.e. pelo aumento dos custos de mão-de-obra e energéticos (retirada de subsídios e sua cotação em USD).



A dinâmica positiva da economia Paraguaia deverá continuar a destacar-se na região, apresentando o sector da construção como um dos seus principais impulsionadores, ainda que com taxas de crescimento inferiores a 2016 por conta da descida de preços das *commodities* e do efeito "el niño".

Num mercado em que o consumo de cimento pelo sector residencial representa cerca de 70%, são de destacar os novos projetos de microcrédito vocacionados para financiar uma lacuna de habitações que se estima em cerca de um milhão de lares.

Dotada de uma capacidade de produção integrada local, a Cimpor prosseguirá a sua atividade no Paraguai focada tanto no desenvolvimento da sua posição comercial - perspetivando já em 2016 um crescimento de volumes vendidos de 2 dígitos e um inerente aumento de quota de mercado -, a par da otimização de eficiência da sua mais recente unidade de produção. Este enquadramento deverá traduzir-se num aumento de *EBITDA*⁹ estimado em mais de 30%, elevando a sua margem *EBITDA* da Yguazú Cementos a *benchmark* para a companhia.

⁹ Em euros



A economia portuguesa prossegue apresentando alguma recuperação, proporcionada fundamentalmente pelo consumo privado e crescimento de exportações.

Neste contexto a Cimpor, prevê um crescimento dos volumes vendidos internamente (com uma procura a indiciar crescimentos entre 5 e 7%), enquanto perspetiva o efeito adverso nas suas exportações da retração de alguns dos seus clientes em economias particularmente prejudicadas pela descida do preço de petróleo.

Para contrariar esta tendência a Cimpor tem avançando na prospeção de novos mercados, tendo já estendido o seu portfólio de clientes de exportação além da costa ocidental africana, abastecendo hoje a partir de Portugal clientes na América do Norte e do Sul, entre outros.

As operações em Portugal, prosseguirão iniciativas de aumento de produtividade agilizando a sua resposta ao mercado externo, hoje destino de 70% da sua produção.

Neste contexto, o reforço do mercado doméstico deverá permitir um crescimento do *EBITDA* em 2016.

CABO VERDE



A economia de Cabo Verde apresenta-se estável proporcionando a atratividade desejável ao investimento estrangeiro. O desenvolvimento de infraestruturas turísticas a par do programa “casa para todos” no sector residencial, sustentarão a procura local.

EGITO



Estima-se que a economia egípcia progrida a um ritmo de 4,26% em 2016¹⁰, num ambiente de crescente estabilização política e económica e acreditação das suas instituições. Simultaneamente, as medidas de ajustamento económico introduzidas pelo governo egípcio vêm promovendo a confiança dos investidores e a atração de investimento estrangeiro.

O fortalecimento do crescimento económico do país mantém as características demográficas e sociais que sustentam o crescimento do setor residencial no Egipto, responsável por cerca de 75% do consumo de cimento, os planos de infraestruturas são encorajadores abrangendo desde os planos urbanísticos para uma nova capital, a ampliação do metro do Cairo e a modernização e expansão da rede ferroviária e portuária.

Para 2016, perspectiva-se um aumento do contributo do *EBITDA* desta unidade de negócio para o *EBITDA* consolidado superior a 30%¹¹.

Num cenário de recuperação de preços, este será um ano de importantes melhorias nas operações da Cimpor - nomeadamente nas melhorias introduzidas no forno 1 da fábrica de Amreyah e na otimização da sua matriz energética. A par da expansão da atividade de coprocessamento, a entrada em funcionamento do novo moinho de carvão no 2º semestre, permitirá de imediato uma crescente flexibilidade e o aumento de eficiência energética em benefício do posicionamento competitivo da Cimpor nesta região.

MOÇAMBIQUE



Apesar de alguma recente incerteza política, as perspetivas económicas para Moçambique mantêm-se

robustas. Não obstante os ajustamentos monetários e fiscais introduzidos estima-se um crescimento do PIB local de 8,2%¹² para 2016, sendo que a médio-longo prazo poderá perspetivar-se um crescimento de 7,5-8% ao ano – suportado em especial pelos potenciais investimentos em projetos de exploração de gás natural e carvão.

As perspetivas da atividade da Cimpor em Moçambique são especialmente otimistas, em face das condições de estabilidade operacional, da retoma prevista do consumo de cimento (um crescimento acima dos 15%) e do ambiente menos favorável à importação de cimento, assegurando a devida competitividade, catalisador para um maior crescimento das operações da Cimpor em Moçambique, enquanto operador local.

Paralelamente as intervenções resultantes das *task forces* industriais, comerciais e de recursos humanos da companhia em Moçambique – Mutirão e Mutirão Gente – apresentaram já um impacto positivo na geração de *EBITDA*, cujo crescimento em euros se perspetiva em mais de 8%¹³.

Cumprir por último fazer referência ao início do projeto de construção de uma nova fábrica integrada de produção de cimento em Nacala.

A nova capacidade a instalar vem aumentar o nível de eficiência da resposta à procura de cimento local, reconhecendo a Cimentos de Moçambique o seu papel de acelerador de desenvolvimento económico sustentável da região de Nacala.

ÁFRICA DO SUL



A economia Sul-africana deverá apresentar um crescimento do PIB aquém dos 2% no curto prazo, no entanto as expectativas de um crescimento médio de 2,5% nos próximos quatro anos deverão potenciar o aumento do consumo de cimento no país¹⁴.

Na África do Sul a Cimpor prossegue com as iniciativas de fidelização de clientes iniciadas já em 2015, expandindo o seu raio de alcance para lá das imediatas zonas urbanas limítrofes das suas unidades fabris. Paralelamente conduz um disciplinado programa de aumento de eficiência, cujos resultados mais significativos são esperados para 2017, não se perspetivando em 2016 um aumento da geração de *EBITDA*.

¹⁰ Dados IMF World Economic Outlook Database October 2015

¹¹ Em euros

¹² Dados IMF World Economic Outlook Database October 2015

¹³ Em euros

¹⁴ Dados IMF World Economic Outlook Database October 2015



SEÇÃO F
EVENTOS
SUBSEQUENTES

Eventos Subsequentes

Recompra de Crédito (Portugal)

Em 25 de janeiro de 2016 o Supremo Tribunal Administrativo indeferiu a reclamação que havia sido apresentada pela Cimpor e, já em fevereiro de 2016, a Cimpor procedeu à recompra do crédito respetivo pelo montante de 14,2 milhões de euros. Suportada na doutrina e na jurisprudência que se conhece sobre a matéria, e no quadro da fiscalização concreta da constitucionalidade atribuída ao Tribunal Constitucional, a Cimpor apresentou em 8 de fevereiro de 2016 recurso do acórdão para este Tribunal, mantendo-se convicta de que lhe assiste razão e apontando, portanto, para a preservação, a final, do crédito no montante que lhe havia sido inicialmente reconhecido.





SECÇÃO G
AÇÃO CIMPOR

Ação Cimpor

Durante o ano de 2015 o reduzido número de ações não imputáveis ao acionista maioritário conjugado com os desenvolvimentos no mercado acionista português ao longo dos dois últimos anos, condicionaram a evolução do título.

Assim, no decorrer do ano de 2015 a ação da Cimpor oscilou entre um mínimo de 0,211 euros e um máximo de 1,485 euros, a 16 de dezembro e 20 de abril correspondentemente. Tendo encerrado o ano a cotar 0,32 euros foram transacionadas 16,72 milhões de ações, correspondente a 13,17 milhões de euros.

Em 2015 não foram pagos quaisquer montantes a título de dividendos uma vez que o Resultado Líquido da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., numa base individual, em 2014 atingiu 868.646,56 euros. Assim, uma eventual distribuição destes resultados pelos acionistas não teria impacto relevante, mostrando-se até, relativamente a alguns pequenos acionistas, contraproducente em face dos encargos para o respetivo recebimento.

A 31 de dezembro de 2015 a Cimpor detinha 5.906.098 ações próprias. Não tendo sido transacionadas ações próprias no decorrer de 2015, o seu número manteve-se inalterado face ao encerramento de 2014.

A Assembleia Geral Anual de 2015 não aprovou nenhum plano de ações, pelo que dada a extinção dos planos em 2012, em 2015 não se encontravam em vigor quaisquer planos de ações ou opções sobre ações.





SECÇÃO H
PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

Proposta de Aplicação de Resultados

“Considerando que:

Considerando que o prejuízo consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 atribuível a acionistas se cifrou em 71.230.830,22 euros, e o resultado líquido em base individual foi negativo em 9.470.218,17 euros, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral:

- a. Transferência do Resultado Líquido negativo do Exercício de 2015 para Resultados Transitados;
- b. Atribuição de gratificações aos colaboradores ao serviço no final de dezembro de 2015 até ao montante máximo de 150.000 euros, através da utilização de Resultados Transitados.”





SECÇÃO I
DECLARAÇÃO DE
CONFORMIDADE

Declaração de Conformidade

Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração afirmam tanto quanto é do seu conhecimento que o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CIMPOR e empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Proença de Carvalho

Armando Sérgio Antunes da Silva

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

José Édison Barros Franco

António Henrique de Pinho Cardão

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa



2015

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Construindo Parcerias Sustentáveis



uma empresa  InterCement



Demonstrações Consolidadas

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7	2.492.708	2.603.685
Outros proveitos operacionais	8	97.130	45.275
Total de proveitos operacionais		2.589.839	2.648.960
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(641.887)	(646.102)
Fornecimentos e serviços externos		(1.012.435)	(1.046.245)
Custos com o pessoal	10	(335.200)	(285.117)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no <i>goodwill</i> e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	7, 17 e 18	(212.854)	(197.205)
Provisões	7 e 36	437	349
Outros custos operacionais	11	(74.630)	(25.875)
Total de custos operacionais		(2.276.569)	(2.200.195)
Resultado operacional	7	313.269	448.765
Custos e proveitos financeiros, líquidos	7 e 12	(407.686)	(372.961)
Resultados relativos a empresas associadas	7 e 12	1.325	960
Resultados relativos a investimentos	7 e 12	272	578
Resultado antes de impostos	7	(92.819)	77.342
Impostos sobre o rendimento	7 e 13	12.449	(47.759)
Resultado líquido dos exercícios	7	(80.371)	29.584
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:			
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal		(88)	(2.742)
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Instrumentos financeiros de cobertura		15.714	(5.972)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial		(625.926)	(32.733)
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio		(610.301)	(41.447)

(continua na próxima página)

Demonstrações Consolidadas

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

(continuação)

	Notas	2015	2014
Rendimento integral consolidado dos exercícios		(690.671)	(11.863)
Resultado líquido dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital	15	(71.231)	27.207
Interesses sem controlo	7 e 33	(9.140)	2.377
		(80.371)	29.584
Rendimento integral consolidado dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital		(677.084)	(16.131)
Interesses sem controlo		(13.587)	4.268
		(690.671)	(11.863)
Resultado por ação das operações:			
Básico	15	(0,11)	0,04
Diluído	15	(0,11)	0,04

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Consolidadas

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Ativos não correntes:			
Goodwill	16	1.531.291	1.935.467
Ativos intangíveis	17	26.867	35.003
Ativos fixos tangíveis	18	2.166.141	2.749.557
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	19	10.612	10.752
Outros investimentos	20	7.809	8.845
Outras dívidas de terceiros	22	34.625	35.616
Estado e outros entes públicos	23	27.776	38.836
Outros ativos não correntes	24	238.895	115.175
Ativos por impostos diferidos	25	135.572	119.712
Total de ativos não correntes		4.179.588	5.048.962
Ativos correntes:			
Existências	26	390.802	467.752
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	163.772	176.075
Outras dívidas de terceiros	22	46.754	41.646
Estado e outros entes públicos	23	53.243	74.387
Caixa e equivalentes de caixa	46	730.387	723.868
Outros ativos correntes	24	30.202	18.311
		1.415.161	1.502.039
Ativos não correntes detidos para venda	21	-	1.867
Total de ativos correntes		1.415.161	1.503.906
Total do ativo	7	5.594.749	6.552.868
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Ajustamentos de conversão cambial	30	(1.084.050)	(462.584)
Reservas	31	299.256	267.273
Resultados transitados	32	478.849	451.692
Resultado líquido do exercício	15	(71.231)	27.207
Capital próprio atribuível a acionistas		267.609	928.371
Interesses sem controlo	33	41.046	50.020
Total de capital próprio	7	308.655	978.391

(continua na próxima página)

Demonstrações Consolidadas

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

(continuação)

	Notas	2015	2014
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	25	418.515	539.054
Benefícios pós-emprego	34	16.107	17.229
Provisões	36	105.545	122.276
Empréstimos	37	3.942.862	4.115.219
Outras dívidas a terceiros	41	16.668	19.425
Estado e outros entes públicos	23	5.222	7.292
Outros passivos não correntes	42	5.843	6.124
Total de passivos não correntes		4.510.762	4.826.620
Passivos correntes:			
Benefícios pós-emprego	34	899	904
Provisões	36	14.912	4.469
Empréstimos	37	117.182	169.997
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	258.609	222.195
Outras dívidas a terceiros	41	168.507	108.809
Estado e outros entes públicos	23	49.955	61.954
Outros passivos correntes	42	165.268	179.530
Total de passivos correntes		775.332	747.857
Total do passivo	7	5.286.094	5.574.478
Total do passivo e capital próprio		5.594.749	6.552.868

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Consolidadas

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controle	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2013		672.000	(27.216)	(428.017)	276.222	473.386	(19.351)	947.025	40.536	987.561
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	27.207	27.207	2.377	29.584
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	(34.568)	(8.770)	-	-	(43.338)	1.891	(41.447)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	(34.568)	(8.770)	-	27.207	(16.131)	4.268	(11.863)
Aplicação do resultado consolidado de 2013:										
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	(19.351)	19.351	-	-	-
Dividendos distribuídos	14 e 33	-	-	-	-	(1.931)	-	(1.931)	(1.377)	(3.307)
Variações de participações financeiras e outros	33	-	-	-	(179)	(412)	-	(592)	6.592	6.001
Saldo em 31 de dezembro de 2014		672.000	(27.216)	(462.584)	267.273	451.692	27.207	928.371	50.020	978.391
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	(71.231)	(71.231)	(9.140)	(80.371)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	(621.465)	15.612	-	-	(605.853)	(4.447)	(610.301)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	(621.465)	15.612	-	(71.231)	(677.084)	(13.587)	(690.671)
Aplicação do resultado consolidado de 2014:										
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	27.207	(27.207)	-	-	-
Dividendos distribuídos	33	-	-	-	-	-	-	-	(1.280)	(1.280)
Variações de participações financeiras e outros	33	-	-	-	16.371	(49)	-	16.322	5.893	22.215
Saldo em 31 de dezembro de 2015		672.000	(27.216)	(1.084.050)	299.256	478.849	(71.231)	267.609	41.046	308.655

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Consolidadas

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3.082.425	2.731.971
Pagamentos a fornecedores		(2.010.286)	(1.786.654)
Pagamentos ao pessoal		(342.040)	(247.314)
Fluxos gerados pelas operações		730.099	698.003
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(46.600)	(41.682)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(225.818)	(108.141)
Fluxos das atividades operacionais (1)		457.681	548.181
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Fundos exclusivos e outros investimentos	46	68.637	13.477
Ativos fixos tangíveis		38.750	8.200
Juros e proveitos similares		10.592	9.011
Dividendos	19	1.506	665
Outros		15	411
		119.500	31.764
Pagamentos respeitantes a:			
Fundos exclusivos e outros investimentos		(118)	(35.859)
Ativos fixos tangíveis		(105.109)	(195.883)
Ativos intangíveis		(4.177)	(2.992)
Outros		-	(4.603)
		(109.404)	(239.338)
Fluxos das atividades de investimento (2)		10.096	(207.574)

(continua na próxima página)

Demonstrações Consolidadas

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

(continuação)

	Notas	2015	2014
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	46	236.971	1.773.330
Outros	46	96.942	4.032
		333.912	1.777.363
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	46	(410.901)	(1.885.846)
Juros e custos similares		(260.232)	(249.489)
Dividendos	14	-	(1.931)
Outros	46	(4.920)	(5.185)
		(676.052)	(2.142.451)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(342.140)	(365.088)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		125.638	(24.482)
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		(63.012)	28.729
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	644.573	640.326
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	707.198	644.573

○ anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Individuais

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	47	3.762	3.762
Outros proveitos operacionais	8 e 47	93	144
Total de proveitos operacionais		3.855	3.906
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	47	(2.775)	(2.781)
Custos com o pessoal	10	(2.940)	(3.106)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis	18	(44)	(58)
Outros custos operacionais	11	(48)	(330)
Total de custos operacionais		(5.808)	(6.275)
Resultado operacional		(1.953)	(2.369)
Custos e proveitos financeiros, líquidos	12	(724)	4.517
Resultados relativos a investimentos	12	(11.762)	1.912
Resultado antes de impostos		(14.439)	4.060
Impostos sobre o rendimento	13	4.969	(3.191)
Resultado líquido do exercício	15	(9.470)	869
Resultado líquido por ação:			
Básico	15	(0,014)	0,001
Diluído	15	(0,014)	0,001

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Individuais

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis	18	366	399
Investimentos em subsidiárias e associadas	19	1.230.065	1.121.340
Outros investimentos	20	87	87
Outras dívidas de terceiros	22	22.700	98.000
Ativos por impostos diferidos	25	13.118	11.795
Total de ativos não correntes		1.266.336	1.231.621
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	2.391	238
Outras dívidas de terceiros	22	3.281	5.838
Estado e outros entes públicos	23	2.883	2.902
Caixa e equivalentes de caixa	46	138	404
Outros ativos correntes	24	10	31
Total de ativos correntes		8.702	9.413
Total do ativo		1.275.038	1.241.034
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Reservas	31	306.732	306.732
Resultados transitados	32	255.247	254.379
Resultado líquido do exercício	15	(9.470)	869
Capital próprio atribuível a acionistas		1.197.293	1.206.763
Total de capital próprio		1.197.293	1.206.763

(continua na próxima página)

Demonstrações Individuais

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

(continuação)

	Notas	2015	2014
Passivos não correntes:			
Provisões	36	23.845	26.929
Empréstimos	37	50.000	-
Outras dívidas a terceiros	41	-	964
Total de passivos não correntes		73.845	27.893
Passivos correntes:			
Provisões	36	186	180
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	274	426
Outras dívidas a terceiros	41	1.253	4.423
Estado e outros entes públicos	23	526	783
Outros passivos correntes	42	1.661	567
Total de passivos correntes		3.900	6.378
Total do passivo		77.745	34.271
Total do passivo e capital próprio		1.275.038	1.241.034

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Individuais

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2013		672.000	(27.216)	306.732	248.766	7.543	1.207.825
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	869	869
Total do rendimento integral		-	-	-	-	869	869
Aplicação do resultado de 2013:							
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	7.543	(7.543)	-
Dividendos distribuídos	14 e 32	-	-	-	(1.931)	-	(1.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		672.000	(27.216)	306.732	254.379	869	1.206.763
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(9.470)	(9.470)
Total do rendimento integral		-	-	-	-	(9.470)	(9.470)
Aplicação do resultado de 2014:							
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	869	(869)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		672.000	(27.216)	306.732	255.247	(9.470)	1.197.293

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Individuais

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.105	5.765
Pagamentos a fornecedores		(2.897)	(3.483)
Pagamentos ao pessoal		(4.108)	(4.355)
Fluxos gerados pelas operações		(5.899)	(2.073)
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento	36	(1.997)	(15.832)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(624)	(1.294)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(8.521)	(19.199)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos	46	83.100	17.000
Ativos fixos tangíveis		11	423
Juros e proveitos similares		4.634	2.928
Dividendos	46	1.300	901
		89.045	21.252
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	19	(121.500)	(7)
Financiamentos concedidos	46	(9.000)	-
		(130.500)	(7)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(41.455)	21.245
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	46	50.000	-
		50.000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(291)	(53)
Dividendos	14	-	(1.931)
		(291)	(1.984)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		49.709	(1.984)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(266)	62
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	404	341
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	138	404

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2015.

1.	Nota introdutória	79	3.	Alterações de políticas, estimativas e erros	93	30.	Ajustamentos de conversão cambial	126
2.	Principais políticas contabilísticas	79	4.	Empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	93	31.	Reservas	127
2.1.	Bases de apresentação	79	4.1.	Empresas consolidadas pelo método integral	93	32.	Resultados transitados	127
2.2.	Normas, interpretações, emendas e revisões	80	4.2.	Empresas associadas e empreendimentos conjuntos	97	33.	Interesses sem controlo	128
2.3.	Julgamentos críticos / estimativas	83	5.	Alterações no perímetro de consolidação, operações descontinuadas e atribuição de justo valor	98	34.	Benefícios pós-emprego	128
2.4.	Princípios de consolidação	84	6.	Cotações	98	35.	Passivos contingentes, garantias e compromissos	132
2.5.	Ativos intangíveis	85	7.	Segmentos operacionais	99	36.	Provisões	135
2.6.	Ativos fixos tangíveis	86	8.	Outros proveitos operacionais	101	37.	Empréstimos	138
2.7.	Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras individuais)	86	9.	Custo das vendas	102	38.	Obrigações decorrentes de contratos de locação	141
2.8.	Locações	86	10.	Custos com o pessoal	102	39.	Instrumentos financeiros derivados	142
2.9.	Imparidade de ativos não correntes, excluindo <i>Goodwill</i>	87	11.	Outros custos operacionais	103	40.	Gestão de riscos financeiros	144
2.10.	Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira	87	12.	Resultados financeiros	104	41.	Outras dívidas a terceiros	147
2.11.	Custos de financiamento	87	13.	Impostos sobre o rendimento	105	42.	Outros passivos correntes e não correntes	147
2.12.	Subsídios	88	14.	Dividendos	108	43.	Fornecedores e adiantamentos de clientes	148
2.13.	Existências	88	15.	Resultados por ação	108	44.	Licenças de emissão de CO ₂	148
2.14.	Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	88	16.	<i>Goodwill</i>	109	45.	Ativos e passivos financeiros no âmbito da IAS 39	149
2.15.	Relato por segmentos	88	17.	Ativos intangíveis	111	46.	Notas às demonstrações de fluxos de caixa	152
2.16.	Classificação de balanço	88	18.	Ativos fixos tangíveis	112	47.	Partes relacionadas	155
2.17.	Resultado operacional	88	19.	Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	114	48.	Honorários e serviços dos auditores	159
2.18.	Provisões	89	20.	Outros investimentos	117	49.	Eventos subsequentes	159
2.19.	Instrumentos financeiros	89	21.	Ativos não correntes detidos para venda	118	50.	Aprovação das demonstrações financeiras	160
2.20.	Imparidade de ativos financeiros	91	22.	Outras dívidas de terceiros	118			
2.21.	Benefícios pós-emprego - pensões	91	23.	Estado e outros entes públicos	120			
2.22.	Benefícios pós-emprego - saúde	91	24.	Outros ativos correntes e não correntes	120			
2.23.	Ativos e passivos contingentes	91	25.	Impostos diferidos	121			
2.24.	Rédito e especialização dos exercícios	92	26.	Existências	123			
2.25.	Imposto sobre o rendimento	92	27.	Clientes e adiantamentos a fornecedores	124			
2.26.	Resultados por ação	92	28.	Capital	126			
2.27.	Eventos subsequentes	92	29.	Ações próprias	126			
2.28.	Licenças de emissão de CO ₂ – Mercado de emissões	92						

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em milhares de euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("CIMPOR" ou "Empresa"), constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial que em 31 de dezembro de 2015 detinha atividades em 8 países: Portugal, Egito, Paraguai, Brasil, Moçambique, África do Sul, Argentina e Cabo Verde ("Grupo Cimpor" ou "Grupo").

O fabrico e comercialização de cimento constituem o negócio nuclear do Grupo. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa ótica de integração vertical dos negócios.

O Grupo detém as suas participações concentradas essencialmente em duas sub-holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, agregados, argamassas, artefactos de betão, e atividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Trading e Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas fora de Portugal.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais (da Empresa) foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e na sede de cada uma das entidades referidas, ajustadas

no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e pelo *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão aqui designadas genericamente por "IFRS".



2.2. Normas, interpretações, emendas e revisões

Que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

(continua na próxima página)

(continuação)

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	1-jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.

(continua na próxima página)

(continuação)

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente

Não foi ainda concluída a avaliação dos impactos dos referidos melhoramentos nas demonstrações financeiras da Empresa e do Grupo, os quais não se perspetivam relevantes.

Ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rêdito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rêdito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rêdito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração da Cimpor (“Administração”) formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

➤ **Imparidade de ativos não correntes (excluindo Goodwill)**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo Cimpor, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo Cimpor.

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, unidades geradoras de caixa, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, taxas de crescimento, vidas úteis e valores de transações.

➤ **Imparidade do goodwill**

O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com a política indicada na Nota 2.4. e). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto são determinados com base no maior de entre o valor de uso, apurado de acordo com os fluxos de caixa esperados, e o valor realizável líquido, de acordo com múltiplos de transações recentes. Na determinação do valor de uso são utilizadas estimativas por parte da Administração relativamente à evolução futura da atividade e às taxas de desconto consideradas.

➤ **Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer

➤ **Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

➤ **Registo de provisões e divulgação de passivos contingentes**

O Grupo analisa periodicamente eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

➤ **Reconhecimento de ativos por impostos diferidos**

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação da realização dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho futuro.

➤ **Benefícios de reforma e saúde**

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Quaisquer alterações a estes pressupostos terão impacto no montante das responsabilidades por benefícios de reforma e saúde, sendo política do Grupo rever periodicamente estes pressupostos.

➤ **Mensuração de instrumentos financeiros derivados**

A mensuração de instrumentos financeiros derivados envolve um conjunto de estimativas e pressupostos sobre o comportamento de variáveis, nomeadamente o comportamento de taxas de juro e de câmbio, bem como estimativas sobre o risco de crédito do Grupo e das diversas contrapartes envolvidas, as quais poderão divergir daqueles que venham efetivamente a ocorrer.

2.4. Princípios de consolidação

a. Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efetuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de "Interesses sem controlo".

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data em que o Grupo passa a deter controlo ou até à data em que o mesmo deixa de existir, respetivamente.

As transações e saldos entre as empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais ou menos-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e participadas, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b. Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método de compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados

com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes ou de pagamento diferido, são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição acrescido do valor dos interesses sem controlo seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores provisórios podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data de balanço e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses sem controlo são identificados no capital próprio

separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas. Os interesses sem controlo podem ser inicialmente mensurados, quer seu pelo justo valor, quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial o valor contabilístico dos interesses sem controlo é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos Interesses sem controlo ainda que o mesmo seja negativo.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses sem controlo são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses sem controlo são ajustados e o justo valor da transação é reconhecido diretamente no capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor dos ativos recebidos e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses sem controlo. Montantes reconhecidos previamente como Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, nomeadamente os efeitos cambiais resultantes da conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira, tal como definido na Nota 2.10 infra, são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma

forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros ou, quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

c. Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros nas empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método e ajustados, sempre que necessário, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação no rendimento integral da associada (incluindo resultados líquidos das empresas associadas) por contrapartida de resultado líquido do exercício ou de outro rendimento integral, conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As perdas em associadas em excesso do investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para participar nessas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificáveis é registado como Investimentos em associadas - *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e

passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objeto de reversão. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados e efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido registada.

d. Empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos são registadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) dessas empresas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

A classificação dos interesses financeiros detidos em entidades controladas em conjunto é determinada com base: i) nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto; ii) na percentagem efetiva de detenção; iii) nos direitos de voto detidos.

e. *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias acrescido do justo valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill*.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Os valores de *goodwill* são expressos na moeda funcional da respetiva unidade geradora de caixa, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 1998 foram mantidos de acordo com os valores anteriores e foram denominados em euros, sendo sujeitos a testes de imparidade anuais desde aquela data.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como proveito na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

2.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, incluindo

direitos e licenças adquiridas, encontrando-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem por este controláveis e se o respetivo valor puder ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral quando incorridos, exceto nas situações em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros, caso em que são classificados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos intangíveis se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

Os ativos ligados à atividade cimenteira existentes em 1 de janeiro de 2004, foram reavaliados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas de Relato Financeiro, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, exceto se outro método se mostrar mais adequado face ao respetivo uso, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso e local pretendido, de acordo

com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	7 – 30
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	2 – 14
Outros ativos fixos tangíveis	2 – 10

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras e os recursos minerais são depreciados de forma linear, no período previsto de exploração, deduzido do respetivo valor residual, quando aplicável.

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui, quando determinável e significativo, o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais".

2.7. Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos ao custo de aquisição, exceto para os já existentes em 1 de janeiro de 2009, para os quais foi seguida a opção de contabilização pelo respetivo valor contabilístico àquela data ("custo considerado"), conforme opção prevista nas normas de transição para as IFRS. Os investimentos em subsidiárias e associadas são sujeitos a testes de imparidade sempre que existam indícios de que o seu valor contabilístico é inferior ao seu valor de recuperação considerando o mais alto de entre o valor de uso ou venda.

2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, numa base linear durante o período do contrato de locação.

De acordo com a IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação, caso um acordo estabelecido contenha, em substância, uma locação, incluindo transações que transmitam o direito de usar o ativo ou, caso o cumprimento do acordo esteja dependente do uso de um ativo específico, o Grupo procede à sua análise a fim

de avaliar se tais acordos incluem uma locação e se as prescrições da IAS 17 – Locações devem ser aplicadas.

2.9. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é

efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.10. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas, que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio (“IAS 21”), e desde que cumpram o critério de eficácia estabelecido na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IAS 39”).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da demonstração da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas das demonstrações consolidadas do resultado e do outro

rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” para as empresas subsidiárias e em rubrica específica de “Reservas - Ajustamentos de partes de capital em associadas” para as empresas associadas, sendo transferidos para Resultados financeiros - Resultados relativos a investimentos, aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com a IAS 21, o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), exceto quando os mesmos configuram uma operação descontinuada, nos termos estabelecidos na Nota 2.14., situação em que são incluídos como Resultado líquido de operações descontinuadas.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

2.11. Custos de financiamento

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que requerem um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda (“ativos qualificáveis”) são acrescidos ao custo desses ativos durante aquele período de tempo.

Na medida em que empréstimos à taxa de juro variável, destinados a financiar a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, estejam a ser cobertos por intermédio de uma relação de cobertura de “*cash-flow*”, a parcela efetiva do justo valor do instrumento financeiro derivado é reconhecida em reservas e transferida para resultados quando o item coberto tem impacto em resultados. Adicionalmente, na medida em que os empréstimos à taxa de juro fixa usada para financiar um ativo qualificável estejam a ser cobertos mediante uma relação de cobertura de justo valor,

os encargos financeiros a acrescer ao custo do ativo devem refletir a taxa de juro coberta.

Os rendimentos obtidos com a aplicação temporária dos empréstimos contraídos para financiamento de ativos qualificáveis são deduzidos aos encargos a serem capitalizados.

2.12. Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos em resultado líquido do período, em simultâneo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” ou deduzidos ao custo de aquisição do ativo e são transferidos para resultados do período, de forma consistente e proporcional das depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

2.13. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Sempre que o valor realizável líquido seja inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor das existências, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.14. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda, e são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira.

Uma operação descontinuada é um componente de uma entidade que, ou foi alienado, ou está classificado como detido para venda e:

- Representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- Faz parte de um plano único coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- É uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os montantes incluídos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos a essas operações descontinuadas são apresentados separadamente para o período corrente e para todos os períodos anteriores que sejam apresentados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos relacionados com operações descontinuadas (ainda não alienadas) são apresentados em linhas separadas para o último exercício apresentado, sem reajuste dos anos anteriores.

2.15. Relato por segmentos

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

O Grupo apresenta os seus ativos e passivos, bem como as suas operações, agregados em segmentos geográficos, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz e monitoriza os negócios.

2.16. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

2.17. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos-valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, exceto nos casos em que as mesmas configurem operações descontinuadas (tal como referido na Nota 2.14), situação em que os efeitos decorrentes são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral como “Resultado líquido das operações descontinuadas”. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

a. Provisões para reestruturação

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

b. Reconstituição ambiental

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras são sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determináveis, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo aquele acréscimo reconhecido em resultados na medida da depreciação dos ativos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros empréstimos”.

b. Contas a receber

As contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do respetivo ajustamento em resultados, correspondente à diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c. Outros investimentos

Os outros investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço dos ativos entregues, incluindo despesas de transação. A mensuração subsequente

depende da sua classificação.

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos mensurados ao justo valor através de resultados; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas por imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa, descontados à taxa de juro efetiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas por imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respetivo custo amortizado caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados como outros rendimentos e gastos

reconhecidos em capital próprio (“Reserva de justo valor”) até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é transferido para resultado do período. Os que não tenham cotação num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas.

d. Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os juros corridos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros passivos correntes – Juros a pagar”.

f. Contas a pagar

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

g. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pela Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor”, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Outras reservas”) na sua componente eficaz e em resultados financeiros na sua componente ineficaz. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respetivas variações de justo valor são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”) na sua componente eficaz. A componente ineficaz daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura

não seja um derivado, as respetivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são, igualmente, registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”).

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral em resultados financeiros do período em que ocorrem.

h. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em capital próprio.

i. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado da seguinte forma:

- **Nível 1:** o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- **Nível 2:** o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- **Nível 3:** o justo valor de instrumentos financeiros não é

determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

2.20. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no correspondente justo valor abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os ativos se encontram em imparidade. Nesta situação, a eventual perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é transferida de reservas (outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio) para resultado do período. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através de resultados do período, afetando diretamente outros rendimentos reconhecidos em capital próprio.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade do incumprimento;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado

irrecuperável, é desreconhecido por utilização da respetiva conta de imparidade. As recuperações subseqüentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.21. Benefícios pós-emprego - pensões

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na IAS 19 – Benefícios dos empregados (“IAS 19”).

Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar na demonstração consolidada da posição financeira.

Os custos com pensões são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período e o custo líquido dos juros, o qual resulta da aplicação da taxa de desconto sobre a responsabilidade líquida no início do período. Os ganhos e perdas atuariais são registados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registadas como custo na data em que são devidas.

2.22. Benefícios pós-emprego - saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime, quando aplicável, são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica de “Custos com pessoal – Benefícios de saúde”.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes de forma a determinar as responsabilidades a essa data. Os ganhos e perdas atuariais são registados diretamente como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

2.23. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no respetivo anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.24. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração do resultado e do outro rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no período em que são prestados com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data da sua faturação. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os dividendos relativos aos investimentos registados ao custo ou de acordo com a IAS 39 são reconhecidos no período em que se confirmou o direito ao seu recebimento.

2.25. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base

nos resultados tributáveis (os quais podem diferir dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor na jurisdição fiscal de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação e são registados na demonstração do resultado e do outro rendimento integral, salvo quando os mesmos se relacionam com itens registados diretamente em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, caso em que são igualmente registados naquelas rubricas.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura. A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: i) exista um direito legal ou haja intenção de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; ii) tais ativos e passivos se relacionem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e iii) exista a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

2.26. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado

ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa-mãe.

2.27. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.28. Licenças de emissão de CO₂ – Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo em Portugal encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contabilística que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, o Grupo adota a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registados em Resultados operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO₂ excedem as licenças anualmente atribuídas é reconhecido um passivo, por contrapartida de "Outros custos operacionais", o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis - "Propriedade industrial e outros direitos".

3. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, exceto no que respeita à adoção de normas ou interpretações novas, revistas ou emendadas mencionadas na Nota 2, as quais não tiveram impactos na posição financeira ou no resultado integral, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

4.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e as seguintes subsidiárias nas quais é detida a maioria dos direitos de voto (controlo):

Sigla	Firma	Percentagem de participação efetiva 2015	Percentagem de participação efetiva 2014
SEGMENTO HOLDINGS, ENTIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO, CORPORATIVAS E TRADING			
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.		
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR <i>TRADING</i> E INVERSIONES, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V.	100,00	100,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A.	100,00	100,00
KANDMAD	KANDMAD – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, LDA.	100,00	100,00
CIMPSHIP	CIMPSHIP - TRANSPORTES MARÍTIMOS, S.A.	60,00	60,00
CECIME	CECIME – CIMENTOS, S.A.	100,00	100,00
CTA	CEMENT <i>TRADING</i> ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL,S.A.	100,00	100,00
INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY	INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY PARTICIPATIONS GMBH	100,00	100,00
CAUE AUSTRIA	CAUE AUSTRIA HOLDING GMBH	100,00	100,00

(continua na próxima página)

Sigla	Firma	Percentagem de participação efetiva 2015	Percentagem de participação efetiva 2014
SEGMENTO PORTUGAL E CABO VERDE			
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A.	100,00	100,00
MOSSINES	MOSSINES – CIMENTOS DE SINES, S.A.	100,00	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA.	100,00	100,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A.	98,50	98,50
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A.	100,00	100,00
SOGRAL	SOGRAL - SOCIEDADE DE GRANITOS, S.A.	100,00	100,00
SANCHEZ	SANCHEZ, S.A.	100,00	100,00
BENCAPOR	BENCAPOR - PRODUÇÃO DE INERTES, S.A.	75,00	75,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A.	50,00	50,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A.	100,00	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A.	b)	100,00
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A.	100,00	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A.	100,00	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, LDA.	100,00	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A.	100,00	100,00
MECAN	MECAN - MANUFATURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, LDA.	100,00	100,00
SOGESSO	SOGESSO - SOCIEDADE DE GESSOS DE SOURE, S.A.	100,00	100,00
TRANSFORMAL	TRANSFORMAL, S.A.	100,00	100,00
LUSOBETI	LUSOBETIMOBILIÁRIA, S.A.	b)	100,00
CIMPOR CABO VERDE	CIMPOR CABO VERDE, S.A.	98,13	98,13
CABO VERDE BETÕES E INERTES	CABO VERDE BETÕES E INERTES, S.A.	b)	98,13

(continua na próxima página)

(continuação)

Sigla	Firma	Percentagem de participação efetiva 2015	Percentagem de participação efetiva 2014
SEGMENTO PORTUGAL E CABO VERDE			
ITP	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE PEDRAS, LDA.	b)	98,13
BETÕES DE CABO VERDE	BETÕES DE CABO VERDE, S.A.	b)	98,13
SEGMENTO BRASIL			
INTERCEMENT BRASIL	INTERCEMENT BRASIL, S.A.	100,00	100,00
CAUE FINANCE	CAUE FINANCE LIMITED	100,00	100,00
CCCIMENTOS PARTICIPAÇÕES	CCCIMENTOS PARTICIPAÇÕES, LTDA.	99,82	99,82
ECO-PROCESSA	ECO-PROCESSA – TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.	50,00	50,00
RIOS PRIMEIRA	INVERSIONES RÍOS PRIMEIRA LIMITADA	99,99	99,99
BAESA	BAESA - ENERGÉTICA BARRA GRANDE, S.A.	9,00	9,00
CCCE	COMPANHIA CAMARGO CORREIA ENERGIA	100,00	100,00
TRANSVIARIA BR	TRANSVIARIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES, LDA.	100,00	100,00
NEOGERA	NEOGERA INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO LTDA.	98,76	98,76
BARRA GRANDE	BARRA GRANDE PARTICIPAÇÕES, S.A.	a)	-
SEGMENTO EGITO			
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT COMPANY, S.A.E.	100,00	100,00
AMCC	AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E.	99,14	99,14
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E.	99,36	99,36
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E.	99,61	99,61
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E.	99,90	99,90
AMREYAH DEKHEILA	AMREYAH DEKHEILA TERMINAL COMPANY, S.A.E.	99,37	99,37
AMREYAH CIMPOR READY MIX	AMREYAH CIMPOR READY MIX COMPANY, S.A.E.	99,25	99,25

(continuação)

Sigla	Firma	Percentagem de participação efetiva 2015	Percentagem de participação efetiva 2014
SEGMENTO MOÇAMBIQUE			
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.	82,64	82,64
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.	82,64	82,64
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.	100,00	100,00
CINAC	CIMENTOS DE NACALA, S.A.	82,72	82,72
SEGMENTO ÁFRICA DO SUL			
NPC	NPC - CIMPOR (PTY) LIMITED	74,00	74,00
NPCC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD.	100,00	100,00
DC	DURBAN CEMENT LTD.	100,00	100,00
SRT	SIMUMA REHABILITATION TRUST	33,30	33,30
CONCRETE	NPC CONCRETE (PTY) LTD.	100,00	100,00
S. C. STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD.	74,00	74,00
S. C. MINING	SOUTH COAST MINING (PTY) LTD.	100,00	100,00
EEDESWOLD	EEDESWOLD HIGHLANDS (PTY) LTD.	b)	100,00
STERKSPRUIT AGGREGATES	STERKSPRUIT AGGREGATES (PTY) LTD.	74,00	74,00
SEGMENTO ARGENTINA E PARAGUAI			
HOLDTOTAL	HOLDTOTAL, S.A.	b)	99,98
LOMA NEGRA	LOMA NEGRA C.I.A., S.A.	99,44	96,46
BETEL	BETEL, S.A.	b)	96,47
COFESUR	COFESUR, S.A.	97,10	94,20

(continua na próxima página)

(continuação)

Sigla	Firma	Percentagem de participação efetiva 2015	Percentagem de participação efetiva 2014
SEGMENTO ARGENTINA E PARAGUAI			
CIA. ARG. DE CEMENTO	CIA. ARG. DE CEMENTO PORTLAND, S.A.	b)	96,47
LA PREFERIDA DE OLAVARRIA	LA PREFERIDA DE OLAVARRÍA,S.A.	b)	96,47
RECYCOMB	RECYCOMB, S.A.	99,45	96,47
YGUAZU CEMENTOS	YGUAZU CEMENTOS, S.A.	c)	65,76

- a. Em 22 de abril de 2015 foi constituída a Barra Grande Participações, S.A. ("Barra Grande"). Em 8 de dezembro de 2015, o Grupo aumentou o capital desta participada, mediante a incorporação da totalidade das ações detidas pelo Grupo na operação conjunta BAESA – Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") representativas de 9% do seu capital. Após a referida incorporação, o capital da Barra Grande passou a ser composto por 63.829.456 ações, sendo 51.701.860 ações ordinárias e 12.127.596 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos. Em 29 de dezembro de 2015, o Grupo assinou um contrato promessa de compra e venda das 12.127.596 ações preferenciais que compõem o capital social da Barra Grande, pelo montante de 240.769 milhares de BRL (56.646 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015), recebido antecipadamente nessa data (Nota 46). Em 31 de dezembro de 2015, a efetiva transferência das ações encontra-se pendente do cumprimento de um conjunto de condições contratuais precedentes, pelo que o montante recebido encontra-se registado como "Outras dívidas a terceiros – Outros credores" (Nota 41). A divulgação pública desta operação encontrou-se condicionada por cláusulas contratuais específicas.
- b. Subsidiárias liquidadas ou integradas por fusão em outras sociedades.
- c. A redução na percentagem de participação efetiva corresponde à alienação de parte do capital da Yguazu Cimentos a acionistas minoritários (Nota 33). Desta alienação resultou um ganho de 16.371 milhares de euros (líquido do efeito

4.2. Empresas associadas

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19), são as seguintes:

Sigla	Firma	Percentagem de participação efetiva 2015	Percentagem de participação efetiva 2014
SEGMENTO PORTUGAL			
AVE	AVE- GESTÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA, S.A.	35,00	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A.	25,00	25,00
SEGMENTO BRASIL			
COMICAN	COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA	48,00	48,00
CAMARGO CORRÊA ESCOM	CAMARGO CORRÊA ESCOM CEMENT B.V.	50,10	50,10

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO, OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E ATRIBUIÇÃO DE JUSTO VALOR

Alteração no perímetro de consolidação e operações descontinuadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não ocorreram alterações significativas no perímetro de consolidação.

6. COTAÇÕES

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, foram as seguintes:

Divisa		Câmbio fecho (EUR / Divisa)			Câmbio médio (EUR / Divisa)		
		2015	2014	Var.% (a)	2015	2014	Var.% (a)
USD	Dólar americano	1,0885	1,2149	11,6	1,1085	1,3285	19,8
BRL	Real brasileiro	4,2504	3,2270	(24,1)	3,6681	3,1221	(14,9)
MZN	Novo metical moçambicano	50,6181	40,0919	(20,8)	42,8663	41,2062	(3,9)
CVE	Escudo cabo verdiano	110,265	110,265	-	110,265	110,265	-
EGP	Libra egípcia	8,5230	8,6864	1,9	8,7102	9,3968	7,9
ZAR	Rand sul africano	16,9339	14,0488	(17,0)	13,8415	14,3847	3,9
ARS	Peso argentino	14,1941	10,1734	(28,3)	10,1282	10,7470	6,1
PYG	Guarani paraguaio	6.328,51	5.623,91	(11,1)	5.686,78	5.916,51	4,0

a) A variação é calculada com base no câmbio convertido moeda local / Euros.

7. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, dos diversos segmentos operacionais, sendo estes correspondentes a cada uma das áreas geográficas onde o **Grupo** opera, é a seguinte:

	dezembro 2015			Resultados operacionais	dezembro 2014			Resultados operacionais
	Vendas e prestações de serviços				Vendas e prestações de serviços			
	Clientes externos	Intersegmentais	Total		Clientes externos	Intersegmentais	Total	
Segmentos operacionais:								
Brasil	814.170	-	814.170	98.981	1.168.245	203	1.168.448	240.769
Argentina e Paraguai	816.747	-	816.747	150.011	600.823	-	600.823	92.636
Portugal e Cabo Verde	201.059	116.614	317.673	(11.176)	188.941	112.063	301.003	(9.878)
Egito	217.242	-	217.242	28.197	246.895	-	246.895	69.125
Moçambique	161.441	-	161.441	17.241	148.939	-	148.939	19.439
África do Sul	126.320	4.394	130.714	35.087	122.416	3.675	126.092	32.427
Total	2.336.979	121.008	2.457.987	318.340	2.476.259	115.941	2.592.200	444.518
Não afetos a segmentos (a)	155.729	191.840	347.570	(5.070)	127.426	226.588	354.014	4.247
Eliminações	-	(312.848)	(312.848)	-	-	(342.529)	(342.529)	-
	2.492.708	-	2.492.708	313.269	2.603.685	-	2.603.685	448.765
Custos e proveitos financeiros, líquidos				(407.686)				(372.961)
Resultados relativos a empresas associadas				1.325				960
Resultados relativos a investimentos				272				578
Resultado antes de impostos				(92.819)				77.342
Impostos sobre o rendimento				12.449				(47.759)
Resultado líquido do exercício				(80.371)				29.584

a. Esta rubrica inclui sociedades holdings e tradings não afetas a segmentos específicos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os Resultados operacionais no Segmento "Portugal e Cabo Verde" encontram-se influenciados pelo registo de um ganho líquido de 2.528 milhares de euros decorrente da comercialização de licenças de emissão de CO₂ (Nota 44), bem como pelo registo de uma provisão relativa à estimativa de uma perda na aquisição de um crédito ocorrida já em 2016 (Notas 11 e 36).

De referir igualmente que em resultado de processos de reestruturações em curso no Grupo, com particular relevo na Área de negócios da Argentina, Brasil e Portugal, os custos não recorrentes com indemnizações ascenderam no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a cerca de 17.055 milhares de euros (cerca de 6.873 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) (Nota 10).

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a interesses sem controlo, a qual ascende aos seguintes valores:

	dezembro 2015	dezembro 2014
Segmentos operacionais:	(6.523)	837
Argentina e Paraguai	243	177
Portugal e Cabo Verde	107	372
Egito	(3.012)	1.302
Moçambique	2.774	2.141
África do Sul	(2.730)	(2.452)
Não afetos a segmentos	(9.140)	2.377

Outras informações:

	dezembro 2015			dezembro 2014		
	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões
Segmentos operacionais:						
Brasil	67.534	74.288	561	137.402	84.556	(3.116)
Argentina e Paraguai	67.360	49.998	891	46.821	34.518	887
Portugal e Cabo Verde	6.427	43.305	(894)	7.901	42.639	85
Egito	23.740	13.608	103	7.462	10.187	11
Moçambique	13.432	8.190	19	12.695	8.033	-
África do Sul	5.982	7.745	2	1.413	9.188	2
Não afetos a segmentos	2.856	15.719	(1.119)	1.805	8.085	1.782
	187.330	212.854	(437)	215.499	197.205	(349)

a. As perdas por imparidade incluídas nos valores indicados, quando aplicável, dizem respeito a perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, registaram-se perdas por imparidade em Ativos fixos tangíveis no montante aproximado de 12.600 milhares de euros no conjunto de ativos "Não afetos a segmentos" e na área de negócios Portugal no montante aproximado de 3.500 milhares de euros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, registaram-se perdas por imparidade em Ativos fixos tangíveis no montante aproximado de 5.000 milhares de euros no conjunto de ativos não afetos a segmentos (Nota 18).

Os ativos e passivos por segmento operacional e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

	dezembro 2015			dezembro 2014		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Segmentos operacionais:						
Brasil	2.828.031	1.329.138	1.498.893	3.655.571	1.650.058	2.005.513
Argentina e Paraguai	935.899	489.177	446.722	1.174.579	591.191	583.388
Portugal e Cabo Verde	460.215	440.800	19.415	472.850	421.989	50.861
Egito	371.601	91.285	280.317	377.225	93.730	283.496
Moçambique	236.697	177.823	58.874	222.355	130.454	91.901
África do Sul	232.215	108.230	123.985	265.516	118.316	147.201
	5.064.659	2.636.453	2.428.206	6.168.096	3.005.738	3.162.359
Não afetos a segmentos	1.084.151	3.214.315	(2.130.164)	972.350	3.167.070	(2.194.720)
Eliminações	(564.674)	(564.674)	-	(598.330)	(598.330)	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.612	-	10.612	10.752	-	10.752
Total consolidado	5.594.749	5.286.094	308.655	6.552.868	5.574.478	978.391

Os ativos e passivos não alocados a segmentos relatáveis incluem os ativos e passivos de sociedades holdings e tradings não afetas a segmentos específicos.

8. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros proveitos operacionais das operações em continuação tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Proveitos suplementares	11.867	13.194	78	104
Ganhos obtidos na alienação de ativos (a)	61.358	15.024	11	28
Reversão de imparidades de saldos a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores (Nota 27)	639	1.246	1	2
Subsídios	11	10	-	-
Trabalhos para a própria empresa	1.309	605	-	-
Reversão de imparidades em existências (Nota 26)	3.130	1.232	-	-
Reversão de imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	171	12	-	-
Outros (b)	18.645	13.953	3	11
	97.130	45.275	93	144

- a. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 inclui o ganho, na área de negócios de Portugal, na alienação de licenças de CO₂ no montante de 25.180 milhares de euros e 2.468 milhares de euros, respetivamente (Nota 44), bem como inclui o ganho no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, na área de negócios do Brasil, com a alienação de ativos fixos tangíveis, essencialmente relacionados com a atividade de agregados e de betão, no montante de 34.095 milhares de euros.
- b. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui o ganho, na área de negócios da Argentina, relativo ao desfecho favorável de um processo relativo a taxas sobre a atividade ferroviária, no montante de 10.742 milhares de euros.

9. CUSTO DAS VENDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o custo das vendas, foi como segue:

	2015	2014
Mercadorias vendidas	310.174	366.905
Matérias consumidas	331.658	278.951
Perdas/ (Ganhos) em regularização de existências	55	246
	641.887	646.102

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Remunerações	241.417	201.466	1.910	2.183
Prêmios	13.789	19.149	123	114
Encargos com remunerações	29.450	30.436	328	340
Custos de ação social e outros (a)	31.841	27.979	69	86
Indemnizações e compensações (b)	17.055	6.873	438	256
Benefícios pós-emprego - pensões (Nota 34)	1.030	3.014	46	75
Benefícios pós-emprego - saúde (Nota 34)	159	(4.304)	-	-
Seguros	457	505	25	51
	335.200	285.117	2.940	3.106

a. Os custos de ação social e outros incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e subsídio de alimentação.

b. Diz respeito a custos não recorrentes com indemnizações em resultado de processos de reestruturações em curso no Grupo, com particular relevo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nas Áreas de negócio da Argentina, Brasil e Portugal (Nota 7).

O número médio de empregados do **Grupo** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015	2014
Portugal	849	869
Egito	507	516
Brasil	3.220	3.019
Moçambique	594	635
África do Sul	364	388
Cabo Verde	99	103
Argentina	2.967	2.974
Paraguai	104	95
	8.704	8.599
Não afetos a segmentos	222	216
	8.926	8.815

O número médio de empregados da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, incluído em "Não afetos a segmentos" do Grupo, foi de 13 e 21, respetivamente.

11. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Impostos (a)	24.366	14.899	21	39
Imparidades de saldos a receber de clientes (Nota 27)	2.635	4.134	-	-
Quotizações	534	482	22	27
Imparidades em existências (Nota 26)	877	363	-	-
Perdas incorridas na alienação de ativos	8.693	2.908	-	-
Donativos	1.381	1.542	5	262
Multas e penalidades	262	143	-	-
Dividas incobráveis	878	61	-	-
Imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	65	64	-	-
Licenças de emissão de CO ₂ (Nota 44)	22.652	-	-	-
Outros (b)	12.288	1.278	-	2
	74.630	25.875	48	330

- a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, inclui entre outros, um aumento das taxas de impostos relacionados com o aumento no volume de vendas e da exploração do direito de pedreiras na área de negócio da Argentina, no montante total de 4.401 milhares de euros.
- b. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o incremento face ao ano anterior está essencialmente relacionado com o registo de uma provisão relativa à estimativa de uma perda na aquisição de um crédito ocorrida já em 2016 (Nota 36).

12. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Custos financeiros:				
Juros suportados	262.558	272.969	1.213	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis (a)	258.734	209.078	1	3
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados de negociação (b)	5.481	29.936	-	-
	5.481	29.936	-	-
Outros custos financeiros (c)	64.466	55.187	491	114
	591.239	567.170	1.704	117
Proveitos financeiros:				
Juros obtidos	36.928	35.516	977	4.629
Diferenças de câmbio favoráveis (a)	103.784	122.562	3	5
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados de negociação (b)	22.506	31.448	-	-
	22.506	31.448	-	-
Outros proveitos financeiros (c)	20.334	4.683	-	-
	183.553	194.208	980	4.634
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(407.686)	(372.961)	(724)	4.517
Resultados relativos a empresas associadas:				
De equivalência patrimonial (Nota 19):				
Perdas em empresas associadas	(17)	(8)	-	-
Ganhos em empresas associadas	1.342	968	-	-
	1.325	960	-	-
Resultados relativos a investimentos:				
Rendimentos de participação de capital	14	-	1.013	1.912
Ganhos/(Perdas) obtidos em investimentos	258	578	(12.775)	-
	272	578	(11.762)	1.912

a. (No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis, estão significativamente influenciadas pelo efeito da valorização do USD face à totalidade das moedas funcionais no Grupo na conversão dos ativos e passivos financeiros denominados naquela moeda. Decorrente da contratação de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de cobertura da exposição cambial do Euro face ao USD nas dívidas contratadas nesta última moeda (Nota 39), foram compensadas, mediante o mecanismo de contabilidade de cobertura, diferenças de câmbio negativas de cerca 125 milhões de euros (cerca de 100 milhões de euros em 2014). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as rubricas de diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis, encontram-se significativamente influenciadas pelo impacto cambial da desvalorização do euro face ao USD sobre os

empréstimos contraídos nesta moeda, ocorrido anteriormente à contratação dos instrumentos de cobertura acima referidos.

- b. (Estas rubricas são compostas por variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados com a finalidade de cobrirem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio que não foram qualificados para efeitos de contabilidade de cobertura. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, decorrente da variação de justos valores, foi reconhecido um proveito financeiro líquido de 17.025 milhares de euros e 1.512 milhares de euros, respetivamente.
- c. Nos outros custos e proveitos financeiros do Grupo incluem-se os custos e proveitos relativos à atualização financeira de ativos e passivos, incluindo o efeito da atualização financeira de provisões (Nota 36), os descontos de pronto pagamento concedidos e obtidos e os custos com comissões, garantias e outras despesas bancárias em geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está igualmente registado nesta rubrica o efeito financeiro da operação de recompra de obrigações emitidas pela Cimpor Financial Operations, B.V., no valor nominal de 54.290 milhares de USD a qual gerou um ganho financeiro para o Grupo de 12.863 milhares de euros (Nota 37). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estavam também incluídos nesta rubrica os encargos de emissão relacionados com a liquidação antecipada de financiamentos, no montante de aproximadamente 22.000 milhares de euros.

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Imposto sobre o rendimento do Grupo

As empresas do Grupo são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal das respetivas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

O imposto sobre o rendimento relativo aos diversos segmentos geográficos foi calculado às respetivas taxas em vigor, conforme segue:

	2015	2014
Portugal (a)	22,5%	24,5%
Brasil	34,0%	34,0%
Moçambique	32,0%	32,0%
África do Sul	28,0%	28,0%
Egito (b)	22,5%	30,0%
Argentina	35,0%	35,0%
Paraguai	10,0%	10,0%
Áustria	25,0%	25,0%
Espanha (c)	28,0%	30,0%
Outros	21%-25,5%	21%-25%

- a. Inclui Derrama à taxa máxima de 1,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 euros são ainda sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º - A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:
- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
 - 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros;
 - 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.
- b. Para o exercício de 2016 e seguintes a taxa de imposto no Egito será de 25%.
- c. Para o exercício de 2016 e seguintes a taxa de imposto em Espanha será de 25%.

O imposto sobre o rendimento do **Grupo** reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

	2015	2014
Imposto corrente	54.351	58.581
Imposto diferido (Nota 25)	(64.001)	(11.865)
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos (Nota 36)	(2.799)	1.042
Encargo do exercício	(12.449)	47.759

De modo a facilitar a compreensão e comparabilidade do encargo de imposto, a reconciliação da taxa de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não considera os resultados negativos (cerca de 68 milhões de euros e 151 milhões de euros, respetivamente), das entidades detentoras de dívida, sobre os quais não foram registados os correspondentes efeitos fiscais, por neste momento não existirem projeções que permitam antecipar a respetiva recuperação. A reconciliação, desconsiderando aquele efeito, é a seguinte:

	2015	2014
Resultado antes de impostos	(92.819)	77.342
Resultados das entidades detentoras de dívida	67.565	151.369
Resultado ajustado para efeito de reconciliação	(25.254)	228.712
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	24,50%
Imposto teórico	(5.682)	56.034
Resultados operacionais e financeiros não tributados	4.032	(13.108)
Ajustes a impostos diferidos	(10.239)	3.221
Diferenças de taxas de tributação	1.962	7.787
Outros	(2.522)	(6.176)
Custo de imposto	(12.449)	47.759

Em 31 de dezembro de 2015 os resultados operacionais e financeiros não tributados foram negativamente influenciados pelo efeito de diferenças permanentes face aos resultados registados, essencialmente pelo registo de imparidades em ativos não afetos a segmentos operacionais (Nota 7). Em 31 de dezembro de 2014, estavam positivamente influenciados essencialmente por um benefício de isenção de imposto sobre o rendimento numa empresa do Grupo, o qual terminou naquele exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os ajustes a impostos diferidos refletem a reavaliação de passivos por imposto diferido.

Em 31 de dezembro de 2015, face a 31 de dezembro de 2014, a redução das diferenças de taxas de tributação reflete o efeito da compensação de resultados negativos com resultados positivos de jurisdições com taxas de imposto mais elevadas.

Nos outros incluem-se essencialmente os encargos associados à tributação dos dividendos, benefícios fiscais e a movimentação de contingências para efeitos fiscais.

Adicionalmente ao encargo de imposto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram registados no **Grupo** impostos diferidos diretamente em rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio

de 14.400 milhares de euros e de 2.026 milhares de euros, respetivamente (Nota 25).

Imposto sobre o rendimento da **Empresa**

A Empresa é tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), do qual fazem parte as empresas em que detém, em Portugal, direta ou indiretamente por entidades elegíveis, pelo menos 75% do seu capital e cumprem com os requisitos previstos na legislação. Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, nos termos das regras definidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respetiva derrama apurada individualmente.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

À data deste relatório foram revistas as declarações fiscais da Empresa relativas a IRC até ao exercício de 2013. Encontram-se ainda sujeitas a revisão as declarações fiscais dos exercícios de 2015.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções com efeito significativo e que não estejam já refletidas nestas demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento da **Empresa** reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

	2015	2014
Imposto corrente	(729)	3.194
Imposto diferido (Nota 25)	(1.239)	(1.003)
Reforços/reversões de provisões para impostos (Nota 36)	(3.000)	1.000
Encargo do exercício	(4.969)	3.191

A reconciliação entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto efetiva na **Empresa** pode ser apresentada do seguinte modo:

	2015	2014
Resultado antes de impostos	(14.439)	4.060
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	24,50%
Imposto teórico	(3.249)	995
Resultados operacionais e financeiros não tributados	2.446	(489)
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos	(3.000)	1.000
Ajustes a impostos diferidos	(693)	1.067
Outros	(473)	618
Custo de imposto	(4.969)	3.191

Os resultados operacionais e financeiros não tributados referem-se, essencialmente, ao registo de uma imparidade sobre a participação na Kandmad (Nota 19) e aos proveitos de dividendos recebidos das subsidiárias (Nota 12). Nos outros estão incluídos correções de impostos de exercícios anteriores e o efeito do ajuste dos resultados internos do grupo fiscal.

14. DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 25 de março de 2015, foi proposta a não distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2014. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi deliberado o pagamento de dividendos correspondentes a 0,0029 euros por ação, tendo sido pago um valor global de 1.931 milhares de euros.

15. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Resultado por ação básico				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(71.231)	27.207	(9.470)	869
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) (a)	666.094	666.094	666.094	666.094
	(0,11)	0,04	(0,014)	0,001

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

(a) O número médio de ações encontra-se ponderado pelo número médio de ações próprias em cada um dos correspondentes exercícios.

16. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos valores de *goodwill*, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Portugal	Egito	Brasil	Moçambique	África do Sul	Cabo Verde e Outros	Argentina	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.004	60.207	1.512.924	23.758	71.623	9.458	271.698	1.976.672
Efeito da conversão cambial	-	6.134	(206)	700	2.107	-	(31.939)	(23.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27.004	66.341	1.512.717	24.459	73.731	9.458	239.759	1.953.468
Efeito da conversão cambial	-	1.272	(320.875)	(4.096)	(12.562)	-	(67.916)	(404.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.004	67.613	1.191.842	20.363	61.169	9.458	171.843	1.549.292
Perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.001	-	-	-	-	-	-	18.001
Saldo em 31 de dezembro de 2014	18.001	-	-	-	-	-	-	18.001
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.001	-	-	-	-	-	-	18.001
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	9.003	66.341	1.512.717	24.459	73.731	9.458	239.759	1.935.467
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	9.003	67.613	1.191.842	20.363	61.169	9.458	171.843	1.531.291

Os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os quais são efetuados por referência aos valores recuperáveis de cada uma das áreas de negócios a que se encontram afetos (Nota 2.3).

Para efeitos de teste de imparidade, e atendendo à estrutura de relato financeiro adotada para efeitos de gestão, os valores de *goodwill* são afetos genericamente a cada um dos segmentos operacionais (Nota 7), considerando-se existirem sinergias entre as diversas unidades de cada segmento numa ótica de integração vertical dos negócios (Nota introdutória).

Nos testes realizados, o valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa foi comparado com o respetivo valor contabilístico. Uma perda por imparidade apenas é reconhecida no caso do valor contabilístico exceder o maior valor de entre o valor de uso e o valor realizável líquido. No valor de uso, os fluxos de caixa, após impacto fiscal, são descontados com base no custo médio ponderado do capital depois de impostos ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos de cada mercado.

As projeções de fluxos de caixa baseiam-se nos planos de negócio a médio e longo prazo, aprovados pela Administração, prolongadas de uma perpetuidade.

Para a determinação do valor de uso procedeu-se à atualização dos fluxos de caixa calculados em moeda local, utilizando as taxas "WACC" e perpetuidades correspondentes, conforme o quadro seguinte:

Segmentos	2015			2014		
	Valor contabilístico do goodwill	Taxa "WACC"	Taxa de crescimento longo prazo	Valor contabilístico do goodwill	Taxa "WACC"	Taxa de crescimento longo prazo
Portugal e Cabo Verde	18.461	6,2% - 12,1%	0,0%	18.461	7,0%	0,0%
Egito	67.613	18,1%	0,0%	66.341	20,6%	1,0%
Brasil	1.191.842	10,4%	0,0%	1.512.717	10,0%	1,0%
Moçambique	20.363	14,3%	0,0%	24.459	14,3%	1,0%
Africa do Sul	61.169	11,0%	0,0%	73.731	11,4%	1,0%
Argentina	171.843	22,3%	0,0%	239.759	21,6%	1,0%
	1.531.291			1.935.467		

As taxas de crescimento de longo prazo assinaladas correspondem às taxas de crescimento real (acima da inflação de longo prazo de cada um dos segmentos).

Foi analisado o impacto de uma variação de 50 pontos base nas taxas de atualização ou nos cash-flows estimados durante o período de projeção e não se identificaram situações nas quais o valor recuperável dos ativos fosse inferior ao correspondente valor contabilístico.

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis no **Grupo**, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	55.428	1.620	57.048
Efeito da conversão cambial	(297)	16	(280)
Adições	3.183	30	3.212
Abates	(6)	-	(6)
Transferências	5.583	(333)	5.250
Saldo em 31 de dezembro de 2014	63.892	1.333	65.225
Efeito da conversão cambial	(10.080)	(266)	(10.345)
Adições	4.185	12	4.197
Alienações	(90)	-	(90)
Transferências	(591)	-	(591)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	57.317	1.079	58.396
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.627	-	24.627
Efeito da conversão cambial	51	-	51
Reforços	6.287	-	6.287
Abates	(6)	-	(6)
Transferências	(737)	-	(737)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30.222	-	30.222
Efeito da conversão cambial	(4.490)	-	(4.490)
Reforços	5.766	-	5.766
Reduções	(1)	-	(1)
Transferências	31	-	31
Saldo em 31 de dezembro de 2015	31.529	-	31.529
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	33.670	1.333	35.003
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	25.788	1.079	26.867

A rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" inclui, essencialmente, direitos contratuais, de superfície e licenças, incluindo as de utilização de *software*.

18. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis no **Grupo**, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	616.890	975.136	2.671.113	131.820	37.259	9.922	8.025	348.119	80.643	4.878.929
Efeito da conversão cambial	(15.489)	(11.785)	3.631	(2.488)	19	85	(195)	4.962	17.241	(4.019)
Adições	8.262	1.243	20.223	529	646	110	606	130.113	50.552	212.287
Alienações	(654)	(11.878)	(15.978)	(1.931)	(358)	(122)	(165)	-	-	(31.087)
Abates	-	-	(3)	(25)	(39)	(16)	(1)	-	-	(84)
Transferências	9.698	27.722	226.386	(2.333)	287	235	(1.143)	(263.837)	(11.462)	(14.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	618.707	980.439	2.905.372	125.572	37.815	10.213	7.128	219.357	136.975	5.041.579
Efeito da conversão cambial	(116.500)	(145.121)	(387.333)	(18.103)	(3.462)	(593)	(1.494)	(59.948)	(32.714)	(765.269)
Adições	22.727	1.421	23.529	1.190	470	237	1.724	104.885	26.951	183.133
Alienações	(2.333)	(2.595)	(9.177)	(1.997)	(82)	(14)	(1.088)	(1)	-	(17.286)
Abates	-	(4.425)	(1.828)	-	(110)	(14)	-	-	-	(6.377)
Transferências	24.052	11.797	55.749	2.188	909	496	(251)	(5.710)	(100.222)	(10.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	546.653	841.515	2.586.312	108.850	35.540	10.325	6.018	258.583	30.990	4.424.787
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2013	58.512	388.989	1.563.414	51.508	30.621	8.026	3.368	-	-	2.104.438
Efeito da conversão cambial	(187)	91	23.596	245	217	128	11	-	-	24.100
Reforços	15.912	39.877	114.816	15.502	1.954	448	1.067	-	-	189.576
Reduções	-	(4.731)	(14.000)	(636)	(349)	(121)	(80)	-	-	(19.917)
Abates	-	-	(3)	(17)	(39)	(10)	(1)	-	-	(70)
Transferências	95	(1.290)	3.120	(6.911)	(508)	-	(612)	-	-	(6.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	74.333	422.936	1.690.943	59.690	31.897	8.470	3.753	-	-	2.292.021
Efeito da conversão cambial	(8.000)	(34.055)	(158.235)	(7.511)	(2.473)	(226)	(666)	-	-	(211.166)
Reforços	19.664	37.412	120.160	23.501	1.830	449	1.338	2.733	-	207.088
Reduções	(134)	(301)	(5.050)	(1.410)	(71)	(14)	(2)	-	-	(6.981)
Abates	-	(4.409)	(1.828)	-	(110)	(14)	-	-	-	(6.361)
Transferências	2.777	(4.513)	(5.866)	(8.160)	(92)	-	(102)	-	-	(15.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88.640	417.070	1.640.123	66.110	30.981	8.666	4.322	2.733	-	2.258.646
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	544.374	557.503	1.214.429	65.882	5.918	1.743	3.375	219.357	136.975	2.749.557
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	458.013	424.444	946.190	42.740	4.559	1.659	1.696	255.850	30.990	2.166.141

Os terrenos de exploração incluem o valor estimado das despesas futuras com a sua recuperação e reconstituição ambiental, as quais, na medida em que ainda não tenham sido incorridas, se encontram refletidas no passivo (Nota 36).

As adições ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem 4.589 milhares de euros e 26.013 milhares de euros, respetivamente, de encargos financeiros relativos a empréstimos obtidos para financiar a construção de ativos elegíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registadas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis não afetos a segmentos operacionais de 12.600 milhares de euros e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis na área de Portugal de 3.500 milhares de euros e, em 31 de dezembro de 2014, foram registadas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis não afetos a segmentos operacionais no montante de 5.000 milhares de euros (Nota 7).

Os ativos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos afetos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Egito, Argentina, e Moçambique.

Os movimentos ocorridos na **Empresa** no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram os seguintes:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6	208	4.391	4.606
Alienações	-	(83)	(64)	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6	125	4.327	4.459
Adições	11	-	-	11
Alienações	-	(24)	(14)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17	101	4.313	4.432
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6	128	4.009	4.143
Reforços	-	37	17	54
Reduções	-	(73)	(64)	(137)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6	92	3.962	4.060
Reforços	1	26	17	44
Reduções	-	(24)	(14)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7	94	3.965	4.066
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	-	32	365	399
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	-	7	348	366

19. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No **Grupo**, os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.445	6.969	8.414
Efeito conversão cambial	(68)	-	(68)
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	960	-	960
Efeito em capital próprio	(24)	-	(24)
Dividendos recebidos	(665)	-	(665)
Alienações e bates	(408)	-	(408)
Transferências	2.544	-	2.544
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.783	6.969	10.752
Efeito da conversão cambial	(579)	-	(579)
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	1.325	-	1.325
Efeito em capital próprio	563	-	563
Dividendos recebidos	(1.506)	-	(1.506)
Aquisições e aumentos	118	-	118
Alienações e abates	(61)	-	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.643	6.969	10.612
Perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	3.783	6.969	10.752
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	3.643	6.969	10.612

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos do **Grupo**, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2015 e 2014, e resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	2015							Valor de balanço	
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Investimentos em associadas (a)	
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal e Cabo Verde	25%	5.577	(39)	5.538	163	4.707		3.672
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	407	(244)	164	338	49		79
CCEscm	Brasil	50%	4.717	(692)	4.025	-	(34)		2.017
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Não afeto a segmento	35%	3.940	(3.475)	465	12.777	404		4.845
									10.612

Denominação	2014							Valor de balanço	
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Investimentos em associadas (a)	
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal e cabo Verde	25%	6.281	(26)	6.255	103	3.273		3.851
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	26	-	26	-	-		13
CCEscm	Brasil	50%	4.685	(623)	4.063	-	(16)		2.035
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Não afeto a segmento	35%	3.958	(3.469)	489	12.380	428		4.853
									10.752

(a) Inclui, quando aplicável, o valor do goodwill afeto a cada unidade geradora de caixa.

O detalhe dos investimentos financeiros da **Empresa** em subsidiárias e associadas, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2015 e 2014 e o resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	Sede	2015				2014			
		% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço	% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
Cimpor <i>Trading</i> e Inversiones, S.A.	Espanha	90	1.125.474	(91.891)	762.944	90	1.075.846	705	641.444
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	100	243.739	(5.589)	438.480	100	250.788	(1.781)	438.480
Cimpor Reinsurance, S.A.	Luxemburgo	95	16.433	3.171	10.855	95	14.288	2.524	10.855
Kandmad, SGPS, Lda.	Portugal	100	13.446	(12.372)	14.720	100	25.818	(1.606)	27.495
Cimpor - Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A.	Portugal	100	3.265	909	1.900	100	2.356	779	1.900
Cimpor Financial Operations, B.V.	Holanda	74,595	4.288	1.499	1.024	74,595	2.790	909	1.024
Cement Services Company, S.A.E.	Egipto	45	626	374	137	45	268	42	137
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	Egipto	0,002	277.721	348	5	0,002	266.535	2.733	5
					1.230.065				1.121.340

Os movimentos ocorridos na **Empresa** na rubrica dos investimentos em subsidiárias e associadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.121.840
Diminuições	(500)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.121.340
Aumentos	121.500
Diminuições	(12.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.230.065

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os aumentos dizem respeito ao aumento de capital da empresa Cimpor *Trading* e Inversiones, S.A. e as diminuições referem-se ao registo de uma perda por imparidade no investimento da subsidiária Kandmad, SGPS, Lda.. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as diminuições respeitavam, essencialmente, à devolução de prestações suplementares da subsidiária Kandmad, SGPS, Lda..

20. OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos contabilizados ao abrigo da IAS 39, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Grupo				Empresa
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Total	Ativos financeiros disponíveis para venda
	Custo	Justo valor			Custo
Investimento bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.542	1.510	1.627	17.679	4.138
Efeito da conversão cambial	200	-	(32)	168	-
Reavaliações/ajustamentos	-	38	-	38	-
Aumentos	4	-	3.375	3.379	-
Transferências	(2.544)	-	-	(2.544)	-
Alienações	(3.375)	-	(2.406)	(5.781)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.827	1.547	2.564	12.939	4.138
Efeito da conversão cambial	(94)	-	(683)	(777)	-
Reavaliações/ajustamentos	-	12	-	12	-
Aumentos	7	-	480	487	-
Alienações	(1)	(756)	-	(758)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.739	803	2.361	11.903	4.138
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.094	-	-	4.094	4.051
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.094	-	-	4.094	4.051
Valor líquido a 31 de dezembro de 2014	4.733	1.547	2.564	8.845	87
Valor líquido a 31 de dezembro de 2015	4.645	803	2.361	7.809	87

Nesta rubrica estão incluídos: (i) os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados, quer ao justo valor, quer ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas, quando não tenham preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e (ii) os ativos financeiros ao justo valor por resultados, que respeitam, essencialmente, a uma carteira de fundos de investimento.

21. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica incluía, essencialmente, ativos imóveis da área de negócio de Portugal, os quais foram alienados durante o exercício de 2015, gerando uma mais-valia de 418 milhares de euros.

22. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo				Empresa			
	2015		2014		2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas	73	12.922	64	1.709	3.173	22.700	5.728	98.000
Outros acionistas	4.876	-	283	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	66	11.653	-	14.020	-	-	-	-
Outros devedores	43.211	10.471	42.932	20.279	390	328	392	328
	48.227	35.046	43.279	36.008	3.564	23.028	6.121	98.328
Imparidades acumuladas	(1.473)	(421)	(1.632)	(393)	(283)	(328)	(283)	(328)
	46.754	34.625	41.646	35.616	3.281	22.700	5.838	98.000

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos a receber apresentavam as seguintes antiguidades:

	Grupo				Empresa			
	2015		2014		2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos não vencidos	43.756	23.116	31.592	35.933	3.281	22.700	5.838	98.000
Saldos vencidos:								
Até 180 dias	2.797	2.072	7.471	15	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	70	342	417	61	-	-	-	-
Mais de 361 dias	1.603	9.515	3.799	-	283	328	283	328
	48.227	35.046	43.279	36.008	3.564	23.028	6.121	98.328

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.354	611
Efeito da conversão cambial	20	-
Reforços (Nota 11)	64	-
Reversões (Nota 8)	(12)	-
Utilizações	(5.347)	-
Transferências	(54)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.025	611
Efeito da conversão cambial	(23)	-
Reforços (Nota 11)	65	-
Reversões (Nota 8)	(171)	-
Utilizações	(2)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.894	611

As imparidades constituídas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Grupo				Empresa	
	2015		2014		2015	2014
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Saldos devedores:						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	17.030	1.333	21.850	1.676	2.851	2.621
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.518	-	3.470	-	32	32
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	29.678	12.783	47.519	21.780	-	249
Outros	4.016	13.659	1.549	15.380	-	-
	53.243	27.776	74.387	38.836	2.883	2.902
Saldos credores:						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	20.768	5.012	30.124	6.860	384	638
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	4.647	-	2.888	-	31	60
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	13.941	-	18.360	-	76	43
Contribuições para a Segurança Social	9.233	-	7.646	-	35	42
Outros	1.365	210	2.936	432	-	-
	49.955	5.222	61.954	7.292	526	783

Em conformidade com o previsto no Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que a **Empresa** não apresenta qualquer dívida em mora, quer à administração fiscal, quer à segurança social.

24. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2015		2014		2015	2014
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a receber	541	-	1.447	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 45)	24.770	238.895	13.456	115.175	-	-
Rendas e alugueres	157	-	546	-	-	-
Seguros	747	-	458	-	7	21
Outros custos diferidos e acréscimos de proveitos	3.988	-	2.404	-	3	10
	30.202	238.895	18.311	115.175	10	31

25. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos no **Grupo**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram os seguintes:

	Ativos intangíveis	Goodwill	Ativos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Provisões para riscos e encargos	Dívidas de cobrança duvidosa	Existências	Investimentos financeiros	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	251	2.095	4.766	73.595	27.384	1.037	979	381	198	16.715	127.401
Efeito da conversão cambial	1	69	8	(48)	(184)	(77)	42	1	-	(593)	(782)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(41)	(2.164)	(466)	(4.361)	(963)	2.500	(172)	140	(198)	(3.225)	(8.949)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	1.227	-	-	-	-	814	2.042
Saldo em 31 de dezembro de 2014	211	-	4.308	69.186	27.464	3.459	849	523	-	13.712	119.712
Efeito da conversão cambial	(9)	-	(187)	(10.931)	(3.820)	(793)	(82)	(0)	-	(8.030)	(23.852)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	6	-	205	12.558	1.857	661	(5)	146	-	35.153	50.581
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	(9.997)	(844)	-	-	-	-	(28)	(10.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	208	-	4.326	60.816	24.658	3.328	762	668	-	40.807	135.572
Passivos por impostos diferidos											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	166.748	379.373	-	7.259	-	-	33	-	22.387	575.799
Efeito da conversão cambial	-	237	(15.754)	-	1	-	-	-	-	(432)	(15.947)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	(12.004)	(14.200)	-	360	-	-	(6)	-	5.038	(20.813)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	154.981	349.419	-	7.619	-	-	27	-	27.009	539.054
Efeito da conversão cambial	-	(33.136)	(76.168)	-	(3)	-	-	-	-	(4.154)	(113.461)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	(4.869)	9.238	-	818	-	-	-	-	(18.606)	(13.419)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.530	3.530
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.811	2.811
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	116.976	282.488	-	8.434	-	-	27	-	10.590	418.515
Impostos diferidos líquidos em 2014	211	(154.981)	(345.111)	69.186	19.846	3.459	849	496	-	(13.297)	(419.342)
Impostos diferidos líquidos em 2015	208	(116.976)	(278.162)	60.816	16.224	3.328	762	641	-	30.217	(282.943)

Os impostos diferidos são registrados em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto, nomeadamente:

- Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a provisões na componente associada aos ganhos e perdas atuariais registrados diretamente em reservas;

- Os ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com a componente de reserva de operações de cobertura na contabilização de coberturas de fluxos de caixa;

As diferenças temporárias que originam impostos diferidos estão influenciadas pela atribuição de justos valores, sem relevância fiscal, aos ativos e passivos adquiridos no âmbito de processos de concentração de atividades empresariais, com impacto relevante nos ativos fixos tangíveis e, para a generalidade das naturezas, por diferenças valorimétricas e de políticas contabilísticas entre a base contabilística dos ativos e passivos das empresas do Grupo e a correspondente base fiscal.

Os passivos por impostos diferidos relativos a *Goodwill* decorrem da existência de jurisdições nas quais algumas das diferenças de compra são amortizadas do ponto de vista fiscal.

Em 31 de dezembro de 2015, o **Grupo** tem por utilizar prejuízos fiscais de aproximadamente 959 milhões de euros (1.020 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014) dedutíveis em lucros futuros, tendo sido registados ativos por impostos diferidos de 60.816 milhares de euros (69.186 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014). Não se encontram reconhecidos ativos por impostos diferidos por prejuízos no montante de aproximadamente 747 milhões de euros (785 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais e as diferenças temporárias. Esta avaliação teve por base os planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados.

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos pela **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram os seguintes:

	Ativos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos:					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	9.958	277	534	10.769
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	-	(984)	(22)	-	(1.006)
Transferências	-	2.332	-	(300)	2.032
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	11.306	255	234	11.795
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	-	1.257	-	(17)	1.239
Transferências	-	83	-	-	83
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	12.646	255	217	13.118
Passivos por impostos diferidos:					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2	-	-	1	3
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(2)	-	-	(1)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-
Impostos diferidos líquidos em 2014	-	11.306	255	234	11.795
Impostos diferidos líquidos em 2015	-	12.646	255	217	13.118

Os impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis na **Empresa** resultam da apropriação nesta dos resultados das sociedades incluídas no regime especial de tributação dos grupos de sociedades, referente aos exercícios fiscais de 2013 a 2015, e recuperáveis conforme segue:

	Montante	Maturidade
Data em que foram apurados		
2013	43.061	2018
2014	13.896	2026
2015	3.539	2027
	60.496	

As transferências dizem respeito aos prejuízos do consolidado fiscal do ano cujo imposto a pagar às sociedades pertencentes ao grupo fiscal está relevado como dívida corrente (Nota 41).

26. EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica no **Grupo** tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	271.526	341.492
Produtos e trabalhos em curso	83.310	74.528
Produtos acabados e intermédios	33.657	43.888
Mercadorias	3.633	3.561
Adiantamentos por conta de compras	2.702	11.040
	394.828	474.509
Imparidades acumuladas	(4.026)	(6.758)
	390.802	467.752

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.787
Efeito da conversão cambial	192
Reforços (Nota 11)	363
Reversões (Nota 8)	(1.232)
Utilizações	(2.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.758
Efeito da conversão cambial	(479)
Reforços (Nota 11)	877
Reversões (Nota 8)	(3.130)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.026

27. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Clientes e adiantamentos a fornecedores" tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Clientes, conta corrente	153.128	172.331	2.391	238
Clientes, títulos a receber	160	251	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	20.228	21.785	2.146	2.147
Adiantamentos a fornecedores	18.208	10.769	-	-
	191.723	205.136	4.536	2.385
Imparidades acumuladas	(27.951)	(29.061)	(2.146)	(2.147)
	163.772	176.075	2.391	238

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2013	31.480	2.381
Efeito da conversão cambial	(362)	-
Reforços (Nota 11)	4.134	-
Reversões (Nota 8)	(1.246)	(2)
Utilizações	(4.996)	(233)
Transferências	51	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.061	2.147
Efeito da conversão cambial	(2.699)	-
Reforços (Nota 11)	2.635	-
Reversões (Nota 8)	(639)	(1)
Utilizações	(407)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.951	2.146

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe por antiguidade dos saldos incluídos na rubrica "Clientes e adiantamentos a fornecedores" era o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Saldos não vencidos	119.257	118.120	2.391	238
Saldos vencidos:				
Até 180 dias	48.362	58.506	-	-
De 180 a 360 dias	2.872	8.421	-	-
Mais de 360 dias	21.231	20.088	2.146	2.147
	191.723	205.136	4.536	2.385

O valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de risco de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores. As perdas por imparidade reconhecidas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

28. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada, cotadas na Euronext Lisbon.

Os titulares de participações sociais qualificadas encontram-se evidenciados no Relatório do Governo Societário, junto a estas demonstrações financeiras.

29. AÇÕES PRÓPRIAS

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas (Nota 31). Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa detinha em carteira 5.906.098 ações próprias.

Não ocorreram movimentos nas ações próprias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

30. AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

	Libra egípcia	Real brasileiro	Novo metical moçambicano	Rand sul africano	Peso argentino	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(72.577)	(1.541)	(7.478)	(121.433)	(225.228)	241	(428.017)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	26.122	(1.255)	1.646	4.398	(67.398)	1.919	(34.568)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(46.455)	(2.796)	(5.832)	(117.035)	(292.627)	2.160	(462.584)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	6.061	(425.867)	(13.332)	(28.371)	(159.393)	(564)	(621.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(40.395)	(428.663)	(19.163)	(145.405)	(452.019)	1.596	(1.084.050)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não se encontravam contratados quaisquer instrumentos financeiros derivados com a finalidade de efetuar coberturas de investimentos em entidades estrangeiras.

31. RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Reserva legal	134.400	134.400	134.400	134.400
Outras reservas	164.856	132.873	172.332	172.332
	299.256	267.273	306.732	306.732

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as "Outras reservas" incluem uma reserva indisponível de 27.216 milhares de euros, correspondente ao valor de aquisição das ações próprias (Nota 29). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os Outros rendimentos e gastos reconhecidos em Reservas do **Grupo** dizem respeito, essencialmente, ao reconhecimento de perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal, no montante líquido de 102 milhares de euros (2.736 milhares de euros de ganhos atuariais em responsabilidades com o pessoal no exercício findo em 2014) e ao reconhecimento de ganhos com operações de cobertura no montante de 15.714 milhares de euros (6.034 milhares de euros de perdas com operações de cobertura no exercício findo em 2014). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi reconhecido nesta rubrica o montante de 16.371 milhares de euros relativos ao ganho (líquido do efeito fiscal de 9.997 milhares de euros (Nots 25)) na alienação de interesses sem controlo relativos à subsidiária Yguazu Cimentos (Nota 4.1).

32. RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2013	473.386	248.766
Aplicação do resultado de 2013	(21.281)	5.613
Outros	(412)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	451.692	254.379
Aplicação do resultado de 2014	27.207	869
Outros	(49)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	478.849	255.247

33. INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	40.536
Efeito da conversão cambial	1.835
Dividendos distribuídos	(1.377)
Instrumentos financeiros de cobertura	63
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal (Nota 34)	(6)
Variação de participações financeiras	1.884
Outras variações	4.708
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	2.377
Saldo em 31 de dezembro de 2014	50.020
Efeito da conversão cambial	(4.461)
Dividendos distribuídos	(1.280)
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal (Nota 34)	14
Variação de participações financeiras (a)	5.658
Outras variações	235
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	(9.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	41.046

(a) O montante indicado decorre da alienação de parte da participação na Yguazu Cimentos (Paraguai), tendo sido mantido o controlo da mesma (Nota 4.1).

34. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Planos de benefício definido

Existem no Grupo planos de pensões de reforma e de saúde de benefício definido, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A generalidade das responsabilidades decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas.

Os estudos reportados a 31 de dezembro de 2015 e 2014 utilizaram a metodologia denominada por “Unidades de Crédito Projetadas” e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	2015	2014
Taxa técnica atuarial (em moeda local)		
Portugal	2,4%	2,6%
África do Sul	9,6%	8,3%
Taxa de crescimento das pensões		
Portugal	1,0%	1%
Taxa de rendibilidade do fundo		
Portugal	2,4%	2,6%
Taxa de crescimento salarial		
Portugal	2%	2%
Tábuas de mortalidade		
Portugal	TV88/90	TV88/90
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
Tábua de invalidez		
Portugal	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos		
Portugal		
Taxa de inflação médica	2%	2,0%
África do Sul	9,3%	8%

As alterações dos principais pressupostos atuariais no segmento Portugal decorrem, essencialmente, das alterações verificadas nas principais variáveis de mercado e nas expectativas que os determinam.

De acordo com os referidos estudos atuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, podem ser detalhados como segue:

	Planos de pensões	
	2015	2014
Custo dos serviços correntes	538	578
Custo dos juros	1.838	2.814
Custos administrativos	-	188
Rendimento esperado dos ativos do fundo	(2.990)	(2.640)
Total de custos/(proveitos) com planos de pensões (Nota 10)	(614)	940

(I)

(continua na próxima página)

(Continuação)

		Planos de saúde	
		2015	2014
Custo dos serviços correntes		85	133
Custo dos juros		319	585
Alteração do plano		(245)	(5.022)
Total de custos com planos de saúde (Nota 10)	(II)	159	(4.304)
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido	(I) + (II)	(455)	(3.363)

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nos valores das responsabilidades projetadas por benefícios definidos e dos correspondentes valores de mercado dos ativos dos fundos pode ser detalhado como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de janeiro	73.663	71.402	10.716	14.223	84.378	85.625
Benefícios e prémios pagos	(4.855)	(4.817)	(787)	(796)	(5.643)	(5.614)
Custo dos serviços correntes	538	578	85	133	624	711
Custo dos serviços passados	-	-	(245)	(5.022)	(245)	(5.022)
Custo dos juros	1.838	2.814	319	585	2.156	3.399
Ganhos e perdas atuariais	(656)	3.686	145	1.567	(511)	5.253
Efeito da conversão cambial	-	-	(145)	25	(145)	25
Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de dezembro	70.527	73.663	10.088	10.716	80.615	84.378
Valor fundo de pensões - 1 de janeiro	66.246	68.085	-	-	66.246	68.085
Contribuições para o fundo	-	24	-	-	-	24
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(4.855)	(4.829)	-	-	(4.855)	(4.829)
Rendimento esperado dos ativos do fundo	2.990	2.640	-	-	2.990	2.640
Ganhos e perdas atuariais no rendimento dos ativos do fundo	(311)	514	-	-	(311)	514
Custos administrativos	-	(188)	-	-	-	(188)
Valor fundo de pensões - 31 de dezembro	64.069	66.246	-	-	64.069	66.246

O custo dos serviços passados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, inclui o impacto relativo ao aumento da idade legal da reforma, na área de negócio de Portugal, bem como o efeito de alterações efetuadas no Plano da saúde.

Para as responsabilidades de benefícios definidos com pensões e com a saúde na área de negócio de Portugal, que representa mais de 95% das responsabilidades do Grupo, estimou-se o impacto da redução de 0,20% p.p. na taxa de desconto, o que resulta num acréscimo de responsabilidades de cerca de 1.734 milhares de euros.

	2015	2014
Evolução do exercício:		
Relacionados com as responsabilidades	511	(5.253)
Relacionados com os ativos dos fundos	(311)	514
Imposto diferido correspondente	268	1.304
Interesses sem controlo (Nota 33)	14	(6)
	482	(3.442)

Adicionalmente, os ganhos e perdas atuariais incluem os seguintes ajustamentos de experiência:

	2015	2014
Relacionados com as responsabilidades	1.027	729
Relacionados com os ativos dos fundos	(311)	514

O diferencial entre o valor atual das responsabilidades dos planos de benefícios e o valor de mercado dos ativos do fundo nos últimos cinco exercícios era o seguinte:

Planos de pensões	2015	2014	2013	2012	2011
Valor das responsabilidades	70.527	73.663	71.402	74.715	76.917
Valor dos fundos	(64.069)	(66.246)	(68.085)	(68.582)	(70.402)
Défice	6.458	7.417	3.317	6.133	6.515
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	-	-	-	-	3.708
Passivo não corrente	6.917	7.417	3.317	6.133	3.708
	6.917	7.417	3.317	6.133	7.416
Excesso do valor de mercado do fundo	460	-	-	-	(901)
Exposição total	7.377	7.417	3.317	6.133	6.515

Planos de saúde	2015	2014	2013	2012	2011
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	899	904	903	902	1.003
Passivo não corrente	9.190	9.812	13.320	14.995	15.148
Exposição total	10.088	10.716	14.223	15.897	16.151

O **Grupo** não tem constituído qualquer fundo autónomo para os planos de saúde. O detalhe dos principais ativos do fundo afetos a planos de pensões, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

Planos de saúde	2015	2014
Ações	15,1%	20,8%
Obrigações taxa fixa	67,7%	47,2%
Obrigações taxa variável	1,6%	14,7%
Fundos de investimento imobiliário, investimento imobiliário, "hedge funds", liquidez e seguros	15,6%	17,3%
	100,0%	100,0%

Os investimentos imobiliários incluem um imóvel valorizado por cerca de 5.900 milhares de euros, o qual se encontra arrendado para utilização no âmbito do Grupo, com uma renda anual de 372 milhares de euros (560 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Planos de contribuição definida

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o **Grupo** incorreu em custos com planos de contribuição definida de 1.644 milhares de euros e 2.074 milhares de euros, respetivamente (Nota 10). Na **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos com planos de contribuição definida foram de 46 milhares de euros e 75 milhares de euros, respetivamente (Nota 10).

35. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais e reclamações, quer relacionados com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatória. Face às naturezas dos mesmos e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, posição patrimonial e resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor global dos referidos processos não provisionados ascende a 659 milhões de euros (663 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), sendo 8 milhões de euros de contingências relacionadas com o pessoal (8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), 459 milhões de euros de contingências tributárias (435 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), 192 milhões de euros de contingências cíveis e de processos administrativos de outras naturezas (220 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos, qualificando-se assim como uma possível obrigação.

De entre os referidos passivos contingentes destacam-se os seguintes:

Brasil

O Grupo e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspetos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Económica ("CADE"). Já em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pelo Grupo no processo iniciado pelas autoridades da concorrência no Brasil em 2007 (bem como pelas demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. Em 31 de dezembro de 2015, a contingência no Grupo ascende a 557 milhões

de reais, aproximadamente 131 milhões de euros (originalmente correspondente a 241.700 milhares de BRL para a InterCement e 297.820 milhares de BRL para a CCB, entretanto fusionadas), ficando ainda o Grupo obrigado a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de betão nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias.

Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão da tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra a referida decisão de antecipação de tutela, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a perda na esfera judicial é classificada como possível, a mesma foi considerada como sendo uma possível obrigação não tendo assim sido constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Relativamente a processos de natureza tributária com risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2015 os passivos contingentes ascendem a 353 milhões de euros (328 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014).

Egito

No contexto do processo de licenciamento industrial da unidade de produção da Amreyah Cimpor Cement Company, a Industrial Development Authority (IDA), entidade governamental egípcia, reclama o pagamento de um montante de 217 milhões de EGP (cerca de 25,5 milhões de euros). O Conselho da Administração, suportado no entendimento dos seus assessores legais, entende que tal pagamento não é devido, tendo instaurado uma ação judicial nesse sentido. No exercício de 2013, ocorreu uma decisão judicial desfavorável, mantendo-se no entanto a convicção de que a razão assiste à empresa pelo que irão ser prosseguidos os meios de reação que se mostrem mais adequados. No âmbito deste processo foi apresentada uma garantia bancária, de montante equivalente ao reclamado pela licença, tendo como beneficiária a IDA.

Na sequência de processos de inspeção tributária foram efetuadas liquidações adicionais de imposto sobre o rendimento dos anos de 2002 a 2004 no montante de 795 milhões de EGP (93 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015). Na sequência de diligências administrativas entretanto realizadas pelo Grupo, as referidas liquidações foram reduzidas para cerca de 150 milhões de EGP (17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015). Esta decisão foi objeto de recurso, sendo convicção da Administração, suportada nos pareceres dos seus consultores, que não assiste razão substancial à manutenção daquelas liquidações, pelo que do desfecho do processo não se espera que ocorra qualquer impacto patrimonial relevante para o Grupo.

Duas das nossas Empresas receberam notificações da companhia fornecedora de energia elétrica para pagamento de multa e para a obrigação de realização de investimentos relacionados com o abastecimento de energia elétrica. Da contestação entretanto realizada, através de reclamação junto da respetiva Autoridade reguladora, foi assinado em 12 de novembro um acordo com aquela Autoridade com vista à contratualização do direito de fornecimento de energia elétrica àquelas Empresas, pelo qual haverá um pagamento de 8,6 milhões de euros (73 milhões de EGP) distribuídos ao longo dos próximos dois anos. Com a assinatura dos contratos ficarão também resolvidas todas as solicitações alegadas naquelas notificações.

Espanha

Decorrente de inspeções tributárias aos exercícios de 2002 a 2004 e de 2005 a 2008 foram efetuadas liquidações adicionais de imposto no montante aproximado de 27 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente. Já em 2015, o Supremo Tribunal emitiu uma sentença que anulou as acima referidas liquidações adicionais referentes aos exercícios de 2002 a 2004. As correções em causa incidiram, essencialmente, sobre resultados financeiros, decorrentes, sobretudo, de interpretações não ajustadas à natureza de determinadas transações, sendo convicção da Administração, que da conclusão dos processos judiciais, no decurso das ações já interpostas contestando as referidas correções, não resultarão encargos relevantes para o Grupo. Esta convicção é corroborada pelo entendimento e parecer dos seus consultores jurídicos e fiscais, os quais qualificam o risco associado ao processo de 2005 a 2008 entre remoto (cerca de 34 milhões de euros) e possível (cerca de 86 milhões de euros). Na sequência destas liquidações foram apresentadas à administração tributária espanhola garantias, que à data atual ascendem a, aproximadamente, 120 milhões de euros.

No segundo semestre de 2014, a administração fiscal espanhola iniciou a inspeção dos anos de 2009 a 2012. Para os anos de de 2009 a 2011, foram já apresentados os projetos de relatórios da inspeção tributária, mantendo-se por parte da autoridade tributária as interpretações que levaram às correções iniciadas para o ano de 2002, e que se materializaram nestes anos na correção de resultados tributáveis negativos da Companhia em cerca de 33 milhões de euros. Para o ano de 2012, a inspeção continua em curso. Tal como nos anos anteriores, mantêm-se a convicção da Administração e dos seus consultores jurídicos e fiscais que da conclusão dos eventuais processos judiciais que venham a ser interpostos contestando as referidas correções, não resultarão encargos relevantes para o Grupo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o **Grupo** tinha solicitado a apresentação em benefício de terceiros de garantias, de 446.813 milhares de euros e 429.282 milhares de euros, respetivamente, detalhadas como segue:

	dezembro 2015	dezembro 2014
Garantias prestadas:		
Por processos fiscais em curso	284.963	271.762
A entidades financiadoras	124.036	116.048
A fornecedores	3.444	5.003
Outros	34.370	36.469
	446.813	429.282

Na área de negócios de Portugal, decorrente da legislação sobre o regime jurídico das responsabilidades por danos ambientais, foram, com carácter provisório, afetas reservas e ativos de empresas do Grupo à cobertura de eventuais responsabilidades, no montante aproximado de 8,4 milhões de euros.

Das garantias acima para processos fiscais, 7.495 milhares de euros e 8.680 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente, respeitam à Empresa.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, nas garantias prestadas a outras entidades, está incluída a garantia bancária a favor da *Industrial Development Authority* ("IDA"), entidade governamental egípcia, no montante de cerca de 25,5 e 24,9 milhões de euros, respetivamente (217 milhões de libras egípcias).

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os compromissos mais significativos referem-se a contratos para aquisição de ativos fixos tangíveis e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia, eram como segue:

	dezembro 2015	dezembro 2014
Área de negócio		
Argentina	74.633	85.102
Brasil	65.115	100.059
Paraguai	25.791	-
Portugal	22.851	7.907
Egito	10.383	19.257
África do Sul	19	751
	198.791	213.076

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas participadas com as quais mantém uma relação de domínio.

36. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a classificação das provisões era a seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Provisões não correntes:				
Provisões para riscos fiscais	35.235	39.219	23.000	26.000
Provisões para recuperação paisagística	36.612	43.117	-	-
Provisões relativas a pessoal	25.114	29.980	814	898
Outras provisões para riscos e encargos	8.583	9.961	31	31
	105.545	122.276	23.845	26.929
Provisões correntes:				
Provisões relativas a pessoal	4.060	4.469	186	180
Outras provisões para riscos e encargos	10.852	-	-	-
	14.912	4.469	186	180
	120.457	126.746	24.031	27.108

As provisões para riscos fiscais destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de liquidações adicionais de impostos, as quais foram objeto de reclamação ou impugnação judicial. O Conselho de Administração, em conjunto com os seus consultores jurídicos e fiscais, entende que a razão, em relação à maioria dos temas em disputa nesses processos, está do lado do Grupo. No entanto, a inexistência de jurisprudência e a complexidade técnica de algumas das matérias contestadas tornam adequada a constituição destas provisões.

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou construtiva do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respetivos trabalhos.

As provisões relativas a pessoal respeitam, essencialmente, à estimativa de encargos com as responsabilidades por cessação de emprego e remunerações de longo prazo, das quais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, 16.899 milhares de euros e 19.421 milhares de euros, respetivamente, dizem respeito a situações de pré-reforma de colaboradores (Nota 10).

As outras provisões para riscos e encargos destinam-se a fazer face a riscos específicos do negócio, decorrentes da atividade normal do Grupo, incluindo os decorrentes de processos litigiosos, bem como provisões para responsabilidades resultantes de participações em empresas associadas.

O movimento ocorrido nas provisões do **Grupo** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões relativas a pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.503	42.802	30.878	13.049	125.233
Efeito da conversão cambial	529	(597)	(393)	393	(69)
Reforços	3.329	1.355	12.822	5.611	23.117
Reversões	(3.239)	-	(3.279)	(5.586)	(12.104)
Utilizações	-	(443)	(5.579)	(3.409)	(9.431)
Transferências	96	-	-	(96)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39.219	43.117	34.449	9.961	126.746
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39.219	43.117	34.449	9.961	126.746
Efeito da conversão cambial	(1.402)	(7.302)	(3.305)	(295)	(12.304)
Reforços	931	1.956	3.769	13.141	19.797
Reversões	(3.234)	(463)	(341)	(2.061)	(6.099)
Utilizações	(192)	(695)	(5.273)	(1.523)	(7.683)
Transferências	(86)	-	(125)	211	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	35.235	36.612	29.174	19.435	120.457

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Grupo alienou um crédito indemnizatório previamente reconhecido por sentença judicial numa ação de responsabilidade civil por ato lícito instaurada contra um Município. Em 2015, na sequência de um recurso de uniformização de jurisprudência apresentado pelo Município, foi proferido acórdão pelo Supremo Tribunal Administrativo de forma parcialmente desfavorável ao Grupo, e que resultou na redução do valor do crédito para 2,5 milhões de euros (3,3 milhões de euros incluindo juros). Na sequência dessa decisão, foi apresentada pelo Grupo reclamação junto do Supremo Tribunal Administrativo, a qual foi indeferida em 25 de janeiro de 2016. Ainda no final de 2015, o Grupo celebrou um contrato com a entidade a quem havia alienado o crédito, mediante o qual foi estabelecido o compromisso da sua eventual recompra, o que veio a ocorrer em fevereiro de 2016 pelo montante de 14,2 milhões de euros (Nota 49). Não obstante, ser entendimento dos assessores jurídicos do Grupo que o referido acórdão se encontra ferido de inconstitucionalidade, e como tal assistir ao Grupo possibilidade de recurso para o Tribunal Constitucional, tendo em consideração a incerteza associada a este desfecho, em 31 dezembro de 2015 foi reconhecida uma Provisão para riscos e encargos no montante de 10,9 milhões de euros, correspondente à diferença entre o montante estimado de recompra e o valor reduzido do referido crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os reforços de provisões incluíam, essencialmente, o reforço de provisões para o pessoal na área de negócios do Brasil.

As reversões de provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 decorrem essencialmente da reapreciação do grau de probabilidade de ocorrência de perdas sobre riscos em várias áreas de negócio.

Na **Empresa**, em resultado da revisão efetuada pela Autoridade Tributária, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aos exercícios de 1996 a 2013, foram efetuadas correções aos resultados fiscais e imposto apurados no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (anterior Regime de Tributação pelo Lucro Consolidado, quando aplicável). O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores/advogados, entende que as referidas correções carecem de fundamento, pelo que foram objeto de reclamações gratuitas e/ou impugnações judiciais. Ainda assim, e face, nomeadamente, à complexidade técnica de algumas matérias em discussão e, conseqüentemente, à diferente interpretação da lei fiscal que as mesmas poderão, eventualmente, suscitar, foram constituídas provisões para a maioria dos temas objeto de contestação.

Adicionalmente, é entendimento da Administração que as eventuais responsabilidades pelas liquidações adicionais de imposto relativas a exercícios até ao ano de 2001 ou por factos tributários relativos a operações ocorridas até àquela data e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, serão, a final, assumidas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública (neste sentido já decidiram os competentes tribunais, com referência aos exercícios de 1997, 1998 e 1999). Encontram-se ainda em curso alguns processos tributários relativos a essas liquidações adicionais, bem como alguns processos administrativos com vista a que o Fundo de Regularização da Dívida Pública assumira a respetiva responsabilidade.

O movimento ocorrido nas provisões da **Empresa** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para responsabilidades com o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.000	1.056	31	26.087
Reforços	1.000	221	-	1.221
Utilizações	-	(201)	-	(201)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	26.000	1.077	31	27.108
Reforços	-	133	-	133
Reversões	(3.000)	-	-	(3.000)
Utilizações	-	(210)	-	(210)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.000	1.000	31	24.031

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram efetuados por contrapartida de:

	Grupo		Empresa	
	dezembro 2015	dezembro 2014	dezembro 2015	dezembro 2014
Resultados do exercício:				
Custos operacionais	8.386	2.219	-	-
Custos com o pessoal	312	2.356	77	(21)
Proveitos operacionais	(218)	(1.738)	-	-
Provisões	(437)	(349)	-	-
Custos e perdas financeiros	8.453	7.482	-	-
Impostos sobre o rendimento (Nota 13)	(2.799)	1.042	3.000	(1.000)
	13.698	11.013	3.077	(1.021)

Os custos e perdas financeiros incluem as atualizações financeiras das provisões para recuperação paisagística.

37. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os empréstimos obtidos no **Grupo** eram como segue:

	dezembro 2015	dezembro 2014
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	1.262.123	1.442.146
Empréstimos bancários	1.911.997	1.904.331
Outros empréstimos obtidos	768.743	768.743
	3.942.862	4.115.219
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	116.967	169.969
Outros empréstimos obtidos	215	27
	117.182	169.997
	4.060.044	4.285.216

Empréstimos por obrigações

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações no Grupo, não convertíveis, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, era o seguinte:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	dezembro 2015	dezembro 2014
						Não corrente	Não corrente
Brasil	Debênture - Brasil (a)	BRL	mar.12	Variável indexada ao CDI	abr.22	352.116	462.465
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	jan.12	Variável indexada ao CDI	ago.16	-	479
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	ago.12	Variável indexada ao CDI	ago.22	281.694	371.861
Holdings e Veículos Financeiros	Senior Notes (c)	USD	jul.14	5,75%	jul.24	628.312	607.342
						1.262.123	1.442.146

a. (Garantido por entidades controladoras da Empresa;

b. As taxas variáveis contratadas consideram spreads até 15% acima do índice.

c. Em 17 de julho de 2014, a Cimpor Financial Operations, B.V. (Cimpor B.V.), emitiu Senior Notes ("Obrigações") no valor total de 750 milhões de USD com maturidade de 10 anos. As Obrigações foram lançadas com cupão de 5,75% ao ano e foram posteriormente admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Singapura. Na sequência desta operação procedeu-se ao pagamento antecipado de dívidas de maturidade mais curta. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Grupo adquiriu Obrigações no valor nominal de 54.290 milhares de USD, por um preço médio de 74%, no montante de 37 milhões de euros (Nota 46), de que resultou o desconhecimento de um passivo no montante de 49.876 milhares de euros e o reconhecimento de um ganho de 12.863 milhares de euros (Nota 12).

Empréstimos bancários (e papel comercial)

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os empréstimos bancários no Grupo apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro (b)	Data de Contratação	Maturidade	Notas	dezembro 2015		dezembro 2014	
							Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai/12	jan/22	(a)	-	455.333	-	406.921
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev/12	fev/22	(a)	-	303.805	-	303.340
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev/14	ago/19	(a)	-	59.953	-	59.528
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev/14	ago/19	(a)	-	197.803	-	176.614
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev/14	ago/21	(a)	-	59.953	-	59.528
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev/14	ago/21	(a)	-	197.800	-	176.614
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev/14	ago/21	(a)	-	216.886	-	243.606
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai/14	mai/19		-	45.374	-	137.711
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Fixa	dez/14	dez/18		-	22.394	-	24.000
Empresa (*)	Papel Comercial	EUR	Variável	mar/15	mar/18	(a) e (c)	-	50.000	-	-
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	ARS	Variáveis indexadas Badlar	Várias	Várias		18.204	45.949	76.058	60.275
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Várias	Várias		57.437	2.525	2.271	49.987
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	Várias	Várias		-	-	37.604	-
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Várias	Várias		10.837	62.752	23.254	84.235
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	Várias	Várias		18.723	70.675	18.729	76.195
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	PYG	Fixas	out/15	fev/16		8.968	-	-	-
U.N. África do Sul	Bilateral	ZAR	Variável indexada Jibar	dez/13	dez/18		-	35.432	-	42.708
U.N. Portugal e Cabo Verde	Banco Europeu Investimento	EUR	Taxa BEI	set/03	set/15		-	-	6.667	-
U.N. Portugal e Cabo Verde	Vários Bilaterais	EUR	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(a)	-	75.000	-	-
U.N. Moçambique	Vários Bilaterais	MZN	Variáveis indexadas BT 3M	Várias	Várias		1.467	7.055	2.549	1.853
U.N. Egípto	Vários Bilaterais	EGP	Variáveis indexadas ao Corridor	Várias	Várias		1.331	3.310	2.837	1.214
							116.967	1.911.997	169.969	1.904.331

(*) Considerados no conjunto das empresas incluídas no segmento Holdings, entidades de suporte ao negócio, corporativas e trading (Nota 4).

- (a) Garantido por entidades controladoras da Empresa;
 (b) As taxas variáveis contratadas para os principais financiamentos em dólares e em euros consideram spreads entre 2,5% e 3,5%.
 (c) Emissão de papel comercial, pela Empresa, no montante de 50 milhões de euros (Nota 46).

Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos referem-se, essencialmente às dívidas da Cimpor Inversiones à InterCement Austria Holding GmbH (Nota 47), conforme segue:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão	Maturidade final	dezembro 2015	dezembro 2016
						Não corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros	<i>Intercompany Loan</i>	EUR	fev.13	Variável indexada à Euribor	fev.18	41.843	41.843
Holdings e Veículos Financeiros	<i>Intercompany Loan</i>	EUR	dez.12	Taxa fixa	abr.17 (*)	381.900	381.900
Holdings e Veículos Financeiros	<i>Intercompany Loan</i>	EUR	fev.14	Taxa fixa	abr.17 (*)	345.000	345.000
						768.743	768.743

(*) No decurso do segundo trimestre de 2015 foi acordada a alteração dos termos destes financiamentos. As maturidades foram reduzidas de, respetivamente, junho de 2018 e fevereiro de 2021, para abril de 2017, tendo-se, com efeito a abril de 2015, alterado a correspondente remuneração para taxa fixa, ajustada em função da nova maturidade.

No passivo corrente, está aqui também incluído um financiamento, no âmbito de um contrato mútuo para a aquisição de software, no montante de 215 milhares de euros.

Os empréstimos não correntes apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Ano	dezembro 2015	dezembro 2014
2016	-	166.935
2017	961.974	222.146
2018	340.449	642.717
2019	843.854	863.880
Após 2019	1.796.584	2.219.542
3.942.862		4.115.219

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	dezembro 2015		Após cobertura	dezembro 2014		Após cobertura
	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros
USD	2.058.220	1.890.866	591.485	2.349.125	1.933.595	597.275
BRL	3.006.731	707.400	707.400	3.040.783	942.294	942.294
EUR	-	1.340.063	2.639.444	-	1.221.832	2.558.153
ARS	910.591	64.153	64.153	1.386.971	136.333	136.333
MZN	431.373	8.522	8.522	176.481	4.402	4.402
EGP	39.550	4.640	4.640	35.188	4.051	4.051
ZAR	600.000	35.432	35.432	600.002	42.708	42.708
		4.060.044	4.060.044		4.285.216	4.285.216

Decorrente da contratação de instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de câmbio, do total de empréstimos em dólares, 591 milhões de euros (597 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014) encontram-se expostos ao risco cambial, que considerando as disponibilidades em USD – 238 milhões de euros (141 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), reduz a exposição líquida àquela moeda a cerca de 353 milhões de Euros (456 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014). A exposição líquida da dívida em euros, considerando os instrumentos financeiros derivados, é inferior em cerca de 225 milhões de euros (100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014).

Cartas de conforto e cartas de garantia

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014, as cartas de conforto e as cartas de garantia prestadas no **Grupo** referiam-se a responsabilidades já evidenciadas na posição financeira consolidada de 3.031.323 milhares de euros e 3.067.016 milhares de euros, respetivamente.

38. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor respeitavam, essencialmente, a equipamentos de transporte e de escritório.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros (pagamentos mínimos de locação), decorrentes dos contratos em vigor, era como segue:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Até 1 ano	2.866	3.307	13	13
Entre 1 e 5 anos	8.449	9.194	4	21
A mais de 5 anos	5.664	5.681	-	-

O total de custos operacionais do **Grupo** com contratos de locação operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ascendeu a 3.391 milhares de euros e 3.256 milhares de euros, respetivamente.

Os contratos de locação operacional da **Empresa** respeitam a equipamentos de transporte e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram reconhecidos custos no montante de 14 milhares de euros.

39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros ativos (Nota 24)				Outros passivos (Nota 42)			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	dezembro 2015	dezembro 2014	dezembro 2015	dezembro 2014	dezembro 2015	dezembro 2014	dezembro 2015	dezembro 2014
<i>Coberturas de cash-flow:</i>								
<i>Swaps</i> de taxa de juro e câmbio	24.770	13.456	238.895	90.576	2.501	1.838	4.602	4.032
<i>Trading:</i>								
Derivados de taxa de juro	-	-	-	-	-	594	-	-
Derivados de taxa de juro e de câmbio	-	-	-	24.599	-	-	-	-
	24.770	13.456	238.895	115.175	2.501	2.432	4.602	4.032

Alguns instrumentos financeiros derivados, embora se adequem à política de gestão de riscos financeiros do Grupo, no que respeita à gestão dos riscos de volatilidade dos mercados financeiros, não cumprem integralmente com os requisitos estabelecidos para ser qualificados para contabilidade de cobertura e, assim, são classificados como instrumentos de negociação ("trading").

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo Cimpor foram contratados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash-flow*, pretendendo-se dessa forma assegurar uma cobertura do risco cambial de parte da dívida em dólares, bem como do risco de variabilidade de taxa de juro, mediante a fixação da taxa de câmbio e da taxa de juro.

No quadro abaixo detalha-se o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados passíveis de serem qualificados como de cobertura de *cash-flow* em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Tipo de cobertura	Nacional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
					dezembro 2015	dezembro 2014
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de <i>cash-flow</i> de emissão obrigacionista	45.281	13.657
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de <i>cash-flow</i> de emissão obrigacionista (a)	-	10.603
Cash-flow	USD 100.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de <i>cash-flow</i> de emissão obrigacionista	19.566	5.719
Cash-flow	USD 50.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de <i>cash-flow</i> de emissão obrigacionista	11.059	3.395
Cash-flow	USD 150.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de <i>cash-flow</i> de emissão obrigacionista	32.581	8.976
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de <i>cash-flow</i> de Tranche A do financiamento Sindicado	25.434	11.668
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de <i>cash-flow</i> de Tranche B do financiamento Sindicado	38.045	15.086
Cash-flow	USD 500.000.000	Cross Currency Swap	jan-22	Cobertura de <i>cash-flow</i> de financiamento bancário	85.676	34.927
Cash-flow	EUR 379.218.809	Interest Rate Swap	jan-22	Cobertura de <i>cash-flow</i> de financiamento bancário	(7.103)	(5.869)
Cash-flow	USD 49.000.000	Foreign Exchange Future	mai-16	Cobertura cambial de <i>cash-flow</i> de commodities energéticas	6.022	-
					256.561	98.162

(a) Em 18 de dezembro de 2015, foi amortizado antecipadamente pelo montante de 31.285 milhares de euros.

Adicionalmente, o justo valor da carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tinham a seguinte composição:

Nacional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
				dezembro 2015	dezembro 2014
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL (a)	-	6.215
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL (a)	-	5.926
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL (a)	-	6.189
USD 50.000.000	Cross-Currency-Swap	set-18	Criação de um Empréstimo Sintético em BRL (a)	-	6.270
EUR 25.000.000	IRS com perna recebedora condicionada	jun-15	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap com opções vendidas num Índice de Taxa Juro (b)	-	(594)
				-	24.005

a. Na sequência da amortização antecipada do passivo subjacente desta cobertura procedeu-se ao cancelamento dos instrumentos financeiros derivados ao valor de mercado, pelo valor de 39.640 milhares de euros (Nota 46) de que resultou um ganho líquido de 17.025 milhares de euros (Nota 12).

b. Em junho de 2015 este instrumento atingiu a maturidade.

40. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais

O Grupo Cimpor, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.

Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

Deste modo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Numa outra vertente, é também preocupação do Grupo que os processos de gestão dos referidos riscos deem resposta não só às necessidades de informação internas como também às exigências externas (entidades reguladoras, mercados financeiros e demais *stakeholders*).

Por regra, o Grupo não assume posições especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por única finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais o Grupo se encontra, inevitavelmente, exposto.

A respetiva cobertura, no caso dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, pode implicar a contratação, no mercado *over-the-*

counter (por razões de flexibilidade) de instrumentos financeiros derivados, envolvendo um número limitado de contrapartes com as quais o Grupo já tem um forte envolvimento. Estas operações são, normalmente, realizadas com entidades financeiras com as quais se assinaram previamente contratos *ISDA*, em conformidade com as normas internacionais.

Toda a gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pelo Departamento de Finanças e Tesouraria Corporativa, sob a orientação da Comissão Executiva e, em particular, do Administrador do pelouro (cujo acordo prévio é necessário à realização de qualquer operação).

Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, o Grupo enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

Para a cobertura deste tipo de riscos, e de acordo com as expectativas do Grupo quanto à evolução das taxas de mercado, podem ser contratados *swaps* de taxa de juro.

A 31 de dezembro de 2015, a dívida do Grupo por tipo de taxa de juro, considerando já os instrumentos financeiros derivados, entre taxa variável e taxa fixa, está distribuída desta forma:

	dez-15	dez-14
Taxa variável	53%	72%
Taxa fixa	47%	28%

Risco de taxa de câmbio

A internacionalização do Grupo obriga-o a estar exposto ao risco de taxa de câmbio de moedas de diferentes países, entre os quais

se salientam, pelo valor dos capitais neles investidos, o Brasil, Argentina, Paraguai, Egito e África do Sul (Nota 7).

Os efeitos cambiais derivados da integração das demonstrações financeiras locais nas contas consolidadas do Grupo podem ser acautelados através da cobertura do valor dos investimentos líquidos realizados naqueles países. Essas operações não têm ocorrido tendo em conta a falta de profundidade de alguns mercados e por se considerar que o seu custo (diferença entre as taxas de juro locais e as da moeda de referência do Grupo) é, em regra, excessivo face ao nível dos riscos envolvidos.

Quando efetuada, a cobertura do risco de taxa de câmbio é-o, normalmente, através da contratação de *swaps*, *forwards* e opções cambiais *standard*, com maturidades, em princípio, equivalentes a do instrumento de dívida que serve como lastro para a cobertura.

O Grupo não efetua operações sobre taxas de câmbio que não se adequem à cobertura de posições já existentes ou contratadas.

Tendo em consideração o facto de o Grupo operar em países com um diferencial de taxas de juros substancial face à moeda de consolidação (EUR) faz com se procure estratégias de *hedge* natural. É nesta lógica que se assistiu a um aumento da dívida nas Unidades de Negócio (Portugal e Moçambique) de forma a se obter uma maior correspondência entre ativos e passivos, reduzindo deste modo a exposição global do Grupo.

A Companhia possui na sua carteira de derivados instrumentos de cobertura que ajudam a gerir a exposição cambial do Grupo, nomeadamente *Cross-Currency-Swap*, mediante as quais, em termos práticos, se transforma um passivo em USD em dívida contratada em Euros (Nota 39).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais instrumentos de dívida, considerando já os instrumentos financeiros derivados, estavam denominados nas seguintes moedas:

	dez-15	dez-14
USD	15%	15%
BRL	19%	23%
EUR	63%	59%
Outros	3%	3%

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades do Grupo como também fazer face a eventuais operações de caráter extraordinário.

O perfil da dívida, aliado ao elevado montante de caixa e equivalentes no fim do ano (730 milhões de euros) que, praticamente, elimina o risco de liquidez do Grupo, faz com que a necessidade de existência de linhas de *backup* seja residual.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada através de um orçamento de tesouraria, revisto semanalmente.

Sempre que possível, os excessos de tesouraria dos diferentes segmentos são canalizados para o topo do Grupo, nomeadamente através do pagamento de dividendos, ou circulados para outras áreas com carências de fundos, via *intercompany loans*.

Risco de crédito

A percepção do risco de crédito que o mercado tem relativamente à Cimpor, no tocante a operações de financiamento, reflete-se naturalmente no nível dos custos financeiros associados a tais operações. A influência do Grupo nesta matéria é apenas subsidiária, consubstanciando-se na prática de uma gestão prudente e equilibrada, de forma a minimizar a probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades.

A solvabilidade do Grupo encontra-se, também, refletida no rácio de *Leverage (Net Debt / EBITDA)*. Sublinhe-se, que contratualmente a medição deste *covenant* não é feita ao nível do Grupo Cimpor, mas sim ao nível acima na InterCement Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2015 este rácio era cumprido.

Além do *Covenant Financeiro (Net Debt/Ebitda)*, o Grupo também está sujeito a algumas outras cláusulas restritivas, como, por exemplo, o vencimento antecipado pela troca do controle acionista, ou por quebra de *Covenant* em alguns dos financiamentos (“*Cross acceleration*”).

Risco de contraparte

No estabelecimento de relações contratuais de diversa ordem com entidades terceiras, o Grupo Cimpor assume riscos que decorrem da probabilidade de incumprimento ou, num cenário extremo, de *default* de uma contraparte.

O Grupo procura limitar a sua exposição a este risco – tanto na realização de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria como na contratação de instrumentos derivados – mediante uma seleção rigorosa das contrapartes, baseada nas respetivas notações de *rating* e tomando em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Com a informação atualmente disponível, não são expectáveis quaisquer prejuízos por incumprimento.

Análises de sensibilidade

a) Taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro tem como consequência a variabilidade dos resultados financeiros do Grupo.

Os resultados da análise de sensibilidade efetuada com base na exposição existente em 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes para o Euro e o USD e considerando que as taxas monetárias estão a níveis abaixo de 1%, simularam-se apenas cenários de subida da Euribor e Libor.

Uma deslocação paralela de +/- 1% na curva de taxas de juro, com todos os outros pressupostos constantes, representaria, para o exercício, um aumento de custos financeiros (antes de impostos) de aproximadamente 9,2 milhões de euros na dívida em Euros indexada a taxa variável e de 3,2 milhões de dólares na dívida a taxa variável em USD, conforme quadro abaixo:

Indexante	Moeda	Saldo	1,0%	2,0%	3,0%
Euribor	EUR	924.180	9.242	18.484	27.725
US Libor	USD	321.294	3.213	6.426	9.639

No caso das taxas indexadas em BRL simularam-se 3 cenários: manutenção das taxas de fim do ano (Cenário Provável) e dois cenários de subida de taxas, em 25% (Cenário Possível), e, 50% (Cenário Remoto), tendo-se também levado em consideração o fato de existirem importantes montantes investidos o que levou a simular o impacto que a queda de taxas teria nestas aplicações (CDI e Selic – Ativo). Os resultados obtidos para as posições passivas e ativas são os seguintes:

	Saldo	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações financeiras					
CDI	184.128	Queda do índice	29.203	21.902	14.601
SELIC	24.214	Queda do índice	3.843	2.882	1.921
Empréstimo e debêntures:					
IGP-M	6.685	Aumento do índice	513	641	769
CDI	707.442	Aumento do índice	112.200	140.251	168.301
TJLP	42.465	Aumento do índice	2.973	3.716	4.459

b) Taxas de câmbio

Na componente de dívida e tendo em conta a distribuição por moeda, os riscos de taxa de câmbio existentes materializam-se na volatilidade potencial das taxas de câmbio e do seu impacto nos resultados financeiros consolidados.

Tendo em conta o perfil dos ativos e passivos financeiros das empresas do Grupo, e considerando já os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2015, os impactos mais relevantes nos resultados financeiros seriam os seguintes:

Montante em USD	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-15)		Desvalorização USD			Valorização USD	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-61.608	EUR	1,089	Efeito em EUR	-5.660	-2.830	-	2.830	5.660
-29.760	ARS	13,04	Efeito em ARS	-38.808	-19.404	-	19.404	38.808
			Efeito em EUR	-3.038	-1.439	-	1.302	2.486
-105.164	PYG	5.813,97	Efeito em PYG	-61.142.080	-30.571.040	-	30.571.040	61.142.080
			Efeito em EUR	-10.735	-5.085	-	4.601	8.783
-158.120	BRL	3,90	Efeito em BRL	-61.743	-30.872	-	30.872	61.743
			Efeito em EUR	-16.140	-7.645	-	6.917	13.206
51.000	ZAR	15,56	Efeito em ZAR	79.341	39.670	-	-39.670	-79.341
			Efeito em EUR	5.206	2.466	-	-2.231	-4.259
-114.422	MZN	46,50	Efeito em MZN	-532.090	-266.045	-	266.045	532.090
			Efeito em EUR	-11.680	-5.533	-	5.006	9.556

Montante em EUR	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-15)		Desvalorização EUR			Valorização EUR	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-33.130	ZAR	16,93	Efeito em ZAR	56.102	28.051	-	-28.051	-56.102
			Efeito em EUR	3.382	1.602	-	-1.449	-2.767

Montante em EGP	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-15)		Desvalorização EGP			Valorização EGP	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
212.222	EUR	8,523	Efeito em EUR	2.490	1.245	-	-1.245	-2.490

(Unidade milhares)

41. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa			
	2015		2014		2015		2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas (Nota 47)	3.802	-	3.504	-	157	-	2.015	-
Outros acionistas (Nota 47)	372	-	2.873	-	84	-	84	-
Fornecedores de investimentos	38.572	7.475	37.239	8.646	-	-	-	-
Outros credores a)	125.761	9.193	65.193	10.779	1.013	-	2.323	964
	168.507	16.668	108.809	19.425	1.253	-	4.423	964

- a. Em 31 de dezembro de 2015, os Outros Credores correntes do Grupo incluem: i) o montante de 56.646 milhares de euros (240.769 milhares de BRL) recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a título de adiantamento com a celebração do contrato de promessa compra e venda de ações correspondentes a 18,99% do capital na Barra Grande (Nota 4.1) e ii) a dívida ao Instituto do Ambiente pela emissão de licenças emitidas de CO₂ em 2015 no montante de 22.652 milhares de euros, a ser liquidada até março de 2016 (Nota 44).

42. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2015		2014		2015	2014
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a pagar	105.929	-	120.310	-	1.213	-
Remunerações a liquidar	20.577	-	18.470	-	431	540
Instrumentos financeiros derivados (Nota 39)	2.501	4.602	2.432	4.032	-	-
Subsídios ao investimento	-	22	-	22	-	-
Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos	36.260	1.219	38.319	2.071	16	27
	165.268	5.843	179.530	6.124	1.661	567

43. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores, conta corrente	196.253	183.676	274	426
Fornecedores, faturas em receção e conferência	29.172	18.406	-	-
Fornecedores, títulos a pagar	4.481	-	-	-
Adiantamentos de clientes	28.704	20.112	-	-
	258.609	222.195	274	426

44. LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂

No âmbito da transposição da Diretiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para as ordens jurídicas internas, foram aprovadas pelo governo de Portugal as listas de instalações existentes participantes no comércio de emissões e as respetivas atribuições de licenças de emissão.

Para o período de 2013 a 2020 foram consideradas quatro instalações em Portugal tendo-lhe sido atribuídas anualmente licenças de emissão correspondentes, no final do ano de 2020, a um total de 25.887.686 toneladas de CO₂, sendo que no primeiro ano foram atribuídas 3.468.143 toneladas, gradualmente diminuídas nos anos seguintes.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram alienadas por cerca de 25.180 milhares de euros 3.400.000 licenças de emissão de CO₂ (Nota 8), o que deduzido da responsabilidade registada de 22.652 milhares de euros (Notas 11 e 41), correspondente a 2.936.144 toneladas de CO₂ emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, resultam num ganho líquido de 2.528 milhares de euros nos Resultados operacionais no Segmento "Portugal e Cabo Verde" (Nota 7).

De referir ainda que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi contratada a aquisição de 2.750.000 licenças de emissão de CO₂, com vencimento para 22 de março de 2016, ao preço médio de 7,68 euros por licença. Já em 2016, o Grupo veio ainda a adquirir um lote adicional de 190.000 licenças de emissão de CO₂ pelo preço de 6 euros por licença, as quais mitigam por completo o défice de licenças que se verificava em 31 de dezembro de 2015.

45. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas no **Grupo** aos seguintes itens:

2015	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	711.460	-	-	18.927	730.387
Clientes e adiantamentos a fornecedores	163.772	-	-	-	163.772
Outros investimentos	-	5.448	-	2.361	7.809
Outras dívidas de terceiros não correntes	34.625	-	-	-	34.625
Outras dívidas de terceiros correntes	46.754	-	-	-	46.754
Outros ativos não correntes	-	-	-	238.895	238.895
Outros ativos correntes	1.452	-	-	24.770	26.222
Total de ativos financeiros	958.063	5.448	-	284.953	1.248.464
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	3.942.862	-	3.942.862
Empréstimos correntes	-	-	117.182	-	117.182
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	258.609	-	258.609
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	16.668	-	16.668
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	168.507	-	168.507
Outros passivos não correntes	-	-	1.219	4.602	5.821
Outros passivos correntes	-	-	162.767	2.501	165.268
Total de passivos financeiros	-	-	4.667.815	7.103	4.674.918

(continua na próxima página)

(continuação)

2014	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	644.573	-	-	79.295	723.868
Clientes e adiantamentos a fornecedores	176.075	-	-	-	176.075
Outros investimentos	-	6.281	-	2.564	8.845
Outras dívidas de terceiros não correntes	35.616	-	-	-	35.616
Outras dívidas de terceiros correntes	41.646	-	-	-	41.646
Outros ativos não correntes	0	-	-	115.175	115.175
Outros ativos correntes	3.061	-	-	13.456	16.517
Total de ativos financeiros	900.971	6.281	-	210.489	1.117.742
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	4.115.219	-	4.115.219
Empréstimos correntes	-	-	169.997	-	169.997
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	222.195	-	222.195
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	19.425	-	19.425
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	108.809	-	108.809
Outros passivos não correntes	-	-	2.071	4.032	6.103
Outros passivos correntes	-	-	177.098	2.432	179.530
Total de passivos financeiros	-	-	4.814.813	6.463	4.821.277

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os respectivos níveis de hierarquia de justo valor:

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Fundo de investimento	803	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Caixa e equivalentes de caixa	18.927	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	263.665	-
Ativos financeiros ao justo valor	Outros investimentos	2.361	-	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	7.103	-

Estimativa de justo valor – ativos e passivos que não estão ao justo valor

A mensuração do justo valor dos instrumentos financeiros derivados baseia-se em parâmetros extraídos de base de dados de agências de informação externas, sendo os resultados obtidos confrontados com as correspondentes avaliações efetuadas pelas contrapartes.

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 37, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável com margens que se estimam serem próximas das que seriam possíveis ser contratadas em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado, com exceção das Senior Notes emitidas pela Cimpor B.V. e de dívida contraída nas áreas de negócio do Brasil, Argentina e Paraguai, cujo efeito da valorização ao justo valor, face ao respetivo contabilístico é o seguinte:

	2015	2014
Justo valor	1.187.446	1.535.421
Valor contabilístico	1.399.226	1.610.066

Na **Empresa**, as disposições da IAS 39 foram aplicadas aos seguintes itens:

2015	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	138	-	-	138
Clientes e adiantamentos a fornecedores	2.391	-	-	2.391
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	22.700	-	-	22.700
Outras dívidas de terceiros correntes	3.281	-	-	3.281
Outros ativos correntes	10	-	-	10
Total de ativos financeiros	28.520	87	-	28.607
Passivos:				
Empréstimos não correntes	-	-	50.000	50.000
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	274	274
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	1.253	1.253
Outros passivos correntes	-	-	1.213	1.213
Total de passivos financeiros	-	-	52.740	52.740

2014	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	404	-	-	404
Cientes e adiantamentos a fornecedores	238	-	-	238
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	98.000	-	-	98.000
Outras dívidas de terceiros correntes	5.838	-	-	5.838
Outros ativos correntes	31	-	-	31
Total de ativos financeiros	104.511	87	-	104.598
Passivos:				
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	426	426
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	4.423	4.423
Total de passivos financeiros	-	-	4.848	4.848

46. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, caixa e equivalentes de caixa para efeitos da apresentação dos fluxos de caixa, tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2015	2014	2015	2014
Numerário	211	299	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	277.828	297.155	138	104
Depósitos a prazo	281.748	134.733	-	300
Títulos negociáveis	147.411	212.385	-	-
	707.198	644.573	138	404

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria, títulos de dívida pública, certificados de depósito e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações das posições financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 inclui, adicionalmente, um montante de 23.189 milhares de euros e 79.295 milhares de euros, respetivamente, correspondentes a fundos exclusivos que não cumprem integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes na demonstração de fluxos de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes inclui o montante de 56.646 milhares de euros relativo a um contrato promessa de compra e venda (Notas 4.1 e 41). De acordo com as cláusulas deste contrato, em 11 de janeiro de 2016, este valor foi transferido para uma conta de acesso restrito, esperando conclusão de algumas cláusulas de desempenho e, como consequência, a realização da referida operação.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações das posições financeiras consolidadas, encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	dezembro 2015		dezembro 2014	
	Valor em divisa	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
USD	259.044	237.981	170.948	140.710
BRL	990.756	233.097	845.571	262.030
EUR	133.068	133.068	134.270	134.270
ARS	248.800	17.528	219.776	21.603
MZN	1.953.360	38.590	447.025	11.150
EGP	313.020	36.727	958.997	110.402
PYG	18.954.164	2.995	19.689.312	3.501
ZAR	455.373	26.891	531.071	37.802
CVE	386.985	3.510	264.636	2.400
		730.387		723.868

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 há a salientar no **Grupo**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos, os seguintes:

Atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de recebimentos de fundos exclusivos e outros investimentos referem-se (i) ao recebimento parcial proveniente da venda de 15,99% da participação financeira na Yguazu no montante de 21.175 milhares de euros e ii) ao resgate de fundos exclusivos acima referidos.

Atividades de financiamento

2015:

- As rubricas de recebimentos de empréstimos incluem a contratação de um financiamento de 50 milhões de euros ao Citibank e de um financiamento de 25 milhões de euros ao BBVA, na área de negócios de Portugal.
- As rubricas de pagamentos de empréstimos incluem: i) a pré-amortização parcial na Cimpor B.V., em 120 milhões de USD, do financiamento do Bradesco no montante inicialmente contratado de 200 milhões de USD, bem como a pré-amortização parcial, em 61 milhões de USD, da Tranche C, do *Syndicated Loan com Itaú*; ii) a operação de recompra de obrigações emitidas no montante de 37 milhões de euros (Nota 37) e; iii) na área de negócios do Brasil a amortização remanescente de 46 milhões de USD do financiamento inicialmente contratado de 150 milhões de USD.
- Os recebimentos respeitantes a "Outros" incluem: i) o adiantamento recebido com o contrato promessa de compra e venda, no montante de 56.646 milhares de euros (Nota 4.1 e 41) e ii) cancelamento de instrumentos financeiros derivados, no montante de 39.640 milhares de euros (Nota 39).

2014:

- As rubricas de recebimentos de empréstimos referiam-se essencialmente a: (i) a contratação de um empréstimo sindicado de 900 milhões de dólares; (ii) a contratação de um financiamento concedido pela InterCement Austria Holding GmbH de 345 milhões de euros; (iii) a emissão de 750 milhões de USD de "Senior Notes"; (iv) um financiamento bancário de 200 milhões de USD e; (v) foi contratado na Cimpor Inversiones um novo empréstimo financeiro no montante de 24 milhões de euros com uma maturidade de 4 anos.
- As rubricas de pagamentos de empréstimos referiam-se essencialmente a: (i) ao pagamento antecipado de financiamentos bancários nos valores globais de 1.710 milhões de USD e 510 milhões de euros e; (ii) a pré-amortização parcial na Cimpor BV, em 30 milhões de USD, do financiamento do Bradesco no montante total inicialmente contratado de 200 milhões de USD.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os pagamentos respeitantes a "Outros" incluem o pagamento de dividendos aos interesses sem controlo.

Na **Empresa**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, destacam-se os seguintes:

Recebimentos de dividendos

	2015	2014
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	300	-
Kandmad - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	1.000	900
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	-	1
	1.300	901

Financiamentos concedidos

	2015		2014
	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício	Valores recebidos no exercício
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	80.300	5.000	16.500
Kandmad, SGPS, Lda.	2.800	4.000	500
	83.100	9.000	17.000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de recebimentos de empréstimos diz respeito à emissão de papel comercial no montante de 50 milhões de euros (Nota 37).

Outras informações

Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efetuados por conta do grupo fiscal.

47. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente Nota.

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Empresas associadas		Grupo Camargo Corrêa e seus controladores	
	2015	2014	2015	2014
Ativos:				
Cientes	-	363	1.101	124
Outros dívidas de terceiros	4	4	12.991	1.769
	4	368	14.092	1.893
Passivos:				
Fornecedores	437	7	101	100
Outros empréstimos obtidos (Nota 37)	-	-	768.743	768.743
Outras dívidas a terceiros (Nota 41)	-	-	4.174	6.377
Outros passivos correntes	-	-	14.073	22.896
	437	7	787.091	798.116
Transações:				
Fornecimentos e serviços externos	(3.986)	(5.044)	(6.650)	(1.445)
Vendas e prestação de serviços	-	-	4.618	1.649
Outros proveitos operacionais	48	19	2.454	-
Custos e proveitos financeiros, líquidos	-	-	(18.403)	(29.001)
	(3.938)	(5.024)	(17.982)	(28.797)

De salientar o facto de entidades controladoras da Empresa, concederem fianças e penhores de ações sobre dívida financeira conforme evidenciado na nota 37.

Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e da Alta Direção

Os benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e aos membros da Alta Direção do Grupo e da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram os seguintes:

No Grupo:

	2015		2014	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores executivos	282	975	284	1.142
Administradores não executivos	835	-	1.053	-
	1.117	975	1.336	1.142
Alta Direção	2.458	1.539	2.473	1.481
	3.574	2.514	3.809	2.622
Benefícios de curto prazo	3.477	2.514	3.715	2.622
Benefícios pós-emprego	97	-	94	-
	3.574	2.514	3.809	2.622

Na Empresa:

	2015		2014	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores executivos	282	975	284	1.142
Administradores não executivos	835	-	1.053	-
	1.117	975	1.336	1.142
Benefícios de curto prazo	1.117	975	1.145	1.142
Benefícios pós-emprego	-	-	191	-
	1.117	975	1.336	1.142

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre a **Empresa** e as partes relacionadas, foram como segue:

No Grupo:

	2015		
	Cientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Acionistas do grupo, contas a pagar
Subsidiárias:			
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	-	2
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	2	-
Betão Liz, S.A.	-	-	4
Cement Services Company, S.A.E.	-	46	-
Cimentos de Moçambique, SARL	-	1	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	2.153	-	12
Cimpor Imobiliária, S.A.	-	1	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	231	34	305
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	24.571	-
Imopar, SARL	-	11	-
Kandmad, SGPS, Lda.	7	1.207	-
	2.391	25.873	324

	2014		
	Cientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Acionistas do grupo, contas a pagar
Subsidiárias:			
Betão Liz, S.A.	-	-	9
Cement Services Company, S.A.E.	-	32	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	-	-	1.403
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	231	57	350
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	102.629	1.957
Imopar, SARL	-	10	-
Kandmad, SGPS, Lda.	7	1.000	-
	238	103.728	3.719

As Outras dívidas de terceiros da Cimpor Portugal, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem financiamentos concedidos nos montantes de 22.700 euros e 98.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros a taxas normais de mercado.

Transações:

	2015			
	Fornecimentos e serviços externos	Prestações de serviços	Outros proveitos operacionais	Juros obtidos (Nota 12)
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	-	2	-
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	-	2	-
Betão Liz, S.A.	344	-	-	-
Cimentos de Moçambique, SARL	-	-	1	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.765	750	62	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	3.000	1	-
Cimpor Portugal , SGPS, S.A.	-	-	-	965
Kandmad, SGPS, Lda.	-	12	-	13
	2.108	3.762	68	977

	2014			
	Fornecimentos e serviços externos	Prestações de serviços	Outros proveitos operacionais	Juros obtidos (Nota 12)
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.759	750	84	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	3.000	10	-
Cimpor Portugal , SGPS, S.A.	-	-	-	4.629
Cimpor <i>Trading</i> e Inversiones, S.A.	-	-	1	-
Kandmad, SGPS, Lda.	-	12	-	-
	1.759	3.762	95	4.629

48. HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os honorários por serviços prestados pela Deloitte na Empresa e no Grupo foram os seguintes:

	Valor		%	
	2015	2014	2015	2014
Empresa:				
Serviços de revisão legal de contas	29	33	1%	2%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	21	26	1%	0%
	50	59	2%	2%
Subsidiárias:				
Serviços de revisão legal de contas	1.217	1.126	61%	52%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	432	623	22%	35%
Serviços de consultoria fiscal	294	199	15%	9%
Outros serviços	11	19	1%	2%
	1.953	1.967	98%	98%
	2.003	2.026	100%	100%

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme referido na Nota 36, em 25 de janeiro de 2016 o Supremo Tribunal Administrativo indeferiu a reclamação que havia sido apresentada pelo Grupo e já em fevereiro de 2016 o Grupo procedeu à recompra do crédito respetivo pelo montante de 14,2 milhões de euros. Suportada na doutrina e na jurisprudência que se conhece sobre a matéria, e no quadro da fiscalização concreta da constitucionalidade atribuída ao Tribunal Constitucional, o Grupo apresentou em 8 de fevereiro de 2016 recurso do acórdão para este Tribunal, mantendo-se convicta de que lhe assiste razão e apontando, portanto, para a preservação, a final, do crédito no montante que lhe havia sido inicialmente reconhecido.

50. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2016, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 30 de março de 2016.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Proença de Carvalho

Armando Sérgio Antunes da Silva

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

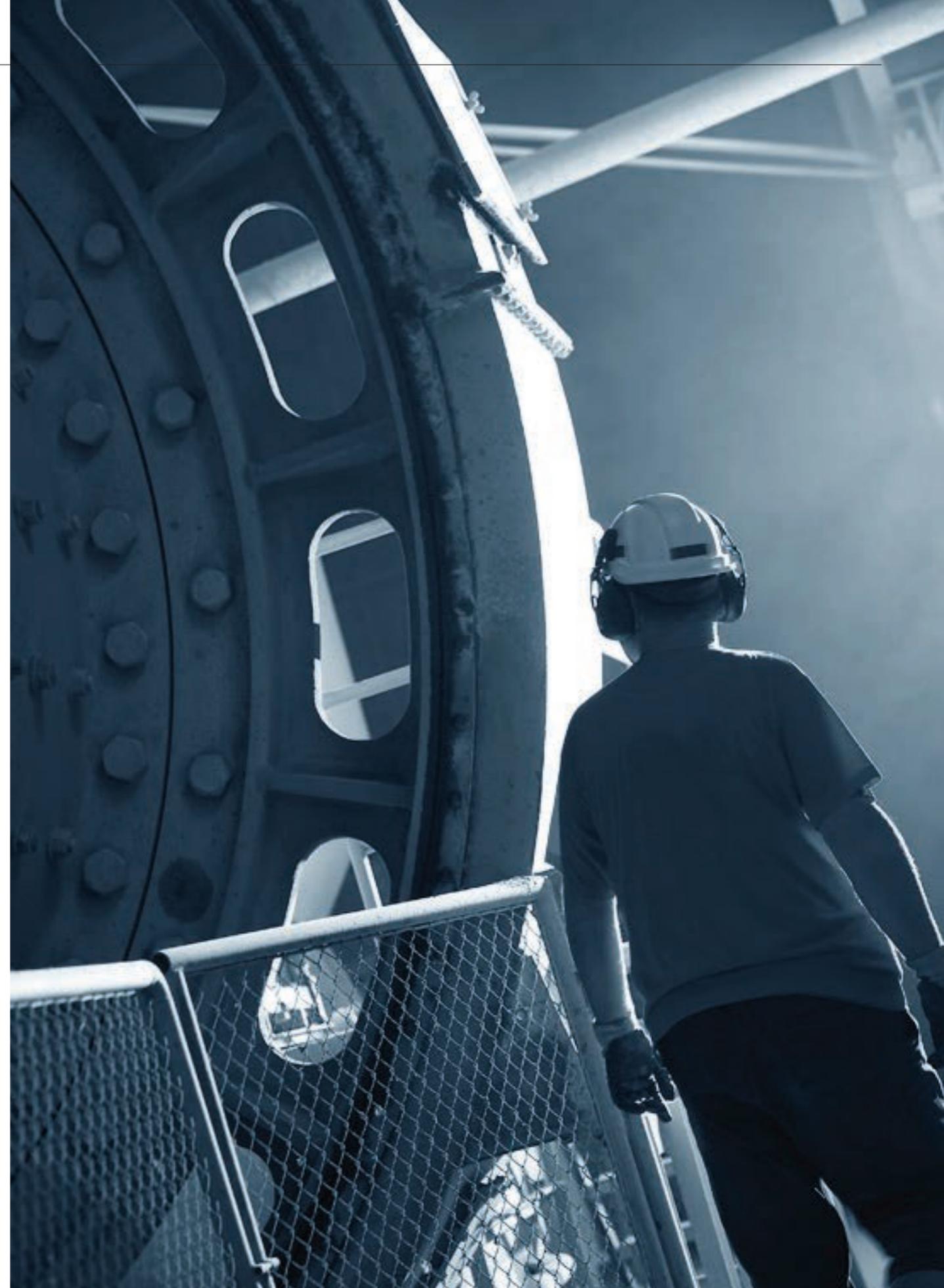
Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

José Édison Barros Franco

António Henrique de Pinho Cardão

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa



2015

OUTROS DOCUMENTOS
DE INFORMAÇÃO
SOCIETÁRIA

Construindo Parcerias Sustentáveis



uma empresa  InterCement



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2015

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da Cimpor é de 672 milhões de euros, encontrando-se totalmente realizado, sendo representado por 672 milhões de ações ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de um euro cada. A totalidade das ações estão admitidas à negociação no Euronext, o mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon.

A maioria do capital social (94,19%) é detido pela Participações Morro Vermelho, S.A., conforme descrito no ponto 7, infra, encontrando-se o restante capital disperso por outros acionistas.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Todas as ações Cimpor são livremente transmissíveis, não havendo restrições à sua titularidade previstas nos estatutos.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Em 31 de dezembro de 2015, a Cimpor detinha em carteira 5.906.098 ações próprias (ou seja 0,9% do capital social e dos direitos de voto). Ao longo de 2015 não foram adquiridas ou alienadas ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j).

Não existe qualquer acordo significativo de que a Sociedade seja parte e que, de uma forma automática, em consequência de uma eventual mudança de controlo da Sociedade entre forçosamente em vigor, seja alterado ou cesse os seus efeitos.

Conforme é prática de mercado, alguns instrumentos de dívida, celebrados por subsidiárias da Cimpor, incluem cláusulas de *change of control*, prevendo a possibilidade do respetivo vencimento antecipado, por decisão das entidades financiadoras.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem medidas destinadas a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição (OPA) nem medidas defensivas, estatutárias ou de outra natureza, que tenham por efeito a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto é do conhecimento da Cimpor, à data de 31 de dezembro de 2015, assim como à data de publicação deste relatório, não existiam acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Conforme Comunicações de Participações Qualificadas recebidas pela Sociedade e de acordo com as regras de imputação de direitos de voto estabelecidas no Código de Valores Mobiliários, os titulares das referidas participações à data de 31 de dezembro de 2015 eram os seguintes:

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto ⁽³⁾
Participações Morro Vermelho	632.933.437	94,19%	94,19%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	131.353.069	19,55%	94,19%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	501.580.368	74,64%	94,19%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	501.580.368	74,64%	94,19%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CMVM perante a OPA lançada por esta sobre a Cimpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida (5)	501.580.368	74,64%	74,64%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida) (4)	131.353.069	19,55%	19,55%

⁽¹⁾ Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

⁽²⁾ Com direito de voto

⁽³⁾ Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do artº 16º, nº3, b) do CVM)

⁽⁴⁾ no entender da CMVM, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM

⁽⁵⁾ à excepção da Participação Qualificada mencionada nesta linha, todas as restantes figuram neste quadro por forma a respeitar a alínea b) do nº1 do artigo 20º do Cód. VM.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Ao longo de 2015 não existiram alterações dos números de ações ou de obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, sendo de registar as seguintes posições:

- Daniel Proença de Carvalho (Presidente do Conselho de Administração) detém uma ação da Cimpor; e
- António Pinto Barbosa (membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria) detem 1.780 ações.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Os poderes do Conselho de Administração são os conferidos pelo Código das Sociedades Comerciais, enquanto órgão de administração, com exclusivos e plenos poderes de representação da Sociedade, competindo-lhe gerir as atividades desta, devendo subordinar-se às deliberações dos acionistas ou às intervenções da Comissão de Auditoria, nos casos em que a lei ou os Estatutos o determinem.

Em acréscimo, nos termos dos Estatutos¹⁵ aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de julho de 2012, o Conselho de Administração tem poderes para:

- aumentar o capital social, por entradas em dinheiro, com direito de preferência para os acionistas, até o mesmo perfazer o montante de mil milhões de euros;
- emitir warrants autónomos sobre valores mobiliários próprios (podendo aqueles conferir o direito à subscrição ou aquisição de ações da Sociedade até ao referido limite de mil milhões de euros).

Não se encontrando mencionado nos estatutos da empresa o prazo até ao qual a referida competência do Conselho de Administração pode ser exercida, assim como o modo de concretização dos referidos poderes, estes são regulados pela legislação em vigor.

Em 1995 e 1999, foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas nos montantes de 70 milhões de euros e 253 milhões de euros, respetivamente, tendo os mesmos sido à luz da redação

dos estatutos de então, deliberados em Assembleia Geral. Nunca foram emitidos *warrants*.

¹⁵ artigos 4.º e 5.º

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

A Cimpor ou qualquer das empresas por si controladas não mantêm relações significativas de natureza comercial com titulares de participações qualificadas ou entidades que com estes se encontrem relacionados nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, à exceção de algumas transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente da Cimpor.

As transações com titulares de participações qualificadas ou entidades que com estes se encontrem relacionados, são apresentadas na nota 47 das Demonstrações Financeiras, com um saldo negativo de €18 milhões.

Para este saldo contribuem nomeadamente custos com serviços obtidos (3,6 milhões de euros), contribuições para o Instituto Camargo Corrêa (1,3 milhões de euros), rendas por aluguer do edifício Cimpor em Lisboa (1,5 milhões de euros) e juros por empréstimos contraídos (18,4 milhões de euros). Em termos de proveitos são de destacar a venda de um imóvel (2,5 milhões de euros) e vendas de cimento e produtos relacionados no Brasil no valor de 4,1 milhões de euros, representando 0,5% do Volume de Negócios local.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Assembleia Geral Anual de 25 de março de 2015 reconduziu para o mandato 2015-2017, os seguintes membros da mesa da Assembleia Geral:

Composição da Mesa da Assembleia Geral		Data da 1ª designação
Presidente	Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos	11.05.2007
Vice-Presidente	Rodrigo de Melo Neiva dos Santos	13.05.2009

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f);

Para participar na Assembleia Geral não é exigido o bloqueio de ações. Qualquer acionista com pelo menos uma ação pode participar e votar na Assembleia Geral, sendo que a cada ação corresponde um voto, desde que para tal declare a intenção, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até às zero horas do 5.º dia de negociação anterior à realização da Assembleia Geral (data esta que será indicada em qualquer caso na convocatória) podendo, para o efeito, utilizar correio eletrónico.

Os acionistas podem fazer-se representar, devendo, para o efeito, fazer chegar ao Presidente da Mesa os necessários instrumentos de representação, nos termos e condições fixados na respetiva convocatória.

Os acionistas que detenham, a título profissional, ações da Sociedade em nome próprio, mas por conta de clientes, podem votar em sentido diverso com as suas ações, desde que, em acréscimo ao exigido nos n.os 3 e 4 do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários, apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, no mesmo prazo, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais: (a) A identificação de cada cliente e o número de ações a votar por sua conta; (b) As instruções de voto, específicas para cada ponto da ordem de trabalhos, dadas por cada cliente¹⁶. A Cimpor não estabelece quaisquer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

Assim de acordo com os Estatutos da Cimpor, e tal como referido acima, para participar e votar nas Assembleias Gerais da sociedade os acionistas apenas necessitam de deter uma ação, acolhendo assim a recomendação I.1. do código de governo das sociedades da CMVM na sua versão de 2013, (adiante "Código de Governo"), no que se refere ao incentivo à participação e votação dos acionistas nas Assembleias Gerais da empresa. Relativamente à modalidade de voto por correspondência, esta forma de votação está também prevista nos Estatutos desta sociedade. Em face do número de acionistas, e seus representantes, presentes nas recentes Assembleias Gerais, não faz sentido em termos práticos e económicos a implementação de um sistema de voto eletrónico.

¹⁶ n.º 5 do artigo 23.º-C

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

De acordo com os Estatutos¹⁷ da Cimpor, a cada ação corresponde um voto, não existindo limitações estatutárias à percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

¹⁷ número 2 do artigo 7º

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Conforme consta dos Estatutos¹⁸ da Cimpor a Assembleia Geral delibera pela maioria dos votos emitidos, sem prejuízo da exigência de maioria qualificada nos casos previstos na lei.

As regras aplicáveis às deliberações da Assembleia Geral são as previstas na lei geral portuguesa (Código das Sociedades Comerciais), não estabelecendo quora constitutivos nem deliberativos agravados, nem qualquer sistema de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

¹⁸ artigo 11º

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Cimpor segue o modelo de Governo Societário habitualmente designado por “monista anglo-saxónico”, previsto no Código das Sociedades Comerciais¹⁹, pelo que os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e o Revisor Oficial de Contas.

¹⁹ n.º.1 do artigo 278.º

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão e do (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

O Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral mediante listas de elementos selecionados pelo acionista ou acionistas proponentes (incidindo o voto apenas sobre estas). As listas são elaboradas pelos acionistas sem intervenção da Sociedade.

Os estatutos não preveem regras específicas para a substituição dos membros do Conselho de Administração, prevendo-se apenas (i) que, no decurso de um mandato, o seu número possa ser alterado (dentro dos limites estatutários)²⁰ e (ii) regras quanto à substituição por falta definitiva²¹.

De acordo com os estatutos²², em caso de três faltas seguidas ou de cinco faltas interpoladas, no decurso de um mandato, a reuniões ordinárias do Conselho de Administração, por parte de qualquer dos seus membros, sem justificação aceite pelo próprio Conselho, verificar-se-á uma falta definitiva do Administrador em causa, a qual deverá ser declarada por aquele órgão. Nem os estatutos nem o Regulamento do Conselho de Administração definem regras específicas de substituição em caso de falta definitiva pelo que se aplica apenas o disposto no Código das Sociedades Comerciais²³ para este efeito.

Ocorrendo uma eleição suplementar ou substituição, o termo do mandato do(s) membro(s) assim eleito(s) coincidirá com o dos demais Administradores.

Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, as suas funções serão desempenhadas pelo Administrador vogal em quem o Presidente tenha delegado a representação ou, não sendo esse o caso, pelo Administrador vogal que venha a ser designado pela maioria dos restantes membros do Conselho. Em qualquer dos casos, a este Administrador vogal competirá exercer todas as funções inerentes ao cargo de Presidente do Conselho, na reunião em apreço.

Dado o papel atribuído no Regulamento do Conselho de Administração à Comissão de Nomeações e Avaliação, em caso de cooptação o Presidente da Comissão Executiva, embora a integre, está impedido de participar e votar nas deliberações relacionadas com o processo de seleção de Administradores não executivos e, bem assim, de votar nas deliberações relacionadas com a avaliação de desempenho e a determinação da remuneração e respetivos critérios dos Administradores executivos da Sociedade, de forma a assegurar a não interferência pelos Administradores executivos nestes processos.

²⁰ n.º 4 do artigo 6.º

²¹ n.º 3 do artigo 13.º

²² n.º 3 do artigo 13.º

²³ artigo 393º

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Nos termos dos estatutos²⁴, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze Administradores, sendo um deles Presidente e os restantes vogais. Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral elege o Conselho de Administração designando também o seu Presidente (ao qual, nos termos dos estatutos²⁵, é atribuído voto de qualidade). O atual mandato (2015 - 2017) dos membros do Conselho de Administração, aprovado na Assembleia Geral Anual de 25 de março de 2015, termina a 31 de dezembro de 2017.

²⁴ n.º 1 do artigo 12.º e n.º 2 do artigo 6.º

²⁵ n.º 3 do artigo 12.º

Composição do Conselho de Administração até à data da Assembleia Geral Anual de 25 de março de 2015		Data da 1ª designação
Presidente	Daniel Proença de Carvalho	16-07-2012
Vogais	Claudio Borin Guedes Palaia	26-08-2013
	Nélson Tambelini Júnior	26-08-2013
	Ricardo Fonseca de Mendonça Lima	16-07-2012
	Albrecht Curt Reuter Domenech	29-04-2010
	André Pires Oliveira Dias	20-12-2012
	José Édison Barros Franco	29-04-2010
	Luiz Roberto Ortiz Nascimento	20-12-2012
	António Soares Pinto Barbosa	16-07-2012
	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	16-07-2012



A referida Assembleia Geral elegeu para membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato de 2015 a 2017 os seguintes administradores:

Membros Eleitos na Assembleia Geral Anual de 25 de março de 2015		Data da 1ª designação
Presidente	Daniel Proença de Carvalho (1)	16-07-2012
Vogais	Claudio Borin Guedes Palaia (1)	26-08-2013
	Nélson Tambelini Júnior (1)	26-08-2013
	Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (1)	16-07-2012
	José Édison Barros Franco (1)	29-04-2010
	António Soares Pinto Barbosa (1)	16-07-2012
	António Henrique de Pinho Cardão	25-03-2015
	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (1)	16-07-2012

⁽¹⁾ Os membros assinalados transitaram do anterior mandato (2012-2015)

Na sequência das renúncias ao cargo apresentadas por Claudio Borin Guedes Palaia (a 17 de agosto de 2015) e Nélson Tambelini Júnior (a 22 de dezembro de 2015) o Conselho de Administração designou por cooptação, para ocupar os lugares deixados vagos, Paulo Sérgio de Oliveira Diniz e Armando Sérgio Antunes da Silva, respetivamente. Pelo que a 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração era composto por oito elementos efetivos, conforme quadro abaixo:

Composição do Conselho de Administração		Data da 1ª designação
Presidente	Daniel Proença de Carvalho (1)	16-07-2012
Vogais	Paulo Sérgio de Oliveira Diniz	18-08-2015
	Armando Sérgio Antunes da Silva (2)	16-07-2012
	Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (1)	16-07-2012
	José Édison Barros Franco (1)	29-04-2010
	António Soares Pinto Barbosa (1)	16-07-2012
	António Henrique de Pinho Cardão	25-03-2015
	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (1)	16-07-2012

⁽¹⁾ Os membros assinalados transitaram do anterior mandato (2012-2015)

⁽²⁾ Armando Sérgio Antunes da Silva, foi administrador da Cimpor entre 16-07-2012 e 26-08-2013, voltando a ser nomeado para este cargo no final de 2015 conforme acima referido.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

O Conselho de Administração inclui um número de membros não executivos que garante a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos. Assim, a 31 de dezembro de 2015, a maioria dos membros do Conselho de Administração da Cimpor (cinco num total de oito) eram Administradores não executivos.

A Comissão Executiva é composta por Ricardo Fonseca de Mendonça Lima, Paulo Sérgio de Oliveira Diniz e Armando Sérgio Antunes da Silva.

De entre os membros não executivos do Conselho de Administração, são considerados independentes, em cumprimento da recomendação II.1.7 do Código de Governo, António Soares Pinto Barbosa, António Henrique de Pinho Cardão e Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa. Atendendo às características da Cimpor, ao modelo de governação adotado, à estrutura acionista e ao reduzido free float, a proporção de 3 administradores independentes num total de 8, revela-se adequada.

A aferição da independência dos membros da Comissão de Auditoria segue os critérios estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais²⁶, segundo os quais são membros independentes da Comissão de Auditoria os administradores António Soares Pinto Barbosa e António Henrique de Pinho Cardão.

²⁶ número 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

A presente atividade e os currícula dos membros do Conselho de Administração são apresentados no Anexo I deste Relatório.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

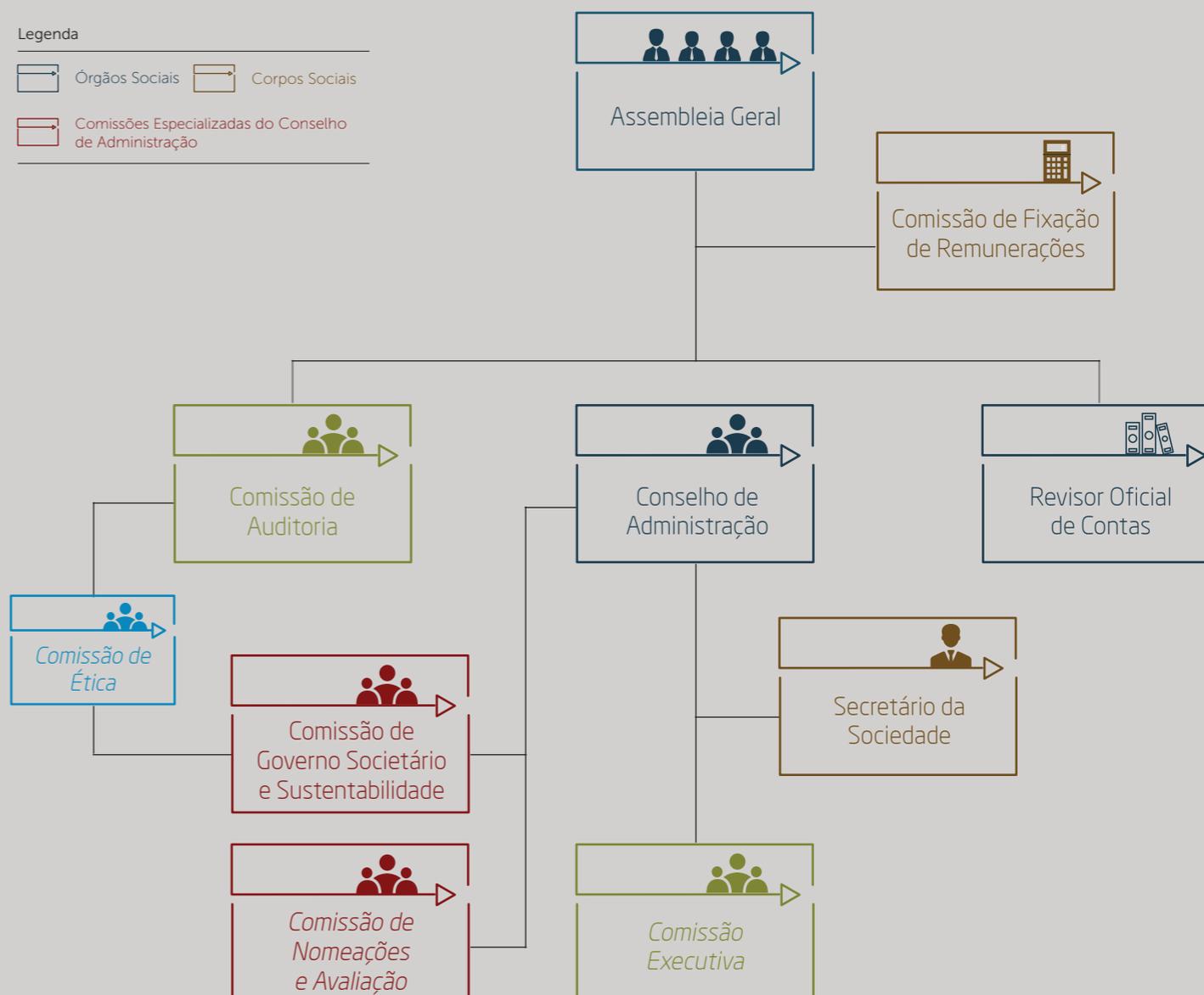
José Édison Barros Franco, mantém relações profissionais com empresas listadas no item 7, conforme indicado no CV apresentado no Anexo I.

Os membros do Conselho de Administração não mantêm relações comerciais significativas com acionistas titulares de participação qualificada superior a 2%.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

21.1. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais e comissões

As repartições de competências entre os diversos órgãos e comissões da Cimpor são representadas pelo organograma abaixo:



21.2. Delegação do Conselho de Administração na sua Comissão Executiva

O Conselho de Administração delegou os poderes relativos à gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, composta por três dos seus membros, reservando no entanto para si as principais decisões.

Assim, nos termos conjugados da lei²⁷, do Regulamento do Conselho de Administração e da delegação de poderes do Conselho de Administração, estão reservados para o Plenário do Conselho de Administração as seguintes matérias:

- Proceder à cooptação de Administradores para o preenchimento das vagas que venham a ocorrer;
- Apresentar pedidos de convocação das Assembleias Gerais;
- Aprovar os relatórios e contas anuais, o relatório de sustentabilidade assim como os relatórios de gestão trimestrais e semestrais;
- Aprovar o orçamento e os planos de atividades e financeiros anuais assim como os planos de negócios trienais, incluindo o plano de investimento;
- Deliberar sobre a prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- Deliberar sobre a mudança de sede e aumentos de capital nos termos previstos nos estatutos;
- Deliberar sobre projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade a submeter à Assembleia Geral;
- Designar o Secretário da Sociedade e o respetivo suplente;
- Aprovar as estratégias e práticas gerais da Sociedade;
- Aprovar a estrutura empresarial da Cimpor;
- Aprovar regulamentos, bem como normas de aplicação generalizada, de natureza ética e alterações ao Regulamento do Conselho de Administração;
- Aprovar a Política Financeira da Cimpor, bem como outros instrumentos de carácter estratégico;
- Tomar decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais, em que se incluem as seguintes:
 - As aquisições de participações ou ativos físicos: (i) fora do contexto da atividade principal da

Cimpor; (ii) em países onde o mesmo não tenha ainda presença; ou (iii) de valor superior a dez milhões de euros por operação de aquisição;

- As alienações de participações ou ativos físicos de valor superior a cinco milhões de euros por operação de alienação;
- A realização de investimentos de desenvolvimento previstos em orçamento previamente aprovado pelo Conselho de Administração, cujo valor supere quinze milhões de euros;
- A realização de investimentos de desenvolvimento não previstos em orçamento previamente aprovado pelo Conselho de Administração, cujo valor supere cinco milhões de euros por investimento e vinte e cinco milhões de euros no total acumulado anual;
- A concessão de crédito a clientes por um valor superior a cinco milhões de euros por cliente; e
- A realização de operações financeiras não conformes com a Política Financeira aprovada pelo Conselho de Administração.
- Deliberar emitir ações preferenciais sem voto e warrants autónomos sobre valores mobiliários próprios e obrigações subordinadas ou obrigações ou outros títulos de dívida nos termos permitidos por lei;
- Designar o Administrador vogal que assumirá as funções de Presidente nas ausências e impedimentos deste.

Sempre que seja necessário à defesa do interesse social deliberar sobre qualquer uma das matérias em que por ventura não tenha competência delegada, mas não haja possibilidade de convocar o Conselho de Administração em tempo útil, a Comissão Executiva pode deliberar sobre a matéria em questão desde que tenha, através do Presidente do Conselho de Administração, previamente submetido o assunto a todos os membros do Conselho e recolhido o parecer favorável da maioria destes.

A Comissão Executiva submete ao plenário do Conselho de Administração quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar pela Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo com acionistas detentores de 2% ou mais do capital da Cimpor (ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do Código dos Valores Mobiliários²⁸), salvo quando, tendo em conta a sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados assuntos correntes ou compreendidos no comércio da Sociedade, e desde que nenhuma vantagem especial seja concedida ao titular de participação qualificada ou à entidade relacionada.

²⁷ Código das Sociedades Comerciais

²⁸ artigo 20.º

21.3. Deveres de Informação da Comissão Executiva

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva encontram-se adotados os seguintes procedimentos:

- As atas da Comissão Executiva e as convocatórias das respetivas reuniões são disponibilizadas aos membros do Conselho de Administração;
- Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz um sumário dos aspetos considerados relevantes da atividade desenvolvida desde a última reunião;
- A Comissão Executiva faculta aos membros do Conselho de Administração os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados.
- Os administradores executivos, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestam em tempo útil e de forma adequada ao pedido as informações requeridas.

21.4. Competências do Presidente do Conselho de Administração

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- Coordenar a atividade do Conselho de Administração;
- Convocar o Conselho de Administração, fixar a ordem do dia das reuniões e dirigir os debates e decidir sobre todas as questões que respeitem ao seu funcionamento. O Presidente convocará também o Conselho, sempre que tal seja solicitado por dois ou mais Administradores vogais e incluirá na ordem do dia os pontos que por estes venham a ser solicitados;
- Promover a comunicação entre a Sociedade e todos os seus *stakeholders*;
- Acompanhar e consultar a Comissão Executiva sobre o desempenho das competências nesta delegadas;
- Contribuir para o efetivo desempenho das suas funções e competências por parte dos Administradores não executivos e das Comissões Internas do Conselho de Administração; e
- Exercer o seu Voto de Qualidade.

O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas, o que só poderá acontecer em situações excecionais e mediante deliberação expressa do Conselho de Administração.

Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, as suas funções serão desempenhadas pelo

Administrador vogal a quem o Presidente tenha delegado a representação ou, não sendo esse o caso, pelo Administrador vogal que venha a ser designado pela maioria dos restantes membros do Conselho. Em qualquer dos casos, a este Administrador vogal competirá exercer todas as funções inerentes ao cargo de Presidente do Conselho, na reunião em apreço.

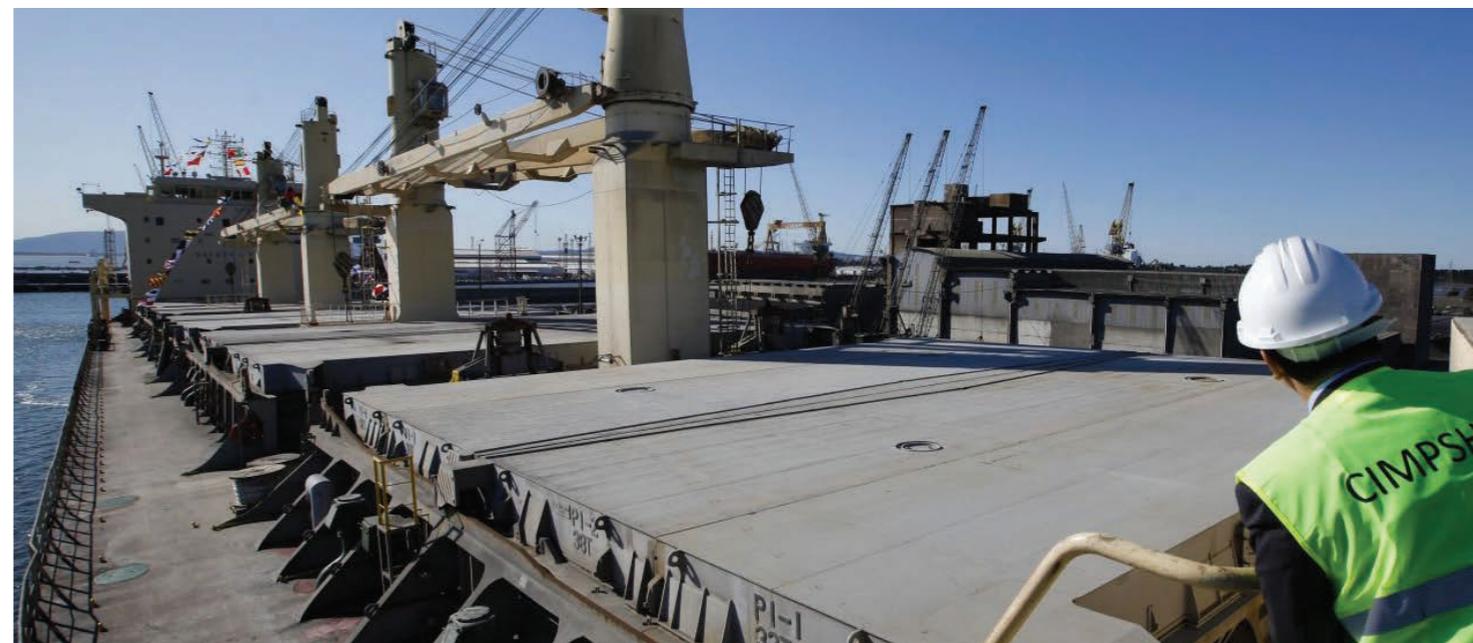
21.5. Competências do Presidente da Comissão Executiva

Compete ao Presidente da Comissão Executiva:

- Representar a Comissão Executiva;
- Convocar e dirigir as reuniões da Comissão Executiva;
- Coordenar a atividade da Comissão Executiva, distribuindo entre os seus membros a preparação ou acompanhamento dos assuntos que devam ser objeto de apreciação ou decisão pela Comissão Executiva;
- Propor ao Conselho de Administração o elenco de matérias de administração de que deve encarregar-se especialmente cada um dos membros da Comissão Executiva;
- Zelar pela correta execução das deliberações da Comissão Executiva.

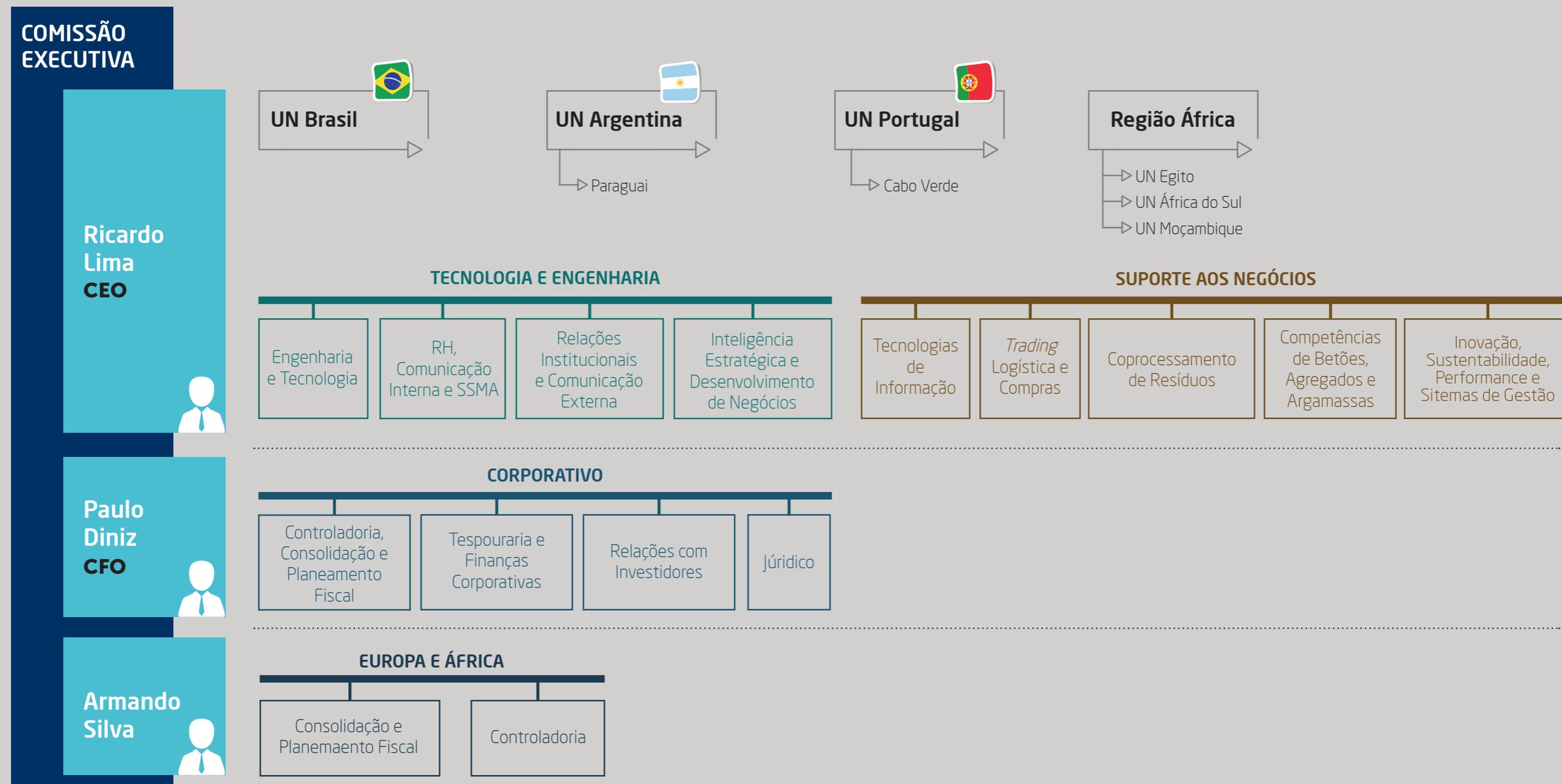
Para além das competências acima descritas, o Presidente da Comissão Executiva deve:

- Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;
- Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da Sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.



21.6. Repartição de Pelouros na Comissão Executiva

- Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas matérias conforme mapa funcional abaixo.



A Comissão Executiva da Cimpor, uma empresa InterCement, conta com apoios de todos os profissionais das suas participadas e da InterCement Participações, numa ótica de gestão articulada e coordenada entre diversas áreas visando a máxima eficiência na captação de sinergias, particularmente nas áreas de suporte aos negócios, nas quais se incluem para além das acima apresentadas a área de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria.

A holding da Cimpor para além da gestão global das Unidades de Negócios é também responsável pelas áreas Corporativas e de Suporte aos Negócios, conforme mapa funcional acima.

UNIDADES DE NEGÓCIOS

A Cimpor encontra-se estruturada por Unidades de Negócio, correspondentes aos países onde opera, conforme acima apresentado.

Dentro de cada Unidade de Negócios, as diversas atividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a atividade principal a produção e comercialização de cimento.

Cada uma das Unidades de Negócio supra referidas é coordenada por um Diretor Geral, presente nos órgãos de administração das principais empresas localizadas nos respetivos países, reportando diretamente ao CEO.

O modelo de organização de cada Unidade de Negócio é adaptado às características e condições de exercício da respetiva atividade, bem como ao sistema legal vigente no país, visando o aproveitamento de eventuais sinergias e a captação dos benefícios decorrentes de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável. O modelo organizacional em cada país segue uma matriz estandardizada com pequenas adaptações em função das necessidades nacionais e consiste no desenvolvimento dos negócios, sob a dependência do Diretor Geral do país, através de responsabilidades Industrial, Comercial, de Betão e Agregados e Financeira e de Serviços Partilhados.

Cada uma das Unidades de Negócios funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela holding. As decisões mais importantes – por exemplo, as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico da Cimpor – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da holding. O mesmo acontece relativamente a decisões ou atuações que, quando tratadas a nível da Cimpor, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

A estruturação e composição dos órgãos de administração e de fiscalização das subsidiárias da Cimpor obedecem, às disposições legais e regulamentares relevantes na respetiva jurisdição.

FUNÇÕES DE SUPORTE AOS NEGÓCIOS

As unidades com funções de Suporte aos Negócios identificadas no mapa funcional acima, suportam a atividade dos negócios da Cimpor, fornecendo-lhes tecnologia e assistência técnica especializadas e permitindo-lhes beneficiar de economias de escala e partilha de melhores práticas de forma transversal na Cimpor. As delegações na Comissão Executiva são em parte operacionalizadas com recurso a plataformas de gestão intermédia.

21.7. Comissões Especializadas do Conselho de Administração

21.7.1. Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

Esta Comissão tem como funções assistir o Conselho de Administração em matéria de governo societário e de normas de conduta e, bem assim, de desenvolvimento sustentado e responsabilidade social da Cimpor, competindo-lhe²⁹:

- A avaliação do modelo, princípios e práticas de governo societário da Sociedade e das participadas relevantes da Cimpor (tal como venham a ser definidas pelo Conselho de Administração e adiante designadas "Participadas Relevantes"), com vista ao seu permanente aperfeiçoamento e à apresentação de propostas ao Conselho nesse âmbito, designadamente no que respeita ao funcionamento e competências do Conselho e das suas comissões internas e à sua articulação com os demais órgãos sociais e estruturas de gestão, bem como à prevenção de conflitos de interesses e à disciplina da informação;
- A definição das linhas orientadoras das políticas que permitam o desenvolvimento sustentado da Sociedade e da Cimpor e a promoção da responsabilidade social e proteção ambiental;
- A definição, colaboração na implementação e fiscalização do cumprimento de normas de conduta adequadas à observância de rigorosos princípios éticos e deontológicos no desempenho das funções atribuídas aos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Cimpor;
- O aperfeiçoamento e atualização do Regulamento de Comunicações de Irregularidades e do Código de Ética adotado pela Cimpor, apresentando, quando justificável, ao Conselho de Administração propostas nesse sentido;
- A orientação da elaboração do relatório anual sobre o governo da Sociedade nas áreas da sua competência e a apresentação ao Conselho de propostas quanto às declarações a incluir naquele relatório acerca da eficácia do modelo de governo adotado, das normas de conduta e dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos;
- A apresentação de propostas ao Conselho para efeitos da adoção das diligências necessárias ao cumprimento pela Sociedade dos requisitos legais e regulamentares, das recomendações e das

boas práticas, em cada momento aplicáveis, em matéria de governo societário, normas de conduta, sustentabilidade e responsabilidade social.

²⁹ Nos termos do artigo 18º do Regulamento do Conselho de Administração

21.7.2. Comissão de Nomeações e Avaliação

A Comissão de Nomeações e Avaliação tem por funções, entre outras, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração³⁰, assistir este Conselho nas seguintes matérias:

- Preenchimento das vagas ocorridas no Conselho de Administração, nos termos legal e estatutariamente previstos;
- Acompanhamento dos processos de seleção e nomeação dos quadros superiores da Sociedade e Participadas Relevantes e dos membros dos órgãos sociais das Participadas Relevantes, informando o Conselho de Administração sobre tais processos;
- Processo de avaliação anual do desempenho global do Conselho e das respetivas Comissões Internas e, bem assim, dos membros da Comissão Executiva da Sociedade, neste último caso, ouvido o respetivo Presidente;
- Elaboração de pareceres a submeter à Comissão de Fixação de Remunerações no que respeita à fixação das remunerações dos membros da Comissão Executiva.

No desempenho das suas funções referidas nas alíneas a) e b) acima, compete-lhe, designadamente:

- Manter informação atualizada sobre as qualificações, conhecimentos, experiência profissional e independência necessários para o desempenho das funções de Administrador da Sociedade;
- Assistir o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na aprovação e implementação de plano de sucessão dos membros dos órgãos de administração e dos quadros superiores da Sociedade e das Participadas Relevantes;
- Sempre que se venha a revelar necessário, elaborar parecer fundamentado para efeitos da cooptação ou designação dos membros do Conselho de Administração, identificando as entidades e/ou pessoas que, em seu entender, apresentem o perfil mais adequado ao desempenho de determinado cargo.

No desempenho das suas funções referidas nas alíneas c) e d) acima, compete-lhe:

- Propor ao Conselho de Administração os critérios a utilizar no processo de avaliação, numa base anual e por mandato;
- Propor à Comissão de Fixação de Remunerações os critérios a utilizar para efeitos da fixação da

remuneração variável, numa base anual e por mandato, designadamente os objetivos de desempenho individual, neste último caso ouvido o Presidente da Comissão Executiva;

- Propor ou dar parecer anualmente ao Conselho de Administração e à Comissão de Fixação de Remunerações, consoante aplicável, sobre a política de remunerações e princípios remuneratórios dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes da Sociedade e sobre a declaração anual a apresentar à Assembleia Geral a este propósito.

³⁰ Artigo 19.º

No desempenho das funções e competências acima referidas, a Comissão de Nomeações e Avaliação deverá, ainda, apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão de Fixação de Remunerações, consoante aplicável, as propostas que julgue necessárias para efeitos do cumprimento pela Sociedade dos requisitos legais e regulamentares, das recomendações e das boas práticas, em cada momento aplicáveis, em matéria de nomeações e remunerações.

21.8. Órgãos de Fiscalização

21.8.1. Comissão de Auditoria

As competências da Comissão de Auditoria são as referidas nos números 37 e 38, abaixo.

21.8.2. Revisor Oficial de Contas

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais³¹, compete ao Revisor Oficial de Contas verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe sirvam de suporte, bem como, sempre que o julgue conveniente e da forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Cabe ainda ao Revisor Oficial de Contas, enquanto auditor externo e no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências à Comissão de Auditoria.

³¹ Alíneas c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 420.º e do artigo 446.º

21.9. Comissão de Ética

Em março de 2013, a Comissão de Governo da Sociedade e Sustentabilidade, aprovou sob proposta da Comissão Executiva, a criação da Comissão de Ética com duplo reporte à Comissão de Governo

da Sociedade e Sustentabilidade e à Comissão de Auditoria. Encarregue de apreciar todos os assuntos relacionados com esta matéria e de implementar a adoção do Novo Código de Conduta da Cimpor, compunham esta comissão a 31 de dezembro de 2015 os seguintes membros:

- Pedro Rebelo de Sousa (Presidente)
- José Édison Barros Franco
- Gueber Lopes (Comissão de Fixação de Remunerações)
- Ricardo Lima (CEO e Administrador com Responsabilidade por pelouro de Recursos Humanos)

As competências desta comissão são apresentadas no nº 49. adiante.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

O Regulamento do Conselho de Administração pode ser consultado em www.cimpor.pt, e na sede da Sociedade.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

No decorrer de 2015 o Conselho de Administração reuniu por 8 vezes, sendo que nenhum dos seus membros esteve injustificadamente ausente: Luiz Roberto Ortiz Nascimento esteve justificadamente ausente da única reunião realizada em 2015 equanto ocupava o cargo de administrador, e Pedro Rebelo de Sousa esteve presente em 88% das reuniões realizadas (tendo apenas não comparecido a uma reunião, na qual foi representado por Daniel Proença de Carvalho). Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração não são de assinalar quaisquer ausências, o que representa uma assiduidade de 100%.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração da Cimpor reuniu por 12 vezes em 2015. Não tendo havido faltas injustificadas, Ricardo Lima (Presidente) e Nelson Tambelini estiveram presentes em todas as reuniões realizadas. Cláudio Palaia justificadamente não participou nas reuniões da Comissão Executiva até à sua substituição por Paulo Diniz, que participou em todas as reuniões desta Comissão, após a data da sua designação.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva compete à Comissão de Nomeações e Avaliação e ao Presidente da Comissão Executiva, assente em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível, de modo a permitir a comparação com as principais empresas não financeiras cotadas na Euronext Lisbon e, tendencialmente, com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

Apesar de o Presidente da Comissão Executiva integrar a Comissão de Nomeações e Avaliação, está impedido de votar nas deliberações relacionadas com a avaliação de desempenho, determinação da remuneração e critérios de remuneração dos Administradores executivos da Sociedade e, claro está, de si próprio, assegurando-se assim a sua independência.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Os critérios para a avaliação de desempenho dos Administradores executivos dividem-se em três categorias:

- Critérios individuais e critérios coletivos: Neste âmbito, pretende-se que haja uma maior valorização dos critérios coletivos em detrimento dos individuais, tendo em consideração o número de Administradores executivos da Cimpor e os pelouros distribuídos;
- Critérios de rendibilidade da empresa e criação de valor para os acionistas: Nesta sede, consideram-se indicadores de crescimento e de comparabilidade setorial (criação de valor e a performance relativa da rendibilidade do ativo, tendo por comparação o Peer Group Setorial - empresas com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor);
- Critérios qualitativos de gestão: Estes critérios incidem e suportam uma avaliação qualitativa, individual e coletiva, dos Administradores executivos.

A conjugação destes três vetores assegura o alinhamento com os interesses dos acionistas, um incentivo adequado à performance da gestão, a prossecução do real crescimento da empresa, a criação de riqueza para os acionistas, bem como a sustentabilidade a longo prazo da Sociedade.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em sim-ultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os currícula e declarações de disponibilidade dos membros do Conselho de Administração são

apresentados no Anexo I deste Relatório. Todos os membros do referido Conselho declararam a sua disponibilidade para o exercício das suas funções.

c) **Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados**

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Existem quatro comissões no seio do Conselho de Administração, Comissão Executiva, Comissão de Auditoria, Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade e Comissão de Nomeações e Avaliação.

Para além das disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, o funcionamento das comissões acima mencionadas é pautado pelas disposições previstas nos Estatutos, no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Auditoria, disponíveis para consulta em www.cimpor.pt.

27.1. Comissão Executiva

A composição da Comissão Executiva encontra-se descrita no nº 28. Mais detalhes sobre a Comissão Executiva podem ser encontrados no nº 21., acima.

27.2. Comissão de Auditoria

A composição da Comissão de Auditoria encontra-se descrita no nº 31. Mais detalhes sobre a Comissão de Auditoria podem ser encontrados nos nºs 21 e 30., abaixo.

27.3. Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

A Comissão é composta por entre três a sete Administradores não executivos, devendo, pelo menos, um deles respeitar os critérios de independência aplicáveis aos membros do órgão de administração.

Por deliberação do Conselho de Administração de 25 de março de 2015, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por três Administradores todos eles não executivos. A saber:

- Daniel Proença de Carvalho (Presidente)
- António Pinto Barbosa (Independente)

- José Édison Barros Franco

Mais detalhes sobre a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade podem ser encontrados no nº 21.7.1., acima.

27.4. Comissão de Nomeações e Avaliação

A Comissão de Nomeações e Avaliação é composta por três a sete Administradores não executivos, devendo, pelo menos, um deles respeitar os critérios de independência aplicáveis aos membros do órgão de administração. O Presidente da Comissão Executiva integra esta comissão por inerência de funções.

Segundo o Regulamento do Conselho de Administração³², apesar de integrar, por inerência de funções, a Comissão de Nomeações e Avaliação, o Presidente da Comissão Executiva está impedido de participar e de votar nas deliberações relacionadas com o processo de seleção de Administradores não executivos e, bem assim, de votar nas deliberações relacionadas com a avaliação de desempenho e a determinação da remuneração e respetivos critérios dos Administradores executivos da Sociedade.

Por deliberação do Conselho de Administração de 25 de março de 2015, a Comissão de Nomeações e Avaliação é composta por três Administradores, de entre os quais um Administrador não executivo independente:

- Daniel Proença de Carvalho (Presidente)
- José Édison Barros Franco
- Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Independente)
- Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (Presidente da Comissão Executiva, por inerência de funções)

Mais detalhes sobre a Comissão de Nomeações e Avaliação podem ser encontrados no nº 21.7.2., acima.

³² nº5 do artigo 19º

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A 31 de dezembro de 2015 a Comissão Executiva integrava os seguintes Administradores:

- Ricardo Fonseca de Mendonça Lima (Presidente)
- Paulo Sérgio de Oliveira Diniz (CFO)

- Armando Sérgio Antunes da Silva

Até às renúncias de Claudio Borin Guedes Palaia (a 17 de agosto de 2015) e Nélon Tambelini Júnior (a 22 de dezembro de 2015) como membros do Conselho de Administração, estes integravam a Comissão Executiva. Tendo sido substituídos por Paulo Sérgio de Oliveira Diniz e Armando Sérgio Antunes da Silva, respetivamente.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

As competências de cada uma das comissões criadas no seio do Conselho de Administração encontram-se explanadas no nº 21 acima.

Em 2015 as atividades desenvolvidas pelas referidas comissões foram ao encontro das competências que lhes estão atribuídas e que se encontram apresentadas no nº 27.

Durante o exercício de 2015, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade reuniu por três vezes, a Comissão de Nomeações e Avaliação reuniu por uma vez e a Comissão Executiva reuniu por 13 vezes, tendo todas elas lavrado atas das referidas reuniões.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

De acordo com os estatutos³³, a fiscalização da Sociedade compete a uma Comissão de Auditoria, composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral, um dos quais será o seu Presidente.

Ainda de acordo com os estatutos, o exame das contas da sociedade cabe a um Revisor Oficial de Contas, eleito em Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Conforme nº 30. (acima) a Comissão de Auditoria é composta por três membros efetivos eleitos em Assembleia Geral, um dos quais será o seu Presidente. Os membros da Comissão de Auditoria são designados em conjunto com os demais membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria e indicar o respetivo Presidente. Se a Assembleia Geral não designar o Presidente da Comissão de Auditoria, tal competência caberá à própria Comissão.

O atual mandato da Comissão de Auditoria coincide com o dos restantes membros do Conselho de Administração, eleitos na Assembleia Geral Anual de 25 de março de 2015, com termo em 31 de dezembro de 2017, conforme quadro abaixo:

Composição da Comissão de Auditoria		Data da 1ª designação
Presidente	António Soares Pinto Barbosa ^{(1) (2)}	16-07-2012
Vogais	António Henrique de Pinho Cardão ⁽¹⁾	25-03-2015
	José Édison Barros Franco ⁽²⁾	16-07-2012

⁽¹⁾ Membro independente.

⁽²⁾ Os membros assinalados transitaram do anterior mandato 2012-2015.

Tal como oportunamente comunicado ao mercado José Manuel Neves Adelino, foi membro da Comissão de Auditoria até 31 de dezembro de 2014. No período que mediou o início de 2015 e a designação de António Pinho Cardão como membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, esta Comissão assegurou as suas funções tendo deliberado sob a presidência de António Pinto Barbosa.

³³ artigo 18.º

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº19.

De acordo com a respetiva autoavaliação, as regras de incompatibilidade e os critérios de independência previstas no Código das Sociedades Comerciais³⁴ são cumpridas por dois dos três membros da Comissão

de Auditoria, conforme mencionado no nº 18. acima.

³⁴ n.º1 do artigo 414.º-A e n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

Conforme mencionado no nº19. acima, a presente atividade e os currícula dos membros do Conselho de Administração, que integram presentemente a Comissão de Auditoria são apresentados no Anexo I deste Relatório.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme mencionado no nº27. acima, o regulamento da Comissão de Auditoria pode ser consultado em www.cimpor.pt.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

No decorrer do ano de 2015 a Comissão de Auditoria reuniu por 6 vezes. Tendo os seus membros uma assiduidade de 100% nas reuniões da referida comissão.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Em 2015 os membros da Comissão de Auditoria apresentaram toda a disponibilidade requerida para o exercício das suas competências. Os currícula e declarações de disponibilidade dos membros da Comissão de Auditoria são apresentados no Anexo I deste Relatório.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Os serviços diversos dos de auditoria são contratados ao abrigo de autorização específica concedida pela Comissão de Auditoria, tendo por fundamento a vantagem comparativa da sua prestação de serviços, nomeadamente, pela mais-valia inerente ao conhecimento das empresas da Cimpor, estruturas e operações que decorre da sua condição de auditor.

De forma a salvaguardar a independência das referidas entidades, é expressamente proibida a aquisição às mesmas de todo o tipo de serviços suscetível de pôr em causa tal independência, designadamente:

- Serviços de contabilidade e administrativos, como sejam a manutenção de registos contabilísticos, a preparação de demonstrações financeiras ou relatórios de reporte de informação financeira, o processamento de salários e a elaboração de declarações fiscais;
 - A conceção, desenho e execução de sistemas de informação de gestão;
 - Serviços de avaliação de elementos ativos ou passivos suscetíveis de virem a ser registados nas demonstrações financeiras da Cimpor;
 - Serviços prestados no âmbito das funções atribuídas à auditoria interna;
 - Serviços de consultoria legal que impliquem que as entidades em questão representem qualquer das empresas da Cimpor na resolução de litígios e diferendos com terceiros;
 - Serviços de recrutamento e seleção de quadros técnicos superiores.
- Além disso, a aquisição de serviços ao auditor externo, ou a entidades pertencentes à respetiva “rede”, tanto em Portugal como nos diferentes países em que a Cimpor opera, está sujeita a um conjunto de regras estabelecidas ao nível da holding e comunicadas a todas as empresas da Cimpor. Assim, para além da proibição de contratação dos serviços supra referidos, importa realçar que:
- As entidades em causa deverão sempre demonstrar habilitações, credenciais, recursos e vantagens comparativas face a terceiros, no que toca à prestação dos serviços em questão;
 - As propostas de prestação de serviços apresentadas por aquelas entidades são analisadas e avaliadas – e, sempre que possível, aferidas com o mercado – pelo responsável da área (ou empresa) que deles necessita e, subsequentemente, dependendo do valor da proposta, pelo Administrador do pelouro ou pela Comissão Executiva, a quem cabe decidir sobre a respetiva

adjudicação.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei e pelos Estatutos, conforme o Regulamento da Comissão de Auditoria³⁵ compete a esta comissão, acompanhar e fiscalizar a administração da Sociedade, garantindo a observância da lei e dos Estatutos, designadamente:

- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Acompanhar e fiscalizar a aplicação correta dos princípios e normas contabilísticas em vigor, em articulação com a atividade de auditoria interna, do ROC e do Auditor Externo, procedendo à recolha da informação necessária e promovendo a troca de informação relevante.
- Fiscalizar a eficácia dos procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e de auditoria, bem como os sistemas de controlo interno, compliance e de gestão de riscos, se existentes, reunindo com a Comissão Executiva e com os operacionais responsáveis pelas áreas para discutir os planos anuais de trabalho e a sua execução;
- Analisar os relatórios de controlo e auditoria interna e as respostas da Comissão Executiva;
- Analisar e verificar a exatidão da informação financeira da Sociedade, fiscalizando o seu processo de preparação e de divulgação;
- Propor à assembleia geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas efetivo e suplente da Sociedade;
- Acompanhar e avaliar a atividade do Revisor Oficial de Contas, verificando a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- Receber e tratar as comunicações de irregularidades de natureza financeira e contabilística apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros, registando as diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas;
- Propor ao Conselho de Administração medidas destinadas a melhorar o funcionamento dos sistemas de controlo interno da informação financeira, da auditoria interna, da função de compliance e da gestão dos riscos, bem como os procedimentos respeitantes ao recebimento e tratamento de reclamações relativas a irregularidades de natureza financeira e contabilística;

- Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e apreciar e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Dar parecer prévio sobre os negócios de relevância significativa, nos termos a definir pela Comissão de Auditoria, sob proposta do Conselho de Administração, a celebrar entre, por um lado, titulares de participação qualificada, ou entidades com eles relacionadas e, por outro, a Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos Estatutos da Sociedade.

No âmbito do Regulamento³⁶ acima, representa ainda a Sociedade, para todos os efeitos, junto do seu Auditor Externo, competindo-lhe designadamente:

- Propor a sua contratação, renovação do respetivo contrato e remuneração, promovendo e assumindo a realização do respetivo processo de seleção;
- Zelar para que dentro da Sociedade e das sociedades em relação de domínio ou grupo, o Auditor Externo disponha de condições adequadas à respetiva prestação de serviços;
- Zelar pela independência pessoal e profissional do Auditor Externo, designadamente em matéria de processo de aprovação prévia de outros serviços a prestar à Cimpor, fora do âmbito da auditoria;
- Acompanhar e avaliar anualmente o desempenho do Auditor Externo da Sociedade, designadamente através da discussão prévia das minutas e dos relatórios de auditoria das contas e do parecer sobre o sistema de controlo interno, bem como da informação regular sobre desenvolvimento e conclusões provisórias ou definitivas dos trabalhos de auditoria, cabendo-lhe avaliar anualmente e propor a respetiva destituição à Assembleia Geral, sempre que se verifique justa causa para o efeito.
- Analisar e aprovar a proposta de planeamento anual da auditoria de contas da sociedade a efetuar pelo Auditor Externo;
- Definir procedimentos internos de controlo de qualidade do auditor externo.

Compete também a esta Comissão o referido no número 37, acima.

A Comissão de Auditoria pode ainda, no âmbito das suas funções:

- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- e contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade.

³⁵ n.º2 do artigo 2.º

³⁶ n.º3 do artigo 2.º

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas da Cimpor é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada, desde maio de 2013, por Carlos Alberto Ferreira da Cruz.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A Deloitte & Associados, SROC, S.A., assume as funções de Revisor Oficial de Contas da Cimpor desde 2001, portanto há 14 anos.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O Revisor Oficial de Contas da Cimpor exerce também as funções de auditor externo nesta Sociedade. Para informação adicional sobre os serviços prestado consulte-se o nº 46, abaixo.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo da Cimpor é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., registada na CMVM com o nº 43 e representada pelo sócio Carlos Alberto Ferreira da Cruz, ROC nº 1146.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

A Deloitte & Associados, SROC, S.A., exerce funções consecutivamente junto da Cimpor e das suas participadas há 14 anos, sendo que em 2007, decorridos 6 anos desde o início daquela prestação de serviços, foi designado um novo sócio responsável pela orientação ou execução direta dos referidos serviços. A Assembleia Geral, reunida a 25 de março de 2015, aprovou a proposta, devidamente fundamentada, da Comissão de Auditoria, de recondução da Deloitte & Associados, SROC, S.A., tendo-se procedido a nova alteração do sócio responsável, função atualmente desempenhada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. presta serviços de auditoria externa à Cimpor ao abrigo de contratos de prestação de serviços, desde 2001.

A proposta de deliberação em Assembleia Geral no sentido de manter o auditor externo por um período superior a três mandatos é instruída com parecer específico do órgão de fiscalização, ponderando expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A Comissão de Auditoria, de acordo com o seu regulamento³⁷ é responsável por, anualmente, avaliar o Auditor Externo.

³⁷ Alínea c) do n.º3 do artigo 2.º

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os trabalhos distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio centraram-se nos serviços de Consultoria Fiscal. Os outros trabalhos realizados neste âmbito foram dispersos pelas diferentes geografias onde a Cimpor opera e não assumem em conjunto um valor ou significância material.

A aprovação da contratação destes serviços, respeitou os procedimentos e critérios apresentados no nº 37 acima. Adicionalmente a autorização oportunamente concedida por esta Comissão para a contratação

dos Serviços Diversos dos Serviços de Auditoria prestados pela Deloitte, acima identificados e justificados pela vantagem competitiva deste prestador de serviços, essencialmente, pela mais-valia inerente ao conhecimento das empresas da Cimpor, estruturas e operações que decorre da sua condição de auditor.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

Em 2015, o custo global dos serviços prestados à Cimpor e suas participadas pelo seu auditor externo (Deloitte & Associados, SROC, S.A.), incluindo todas as pessoas singulares ou coletivas pertencentes à respetiva "rede" (tal como previsto na Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio), foi de 2 milhões de euros, com a seguinte distribuição percentual:

Pela Sociedade*	€ mil.	%
Valor dos serviços de revisão de contas	29	59%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	21	41%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0	0%
Por entidades que integrem o grupo*		
Valor dos serviços de revisão de contas	1.217	62%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	432	22%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	294	15%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	11	1%
Total Consolidado		
Valor dos serviços de revisão de contas	1.246	62%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	452	22%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	294	15%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	11	1%

*Incluindo contas individuais e consolidadas

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Os estatutos podem ser alterados nos termos estabelecidos na legislação aplicável³⁸:

- Para que a Assembleia Geral possa deliberar, em primeira convocação, sobre a alteração dos estatutos, devem estar presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social. Em segunda convocação, a assembleia pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado³⁹.
- As deliberações respeitantes à alteração dos estatutos têm de ser aprovadas por um mínimo de dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira quer em segunda convocação, a menos que, neste último caso, estejam presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, podendo então tais deliberações ser tomadas pela maioria dos votos expressos⁴⁰.

³⁸ As regras aqui descritas aplicam-se igualmente aos casos de fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar

³⁹ número 2 e 3 do artigo 383º do Código das Sociedades Comerciais

⁴⁰ número 3 do artigo 386º do Código das Sociedades Comerciais

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Compete à Comissão de Auditoria – sem prejuízo das competências da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade – proceder à receção e tratamento das comunicações de irregularidades de natureza financeira e contabilística, bem como à vigilância e supervisão de todo o sistema, em particular dos respetivos níveis de adequação e eficácia.

A política de comunicação de irregularidades da Cimpor, materializada na *Linha Ética, Manual de*

Funcionamento da Linha Ética e Código de Conduta Empresarial, encontra-se divulgada a todos os colaboradores da Cimpor e publicamente disponibilizado aos demais stakeholders (em www.cimpor.pt), identificando genericamente os diferentes tipos de irregularidades e reunindo um conjunto de regras e procedimentos internos destinados ao seu tratamento.

Estas irregularidades são aferidas à luz das disposições legais, regulamentares e estatutárias, das recomendações aplicáveis em cada momento e dos princípios e regras constantes do *Código de Conduta Empresarial* adotado pela Cimpor.

O *Código de Conduta Empresarial* estabelece os padrões e princípios que devem nortear os comportamentos no relacionamento com os diferentes públicos: ética, legalidade, respeito ao ser humano, repúdio a qualquer forma de discriminação, estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional e responsabilidade social, ambiental e cultural, entre outras.

A gestão da implementação do *Código de Conduta Empresarial* cabe à Comissão de Ética que, com duplo reporte à Comissão de Governo da Sociedade e Sustentabilidade e à Comissão de Auditoria, tem sob a sua responsabilidade apreciar todos os assuntos relacionados com esta matéria.

A Comissão de Ética é assessorada pela área de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria, que assegura a implementação e monitorização da Política de Comunicação de Irregularidades e Código de Conduta, em todas as Unidades de Negócio da Cimpor e junto dos diversos *stakeholders*. Para tal, esta área conta com a “Linha Ética”, que consiste num canal divulgado a todos os colaboradores, fornecedores, clientes e *stakeholders*, de acesso público no site e redes internas da Cimpor para colocação de dúvidas, sugestões, comentários e denúncias de desvios de comportamentos apresentados no Código de Conduta. A área de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria delegou a consultoras externas especializadas a receção dos comunicados e *feedback* das ações adotadas sendo o sigilo totalmente garantido. Os canais de contato para este efeito serão o telefone, o endereço eletrónico e o endereço postal.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno, Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria é da responsabilidade do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva, na medida das suas competências delegadas. Cabe por seu turno à Comissão de Auditoria, a fiscalização da eficácia dos referidos sistemas, a avaliação do seu funcionamento, bem como propor o seu ajustamento às necessidades da Sociedade.

Conforme decorre do seu Regulamento, a Comissão de Auditoria é responsável pela Auditoria Interna. Para além das competências que lhe estão cometidas e que se encontram descritas no nº 38. acima, cabe-lhe ainda pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), devendo ser destinatária dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Em 2015 foi implementado em todas as Unidades de Negócio um processo formal de compliance com o objetivo de monitorizar o cumprimento com as leis e regulamentos, bem como das políticas, normas e procedimentos internos, de forma a manter a alta qualidade do controle interno, assegurar o cumprimento da missão e visão da companhia, mitigar os riscos associados aos negócios e processos e, por fim, proteger os ativos, imagem e reputação da Cimpor e suas Unidades de Negócio.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Entre os sistemas de controlo interno da Cimpor destacam-se:

- Controlo estratégico;
- Controlo de gestão, realçando-se subsistemas de controlo de segurança e saúde, técnico e financeiro;
- Controlo operacional.

A redundância sistémica é monitorizada principalmente pelas Auditorias, Interna e Externa, e Compliance e pelo Sistema de Comunicação de Irregularidades (Linha Ética).

A operacionalização destes sistemas é responsabilidade primacial da estrutura hierárquica, desdobrando-se em níveis sucessivos de responsabilidade pelo Conselho de Administração, que delega esta matéria na Comissão Executiva que, por sua vez, recorre às estruturas operacionais e de suporte.

A Gestão dos Riscos é uma responsabilidade nuclear de toda a estrutura de gestão da Cimpor, visando a identificação atempada dos principais riscos e respectivos fatores de riscos que se deparam à sociedade e o estudo, aprovação e implementação das medidas convenientes.

A gestão dos riscos financeiros suscetíveis de cobertura específica é de responsabilidade da Cimpor SGPS e outras entidades holdings e financeiras no Grupo.

Os diferentes responsáveis operacionais são responsáveis pela conceção e implementação dos mecanismos de controlo de risco considerados mais adequados, sendo a eficiência destes últimos

periodicamente avaliada – através do apoio corporativo de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria – no cumprimento de um plano, preparado e desenvolvido anualmente, de auditorias financeiras e auditorias aos sistemas de informação, de processo e de conformidade com os procedimentos aprovados.

Ao nível do apoio corporativo, diversas áreas têm especiais responsabilidades na gestão do risco, a saber:

Saúde e Segurança, Cimpor Serviços – no âmbito específico da atividade cimenteira - e Centro de Competências de Betões, Agregados e Argamassas - com particulares responsabilidades na identificação, análise e mensuração e gestão dos riscos de saúde e segurança, técnicos e operacionais e do parque industrial da Cimpor.

Tesouraria – responsável, entre outras atribuições, pela gestão dos riscos de natureza financeira, incluindo os riscos de taxa, de liquidez, cambiais e de contraparte.

Seguros – responsável pelos programas globais de seguro da Cimpor e pela coordenação das práticas da Cimpor nas restantes coberturas.

Planeamento e Controlo de Gestão e Relações com Investidores – responsáveis, em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria, pelo controlo, preparação e divulgação de informação financeira, nos moldes apresentados no nº 55. adiante.

Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria - interagindo com o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria da Cimpor, está incumbida de zelar não só pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas da Cimpor, como também pelo bom desempenho dos referidos sistemas.

São responsabilidades principais desta área:

- Definir e implementar a metodologia para identificação, priorização e mitigação de riscos e respectivos fatores de riscos;
- Auxiliar os Administradores das Unidades de Negócio no processo integrado de identificação, avaliação e mitigação de riscos das Unidades de Negócios;
- Gerir a atividade de Auditoria Interna (e.g. auditoria de processos, auditoria contínua, avaliação de desvios de conduta);
- Gerir as atividades de compliance de forma a avaliar o cumprimento das normas e políticas de gestão de riscos, identificando pontos de não conformidade e ações de melhoria;
- Gerir a atividade de Auditoria Externa;
- Gerir o processo de monitorização do uso do Código de Conduta denominado Linha Ética;

- Definir os orçamentos anuais de cada um dos processos.
- Assessorar a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

As diferentes áreas funcionais com competências no controlo de riscos estão identificadas no ponto 51 deste relatório.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.



Dependência da indústria de construção

O consumo de cimento é cíclico e tem uma alta correlação com os níveis de construção. O nosso negócio nos países em que operamos está muito dependente dos níveis de construção, especialmente nos da atividade de construção residencial e comercial, e também dos dispêndios em infraestruturas públicas e privadas. A redução da atividade na indústria da construção tem geralmente correlação com um declínio nas condições económicas. Uma contração da atividade económica nos países em que operamos ou um declínio dos setores imobiliário ou de construção nesses países poderá ter um efeito material adverso na procura dos nossos produtos e poderia ter um efeito material adverso nos nossos resultados operacionais e na nossa situação financeira. Além disso, não podemos assegurar que o crescimento no produto interno bruto, ou PIB, dos países em que operamos se venha a traduzir num aumento da procura pelos nossos produtos.

Estamos igualmente sujeitos ao risco de gerar excesso de capacidade, por exemplo, como resultado da nossa avaliação incorreta da evolução dos mercados. Qualquer falha da nossa parte em usar adequadamente a nossa capacidade de produção poderia conduzir a dotações por imparidade do *goodwill* e afetar de forma adversa os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Condições económicas nos mercados em que operamos

Dependemos, em larga medida, do crescimento das economias dos países onde comercializamos os nossos produtos. As economias desses países encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento. Como consequência, tal como muitas outras empresas com operações internacionais significativas,

estamos expostos a riscos advindos de alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras, taxas de juro, inflação, despesas governamentais, instabilidade social e outros desenvolvimentos políticos, económicos ou sociais que possam ter efeitos materiais adversos no nosso negócio, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Expansão das nossas operações

As nossas estratégias de negócio a médio prazo incluem a continuação da expansão da nossa capacidade de produção de cimento e rede de distribuição e a aquisição de bens adicionais, o que requer investimentos, incluindo despesas de capital. Quaisquer investimentos neste sentido teriam provavelmente de ser financiados contraindo dívida suplementar e/ou através do financiamento de capitais próprios. Contudo, o financiamento adequado poderá não estar disponível ou, caso esteja, poderá não estar em condições satisfatórias, nomeadamente como resultado de condições macroeconómicas adversas. Poderemos não conseguir obter capital adicional suficiente no futuro para financiar as nossas necessidades de capital e a nossa estratégia de negócio a custos aceitáveis. Se não formos bem-sucedidos em aceder a capital adicional em termos que nos sejam aceitáveis, poderemos não conseguir implementar completamente a nossa estratégia de negócio, o que poderá limitar o crescimento futuro e o desenvolvimento do nosso negócio. Se necessitarmos de capital adicional na sequência de perdas operacionais, essas perdas poderão dificultar-nos a tarefa de angariar o capital adicional necessário para financiar os nossos projetos de expansão.

A nossa implementação das nossas estratégias de crescimento está dependente de determinados fatores que não podemos controlar, como sejam alterações nas condições dos mercados em que operamos, ações assumidas pelos nossos concorrentes e leis e regulamentos vigentes em jurisdições nas quais operamos. A nossa incapacidade de implementar com sucesso qualquer parte da nossa estratégia poderá afetar-nos adversamente em termos materiais.

Fusões e aquisições

Não somos capazes de prever se, ou quando, poderemos efetuar aquisições ou alianças adicionais, ou a probabilidade de uma aquisição ou transação material ser concluída em termos que nos sejam favoráveis. A nossa capacidade de continuar a crescer com êxito através de aquisições e alianças estratégicas depende de diversos fatores, incluindo a disponibilidade geral de alvos adequados, bem como a nossa capacidade para identificar esses alvos, negociar termos favoráveis, obter financiamento e fechar transações.



Dívida consolidada

Em 31 de dezembro de 2015, tínhamos 4.060 milhões de euros de dívida total consolidada (com exceção de juros acumulados). O nosso nível de endividamento, incluindo os nossos planos de desalavancagem, poderia ter consequências importantes para o nosso negócio, tais como:

- limitar a nossa capacidade para obter qualquer tipo de financiamento necessário no futuro para fundo de maneo, despesas de capital, necessidades relacionadas com o serviço da dívida ou outros propósitos;
- exigir que uma quantia substancial do nosso fluxo de caixa resultante das operações se destine ao pagamento de juros e do principal da nossa dívida, e que essas quantias não estejam disponíveis para servir outros propósitos, tais como despesas de capital;
- limitar a nossa flexibilidade em planear ou reagir a alterações no nosso setor de atividade e na indústria, colocando-nos em desvantagem competitiva face a concorrentes que possam ter rácios de alavancagem mais baixos, o que poderá afetar adversamente as nossas margens operacionais;
- tornar-nos mais vulneráveis na eventualidade de um abrandamento do nosso setor de atividade.

Contrato de Emissão de Dívida Consolidada

O quadro contratual que enquadra a emissão de senior notes e os termos de alguns de nossos contratos de empréstimo impõem certas restrições, as quais podem limitar nossa flexibilidade operacional ou nossa habilidade de captação de oportunidades de negocio.

Essas restrições poderão limitar nossa habilidade, entre outras ações, para:

- incorrer em dívidas;
- efetuar determinados investimentos;
- vender ativos;
- celebrar acordos que restrinjam dividendos ou outras distribuições de subsidiárias restritas;
- criar ou assumir penhoras;
- proceder a determinadas fusões ou consolidações.

Estas restrições poderiam limitar a nossa flexibilidade operacional e a nossa capacidade para tirar partido

de oportunidades de crescimento atrativas para os nossos setores de atividade, especialmente se não tivermos capacidade para financiar estas oportunidades contraindo dívidas adicionais ou para fazer investimentos que nos permitam tirar partido das mesmas. A nossa capacidade em cumprir algumas destas restrições poderá ser afetada pelas condições económicas e pela volatilidade das taxas de câmbio estrangeiras, bem como pelas condições gerais nos mercados financeiros e de capitais em que operamos. A violação de qualquer uma dessas disposições, caso não fosse atempadamente solucionada, poderia resultar numa situação de incumprimento à luz do contrato que rege a emissão das senior notes, bem como de algumas das nossas outras obrigações de dívidas já existentes, nomeadamente em consequência das disposições de cross-default estabelecidas nos instrumentos que regem estas obrigações de dívida. Caso venha a ser necessário acelerar o endividamento sob a forma de senior notes ou outras obrigações de dívida já existentes como resultado de uma tal eventualidade de incumprimento, não podemos garantir que nos seria possível pagar a totalidade dessa dívida ou de outras dívidas em que possamos ter incorrido.

Além disso, a par da nossa participação em novos financiamentos ou de alterações a contratos de financiamento já existentes, a nossa flexibilidade financeira e operacional poderá vir a sofrer novas reduções em resultado de acordos ainda mais restritivos, exigências respeitantes ao fornecimento de garantias e outros acordos.

Rating

Encontrando-se os *ratings* da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e da Cimpor Inversiones, S.A. condicionados pelo *rating* do seu acionista controlador, segundo critério da Standard & Poor's (que prevê o condicionamento do *rating* das subsidiárias com a sua casa mãe), em 2014 a Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. solicitou à Standard & Poor's (S&P) a remoção das notações de *rating* que lhe estavam atribuídas a si mesma e à sua subsidiária Cimpor Inversiones, S.A. O facto de nenhuma das companhias acima ter qualquer emissão de dívida que requeira notificação de *rating*, esteve na base desta solicitação.

Sob a esfera da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., é contudo mantida a notação de *rating* para a InterCement Brasil, S.A. (presentemente com a atribuição de "BB-", com Outlook negativo) que, tal como a InterCement Participações, S.A., se apresenta como garantidora da emissão de Senior Unsecured Notes Due 2024 pela Cimpor Financial Operations BV, à qual se encontra atribuída a notação *rating* "BB-" pela S&P.

Os *ratings* de crédito são passíveis de ser alterados a qualquer momento e, em virtude do acima descrito, o *rating* de crédito das subsidiárias da Cimpor pode sofrer um *downgrade* ou *upgrade* em qualquer momento, impactando assim as condições com que a Cimpor compete no mercado de financiamento, o que pode afetar positiva ou negativamente os seus negócios, situação financeira e resultados financeiros.

Litígio

Estamos, e poderemos vir a estar, envolvidos em inúmeros litígios fiscais, civis e litígios emergentes de relações profissionais, entre outros, relacionados com ações pecuniárias. Em 31 de dezembro de 2015, estivemos envolvidos em vários processos judiciais e administrativos relacionados com questões civis, ambientais, laborais e tributárias qualificados como de perda possível ou provável num montante controverso de aproximadamente 881 milhões de euros, e estabelecemos provisões de 70 milhões de euros para os processos com um provável risco de perda. Se uma ou mais dessas ações judiciais tiverem um desfecho desfavorável, poderemos ser obrigados ao pagamento de montantes consideráveis, o que nos afetaria adversamente de forma material. Ainda não estabelecemos provisões para algumas destas reivindicações, ou estabelecemos apenas uma provisão para uma parte do valor controverso, com base na avaliação do nosso advogado envolvido nestas disputas. Para além do mais, não efetuamos, conforme disposto nas normas internacionais de relato financeiro, quaisquer provisões com respeito a ações judiciais para as quais o risco de perda era considerado possível ou remoto. Um resultado desfavorável nos nossos casos de litígio pendentes ou futuros poderá reduzir a nossa liquidez e afetar negativamente o nosso desempenho e a nossa situação em termos financeiros.

Exposição aos mercados emergentes

A nossa presença e os nossos planos de expansão em mercados emergentes expõem-nos a riscos económicos e políticos que são menores em mercados mais maduros.

Os mercados emergentes apresentam riscos políticos e económicos, bem como riscos geralmente associados ao facto de os sistemas legais serem mais incertos do que os sistemas em economias mais maduras. A 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 80% da nossa capacidade total de produção de cimento instalada localizava-se nos denominados mercados emergentes. Os mercados emergentes estão ainda mais expostos à volatilidade do PIB, inflação, taxas de câmbio e taxas de juro do que os mercados desenvolvidos, o que pode afetar negativamente o nível de atividade de construção e os nossos resultados operacionais nos mercados emergentes em que operamos ou operaremos.

Outros possíveis riscos apresentados por determinados mercados emergentes incluem:

- perturbações nas nossas operações devido a distúrbios civis, atos de terrorismo e outros conflitos atuais e possíveis;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- restrições no pagamento de dividendos e na repatriação de capital;
- nacionalização ou expropriação de bens privados;
- imposição de controlo dos preços;

- alterações de quadros regulamentares, incluindo leis, regras e regulamentos relativos ao ambiente, à saúde e segurança, ao planeamento local, ao zonamento e ao trabalho;
- variação dos regimes fiscais, incluindo no que diz respeito à imposição de efetuar retenções da fonte em remessas ou outros pagamentos liquidados por subsidiárias e parcerias público-privadas;
- diminuição de salários e dos níveis de atividade económica;
- flutuações nas taxas de câmbio e restrições na repatriação de capital;
- dificuldades em atrair e manter colaboradores e pessoal de gestão qualificados;
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e económicos presentes nesses mercados ou que os possam estar a afetar.

Qualquer um desses riscos inerentes aos mercados emergentes poderia ter um efeito material adverso no nosso setor de atividade, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS COM QUOTAS DE MERCADO

Concorrência

Os mercados do cimento, agregados, betão pronto, argamassa e outros materiais de construção nos quais a Empresa opera são altamente competitivos. A Empresa opera em determinados mercados consolidados com um nível de concorrência substancial por parte de concorrentes nacionais e internacionais. Além disso, poderemos enfrentar concorrência ao nível das importações em alguns mercados. A nossa posição competitiva é influenciada pelo preço, pela logística e pelos custos de produção. Se não tivermos a capacidade de permanecer competitivos, ou se os nossos concorrentes nos suplantarem, tal poderá ter um impacto material adverso nos mercados em que operamos.



FATORES DE RISCO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

Fornecimento de matérias-primas, energia térmica e elétrica

No nosso setor de atividade, trabalhamos com matérias-primas, incluindo clínquer, gesso, escória, cinza volante e outros materiais necessários para a produção de clínquer e cimento. Por norma, as condições de fornecimento das matérias-primas apresentam vários riscos, incluindo a possibilidade de os custos da matéria-prima serem mais elevados e de termos um controlo reduzido sobre os prazos de entrega, o que nos pode afetar adversamente em termos materiais, em parte ou como um todo. Poderemos não conseguir obter um suprimento adequado de matérias-primas de forma atempada e rentável, o que nos pode afetar adversamente em termos materiais.

Utilizamos quantidades substanciais de coque de petróleo nos nossos processos de produção de cimento e estamos dependentes de um número limitado de fornecedores que definem o preço do coque em ou com referência aos dólares americanos, o que pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais. Além disso, qualquer escassez ou interrupção no fornecimento de coque de petróleo poderia também perturbar as nossas operações.

Consumimos quantidades substanciais de energia elétrica nos nossos processos de produção de cimento e, atualmente, estamos dependentes de outros fornecedores para uma parte significativa das nossas necessidades de energia totais. Os nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente em termos materiais por custos de eletricidade mais elevados, pela indisponibilidade ou falhas de eletricidade ou ainda por uma interrupção no fornecimento de energia.

Aumento dos preços da energia e dos combustíveis

As nossas operações consomem quantidades consideráveis de energia e combustível, cujo preço desceu significativamente em todo o mundo nos últimos anos. O preço dos combustíveis costuma refletir uma certa volatilidade, em particular durante períodos de turbulência política no Irão, no Iraque e noutros países do Médio Oriente e de África. Não podemos garantir que as nossas operações não venham a ser afetadas adversamente em termos materiais caso os preços da energia e dos combustíveis aumentem.

Além disso, se os nossos esforços para aumentar a nossa utilização de combustíveis alternativos falharem, seremos obrigados a utilizar maiores quantidades de combustíveis tradicionais, o que aumentará os nossos custos de energia e combustível e poderá ter um efeito material adverso no nosso negócio, na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Aprovações, licenças e autorizações governamentais

Poderemos não conseguir adquirir ou renovar ou sofrer atrasos materiais no requerimento de aprovações, licenças e autorizações governamentais necessários ao exercício da nossa atividade.

Necessitamos de várias aprovações, licenças, autorizações e certificados para o exercício da nossa atividade. Não podemos garantir que não seremos confrontados com dificuldades na obtenção de aprovações, licenças, autorizações ou certificados novos, ou na renovação de outros já existentes, que são necessários para o exercício da nossa atividade, ou que continuaremos a satisfazer as condições para as quais essas aprovações, licenças, autorizações e esses certificados são concedidos. Do mesmo modo, poderá haver atrasos por parte dos organismos reguladores e administrativos na renovação dos nossos requerimentos e na concessão das aprovações. Se não formos bem-sucedidos na obtenção e/ou na manutenção das aprovações, licenças, autorizações e dos certificados necessários ao exercício do nosso negócio, poderemos ter de incorrer em custos substanciais ou suspender temporariamente a operação em uma ou mais das nossas instalações de produção, o que poderia ter um efeito material adverso no nosso negócio, na nossa situação financeira, nos nossos resultados operacionais e perspectivas.

Adicionalmente, necessitamos de autorizações, concessões e licenças de entidades governamentais e de outros organismos reguladores (incluindo órgãos ambientais e do setor mineiro) para realizar as nossas atividades mineiras e atividades ao nível do processamento, transporte, armazenamento e instalações de produção. Estas autorizações, concessões e licenças estão sujeitas ao nosso cumprimento e apresentam condições impostas e regulamentos promulgados pelas autoridades governamentais relevantes. As nossas concessões e licenças de exploração mineira obrigam-nos a efetuar determinados pagamentos aos governos aplicáveis, incluindo royalties e direitos aplicáveis, impostos e taxas relacionadas com a exploração, o transporte, a produção, a exploração e a utilização de recursos minerais. Os mesmos podem mudar ou aumentar substancialmente em resultado de decisões judiciais desfavoráveis, em caso de litígio com as entidades governamentais aplicáveis, ou simplesmente porque esses direitos (que são diferentes em cada fase do desenvolvimento dos direitos mineiros) têm tendência para acumular montantes mais elevados na fase de concessão mineira do que na fase de licença de exploração (p. ex., as royalties são cobradas apenas na fase de concessão mineira). Se as royalties, as taxas e os impostos relativos à atividade mineira que nos são aplicados aumentarem substancialmente, tal poderá ter um impacto adverso no nosso negócio e nos nossos resultados operacionais. Portanto, temos de avaliar continuamente o potencial mineral de cada concessão mineira para determinar se os custos de manutenção das licenças de exploração e das concessões mineiras se justificam pelos resultados das operações ou das operações planeadas. Não há qualquer garantia de que possamos obter ou manter as concessões mineiras necessárias em termos que nos sejam favoráveis, ou de todo, tendo em vista os nossos planos de atividade mineira ou alvos de exploração atuais e futuros. Além disso, se não conseguirmos demonstrar a existência de depósitos minerais viáveis em termos técnicos e económicos numa área abrangida pelas nossas licenças de exploração, poderemos ser obrigados a devolvê-los, o que poderia conduzir a uma perda substancial de parte do depósito mineral originalmente identificado nos nossos estudos de prospeção, exploração ou viabilidade.

Obtivemos, ou estamos prestes a obter, todas as autorizações, concessões e licenças materiais necessárias para levarmos a cabo as nossas operações mineiras e outras relacionadas com o setor mineiro. Contudo, poderemos ter de renovar essas autorizações, concessões e licenças ou vir a necessitar de mais autorizações, concessões e licenças. Embora tenhamos a expectativa de obter as autorizações, concessões e licenças necessárias ou as respetivas renovações quando e da forma que

pretendemos, não há qualquer garantia de que essas autorizações, concessões, licenças ou renovações serão concedidas com certeza nem de que não sejam impostas condições adicionais com relação a tais renovações.

Se violarmos qualquer uma das leis e dos regulamentos referidos ou as condições das nossas aprovações, licenças, permissões e certificados, concessões, autorizações e licenças, poderemos ser sujeitos ao pagamento de multas e a sanções penais substanciais, a revogações de autorizações ou licenças de operação e ao possível encerramento de algumas instalações.

Novas cimenteiras (Greenfield e Brownfield)

Os atrasos na construção de novas cimenteiras e a expansão das nossas instalações já existentes podem afetar-nos adversamente em termos materiais.

A construção ou expansão de uma cimenteira apresenta vários riscos, incluindo desafios ao nível da engenharia e construção, desafios governamentais, ambientais e regulamentares, assim como outros desafios significativos que possam atrasar ou impedir a operação bem-sucedida de um projeto ou aumentar consideravelmente os respetivos custos. Por exemplo, o atraso no arranque de um projeto novo numa nova localização ou num local com poucas ou nenhuma infraestrutura disponíveis para suportar o projeto pode ser o resultado de desafios de engenharia relacionados com a exploração de calcário em topografias difíceis. Além disso, poderemos não conseguir identificar locais atrativos para a construção de novas instalações. A nossa capacidade para concluir com êxito qualquer projeto de construção ou expansão dentro do prazo estabelecido poderá, igualmente, ficar sujeita a riscos de financiamento ou de outra natureza. Por esse motivo, poderemos incorrer em custos adicionais se formos incapazes de concluir um projeto de construção ou expansão em tempo útil ou dentro do orçamento previsto, ou se as nossas instalações novas ou ampliadas não funcionarem com a capacidade para a qual foram concebidas ou se os seus custos de construção, expansão ou funcionamento forem superiores ao esperado. Não podemos garantir que estes custos adicionais, quaisquer que sejam, não nos afetarão adversamente em termos materiais.

FATORES DE RISCO AMBIENTAIS

O cumprimento de normas ambientais, saúde e segurança pode resultar em custos adicionais significativos. A não conformidade com a legislação ambiental pode resultar em penalização por danos ambientais, bem como sanções penais e administrativas.

As nossas operações envolvem, inúmeras vezes, o uso, manuseamento, eliminação e descarga de materiais perigosos no meio ambiente e uso de recursos naturais. A maioria das nossas operações estão sujeitas a extensos regulamentos ambientais, de saúde e de segurança. Por esta razão, a monitorização

cuidadosa e regular e a atualização das principais questões são sistematicamente realizadas ao nível da unidade corporativa e operacional, com a finalidade de por em prática as medidas corretivas pertinentes. O modelo específico serve para monitorizar de perto os riscos sociais e ambientais. Os planos de ações corretivas ao nível corporativo estão em conformidade.

A promulgação de leis e regulamentos mais rigorosos, uma interpretação diferente ou mais rigorosa ou a aplicação de leis ou regulamentos existentes, podem ditar novos riscos ou custos ou implicar a necessidade de investimentos adicionais em equipamento de controlo de poluição, que poderia resultar num decréscimo relevante do lucro. Os esforços para combater as alterações climáticas através de leis e regulamentos federais, estaduais e regionais nos países onde operamos, bem como através de acordos internacionais, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), pode criar riscos e incertezas para o nosso negócio. Isto porque o processo de fabrico de cimento requer a combustão de grandes quantidades de combustível, gerando dióxido de carbono como um subproduto do processo de calcinação. Estes riscos podem incluir os custos da aquisição de licenças de emissão ou créditos para satisfazer limites de emissão de GEE; custos necessários para fornecer equipamento de redução de emissões de poluentes, de forma a cumprir estes limites, ou diminuir os lucros alcançados através de custos de produção mais elevados decorrentes direta ou indiretamente de imposição de controlos legais ou regulamentares. A empresa pode ser obrigada a modificar ou reajustar algumas das nossas instalações a um custo substancial, a fim de dar cumprimento à eliminação de resíduos e emissões regulamentadas. A Cimpor monitoriza continuamente a evolução e o potencial impacto nos seus negócios de uma economia mais restritiva de emissões de carbono, mais especificamente as decorrentes do recente Acordo de Paris (no final de 2015), após o UNFCCC / COP21, que resultou em um acordo internacional juridicamente vinculativo sobre as alterações climáticas. A Cimpor está a acompanhar de perto as 'Contribuições Destinadas a Determinados a Nível Nacional' (INDC) e seus desdobramentos em todas as unidades de negócios (UN's), em particular, nos países que estão à frente neste processo: i) os compromissos já assumidos pelo governo federal brasileiro e os vários estados; ii) a Política Climática UE 2020 - Pacote Clima e Energia, lançado em 2014, que irá introduzir uma reforma no regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (RCLE UE) existente e afetar, mesmo antes de 2020, as nossas operações em Portugal; e iii) introdução potencial de um imposto sobre o carbono na África do Sul.

No seguimento com a nossa Agenda Climática, vários projetos de curto, médio e longo prazo já estão em vigor, não só para reduzir o impacto de tais regulamentos sobre emissões de CO₂ e custos de energia elétrica, mas também para consolidar a Cimpor como referência internacional em termos de emissões de carbono. O co-processamento, o uso de matérias-primas alternativas / extensores de cimento, programas de eficiência energética e projectos de I & D, são algumas das potenciais alavancas.

Podemos ser responsáveis pela reparação de qualquer dano que tenha sido ou possa ser causado se existir o não cumprimento de leis e regulamentos ambientais, bem como das normas de saúde e segurança. Assim como pode prejudicar a nossa reputação ou exigir de nós (Cimpor) e dos nossos diretores indemnizações penais, civis, trabalhistas, segurança social ou sanções administrativas. Estas sanções podem incluir multas, restrição de direitos, serviço comunitário e indemnizações. A imposição

de qualquer penalização ou obrigação de reparação por violação da legislação ambiental pode nos afetar adversamente.

Existem vários planos de ação internos a serem continuamente iniciados para melhorar globalmente o nosso desempenho operacional e ambiental em diversas áreas (por exemplo, saúde e segurança, mitigação de CO₂, principal poluente e as reduções de emissões de micro-poluentes, conservação de água, acesso a água potável, saneamento e higiene no local de trabalho, economia circular, reabilitação das pedreiras e gestão da biodiversidade, ruído, vibrações, etc.), bem como os investimentos industriais.

A União Europeia (UE), através da Diretiva de Responsabilidade Ambiental, de abril de 2004, teve entre seus principais objetivos a aplicação do "poluidor-pagador". Para avaliar os riscos, a Cimpor, necessita de tomar medidas ou financiar medidas adicionais necessárias para reparar ou evitar o pagamento de penalizações por falha ou negligência resultante da sua atividade.

A União Europeia (UE), através da diretiva de Novembro de 2010, relativa às emissões industriais (IPPC / Prevenção e controlo integrados da poluição), definiu as obrigações das atividades industriais para a proteção do meio ambiente e da saúde. Neste sentido, estabeleceu-se um processo de licenciamento operacional e alguns requisitos que podem requerer algum tipo de investimento, embora as nossas unidades operacionais na UE já estejam equipadas com tecnologias avançadas e cumpram as orientações do BREF (documentos de referência sobre as melhores técnicas disponíveis) para o controle de emissões de poluentes industriais. Outras diretivas futuras estão sendo acompanhadas de perto, através da participação da empresa nos fóruns de discussão relevantes.

Fazemos parte de alguns processos judiciais e administrativos ambientais. Quaisquer perdas que possam surgir na sequência destes processos podem afetar materialmente e adversamente os resultados das nossas operações ou condição financeira.



DEPENDÊNCIA DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA E DE INFORMAÇÃO

Estamos dependentes das tecnologias de informação, e os nossos sistemas e infraestruturas, bem como os disponibilizados pelos nossos fornecedores de serviços correm determinados riscos, incluindo riscos de cibersegurança.

Confiamos numa variedade de tecnologias de informação e sistemas operativos automáticos para gerir ou apoiar as nossas operações. O funcionamento correto destes sistemas é crucial para a operação e gestão eficientes do nosso negócio. Para além disso, estes sistemas podem requerer modificações ou atualizações como resultado de alterações tecnológicas ou do crescimento do nosso negócio. Estas alterações podem ser dispendiosas, perturbar as nossas operações e acarretar exigências substanciais no tempo de gestão. Os nossos sistemas, bem como os sistemas disponibilizados pelos nossos

fornecedores de serviços, podem ser vulneráveis a danos ou perturbações causadas por circunstâncias que não conseguimos controlar, como intrusões físicas ou eletrónicas, catástrofes, falhas de energia, desastres naturais, falhas nos sistemas informáticos ou na rede, vírus ou malware, acesso não autorizado e ataques cibernéticos. Apesar de tomarmos medidas para que os nossos sistemas e informações eletrónicas estejam seguros, estas medidas de segurança podem não ser adequadas. Qualquer perturbação significativa nos nossos sistemas pode ter um efeito material adverso no nosso negócio, situação financeira e nos resultados das operações.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O Processo de Gestão Integrada e Controlo de Riscos da Cimpor foi desenvolvido com base no conceito do COSO – Committee Of Sponsoring of Organization – compreendendo cinco fases essenciais:

- Elaboração e aprovação da Política Corporativa – definindo o objetivo, âmbito, responsabilidade do processo de Gestão de Riscos - e do Manual de Gestão de Riscos - detalhando os procedimentos aplicáveis (passo a passo) para uma adequada Gestão de Risco em todas as Unidades de Negócio.
- Identificação de Processos Críticos – Por meio das análises das atividades individuais de cada Unidade de Negócio, são identificados os respetivos processos de negócio e de operações, avaliando-os e classificando-os de acordo com o nível de criticidade: alta criticidade, média criticidade e baixa criticidade. Esta avaliação é realizada principalmente considerando o grau de complexidade das atividades, volume de transações, qualidade de controlo e impacto ou relevância nos negócios. Como resultado todas as Unidades de Negócio são dotadas dos respetivos mapas de processos críticos, os quais são anualmente revistos.
- Elaboração do Dicionário de Riscos – Com base nas análises de negócios, processos e *benchmarking* externo da indústria cimenteira é elaborado um dicionário dos riscos envolvidos, com o intuito de promover uma razoável padronização da gestão dos processos de Gestão de Riscos e Auditoria
- Identificação de Riscos Críticos – Identificação, organização e classificação como riscos de negócio e riscos de processos dos Riscos Críticos inerentes a cada Unidade de Negócio.
- Identificação dos Fatores associados a tais riscos críticos e,
- Elaboração e monitoramento dos Planos de Ações elaborados para mitigação dos riscos críticos identificados.

São classificados como riscos de negócio aqueles que se materializados afetam de forma relevante o *EBTIDA*, a capacidade de pagamento das obrigações financeiras, a continuidade das operações e a Imagem e Reputação das Unidades de Negócio. A evolução destes riscos é acompanhada periodicamente

pela Comissão Executiva.

Os riscos de processo são aqueles que se materializados afetam a performance dos negócios e são geridos principalmente pelos Diretores Gerais e respetivo staff das Unidades de Negócio.

Após identificados os riscos e respectivos fatores os mesmos são avaliados e priorizados de acordo com dois parâmetros – Impacto nos Negócios e Vulnerabilidade de Ocorrência.

Desta fase resultam os Mapas dos Riscos Críticos para todas as Unidades de negócio, os quais são também revistos e atualizados numa base anual.

Definição do Plano de Mitigação – Após as fases anteriores os responsáveis de cada Unidade de Negócio elaboram em conjunto com a área de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria os planos de ações específicos para mitigar os riscos críticos identificados, concentrando-se nos considerados mais críticos (alto impacto e alta vulnerabilidade de ocorrência). Estes planos são monitorizados conforme a seguir descrito.

Definição dos Limites de Tolerância – Para os riscos críticos associados aos processos críticos são definidos os Indicadores de Tolerância que demonstram o nível de tolerância da Administração a riscos.

Monitorização Contínua – Realizada principalmente pelos processos de Auditoria Interna e Externa que avaliam o nível de cumprimento dos planos de ações definidos para mitigação dos riscos. Nesta fase, são também adotados processos de compliance (conformidade) para verificação dos cumprimentos de leis e regulamentos de forma a mitigar os riscos de natureza Regulatória.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

O sistema de controlo interno relativo à preparação e divulgação de informação financeira, é assegurado conjuntamente pela Direção de Planeamento e Controlo de Gestão - com os contributos das diversas Unidades de Negócio da Cimpor -, e pelas áreas de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria e Direção de Relações com Investidores, cabendo a definição de objetivos, supervisão, avaliação de efetividade e de melhoria contínua das atividades desenvolvidas ao Presidente da Comissão Executiva e Administrador executivo com o pelouro financeiro.

No que toca à vertente de divulgação de informação financeira, esta ocorre sempre que a avaliação do impacto ou da natureza da mesma leve à sua tipificação, consoante o caso, pela Comissão Executiva ou Administrador executivo com o pelouro financeiro, como um dos tipos legais sujeitos a divulgação cabendo à área de Relações com Investidores a sua pronta publicação.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

As funções de “Apoio ao Investidor” previstas na regulamentação aplicável são competência da área de Relações com Investidores, competindo-lhe manter contacto com a comunidade financeira, mantendo esta informada sobre a evolução da atividade da Cimpor e apoiar em tempo útil os acionistas da Cimpor, tanto atuais como potenciais, na sua relação com a Sociedade, em pleno cumprimento do princípio do tratamento igualitário dos acionistas.

O contacto da Cimpor com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento coletivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais, é mantido através de reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, e-mail ou correio tradicional.

VIAS DE ACESSO À DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:

Contactos Pessoais:

Filipa Mendes (Representante para as Relações com o Mercado)
Francisco Sequeira

Morada:

Direção de Relações com Investidores
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
PORTUGAL

Telefone	Fax	E-Mail	Internet
21 311 81 00	21 311 88 39	investorrelations@cimpor.com	www.cimpor.pt

Para além da informação suscetível de influenciar a cotação do título, disponibilizada também através do site da CMVM (www.cmvm.pt) e da Euronext (www.euronext.com) e da informação obrigatória prevista no Regulamento da CMVM n.º 4/2013⁴¹, o site da Cimpor (www.cimpor.pt) disponibiliza em Português e Inglês, diversos conteúdos de interesse.

⁴¹ artigo 3.º

57. Representante para as relações com o mercado.

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais e com a CMVM, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários, é, desde 1 de outubro de 2004, Filipa Mendes.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Os pedidos de informação entrados em 2015 foram respondidos em média em menos de 24 horas, não se encontrando pendentes quaisquer pedidos referentes a anos anteriores.

Assim a Cimpor assegura que os pedidos de informação, esclarecimentos e outros por parte de acionistas ou outras partes interessadas foram respondidos em tempo útil pela Direção de Relações com Investidores em 2015.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O endereço do sítio de Internet da Cimpor é www.cimpor.pt.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

As informações sobre a empresa, a qualidade de sociedade aberta, a sede e outras informações legalmente exigidas⁴², encontram-se disponíveis em www.cimpor.pt.

⁴² artigo 171.º do CSC

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e das comissões da Cimpor encontram-se disponíveis em www.cimpor.pt.



62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, da Direção de Relações com Investidores, respetivas funções e meios de acesso está disponível em www.cimpor.pt.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas, acessíveis pelo menos durante cinco anos, assim como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, que inclui, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais estão disponíveis em www.cimpor.pt.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

As convocatórias para as reuniões das assembleias gerais e todas as informações preparatórias e subsequentes, relacionadas, são disponibilizadas em www.cimpor.pt, bem como em www.cmvm.pt.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações encontram-se disponíveis para consulta no site da Cimpor (www.cimpor.pt) pelo menos para os três anos antecedentes.



C. REMUNERAÇÃO

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

A determinação da remuneração dos órgãos sociais e dos membros da comissão executiva está sujeita à intervenção da Assembleia Geral na Política de Remuneração e Avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade e assume quatro vertentes:

- Eleição de uma Comissão de Fixação de Remunerações.
- Delegação na Comissão de Fixação de Remunerações da competência em matéria de política de remunerações, conforme previsto nos estatutos⁴³.
- Deliberação anual sobre a declaração relativa à política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho.
- Apreciação geral da administração da Sociedade em cada Assembleia Geral Anual, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais⁴⁴, o que pressupõe igualmente a avaliação dos membros do Conselho de Administração.

A atual Comissão de Fixação de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral, no dia 25 de março de 2015, para o mandato 2015-2017.

No que respeita à política remuneratória dos demais dirigentes, na aceção do Código dos Valores Mobiliários⁴⁵, a mesma é definida pelo Conselho de Administração através da Comissão Executiva.

⁴³ n.º 2 do artigo 17.º

⁴⁴ artigo 376.º

⁴⁵ artigo 248.º-B

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

67.1. Composição da Comissão de Fixação de Remunerações

A Comissão de Fixação de Remunerações, prevista nos estatutos⁴⁶, com o mandato 2015-2017, a 31 de dezembro de 2015 era composta pelos seguintes membros:

- Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente);
- Aparecida Shizue Yamashita
- Gueber Lopes;

Durante o ano de 2015, esta Comissão reuniu por 2 vezes, tendo lavrado atas das suas reuniões.

A remuneração da Comissão de Fixação de Remunerações, é constituída exclusivamente por uma parcela fixa, cujo valor é estabelecido nos termos estatutários por uma comissão integrada por representantes dos três maiores acionistas, como a seguir se detalha.

Remuneração da Comissão de Fixação de Remunerações em 2015	Cargo	Valor (em Euros)
Manuel Soares Pinto Barbosa	Presidente	16.800
Aparecida Shizue Yamashita	Vogal	15.600
Gueber Lopes	Vogal	15.600

Ainda no âmbito deste ponto comporta referir que no decorrer de 2015 não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para prestar apoio à Comissão de Fixação de Remunerações. Sendo que se encontram à sua disposição as diversas assessorias prestadas à Cimpor no seu funcionamento ordinário, às quais a Comissão poderá recorrer quando entenda necessário.

⁴⁶ artigo 17.º

67.2. Independência dos membros da Comissão de Fixação de Remunerações

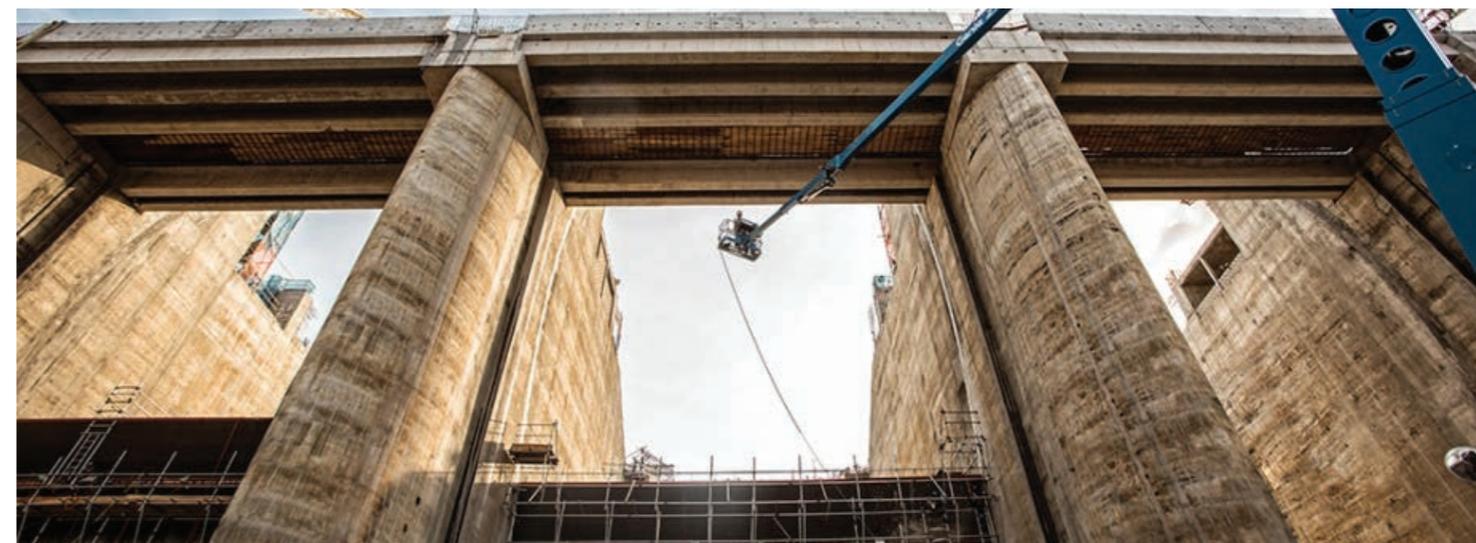
Os membros da Comissão de Fixação de Remunerações independentes face aos membros executivos do Conselho de Administração, são Manuel Pinto Barbosa, Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações, (apesar de irmão de António Pinto Barbosa, Administrador não executivo da Cimpor) e Aparecida Shizue Yamashita. Atenta a referida relação de parentesco, o Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações absteve-se na tomada de deliberações relativas à remuneração do Administrador António Pinto Barbosa. Adicionalmente, a 31 de dezembro de 2015 Gueber Lopes encontrava-se vinculado por contrato de trabalho celebrado com a InterCement Brasil, S.A..

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Manuel Pinto Barbosa acumula experiências enquanto administrador de diversas sociedades e membro do Conselho de Remunerações – destacando-se que entre 1995 e 1998 foi administrador não executivo da Portucel Industrial, de 1996 a 1999 membro do comité de assessores do Barclays Bank, de 2002 a 2006 administrador não executivo da PTII e de 2004 a 2006 Presidente do Conselho de Administração da TAP, sendo atualmente presidente do Conselho de Administração da Nova Forum (desde 2005), Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da TAP (desde 2007) e membro do Conselho de Remunerações e Previdência do BCP.

Gueber Lopes, apresenta uma vasta experiência em auditoria, nomeadamente em matérias relacionadas com remunerações e recursos humanos em geral, sendo de destacar os cargos exercidos como Diretor Corporativo de Gestão de Riscos, compliance e Auditoria, Diretor de Auditoria, Gerente de Riscos e Normas, Gerente de Controladoria, Auditor e Consultor.

Aparecida Shizue Yamashita, membro da Comissão de Fixação de Remunerações desde 27 de março de 2014, acumula 27 anos de experiência na área de Remuneração e Benefícios em empresas do segmento Financeiro e Industrial, detendo experiência em várias áreas relacionadas com Recursos Humanos, de destacar Planos de Benefícios, Remuneração Variável e Programas de Incentivo, contando na sua experiência não só implantação e desenvolvimento de programas e gestão de executivos, como de outros níveis não executivos.



III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Estabelecendo os estatutos que a política de remuneração, os montantes e modalidades das remunerações fixas e/ou variáveis e os montantes a serem pagos a titulares de órgãos sociais a título de compensação ou de indemnização pela cessação dos respetivos vínculos jurídicos, serão fixados, ouvida a Comissão de Nomeações e Avaliação, pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Fixação de Remunerações por aquela nomeada por períodos de três anos, a Assembleia Geral conferiu à Comissão de Fixação de Remunerações as atribuições legalmente previstas quanto a esta matéria.

Na Assembleia Geral Anual de 2015, reunida no dia 25 de março, a Comissão de Fixação de Remunerações viu aprovada a Declaração Relativa à Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização relativa ao exercício de 2015, ("Declaração 2015"), que se anexa a este relatório, deixando aos órgãos sociais eleitos a definição da política de remunerações referente ao exercício de 2015.

Os domínios de intervenção da Comissão de Fixação de Remunerações e da Comissão de Nomeações e Avaliação encontram-se definidos, nos estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração:

- Competências da Comissão de Fixação de Remunerações:
 - São as que lhe são cometidas pelas normas legais aplicáveis e pelos estatutos da Cimpor⁴⁷.
 - Neste âmbito, compete à Comissão de Fixação de Remunerações decidir, designadamente, quanto a: (a) remunerações fixas dos órgãos de gestão e fiscalização; (b) remunerações variáveis a atribuir aos membros da Comissão Executiva (anual e plurianual) ; e, (c) contribuições para planos de reforma.
 - No que se refere à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decide com respeito pelo limite estabelecido no número um do artigo 17º dos Estatutos, tendo em atenção as indicações que lhe sejam transmitidas pelos acionistas, designadamente, quanto aos seguintes parâmetros globais: limite máximo percentual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização nos custos de pessoal da empresa; variação anual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização; proporção da remuneração variável na remuneração total; e repartição da remuneração variável pelas componentes anual e plurianual.
 - Nestes termos, quanto à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decidirá, tendo em atenção a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, efetuada pela Comissão de Nomeações e Avaliação e pelo CEO [Presidente da Comissão Executiva], assente em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível, de modo a permitir a comparação com

as principais empresas não financeiras cotadas na Euronext Lisbon e, tendencialmente, com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

- Intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação:
 - No que respeita às remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização, a intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação circunscreve-se à avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, a qual será tida em conta na determinação da componente variável da Remuneração Total Anual. Dos critérios de avaliação de desempenho considerados pela Comissão de Nomeações e Avaliação, bem como dos respetivos resultados, será dado conhecimento à Comissão de Fixação de Remunerações a tempo de permitir a devida ponderação e subsequente decisão.
- Relacionamento da Comissão de Fixação de Remunerações com os acionistas majoritários e com a Comissão de Nomeações e Avaliação:
 - Para efeitos do bom desempenho das suas funções a Comissão de Fixação de Remunerações deverá ser habilitada, em tempo útil, com as orientações pertinentes;
 - Para efeitos da tomada de decisões, a Comissão de Fixação de Remunerações e a Comissão de Nomeações e Avaliação reunirão, de preferência no mês seguinte ao da realização da Assembleia-Geral que vote a remuneração variável global a atribuir à Comissão Executiva, para informação sobre a avaliação de desempenho dos Administradores executivos, com base nas métricas e critérios aprovados.

⁴⁷ artigo 17º

69.1 Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade compreende uma parcela fixa, à qual se adicionam no caso dos Administradores executivos uma remuneração variável.

Conforme previsto nos estatutos⁴⁸, a componente variável não poderá, globalmente, exceder 5% dos lucros da Sociedade. No decorrer de 2015, a Comissão de Fixação de Remunerações definiu que a remuneração variável deve atingir um limite máximo de 50% da remuneração fixa, sendo que a remuneração fixa máxima é aquela definida pela própria Comissão.

No que diz respeito aos membros dos órgãos sociais com mandato a correr entre 2015 e 2017, a remuneração fixa foi revista considerando nomeadamente, a presente estrutura acionista da Cimpor (existência de um acionista detentor da maioria do capital social) e o novo modelo e perfil do Governo Societário.

Os montantes totais de remunerações auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram os seguintes:

(Valores em Euros)	Remunerações Fixas atribuídas e pagas em 2015	Remunerações Condicionadas - Atribuídas em 2012 e diferidas para 2015 ⁽¹⁾	Total das Remunerações pagas em 2015
Administradores com funções Executivas até 16 de julho de 2012	0	974.640	974.640
Administradores Executivos	276.850	0	276.850
Administradores Não Executivos	698.688	0	698.688
Total	975.538	974.640	1.950.178

⁽¹⁾ Parte do prémio de desempenho referente a 2012, diferida para 2015 e paga em numerário.

Assim, o cômputo das remunerações totais pagas aos Administradores em 2015 ascenderam a 0,29% dos custos consolidados com pessoal da Cimpor.

Remuneração dos Administradores não executivos:

A remuneração dos Administradores não executivos é exclusivamente fixa e paga em numerário, procurando assegurar um compromisso equilibrado entre:

- Valores competitivos que atraiam e retenham pessoas adequadamente qualificadas para as funções e que compensem adequadamente o esforço e dedicação colocados no adequado exercício das mesmas;
- Remunerações que mitiguem a criação de uma relação de dependência para com a Sociedade assegurando, particularmente no que concerne aos Administradores independentes, um adequado posicionamento em relação à Sociedade.

Remuneração dos Administradores executivos:

No que se refere à remuneração dos Administradores executivos, a Comissão de Fixação de Remunerações manteve em 2015 a política de pagamento de remunerações tanto fixas como variáveis, proporcionando o alinhamento dos interesses dos membros da Comissão Executiva com os interesses da Sociedade.

Em 2015, conforme remuneração atribuída em 2012, foi pago o montante total de 974.640 euros, diferido para 2015 aos membros da Comissão Executiva em funções até 16 de julho de 2012, conforme

número 77.

Os administradores executivos em funções em 2014, Ricardo Fonseca de Mendonça Lima, Claudio Borin Guedes Palaia e Nelson Tambelini Júnior, acordaram não receber qualquer montante a título de remuneração variável no âmbito da Cimpor. Pelo que sem prejuízo da política de remuneração variável da sociedade, não lhes foi atribuído pela sociedade em 2015 qualquer montante a título de remuneração variável.

Os critérios de atribuição da remuneração variável são apresentados no número 71, abaixo.

A Assembleia Geral Anual de 2015 não aprovou nenhum plano de ações, pelo que dada a extinção dos planos levados a cabo em 2012, em 2015 não se encontravam em vigor quaisquer planos de ações ou opções sobre ações da Cimpor.

⁴⁸ n.º 1 do artigo 17.º dos estatutos

69.2. Comissão de Auditoria

No que concerne aos órgãos de fiscalização, a sua remuneração integra, apenas uma remuneração fixa e procura assegurar uma equilibrada compensação do trabalho desenvolvido, tendo ainda em conta os valores praticados no mercado para funções similares.

A remuneração da Comissão de Auditoria, determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações, incluindo apenas uma componente fixa, totalizou no ano de 2015, 64.667 euros, distribuídos conforme consta do n.º 81.

A Declaração Relativa à Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização relativa a 2016, a submeter à Assembleia Geral de Acionistas pela Comissão de Fixação de Remunerações, é apresentada em anexo a este relatório (Anexo III).

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A remuneração dos Administradores executivos está estruturada de modo a assegurar, por um lado, uma remuneração fixa que seja competitiva e que compense adequadamente o esforço e dedicação colocados no adequado exercício das suas funções e, por outro lado, uma remuneração variável que potencie a criação de valor de modo sustentado para o acionista.

O conjunto de indicadores e métricas empregues na determinação da componente variável, sendo consistentemente utilizados ao longo dos anos, mitigam atuações menos apropriadas a nível de assunção

de riscos, incentivando, bem ao contrário, a prossecução de uma política ativa de gestão de riscos e de valorização da performance de longo prazo.

Por outro lado, a existência de uma proporcionalidade adequada entre as componentes fixa e variável, assim como a fixação de um limite máximo da remuneração variável contribuem igualmente para desincentivar a prossecução de estratégias empresariais portadoras de perfis de risco desadequados.

Por último, tal como decorre dos critérios e métricas adiante descritos, as recomendações do Código de Governo relativas à Remuneração (ponto III) são parcialmente cumpridas pela Sociedade, na medida do aplicável, atentos os seguintes elementos:

- A componente variável da remuneração é baseada na avaliação do desempenho realizada pela Comissão de Nomeações e Avaliação e decidida pela Comissão de Fixação de Remunerações, no âmbito das respetivas competências e de acordo com critérios objetivos e transparentes, considerando, inter alia, o real crescimento da Cimpor, o alinhamento com a estratégia da empresa e a geração de riqueza efetiva para os acionistas, assim como garantindo a sustentabilidade da Sociedade e o compliance com as regras aplicáveis à sua atividade;
- O montante máximo potencial da remuneração variável corresponderá a 50% da remuneração fixa anual;
- Adicionalmente, o valor das remunerações (fixa e variável) dos administradores executivos toma em consideração a sua situação de não residentes permanentes em Portugal (com remuneração paga fora do perímetro de consolidação da Cimpor).

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A estrutura remunerativa dos Administradores executivos tem, para além de uma componente fixa, uma componente variável que é anualmente definida através de um conjunto de critérios pré-determinados adiante melhor descritos, os quais abrangem um conjunto de indicadores de performance da Sociedade e de desempenho da sua administração executiva, a nível de parâmetros económico-financeiros, de criação de valor e desempenho qualitativo dos membros executivos.

Esta componente é calculada com base numa percentagem da remuneração fixa anual e na avaliação do desempenho anual assente em critérios pré-determinados, só sendo devida se for atingida uma taxa mínima de 80% de concretização dos objetivos definidos, os quais visam simultaneamente criar um estímulo à performance que seja tendencialmente competitivo e agressivo, sem deixar de atender a uma ponderação equilibrada entre as componentes fixa e variável.

A sua determinação assenta em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível de modo a permitir a comparação com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica

equiparáveis à Cimpor. De entre os referidos critérios subjacentes à avaliação são tidos em conta o desempenho da Sociedade assim como uma avaliação individual dos Administradores executivos.

A Comissão de Fixação de Remunerações no decorrer de 2015 definiu, tendo presente os devidos critérios de razoabilidade, que a remuneração variável deve atingir um limite máximo de 50% da remuneração fixa, sendo que a remuneração fixa máxima é aquela definida pela própria comissão.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Em 2015 não foi atribuída pela Cimpor, e portanto não foi diferida qualquer remuneração variável, de acordo com o exposto no nº 69.1, acima. Foi no entanto paga em 2015 a remuneração variável atribuída em 2012 aos membros da Comissão Executiva em funções à data, a qual havia sido diferida por três anos.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Cimpor não atribui remunerações em ações aos seus Administradores executivos.

Os Administradores da Sociedade não celebraram quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhe foi atribuída.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Em 2015, não foram implementados planos de atribuição de opções de compra de ações, sendo que, perante a extinção em 2012 dos planos então em vigor, em 2015 nenhum membro dos Órgãos Sociais da Cimpor deteve quaisquer opções sobre ações Cimpor.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Não existem quaisquer sistemas de prémios anuais além dos já acima referidos, não existindo também quaisquer outros benefícios não pecuniários.



76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

As remunerações dos administradores tanto executivos, como não executivos, não assumem os contornos nem de um "Benefício de Reforma" nem de um "Complemento de Reforma".

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Em obediência ao disposto na Lei n.º 28/2009⁴⁹, o montante anual da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração através da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. é divulgado, de forma individual, conforme abaixo se detalha.

Administradores que exerceram funções em 2015 (valores em Euros)	Remunerações Fixas atribuídas e pagas em 2015
Daniel Proença de Carvalho ⁽²⁾	280.375
Armando Sérgio Antunes da Silva ^{(1) [a]}	0
Claudio Borin Guedes Palaia ⁽³⁾	51.200
Nelson Tambelini Junior ⁽³⁾	84.000
Paulo Sérgio de Oliveira Diniz ^{(1) [a]}	29.500
Ricardo Fonseca de Mendonça Lima ⁽¹⁾	112.150
Albrecht Curt Reuter Domenech ⁽⁴⁾	18.281
Andre Pires Oliveira Dias ⁽⁴⁾	18.387
José Édison Barros Franco ^{(2) (7)}	98.000
Luiz Roberto Ortiz Nascimento ⁽⁴⁾	18.387
José Manuel Trindade Neves Adelino ⁽⁵⁾	0
António Soares Pinto Barbosa ^{(2) (6)}	109.350
António Henriques de Pinho Cardão ^{(2) (7)}	77.053
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa ⁽²⁾	78.855
Total	975.538

⁽¹⁾ Administrador executivo em funções

[a]cooptado no decorrer do atual mandato - Especificamente no caso de Armando Silva, este administrador não auferiu remuneração pelas suas funções de administrador um vez que foi cooptado no final de dezembro de 2015.

⁽²⁾ Administrador não executivo em funções

⁽³⁾ Administrador executivo, renunciou ao cargo no decorrer do atual mandato

⁽⁴⁾ Administrador não executivo, não foi reeleito para o atual mandato

⁽⁵⁾ Administrador não executivo, renunciou ao cargo em 2014

⁽⁶⁾ Inclui montante auferido enquanto Presidente da Comissão de Auditoria

⁽⁷⁾ Inclui montante auferido enquanto membro da Comissão de Auditoria

Administradores que exerceram funções executivas até 16 de julho de 2012 (valores em Euros)	Remunerações Condicionadas - Atribuídas em 2012 e diferidas para 2015
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	290.380
António Carlos Custodio de Morais Varela	232.880
Luís Filipe Sequeira Martins	232.880
Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz	218.500
Total	974.640

⁽¹⁾ Parte do prémio de desempenho referente a 2012, diferida para 2015 e paga em numerário.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros da Comissão de Auditoria é divulgado, de forma individual no n.º 81.

No seu conjunto, o montante auferido pelos órgãos de administração e fiscalização representa 0,29% do conjunto dos custos consolidados com pessoal da Cimpor.

⁴⁹ artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício em causa não foram pagos aos membros não independentes do Conselho de Administração no perímetro de consolidação da Cimpor quaisquer montantes para além dos revelados no n.º77., supra, sendo que estes foram efetuados por parte da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A..

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

A participação nos lucros da Sociedade, conforme previsto nos estatutos⁵⁰, é vertida na atribuição de prémios. Em 2015, o montante de prémios pagos aos Administradores executivos ascendeu a 974.640 euros, conforme discriminado individualmente no n.º 77. supra, obedecendo os motivos de atribuição em vigor à data.

⁵⁰ n.º1 do artigo 17.º

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Em 2014 não foram pagas, ou devidas, quaisquer indemnizações a Administradores executivos.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A remuneração auferida pelos membros da Comissão de Auditoria, enquanto integrantes do referido órgão de fiscalização da sociedade, em 2015 foi distribuída da seguinte forma:

Remuneração da Comissão de Auditoria - 2015	Cargo	"Suplemento ⁽¹⁾ (valor em euros)"
António Soares Pinto Barbosa ⁽²⁾	Presidente	30.450
José Édison Barros Franco	Vogal	19.250
António Henriques de Pinho Cardão ⁽³⁾	Vogal	14.967

⁽¹⁾ Suplemento pago a cada Administrador por cargo de presidente ou vogal da Comissão de Auditoria

⁽²⁾ A partir de 25 de março de 2015, como Presidente da Comissão de Auditoria

⁽³⁾ Iniciou funções em 25 de março de 2015

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral reveste a forma de senha de presença, a qual, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, ascende a 4.500 euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Nos termos da política remuneratória dos membros do Conselho de Administração aprovada pela Comissão de Fixação de Remunerações, em caso de destituição de qualquer administrador ou de cessação por acordo da relação de administração não será paga qualquer compensação quando a destituição ou cessação for devida a desadequado desempenho do mesmo.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. l).

Não existem quaisquer acordos entre os titulares do órgão de administração ou dirigentes da Cimpor (na aceção do Código dos Valores Mobiliários) e a Sociedade ou terceiros, que prevejam o pagamento de indemnizações – em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da sua relação contratual com a Sociedade – na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade ou que tenham como intuito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela mesma.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

As questões do n.º 85 a 88 não se aplicam uma vez que a Assembleia Geral em 2014 e 2015 não aprovou nenhum novo plano de ações ou de atribuição de opções de compra de ações, assim como não se encontram em vigor quaisquer planos de atribuição de ações ou opções sobre ações aprovados em anos anteriores.



E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Conforme previsto no Regulamento do Conselho de Administração⁵¹, a Comissão Executiva leva ao plenário do Conselho de Administração quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar pela Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo com acionistas detentores de 2% ou mais do capital da Cimpor (“Titular de Participação Qualificada”), ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do Código dos Valores Mobiliários (“Entidade Relacionada”), salvo quando, tendo em conta a sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados assuntos correntes ou compreendidos no comércio da Sociedade, e desde que nenhuma vantagem especial seja concedida ao titular de participação qualificada ou à entidade relacionada.

O Conselho de Administração submete à apreciação da Comissão de Auditoria, previamente à sua realização, as transações com especial significado económico para qualquer das partes envolvidas ou em condições que possam ser entendidas como afastando-se das condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente da Cimpor.

A Comissão de Auditoria procede à análise dos elementos facultados, se necessário solicitando elementos ou estudos adicionais e incluindo apoio do auditor externo, e verifica o cumprimento das regras aplicáveis nos domínios do conflito de interesses, do tratamento equitativo, da não discriminação, da relação igualitária com fornecedores e prestador de serviços e de preservação dos interesses da Sociedade.

⁵¹ artigo 20.º

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 2015 a Comissão de Auditoria deu o seu parecer favorável à alteração dos custos financeiros, em condições de mercado e de taxa variável para taxa fixa, associado à dívida contraída pela Cimpor junto da acionista controladora InterCement Austria Holding GmbH. Adicionalmente, e face ao referido ajuste, as maturidades dos empréstimos foram alteradas de junho de 2018 e fevereiro de 2021, para abril de 2017.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção da Comissão de Auditoria para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação encontram-se descritos no nº 89., acima.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se na Nota 47 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais de 2015.

Parte II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do art. 2.º do presente Regulamento.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a Cimpor adota o código de governo das sociedades da CMVM na sua versão de julho de 2013, (“Código de Governo”), que se encontra disponível para consulta no site da CMVM www.cmvm.pt e na sede da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Cimpor”).

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de

que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Recomendações adotadas e não adotadas

A Cimpor adota as boas práticas de Governo Societário, existindo um reduzido número de recomendações do Código de Governo que, justificadamente, não cumpre na íntegra.

	Recomendação	Adoção	Referência
I.	Votação e Controlo da Sociedade		
I.1.	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Parcialmente Adotada. Apenas não adotado o voto eletrónico	12. e 13.
I.2.	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	14.
I.3.	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Adotada	12.
I.4.	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adotada	13.
I.5.	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Não Adotada	4.
II.	Supervisão, Administração e Fiscalização		
II.1.	Supervisão e Administração		
II.1. 1	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	21.2.
II.1. 2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adotada	21.2.

(continua na próxima página)

(continuação)

	Recomendação	Adoção	Referência
II.1. 3	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não Aplicável	
II.1. 4	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a. Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b. Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Adotada	21.7.1. e 21.7.2.
II.1. 5	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Adotada	54.
II.1. 6	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Adotada	18.
II.1. 7	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i> . A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Adotada	18.
II.1. 8	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adotada	21.3.
II.1. 9	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Adotada	21.3.
II.1. 10	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não Aplicável	

(continua na próxima página)

(continuação)

	Recomendação	Adoção	Referência
II.2.	Fiscalização		
II.2. 1	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Adotada	31. a 33.
II.2. 2	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotada	38
II.2. 3	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	38.
II.2. 4	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	38
II.2. 5	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Adotada	38.e 50.
II.3.	Fixação de Remunerações		
II.3. 1	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não Adotada	67.2. e 68.
II.3. 2	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não Aplicável	
II.3. 3	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Adotada	69
II.3. 4	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não Aplicável	85. a 88.
II.3. 5	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Não Aplicável	76.

(continua na próxima página)

(continuação)

	Recomendação	Adoção	Referência
III.	Remunerações		
III.1.	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Adotada	69.1.; 70.; 71. e 72.
III.2.	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adotada	69.1.
III.3.	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Adotada	71.
III.4.	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não Aplicável	72
III.5.	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Adotada	84.
III.6.	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	85. a 89.
III.7.	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	85. a 89.
III.8.	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Adotada	83. e 84.
IV.	Auditoria		
IV.1.	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adotada	38.
IV.2.	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adotada	37. e 46.
IV.3.	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adotada	44.

(continua na próxima página)

(continuação)

V. Conflitos de Interesse e Transações com Partes Relacionadas			
V.1.	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adotada	10.; 90. e 91.
V.2.	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não Adotada	
VI. Informação			
VI.1.	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Adotada	56. e 59. a 65.
VI.2.	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Adotada	56. a 58.

Explicitação das divergências

Conforme acima referido, à luz dos critérios constantes do Código de Governo, a Cimpor não adotou cinco das respetivas recomendações, o que justifica da seguinte forma.

2.1 Voto eletrónico

Recomendação I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.

Conforme nº12. e 13. supra, a empresa cumpre com a recomendação, com exceção do requisito de voto eletrónico. O número de acionistas, e seus representantes, presentes nas recentes Assembleias Gerais, não justifica em termos práticos e económicos a implementação de um sistema de voto eletrónico.

2.2 Inexistência de medidas defensivas

Recomendação I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

De acordo com entendimento da CMVM esta recomendação deve ser considerada não cumprida apesar de sobre a sociedade não recaírem quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração, à exceção, e conforme prática de mercado, de alguns instrumentos de dívida, celebrados por subsidiárias da Cimpor, que incluem cláusulas de *change of control*, prevendo a possibilidade do respetivo vencimento antecipado, por decisão das entidades financiadoras.

2.3 Independência e competências dos membros da Comissão de Remunerações

Recomendação II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Conforme mencionado supra no nº67.2. Os membros da Comissão de Fixação de Remunerações são independentes face aos membros executivos do Conselho de Administração, no entanto Gueber Lopes encontrava-se vinculado por contrato de trabalho celebrado com a InterCement Brasil, S.A..

2.4 Diferimento de parte da remuneração variável

Recomendação III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Conforme descrito no n.º 72, em 2014 a Cimpor não atribuiu remunerações variáveis aos administradores executivos em funções à data, pelo que a presente recomendação não lhe é aplicável.

2.5 Definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada

Recomendação V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

É entendimento do Conselho de Administração, e também da Comissão de Auditoria que qualquer quantificação para os negócios a celebrar entre, por um lado, qualquer titular de participação qualificada ou entidade relacionada e, por outro, a Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo, não basta para qualificar a necessidade da sua apreciação pela Comissão de Auditoria. Cumpre referir que, no entender da Comissão de Auditoria da Cimpor, os critérios a observar na identificação dos negócios a submeter à sua apreciação não deverão assentar em critérios puramente aritméticos, mas antes na identificação, pelo Conselho de Administração, das transações que, pelo seu especial significado económico (para qualquer das partes envolvidas) ou pelas condições em que se efetuam, possam ser entendidas como afastando-se das condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente da Cimpor.

Ainda assim, à data de fecho deste relatório, a Comissão de Auditoria havia adotado como critério aritmético, no contexto e para os efeitos acima referidos, um limite mínimo de 5 milhões de euros, por negócio ou conjunto de negócios, para negócios relacionados

com venda de produtos da Cimpor, ou suas subsidiárias, e 1 milhão de euros, por negócio ou conjunto de negócios, para qualquer negócio de outro tipo.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Nada a declarar.



ANEXO I

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho



Presidente do Conselho de Administração (desde 16 de julho de 2012)

Data de nascimento	15 de setembro de 1941
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:

1965 - Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Presidente do Conselho de Administração da ZON MULTIMÉDIA, SGPS, S.A. (2007 – 2013);

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (2007 – 2011);

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- BESI – Banco Espírito Santo de Investimento;
- Edifer – Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (2003 – 2011);
- Edifer - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (2003 – 2011);
- Euroatlântica - Investimentos e Comércio, S.A., (1998 – 2011);
- PANATLÂNTICA - HOLDING, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (1995 – 2011);
- Estoril Sol, SGPS, S.A.;
- Socitrel – Sociedade Industrial de Trefilaria;
- G.A. – Estudos e Investimentos, SA, (1996 – 2011);

Membro do Conselho de Administração da SINDCOM - Sociedade de Investimento na Indústria e Comércio, SGPS, S.A., (2005 – 2010);

Membro da Comissão de Remunerações do Banco Espírito Santo, S.A..

Outras funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2015:

Presidente do Conselho de Administração da Global Notícias – Media Group, S.A..

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Galp Energia, SGPS, S.A.;
- Portugalía – Administração de Patrimónios, S.A.;

- Almonda – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Renova – Fábrica de Papel do Almonda, S.A.;
- INTEROCEÂNICO – Capital, SGPS, S.A.;
- Cabo Raso – Empreendimentos Turísticos, S.A.;
- SOGEB – Sociedade de Gestão de Bens, S.A.;
- Sociedade Agrícola Belo de Mértola, S.A.;
- Sociedade Agrícola dos Namorados, S.A.;
- Coaltejo – Criador de Ovinos Algarve e Alentejo, S.A.;
- Sogesfin – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- 3 Z – Administração de Imóveis, S.A.;
- Sétimos - Participações, SGPS, S.A.;
- Confiança Participações, SGPS, S.A.;
- Calhau Participações, S.A.;
- Fonte dos Canais, Imobiliária, S.A.;
- Sociedade Agrícola da Serra Branca, S.A.;
- Gotan, SGPS, S.A.;
- Companhia Agrícola da Apariça, S.A.;
- Companhia Agrícola das Polvorosas, S.A.;
- Companhia Agrícola de Corona, S.A.;
- Herdade do Monte da Pedra, S.A.;
- TRABELIBEX - Investimentos Imobiliários, S.A.;
- ÉCAMPO - Cinegética e Turismo, S.A.;
- FREIXAGRO - Empresa Agrícola do Freixo, S.A.;
- Mares Lusos, S.A.;
- Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A..

Presidente da Assembleia Geral do Instituto Português de Corporate Governance, (desde 21 de junho de 2010);

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2015: 1

Declaração de Disponibilidade:

"Declaro que tenho disponibilidade de tempo para exercer o cargo não executivo de Presidente do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., que considero compatível com os outros cargos, todos não executivos, que atualmente exerço noutras empresas."

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima**Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva**

(desde 16 de julho de 2012)

Data de nascimento	5 de maio de 1966
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica – Universidade de São Paulo;
 Mestrado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade de São Paulo;
 Pós-graduação em Administração Industrial pela Universidade de São Paulo, Fundação Vanzolini;
 MBA em Gestão Empresarial Pela Fundação Dom Cabral;
 Advanced Management Program em Harvard.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Vice-Presidente de Operações InterCement (Brasil) (2010-2012)

- InterCement Brasil, S.A. (Brasil) (2008);
- Kandmad - Sociedade Gestora de Participações Sociais, (Portugal), (2012-2014).

Presidente do Conselho de Administração:

- Loma Negra CIASA (Argentina) (2008-2010);
- NPC – Cimpor (PTY) Limited (África do Sul), (2013-2013);
- Natal Portland Cement Company (Proprietary) Limited (África do Sul), (2012-2013);
- Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas S.A. (Portugal), (2012-2014);
- Cimpor *Trading* e Inversiones, S.A. (Espanha), (2012-2014);
- Holdtotal, S.A. (Argentina), (2015).

Membro do Conselho de Administração:

- Recycomb, S.A. (Argentina), (2008-2014);
- Betel, S.A. (Argentina), (2008-2014);
- Compañia Argentina Cemento Portland, S.A. (Argentina), (2009-2014);
- Cofesur, S.A. (Argentina), (2009-2014);
- Ferrosur Roca S.A. (Argentina) (2008-2013);
- La Preferida de Olavarría S.A. (Argentina) (2009-2014);
- Loma Negra CIASA (Argentina) (2010-2014).

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2015:

Presidente do Conselho de Administração:

- Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal);
- Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A. (Portugal);
- Cimentos de Moçambique, S.A. (Moçambique);

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2015:

Presidente da Comissão Executiva da InterCement Participações, S.A..

Conselheiro:

- Instituto Camargo Corrêa
- Câmara Portuguesa de comércio de São Paulo

Em 31 de dezembro de 2015, não detinha ações Cimpor**Declaração de Disponibilidade:**

"Para os devidos efeitos venho declarar a minha disponibilidade para exercer o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Cimpor, o que assumo como compatível com as demais responsabilidades que me estão atualmente atribuídas nas companhias apresentadas na minha descrição de funções."

Armando Sérgio Antunes da Silva**Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva**

(desde 23 de dezembro de 2015)

Data de nascimento	19 de junho de 1969
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	23 de dezembro de 2015
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:

Licenciatura em Economia pela Universidade de Ponta Grossa;

Pós Graduação em Finanças pela Fundação Álvares Penteado;

MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Membro da Comissão Executiva da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (2012-2013).

Diretor Administrativo-Financeiro e Relações com Investidores da InterCement Brasil, S.A. (2008-2011);

Presidente do Conselho de Administração dos Estabelecimentos, Social do Norte, S.A. (2012-2013).

Diretor:

- Companhia Industrial e Mercantil de Cimento, S.A. (2008-2011);
- Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.L. (2008-2011);
- Camargo Corrêa Cimentos Participações Ltda. (2008-2011);
- Cauê Finance Ltd. (2008-2011);

Vogal do Conselho de Administração:

- Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (2012-2013);
- Recycomb, S.A. (2011-2012);
- Betel, S.A. (2011-2012);
- Companhia Argentina de Cimento Portland, S.A. (2011-2012);
- La Preferida de Olavarria, S.A. (2011-2012);
- Canteras Del Riachuelo, S.A. (2011-2012);
- Ferrosur Roca, S.A. (2011-2012);
- Cofesur, S.A. (2011-2012);
- Yguazú Cimentos, S.A. (2011-2012);
- Ferrosur Roca (2005-2008).

Diretor Administrativo – Financeiro da Loma Negra CIASA (2011-2012).

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2012:**Presidente do Conselho de Administração:**

- Cimpor Imobiliária SGPS, S.A. (Portugal);
- Mecan, S.A. (Portugal);
- Prediana, S.A. (Portugal);
- Cimpor Reinsurance, S.A. (Luxemburgo);
- Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (Espanha).

Vogal do Conselho de Administração:

- Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A. (Portugal);
- Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal);
- Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (Portugal);
- Agrepor Agregados, S.A. (Portugal);
- Betão Liz, S.A. (Portugal);
- Bencapor, S.A. (Portugal);
- Ciarga, S.A. (Portugal);
- Ibera, S.A. (Portugal);
- Transformal, S.A. (Portugal).

Diretor:

- InterCement Austria Equity Participation GMBH (Austria);
- Camargo Corrêa Escom Cement B.V. (Holanda);
- Caue Austria Holding GMBH (Austria).

Manager da Cimpor Financial Operations BV (Holanda).

Gerente da Kandmad, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. (Portugal).

Em 31 de dezembro de 2015, não detinha ações Cimpor**Declaração de Disponibilidade:**

"Confirmando que não tenho qualquer impedimento para o desempenho de meu cargo de administrador (e membro da Comissão Executiva) da Cimpor Cimentos de Portugal, SGPS."

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz**Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva**
(desde 18 de agosto de 2015)

Data de nascimento	31 de maio de 1957
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	18 de agosto de 2015
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:**1980:** Bacharelato em engenharia da Produção pela Univerdidade de São Paulo.**1985:** MBA – IMD International – Suíça.**1994:** Extensão, Recursos Humanos – INSEAD – França.**Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:**

Presidente do Conselho de Administração da Amyris (Brasil) (2015);

Group CFO da Amyris (EUA) (2013 – 2015);

CEO da Amyris (Brasil) (2011 – 2013);

CFO da Bunge (Brasil) (2009 – 2010).

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2015:

Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da InterCement Participações, S.A..

Em 31 de dezembro de 2015, não detinha ações Cimpor**Declaração de Disponibilidade:**

"Eu, Paulo S. O. Diniz, declaro por meio da presente que, não obstante ao cargo de Vice-Presidente de Finanças da InterCement Participações, S.A. conforme expressado no meu resume disponibilizado, possuo a capacidade adequada e disponibilidade necessária para exercer a função de Chief Financial Officer na Comissão executiva, além de membro do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.."

José Édison Barros Franco**Vogal do Conselho de Administração**
(desde 29 de abril de 2010)

Data de nascimento	4 de março de 1950
Nacionalidade	Brasileira
Data da 1ª designação	29 de abril de 2010
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:**1974:** Licenciado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.**1978:** Pós-graduação em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas.**1998:** Advanced Management Program pela Harvard University (EUA).**Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:**

Presidente do Conselho de Administração:

- Ferrosur Roca (2005 –2011 - Argentina);
- São Paulo Alpargatas S.A. (2008 – 2011 - Brasil e Argentina);
- InterCement Portugal, SGPS, S.A. (2010 – 2014 Portugal);
- Loma Negra CIASA (2006 – 2015 – Argentina).

Membro do Conselho do Instituto Camargo Corrêa.

Membro dos Comitês de Finanças da Alpargatas, Santista e CCSA; de Recursos Humanos da Alpargatas, CCSA e Cimpor; de Auditoria da Alpargatas e da CCSA; de Corporate Governance da CCR e da Cimpor e do Comitê Executivo do Grupo Camargo Corrêa.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2015:

Presidente do Conselho de Administração da InterCement Brasil S.A..

Funções exercidas em entidades fora do Grupo a 31 de dezembro de 2015:

Presidente do Conselho de Administração da InterCement Participações S.A.;

Presidente e Conselheiro do Instituto InterCement;

Diretor da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.R.L.;

Membro do Conselho Consultivo Estratégico da Fundação Loma Negra.

Em 31 de dezembro de 2015, não detinha ações Cimpor**Declaração de Disponibilidade:**

"Venho por meio deste declarar que tenho disponibilidade de tempo para me dedicar como administrador não executivo do Conselho de Administração da Cimpor SGPS como tenho feito nos últimos 5 anos. Observo que não tenho funções executivas em qualquer outra empresa, apenas em Conselhos."

António Soares Pinto Barbosa**Vogal do Conselho de Administração**

(desde 16 de julho de 2012)

Data de nascimento	20 de maio de 1944
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:**1966:** Licenciado em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa.**1978:** Doutoramento em Economia pela Virginia Polytechnic Institute and State University (Center For Study of Public Choise).**1984:** Agregação pela Faculdade de Economia da Universidade de Nova de Lisboa.**1986:** Professor Associado pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.**1986:** Professor Catedrático pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.**Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:**

Presidente do Grupo de Trabalho visando a elaboração dos estatutos do Conselho Finanças Públicas;

Membro do Conselho Consultivo do Banif.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2015:

Vogal do Conselho de Administração da Impresa, SGPS, S.A.;

Vogal da Comissão de Auditoria da Impresa, SGPS, S.A.;

Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Champalimaud.

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2015: 1.780**Declaração de Disponibilidade:**

"Para os devidos efeitos venho declarar a minha disponibilidade para o exercício das funções de Presidente da Comissão de Auditoria e membro do Conselho de Administração, funções que considero compatíveis com as demais atividades profissionais por mim desempenhadas e referidas no meu CV."

António Henriques de Pinho Cardão**Vogal do Conselho de Administração**

(desde 25 de março de 2015)

Data de nascimento	31 de maio de 1943
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	25 de março de 2015
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Vogal da Comissão de Ética e Deontologia do Banco Millennium BCP, S.A. (2012 – 2014);

Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Millennium BCP, S.A. (2011 – 2012);

Membro do Conselho Fiscal de sociedades do Grupo Monte & Monte e nomeadamente da holding, Monte & Monte, SGPS, S.A. (2009 – 2012);

Economista, em regime de profissão liberal: consultoria, elaboração de estudos económicos e financeiros, avaliação de empresas (2005 – 2012);

Membro do Conselho de Administração da Fundação Millennium BCP (2012).

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2015:

Vogal do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP, S.A.;

Vogal da Comissão de Avaliação de Riscos do Banco Millennium BCP, S.A.;

Vogal da Comissão de Nomeações e Remunerações do Banco Millennium BCP S.A.;

Vice-Presidente da Direcção Executiva da Associação Missão Crescimento;

Presidente do Conselho Fiscal da sociedade Vila Galé, S.A.;

Presidente do Conselho Fiscal da Associação Por Uma Democracia de Qualidade;

Membro do Conselho de Especialidade de Economia e Ciências Empresariais da Ordem dos Economistas.

Membro:

- Ordem dos economistas;
- Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Sócio da SEDES.

Em 31 de dezembro de 2015, não detinha ações Cimpor**Declaração de Disponibilidade:**

"Para os devidos efeitos, venho declarar a minha disponibilidade para exercer o cargo de Administrador não Executivo da Cimpor, SGPS, S.A.."

Pedro Rebelo de Sousa**Vogal do Conselho de Administração**

(desde 16 de julho de 2012)

Data de nascimento	29 de abril de 1955
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	16 de julho de 2012
Termo do mandato atual	2017

Formação académica:

Mestrado em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas, São Paulo, Brasil;

Especialização (Pós-Graduação) em Direito Comercial e Empresarial, Pela Universidade Pontifícia Católica, no Brasil;

Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Vogal, não executivo, do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação, e Vogal da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (2011 – 2013);

Diretor do Circulo Eça de Queiroz.

Membro do Conselho Superior Consultivo da Marsh.

Presidente da Comissão de Banking Internacional da Union Internationale des Avocats.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2015:

Senior Partner da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados RL, que sucedeu a SSRS, desde 2009.

Membro da Comissão de Vencimentos da Novabase, SGPS, S.A..

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Atitude/SSE – Associação pelo Desenvolvimento do Investimento Social;
- AICD – Associação para Inserção por Centros Digitais de Informação;
- Associação Turma do Bem;
- CADIN – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil;
- Grémio Literário;
- Bolsa de Valores Sociais;
- Refrigor, SGPS, S.A.;
- Tecnovia, SGPS, S.A..

Membro do Conselho da Câmara de Comércio Portugal-Holanda.

Membro do Conselho de Curadores da CADIN – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil.

Membro do Conselho Consultivo:

- SUN AID – Associação para o Desenvolvimento pela Energia Solar;
- Universidade Europeia (Laureat)

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

Presidente da Direção:

- Instituto Português de Corporate Governance;
- Circulo Eça de Queiroz.

Conselheiro do Presidente da Union Internationale des Avocats.

Em 31 de dezembro de 2015, não detinha ações Cimpor

Declaração de Disponibilidade:

"Para os devidos efeitos declaro que, conforme se infere da leitura do meu CV atualizado em anexo, se torna inquestionável a minha disponibilidade para o exercício das funções de Administrador Não Executivo na Cimpor."

ANEXO II

Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações

2015

Nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, a Comissão de Fixação de Remunerações apresenta a Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização a submeter à Assembleia Geral da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (Cimpor).

Esta declaração tem em conta, para além da Lei já citada, as Recomendações do Código do Governo Societário da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (na sua versão de 2013) e as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, do Código dos Valores Mobiliários, dos Regulamento da CMVM n.º 1/2010 e n.º 4/2013 (em vigor desde 1 de janeiro de 2014, revogando o Regulamento CMVM n.º 1/2010) e dos estatutos da Cimpor.

1. O ano de 2014

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

O ano de 2014 traduziu-se num exercício de continuidade e de consolidação das alterações introduzidas em 2013 ao nível da política de remunerações e do modelo de avaliação ao nível da Cimpor e suas participadas, visando o seu alinhamento com a prática seguida no Grupo InterCement, sem prejudicar a manutenção das linhas gerais da política de remunerações da Cimpor vigente em anos anteriores. A Comissão de Fixação de Remunerações desenvolveu os seus trabalhos com normalidade, tendo reunido três vezes ao longo do exercício transacto.

Em 2014, não foi atribuída remuneração variável aos membros da Comissão Executiva, os quais, tendo em conta as alterações da composição da referida Comissão registadas em 2013, acordaram não receber qualquer montante a título de remuneração variável no âmbito da Cimpor. Foram, no entanto, pagas em 2014 as remunerações variáveis atribuídas em 2011 aos administradores executivos em funções à data cujo pagamento havia sido diferido por três anos, de acordo com a política de remunerações desta sociedade.

PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADORES

Não foram devidos, por serem inexigíveis, pagamentos referentes à cessação de funções de administradores registados no exercício de 2014.

2. Orientação para o ano de 2015

O mandato da Comissão de Fixação de Remunerações em curso e a política de remunerações da Cimpor detalhada no Capítulo III do Relatório e Contas da Cimpor têm assimilado, na medida do aplicável, as recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM (na redação de 2013) e as disposições do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a partir da sua entrada em vigor, no dia 1 de janeiro de 2014.

Salvo se ocorrer uma alteração significativa de circunstâncias no decorrer do exercício que justifique uma revisão extraordinária, o montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar aos membros dos órgãos sociais da Cimpor no ano de 2015 será o seguinte:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa Anual ⁽¹⁾ (Euros)
Presidente do Conselho de Administração	280.000
Presidente da Comissão Executiva	112.000
Vogais da Comissão Executiva (2)	84.000
Presidente da Comissão de Auditoria	112.000
Vogais da Comissão de Auditoria (2)	98.000
Restantes Vogais do Conselho de Administração (4)	78.750
Total⁽¹⁾	1.183.000

⁽¹⁾ Valores brutos estimados em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, sujeitos a aplicação dos impostos e contribuições devidos nos termos da lei, considerando 12 membros efectivos do Conselho de Administração.

Os valores da remuneração fixa acima indicados estão sujeitos a uma variação máxima de até 5% para cobrir eventuais perdas cambiais resultantes do pagamento numa divisa diferente do euro.

Mantidas as condições vigentes de condicionamento ao atingimento dos objetivos de resultados e de performance assentes em critérios pré-determinados, poderá ser atribuída aos membros da Comissão Executiva da Cimpor uma remuneração variável, a qual só será devida caso os objetivos sejam atingidos em, pelo menos, 80%. O montante máximo potencial da remuneração variável corresponderá a 50% da remuneração fixa anual. Adicionalmente, o valor das remunerações (fixa e variável) dos administradores executivos toma em consideração a sua situação de residentes não permanentes em Portugal (com remuneração paga pela InterCement no Brasil, fora do perímetro de consolidação da Cimpor).

O montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar à Deloitte & Associados SROC, S.A., pelo exercício do cargo de revisor oficial de contas da Cimpor, no ano de 2015, não se encontra ainda fixado. Todavia, não é expectável uma variação substancial relativamente aos valores base pagos pela revisão legal das contas individuais e consolidadas da Cimpor em 2014, que, conforme indicado no Relatório e

Contas da empresa, ascenderam a 432.869 euros.

Sem prejuízo do sobredito, a Comissão de Fixação de Remunerações recomenda, para 2015, a manutenção da política de remunerações em vigor.

20 de fevereiro de 2015

Manuel Soares Pinto Barbosa

Assinatura ilegível

(Presidente)

Gueber Lopes

Assinatura ilegível

(Vogal)

Aparecida Shizue Yamashita

Assinatura ilegível

(Vogal)

ANEXO III

Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações

2016

Nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, a Comissão de Fixação de Remunerações apresenta a Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização a submeter à Assembleia Geral da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (Cimpor).

Esta declaração tem em conta, para além da Lei já citada, as Recomendações do Código do Governo Societário da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (na sua versão de 2013) e as disposições aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, do Código dos Valores Mobiliários, dos Regulamento da CMVM n.º 1/2010 e n.º 4/2013 (em vigor desde 1 de janeiro de 2014, revogando o Regulamento CMVM n.º 1/2010) e dos estatutos da Cimpor.

1. O ano de 2015

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Em 2015, não se registaram alterações na política de remunerações e no modelo de avaliação da Cimpor e suas participadas aplicados no exercício antecedente de forma consistente com a prática seguida no Grupo InterCement e as linhas gerais da política de remunerações da Cimpor vigente em anos anteriores. A Comissão de Fixação de Remunerações desenvolveu os seus trabalhos com normalidade, tendo reunido formalmente duas vezes ao longo do exercício transacto.

Em 2015, não foi atribuída remuneração variável aos membros da Comissão Executiva, os quais acordaram não receber qualquer montante a título de remuneração variável no âmbito da Cimpor. Foram, no entanto, pagas em 2015 as remunerações variáveis atribuídas em 2012 aos administradores executivos em funções até 16 de julho de 2012 cujo pagamento havia sido diferido por três anos, de acordo com a política de remunerações desta sociedade.

PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADORES

Não foram devidos, por serem inexigíveis, pagamentos referentes à cessação de funções de administradores registadas no exercício de 2015.

2. Orientação para o ano de 2016

O mandato da Comissão de Fixação de Remunerações em curso e a política de remunerações da Cimpor detalhada no Capítulo III do Relatório e Contas da Cimpor têm assimilado, na medida do aplicável, as recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM (na redação de 2013) e as disposições do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a partir da sua entrada em vigor, no dia 1 de janeiro de 2014.

Salvo se ocorrer uma alteração significativa de circunstâncias no decorrer do exercício que justifique uma revisão extraordinária, manter-se-á ao nível do ano anterior, o montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar aos membros dos órgãos sociais da Cimpor no ano de 2016 que será o seguinte:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa Anual ⁽¹⁾ (Euros)
Presidente do Conselho de Administração	280.000
Presidente da Comissão Executiva	112.000
Vogais da Comissão Executiva (2)	84.000
Presidente da Comissão de Auditoria	112.000
Vogais da Comissão de Auditoria (2)	98.000
Restantes vogais do Conselho de Administração (4)	78.750
Total⁽¹⁾	1.183.000

⁽¹⁾ Valores brutos estimados em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, sujeitos a aplicação dos impostos e contribuições devidos nos termos da lei, considerando 8 membros efectivos do Conselho de Administração.

Os valores da remuneração fixa acima indicados estão sujeitos a uma variação máxima de até 5% para cobrir eventuais perdas cambiais resultantes do pagamento numa divisa diferente do euro.

Mantidas as condições vigentes de condicionamento ao atingimento dos objetivos de resultados e de *performance* assentes em critérios pré-determinados, poderá ser atribuída aos membros da Comissão Executiva da Cimpor uma remuneração variável, a qual só será devida caso os objetivos sejam atingidos em, pelo menos, 80%. O montante máximo potencial da remuneração variável corresponderá a 50% da

remuneração fixa anual. Adicionalmente, o valor das remunerações (fixa e variável) dos administradores executivos toma em consideração a sua situação de residentes não permanentes em Portugal (com remuneração paga pela InterCement no Brasil, fora do perímetro de consolidação da Cimpor).

O montante máximo potencial da remuneração fixa a pagar à Deloitte & Associados SROC, S.A., pelo exercício do cargo de revisor oficial de contas da Cimpor, no ano de 2016, não se encontra ainda fixado. Todavia, não é expectável uma variação substancial relativamente aos valores base pagos pela revisão legal das contas individuais e consolidadas da Cimpor em 2015 (aproximadamente 344 mil euros, conforme Relatório e Contas da empresa).

Sem prejuízo do sobredito, a Comissão de Fixação de Remunerações recomenda, para 2016, a manutenção da política de remunerações em vigor.

11 de fevereiro de 2015

Manuel Soares Pinto Barbosa

Gueber Lopes

Aparecida Shizue Yamashita

Assinatura ilegível

Assinatura ilegível

Assinatura ilegível

Presidente)

(Vogal)

(Vogal)

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS⁽¹⁾

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto ⁽³⁾
Participações Morro Vermelho	632.933.437	94,19%	94,19%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	131.353.069	19,55%	94,19%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	501.580.368	74,64%	94,19%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	501.580.368	74,64%	94,19%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CMVM perante a OPA lançada por esta sobre a Cimpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida (5)	501.580.368	74,64%	74,64%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida) (4)	131.353.069	19,55%	19,55%

⁽¹⁾ Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

⁽²⁾ Com direito de voto

⁽³⁾ Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do artº 16º, nº3, b) do CVM)

⁽⁴⁾ no entender da CMVM, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM

⁽⁵⁾ à excepção da Participação Qualificada mencionada nesta linha, todas as restantes figuram neste quadro por forma a respeitar a alínea b) do nº1 do artigo 20º do Cód. VM.

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o prescrito no art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais e no regulamento nº 5/2008 da CMVM, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício de 2015, das ações e obrigações Cimpor pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, quadros dirigentes e entidades estreitamente relacionadas com os mesmos:

Ações

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2014	N.º Títulos 31-12-2015	Movimentos em 2015			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
Daniel Proença de carvalho	1	1	-	-	-	-
António Soares Pinto barbosa	1.780	1.780	-	-	-	-

Nota: apresenta-se posição acionista de António Soares Pinto Barbosa, sendo que a mesma não sofreu alterações desde o início das suas funções como administrador da Cimpor Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Sociedades estreitamente relacionadas com Dirigentes

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2014	N.º Títulos 31-12-2015	Movimentos em 2015			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
	161.527.515	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. ⁽¹⁾	-	-	-	30.174.446	3,03	23-07-2015
	-	131.353.069	-	-	-	-

⁽¹⁾ Pela pessoa consigo relacionada, José Édison Barros Franco, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpor.

INFORMAÇÃO PRESTADA E FONTES DE INFORMAÇÃO

Na sua qualidade de emitente de valores mobiliários admitidos à negociação, durante o exercício de 2015, a Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (Cimpor) tornou públicas as seguintes informações no site da Cimpor. Por imposição legal ou regulamentar estes anúncios foram ainda publicados nos portais da CMVM e Euronext e quando especificamente requerido no site do portal da Justiça.

26 fevereiro	Anúncio dos Resultados Consolidados do exercício de 2014 e publicação do Relatório e Contas de 2014.
27 fevereiro	Cimpor publica convocatória para a Assembleia Geral de 25 de março de 2015
25 março	Assembleia Geral Anual de 2015 deliberou aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014, prevendo a não distribuição de dividendos; sendo todos os restantes pontos da ordem do dia foram aprovados.
25 março	Nomeação da Comissão Executiva: Ricardo Fonseca de Mendonça Lima, como Presidente da Comissão Executiva; Claudio Borin Guedes Palaia (CFO) e Nélson Tambelini Junior. E ainda a nomeação de Secretária da Sociedade e Secretário Suplente.
14 maio	Apresentação de Resultados do 1º Trimestre de 2015
23 junho	A Cimpor informa ter dado início ao processo de construção de uma nova fábrica integrada de produção de cimento em Nacala - Moçambique. Um projeto orçado em cerca de 250 milhões de USD
28 julho	Cimpor informa que a CCC Luxembourg alienou à InterCement Austria Holding GmbH, fora de mercado regulamentado, 30.174.446 ações representativas do capital social da Cimpor
28 julho	Cimpor publica comunicado sobre alteração do título de imputação de direitos de voto
29 julho	A Cimpor informa sobre o andamento do Processo Administrativo para investigação de supostas condutas alusivas à prática de infrações à ordem económica nos mercados do cimento e betão pronto no Brasil por diversas empresas do sector.
18 agosto	Cimpor informa sobre a resignação de Claudio Borin Guedes Palaia e designação de Paulo Sérgio de Oliveira Diniz, como Chief Financial Officer (CFO).
18 agosto	Apresentação de Resultados do 1º Semestre de 2015
18 novembro	Apresentação de Resultados do 3º Trimestre de 2015
21 dezembro	Cimpor publica comunicado sobre alienação de participação minoritária no Paraguai.
23 dezembro	Cimpor informa sobre a resignação de Nélson Tambelini Junior e designação de Armando Sérgio Antunes da Silva.
28 dezembro	Cimpor anuncia alienação de pedreiras no Brasil

2015

DOCUMENTO DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

Construindo Parcerias Sustentáveis



uma empresa  InterCement



uma empresa  InterCement

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS DA CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. DO EXERCÍCIO DE 2015

Nos termos da alínea g) do nº1 artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. apresenta o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e o parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade à Assembleia Geral.

Fiscalização da Sociedade

No decorrer do ano de 2015 a Comissão de Auditoria acompanhou o sistema de gestão de risco e de controlo interno adotado pela companhia. Pelo que esta comissão monitorizou regularmente a atividade desenvolvida pela auditoria interna da sociedade através do acesso a informações prestadas por estes serviços, no âmbito dos trabalhos realizados de acordo com a programação aprovada pela Comissão de Auditoria. A Comissão de Auditoria entende que os sistemas em prática são adequados e progridem na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos a que a Sociedade se encontra exposta.

Paralelamente é relevante referir que no âmbito do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas sociedades integradas na esfera da Cimpor, no decorrer do exercício de 2015, não foi detetado qualquer facto digno de relevo. A Comissão de Auditoria zelou pela observância da lei e do respetivo contrato de sociedade, pela exatidão dos documentos de prestação de contas, tendo verificado a regularidade dos registos contabilísticos, a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados, e fiscalizado o processo de preparação e divulgação da informação financeira, incluindo a informação periódica que foi prestada ao mercado.

A Comissão de Auditoria, no decorrer de 2015, pronunciou-se favoravelmente à alteração das remunerações e maturidades de dois empréstimos contraídos pela Cimpor junto da sua acionista Inter-Cement Austria Holding GmbH. . Adicionalmente, acompanhou regularmente a informação sobre o sistema vigente de receção e tratamento de irregularidades de natureza financeira e contabilística. A Comissão de Auditoria não se defrontou com qualquer constrangimento ao exercício da sua atividade, tendo reunido seis vezes e participado, com a presença de todos os seus membros, em todas as reuniões do Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria manteve os contactos necessários com o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo para o planeamento e acompanhamento dos trabalhos de auditoria efetuados e o conhe-

cimento das respetivas conclusões, assegurando-se da salvaguarda da sua independência e avaliando o seu desempenho.

É ainda de salientar que no decorrer do ano de 2015, e no âmbito dos poderes que lhe foram atribuídos, esta Comissão propôs à Assembleia Geral Anual de 2015, reunida a 25 de março, a transição do Revisor Oficial de Contas da Cimpor, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. para o atual mandato dos órgãos sociais (2015-2017).

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º n.º 1, c) do Código dos Valores Mobiliários aplicável por força do disposto no artigo 8.º n.º 1, alínea a) do Regulamento da CMVM n.º 5/2008 (Deveres de Informação), os membros da Comissão de Auditoria declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2015, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Parecer

A Comissão de Auditoria examinou as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração aos Senhores Acionistas, o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais incluem as demonstrações da posição financeira consolidada, a demonstração individual e consolidada dos resultados, as demonstrações individuais e consolidadas dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

No âmbito das suas competências analisou as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria concorda com as Certificações Legais das Contas individuais e consolidadas elaboradas pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria analisou ainda o Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto no Regulamento 4/2013 (Governo das Sociedades Cotadas) conforme emanado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e inclui, entre outros, os elementos constantes do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Em face do exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Relatório de Gestão em 31 de dezembro de 2015, bem como a proposta de aplicação dos resultados expressa no Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis pelo que nada obsta à sua aprovação pelos Acionistas.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2016

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as demonstrações consolidada e individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidenciam um ativo total de 5.594.749 milhares de Euros e 1.275.038 milhares de Euros, respetivamente e capital próprio consolidado e individual de 308.655 milhares de Euros e 1.197.293 milhares de Euros, respetivamente, incluindo um resultado consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas de 71.231 milhares de Euros e um resultado individual líquido negativo de 9.470 milhares de Euros), as demonstrações consolidadas e individuais dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfase

6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa reconheceu como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio nas suas demonstrações financeiras consolidadas, ajustamentos de conversão cambial negativos de, aproximadamente, 626.000 milhares de Euros, na conversão para Euros de demonstrações financeiras de subsidiárias estrangeiras com moeda funcional distinta. Naquela data, os ajustamentos de conversão cambial negativos, registados na demonstração consolidada da posição financeira, ascendem a, aproximadamente, 1.084.000 milhares de Euros. Conforme referido na Nota 2.7. do Anexo, nas demonstrações financeiras individuais da Empresa os investimentos em subsidiárias e associadas são registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, pelo que essas demonstrações financeiras não refletem o efeito da consolidação dessas participadas e, em particular, os efeitos cambiais decorrentes da conversão para Euros das suas demonstrações financeiras. Em consequência, em 31 de dezembro de 2015, o capital próprio nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa era menor que o seu capital social e inferior em, aproximadamente, 888.600 milhares de Euros ao capital próprio relevado nas demonstrações financeiras individuais.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2016

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz

CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Capital Social: EUR 672 000 000

Número Único de Pessoa Coletiva e

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 500 722 900

SEDE

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

Tel.: +351 21 311 81 00

Fax: +351 21 356 13 81

dcom@cimpor.com

www.cimpor.pt



uma empresa  InterCement

Construindo
parcerias
sustentáveis